

2024



# IV Simpósio Nacional em Socioeducação

ANTIRRACISMO, DIREITOS HUMANOS E CENÁRIOS DE RESISTÊNCIA

## Anais



Cynthia Bisinoto  
Luana Alves de Souza  
Monica Daniele Maciel Ferreira  
Natália Pereira Gonçalves Vilarins  
Suhelem Brasil Santos  
(organizadoras)

# ANAIS

## **IV SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO: Antirracismo, Direitos Humanos e Cenários de resistência**

**21, 22 e 23 de fevereiro de 2024.  
Universidade de Brasília**

Brasília - DF  
Faculdade UnB Planaltina  
2024

## FICHA TÉCNICA

### Título

**Anais do IV Simpósio Nacional em Socioeducação: Antirracismo, Direitos Humanos e Cenários de resistência**

### Organizadoras

Cynthia Bisinoto

Luana Alves de Souza

Monica Daniele Maciel Ferreira

Natália Pereira Gonçalves Vilarins

Suhelem Brasil Santos

### Edição

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília

### Realização

Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS/UnB)

Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB)

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF)

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da Universidade de São Paulo (MPTO/USP)

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude da Universidade de Brasília (PPGPPIJ/UnB)

### Informações

<https://socioeducacao.unb.br/index.php/inicial/iv-simposio-nacional-em-socioeducacao-2024/simposionacional@socioeducacao.com>

<https://www.youtube.com/@simposionacionalem socioedu7633/streams>

### Como citar:

BISINOTO, C.; SOUZA, L. A.; FERREIRA, M. D.; VILARINS, N. P. G.; SANTOS, S. B. (Orgs.). **Anais do IV Simpósio Nacional em Socioeducação: Antirracismo, Direitos Humanos e Cenários de resistência**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2024.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

S612a        Simpósio Nacional em Socioeducação (4. : 2024 :  
              Brasília).

        Anais [do] IV Simpósio Nacional em  
Socioeducação [recurso eletrônico] :  
antirracismo, direitos humanos e cenários de  
resistência / Cynthia Bisinoto ... [et al.]  
(organizadoras). - Brasília : Universidade de  
Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2024.

        257 p.

        Modo de acesso: World Wide Web:  
<<https://socioeducacao.unb.br/>>.  
        ISBN 978-65-87267-12-8.

        1. Socioeducação - Congressos. 2. Educação -  
Aspectos sociais. 3. Sociologia educacional. I.  
Bisinoto, Cynthia (org.). II. Título.

        CDU 37:316

## EQUIPE ORGANIZADORA DO IV SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO

### Comissão Organizadora

Cynthia Bisinoto (**Coordenadora Geral**) – Universidade de Brasília (UnB)  
Aedra Sarah de Andrade – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Ana Carolina de Moura Pereira – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Ana Clara Gomes da Silva – Universidade de Brasília (UnB)  
Ana Clara Manhães Mendes – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Beatriz Yamada Leão – Universidade de Brasília (UnB)  
Deivson Cerqueira Gonçalves Damascena – Universidade de Brasília (UnB)  
Elessandra da Silva Cruz – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Erica Aparecida de Rezende – Universidade de Brasília (UnB)  
Fernanda Barbosa Granja – Universidade de Brasília (UnB)  
Juliana Duarte Arraes – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Larissa Mazzotti Santamaria – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)  
Luana Alves de Souza – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Lucilene Ribeiro Reis Barros – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Manuela Soares Silveira – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Suhelem Brasil Santos – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF) e Universidade de Brasília (UnB)  
Thalia Mirelly de Souza – Universidade de Brasília (UnB)

### Comissão Técnico-Científica

Natália Pereira Gonçalves Vilarins (**Coordenadora**) – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Ana Paula Serrata Malfitano – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Carla Regina Silva Soares – Universidade de São Paulo (USP)  
Darliane Silva do Amaral – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)  
Dayane Silva Rodrigues – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Gabriel Miranda Brito – Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)  
Gleicimar Gonçalves Cunha – Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)  
Glória Christina de Souza Cardozo – Faculdade Pitágoras de Londrina e Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná  
Ilana Lemos de Paiva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Irandi Pereira – Associação dos Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA)  
Kênia Cristina Lopes Abrão – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)  
Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá – Universidade de Brasília (UnB)  
Maria Nilvane Fernandes - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Marta Carvalho de Almeida - Universidade de São Paulo (USP)  
Monica Daniele Maciel Ferreira – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Natália de Souza Duarte – Universidade de Brasília (UnB)

Ricardo Peres da Costa – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Silmara Carneiro e Silva – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)  
Tatiana Yokoy de Souza – Universidade de Brasília (UnB)  
Urânia Flores da Cruz Freitas - Universidade de Brasília (UnB)

### **Monitores**

Allan Kelvin Lopes da Silva  
Caique Emanuel Nunes da Costa Alves Pereira  
Camilla Barros Cordeiro  
Fernanda Néri de Souza  
Giovana Feitosa Felisberto  
Ismael Ferreira Lima  
Joao Kassio de Souza Rufino  
João Pedro Merces Marques  
Lorrane Alves Marinho  
Luiz Fernando da Silva Sousa  
Maria Clara Moura Araujo  
Maria Eduarda Barboza Gomes de Oliveira  
Raissa Araújo Ferreira  
Wendel Fellipe dos Santos Araujo

## APRESENTAÇÃO

*Eu vi a educação como um escudo. Lia tudo. Até que a vida me jogou nas mãos um livro sobre Zumbi dos Palmares. E eu li Zumbi como quem tem fome. (...) Nós precisamos valorizar a nossa história e o nosso terreiro. É a revolução do povo preto estudando, se qualificando e ocupando os espaços. O sangue que escorre hoje, ontem e sempre está lavado agora.*

Foi com essa mensagem, apresentada no monólogo *Farinha com Açúcar*, com encenação do ator Gabriel Mattos, que o Simpósio Nacional em Socioeducação abriu a sua 4ª edição, com o tema *Antirracismo, Direitos Humanos e Cenários de Resistência*.

Em uma realidade onde 63,8% dos adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa se declararam negros (Brasil, 2023)<sup>1</sup>, podemos concluir que o racismo estrutural e a seletividade racial estão presentes no sistema socioeducativo brasileiro, demandando um olhar mais apurado e crítico sobre o que se faz e pesquisa em Socioeducação.

Desde 2017, o Simpósio Nacional em Socioeducação se tornou um espaço para o compartilhamento e promoção de saberes voltados para uma Socioeducação comprometida com os direitos humanos e que reconhece jovens e adolescentes do sistema socioeducativo como sujeitos de direitos. E essa 4ª edição não foi diferente: contamos com mais de 400 participantes que ocuparam os espaços da Universidade de Brasília em três dias intensos de evento para refletir, debater e compartilhar conhecimentos e experiências.

Como evento de natureza científica e profissional que explora temáticas interdisciplinares e transversais, o Simpósio Nacional em Socioeducação reflete o engajamento de profissionais, adolescentes, jovens, estudantes, pesquisadoras e pesquisadores. Assim, é com enorme satisfação que apresentamos os Anais do IV Simpósio Nacional em Socioeducação.

De um total de 185 trabalhos aprovados, reunimos os resumos daqueles que fizeram parte da programação científica do IV Simpósio Nacional em Socioeducação nas modalidades de comunicações orais de socialização de resultados de pesquisa e de relatos de experiências, pôsteres impressos e digitais, além das mesas redondas, contemplando a complexidade e a diversidade de conteúdos que atravessam a Socioeducação.

Esperamos que o seu conteúdo sirva ao debate aberto e democrático para o desenvolvimento da política socioeducativa, a efetivação de práticas antirracistas e a garantia dos direitos humanos a todos e todas que fazem a Socioeducação.

Desfrutem e boa leitura.

As organizadoras  
Brasília, abril de 2024.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf> Acesso em: 16 abr. 2024.

## SUMÁRIO

### MESA REDONDA ..... 17

<b>EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SOCIOEDUCAÇÃO: urgências de diálogo</b> .....	18
<b>RACISMO E NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL TRAÇANDO O JUVENICÍDIO: morte morrida e morte matada dos adolescentes em conflito com a lei</b> .....	19
<b>ESCOLAS ESTADUAIS DE SOCIOEDUCAÇÃO: desafios e conquistas no processo de formação continuada de socioeducadores</b> .....	20
<b>A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA SOCIOEDUCADORES NO ESTADO DO PARANÁ</b> .....	21
<b>POR UMA ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA AGENDA NACIONAL DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS INFORMADAS POR EVIDÊNCIAS</b> .....	22
<b>SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS: políticas públicas baseada em evidências: o papel da vigilância socioassistencial para socioeducação no SUAS</b> .....	24
<b>MÉTODO CERCO E A EXPLORAÇÃO DE ADOLESCENTES NO TRÁFICO COMO CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO</b> .....	26

### COMUNICAÇÃO ORAL - SOCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA ..... 28

<b>A ADOLESCÊNCIA E O AÇOITE RACIAL PELO PRISMA DA SOCIOEDUCAÇÃO: um apanhado dialético da violência estrutural</b> .....	29
<b>A CARTOGRAFIA UTILIZADA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA SOCIOEDUCAÇÃO</b> .....	30
<b>A ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DA UNISS E UNIRE DO DISTRITO FEDERAL</b> .....	32
<b>A EXECUÇÃO DA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I: um estudo de caso</b> .....	33
<b>A INDETERMINAÇÃO TEMPORAL NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: breve panorama da literatura</b> .....	35
<b>A INVISIBILIDADE DA ADOLESCENTE EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE COMO PONTO DE PARTIDA PARA A SUPERAÇÃO DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO: um olhar sobre as práticas da educação em direitos humanos</b> .....	36
<b>A JUVENTUDE COM QUEM A LEI ENTRA EM CONFLITO E SUAS VIVÊNCIAS NA ESCOLA</b> .....	37
<b>A TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	38
<b>“AGORA SÃO TUDO 22”: saúde mental, medicalização e contenção de corpos na medida socioeducativa de internação</b> .....	40
<b>ALÉM DOS MUROS: possibilidades de articulação entre o plano individual de atendimento e o projeto de vida do adolescente em medida socioeducativa de internação</b> .....	41



<b>APRENDIZAGEM PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: os desafios da política sob a ótica dos gestores</b> .....	42
<b>AUTORITARISMO E PROJETOS PARLAMENTARES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: interferência nas medidas socioeducativas de 2003 a 2022</b> .....	43
<b>“DADOS QUE IMPORTAM”</b> : o punitivismo e as audiências de apresentação na capital do rio de janeiro.....	44
<b>“DE VOLTA PRA CASA”</b> : aproximações dos territórios dos jovens em desligamento da medida socioeducativa de internação.....	45
<b>DIREITO PENAL JUVENIL E RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA: debate sobre o arcabouço teórico do sistema socioeducativo a partir da criminologia crítica e dos abolicionismos</b> .....	47
<b>EDUCAÇÃO SOCIAL E ANTIRRACISMO: desafios de uma práxis transformadora</b> .....	48
<b>“ENCOSTA AÍ, LADRÃO”</b> : violência policial contra adolescentes e jovens em medida socioeducativa .....	49
<b>FAMÍLIAS, ATENDIMENTO FAMILIAR E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: uma revisão sistemática de literatura</b> .....	50
<b>FORMAÇÃO DE SOCIOEDUCADORES E CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS DE ATENDIMENTO</b> ..	51
<b>GARANTIA DE DIREITOS E QUESTÕES DE GÊNERO NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE ADOLESCENTES: reflexões a partir de relatórios multiprofissionais</b> .....	53
<b>LUGAR DE FALA DE JOVENS (IN)FINITAS: empoderamento da leitura e da escrita pela ótica dos multiletramentos</b> .....	54
<b>MÃES “NA MEDIDA”</b> : DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE MATERNIDADE E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	55
<b>MATERNIDADE E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: questões de gênero e a garantia de direitos de crianças e adolescentes</b> .....	56
<b>MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS COMO CONSEQUÊNCIA DA TRAJETÓRIA DO TRABALHO INFANTIL</b> .....	57
<b>MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE: até quando?</b> .....	59
<b>METODOLOGIAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM GRUPO: revisão integrativa de literatura</b> .....	60
<b>MIGRANTES INTERNACIONAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO: por uma pesquisa participativa e anticolonial</b> .....	62
<b>“O BAGULHO FICOU DOIDO”</b> : as (Re)xistências Juvenis no Sistema Socioeducativo .....	63
<b>O CONCEITO DE SOCIOEDUCAÇÃO: entre o legal e o real</b> .....	64
<b>O CRONOTOPO NA CONSTITUIÇÃO DA GÍRIA DE GRUPO ENTRE ADOLESCENTES PRIVADAS E RESTRITAS DE LIBERDADE NO SOCIOEDUCATIVO</b> .....	65
<b>O ESPAÇO DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO: Intercessores a partir de uma teoria de campo</b> .....	66
<b>O EXERCÍCIO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO</b> .....	67
<b>O PRINCÍPIO DA COMPREENSÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO: uma reflexão a partir de Edgard Morin</b>	68

<b>O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE TRABALHADORES INFANTIS ENCARCERADOS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO</b> .....	69
<b>O TRABALHO DOCENTE NA SOCIOEDUCAÇÃO: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho.</b>	71
<b>PELE ALVA, PELE ALVO: por uma crítica racial do modelo socioeducativo brasileiro</b> .....	72
<b>PERFIL DAS PESQUISAS REALIZADAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO 2019-2023</b> .....	73
<b>PRECONCEITO E RACISMO ESTRUTURAL: os desafios de uma socioeducação em rede</b> .....	75
<b>“QUAL O DIA DA LIBERA?”: análise exploratória do prazo da medida socioeducativa de internação</b> .....	76
<b>QUEBRADA EM NÓS: narrativas territoriais de jovens na socioeducação</b> .....	77
<b>RODAS DAS IMAGENS: um dispositivo clínico-político de escuta da liberdade assistida</b> .....	78
<b>SKATE, RAÇA E SOCIOEDUCAÇÃO</b> .....	79
<b>SOCIOEDUCAÇÃO, PSICOLOGIA E PANDEMIA: desafios e potencialidades no trabalho da psicologia na socioeducação em período pandêmico</b> .....	80
<b>SOCIOEDUCAÇÃO: déficit na alfabetização e letramento, e os efeitos no desenvolvimento pedagógico dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa</b> .....	81
<b>SONHO MEU, VAI BUSCAR QUEM MORA LONGE, SONHO MEU: o direito à convivência familiar de adolescentes em medida socioeducativa de internação no paraná</b> .....	82
<b>UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA COLETIVA, PARTICIPATIVA E TERRITORIAL</b> .....	83
<b>VIOLÊNCIA SEXUAL COMO PRÁTICA SOCIAL HISTÓRICA NO BRASIL: apontamentos para uma compreensão antirracista</b> .....	84
<b>COMUNICAÇÕES ORAIS – COMO EU FAÇO</b> .....	<b>85</b>
<b>A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO: A contribuição da atuação da equipe interdisciplinar de uma Vara Regional da Infância e Juventude para o efetivo cumprimento das ações socioeducativas no eixo saúde</b> .....	86
<b>A ATUAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL NAS VARAS ESPECIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: o destaque na articulação entre o executivo e o judiciário paulista</b> .....	87
<b>A BIOPOLÍTICA E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE SOB CORPOS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO PARÁ</b> .....	89
<b>A EXPERIÊNCIA DO CURSO PARTICIPAÇÃO JUVENIL E SOCIOEDUCAÇÃO: construindo novas possibilidades</b> .....	90
<b>A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NUMA VARA REGIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</b> .....	92
<b>A MEDIDA DE SEMILIBERDADE E A SUA EXECUÇÃO EM CONSTANTE APRIMORAMENTO: principais estratégias e impactos positivos</b> .....	93

<b>ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA:</b> uma experiência da terapia ocupacional na socioeducação no Rio de Janeiro.....	95
<b>AMPLIANDO POSSIBILIDADES E CONEXÕES COMPASSIVAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES:</b> Reflexões E Comunicação Não Violenta Em MSE LA .....	97
<b>ARTE NA MEDIDA:</b> memórias para liberdade .....	98
<b>ARTETERAPIA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO EMANCIPADOR EM CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE</b> .....	99
<b>AS AÇÕES DE EMPREGABILIDADE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE:</b> Fomento do protagonismo juvenil e garantia da cidadania responsável .....	101
<b>ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> relato de experiência do grupo de trabalho fortalecer .....	103
<b>AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:</b> um caminho para eficiência no aprendizado.....	104
<b>BEM ESTAR E SAÚDE NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO:</b> relato de experiência sobre um curso para servidores(as) do sistema socioeducativo.....	105
<b>BORDA-DOR:</b> uma prática artística e filosófica desenvolvida no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, Rio Branco/Acre .....	107
<b>CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA:</b> Sinopse das Disciplinas.....	108
<b>CARTOGRAFIAS DA LIBERDADE:</b> territórios, patrimônio e história local .....	110
<b>CLUBE DE LEITURA:</b> práticas de leitura e de ação-reflexiva com adolescentes privados de liberdade do estado do Paraná.....	112
<b>COEXISTÊNCIAS EM DIÁLOGO:</b> relato de uma intervenção interdisciplinar e restaurativa na internação provisória.....	114
<b>CORPO-MOVIMENTO NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO MOCINHA MAGALHÃES (CSMM), RIO BRANCO/ACRE:</b> o que fazem e podem os corpos de jovens privadas de liberdade?! .....	116
<b>DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EGRESSOS NO SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL</b> .....	118
<b>DICHAVANDO:</b> um jogo sobre juventudes e maconha.....	119
<b>EMOCIONÁRIO:</b> cultivando competências socioemocionais em adolescentes: uma jornada de compreensão, regulação emocional e expressão artística .....	120
<b>ENCONTRO COM FAMÍLIAS NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> experiência na semiliberdade.....	122
<b>ENTRE ASSINAR UM PAPEL E TRABALHAR DE GRAÇA:</b> a relação dialógica no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto .....	123
<b>EQUIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> promoção da equidade em contexto fluminense .....	124
<b>ESPORTE RECREACIONAL NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> uma experiência no centro de socioeducação de Londrina/Paraná.....	125
<b>EXPEDIÇÃO MAKER:</b> despertando o interesse pela escolarização por meio da inovação e da tecnologia .....	126

<b>GRUPO DE TRABALHO - GT DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO:</b> Articulando a Rede de Proteção ao adolescente e sua família .....	127
<b>HISTÓRIA DE VIDA:</b> metodologia para reflexão e significação das trajetórias dos adolescentes atendidos pela GEAMA Paranoá e Itapoã .....	128
<b>HORTA COMUNITÁRIA:</b> ocupando espaços públicos para promoção da saúde e da ressocialização .....	130
<b>INSPEÇÃO JUDICIAL:</b> uma estratégia de garantia de direitos de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa .....	132
<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> das audiências concentradas ao pós-medida..	133
<b>LITERATURA AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DE MENINAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:</b> Um relato de experiência acerca de ações pedagógicas realizadas em Rio Branco/AC.....	134
<b>LIVRARTE:</b> poesia como forma de livre pensar .....	136
<b>MANUAL PEDAGÓGICO DE ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS OFERTADAS AOS SOCIOEDUCANDOS:</b> Experiência Acadêmica e Pedagógica na Semiliberdade.....	138
<b>MULEKE MANDRAKE:</b> uma metodologia para trabalhar masculinidades negras e periféricas no contexto socioeducativo .....	139
<b>MUSICARTE:</b> caminhos para a arte-transformação .....	140
<b>O JOGO DA VIDA:</b> cuidado e reflexões em saúde mental com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.....	141
<b>O MUNDÃO:</b> jornal dos adolescentes e jovens no cumprimento da medida socioeducativa de internação.....	143
<b>O PAPEL DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA PROMOÇÃO DA PLURALIDADE DE CORPOS</b> .....	145
<b>O QUE OS JOVENS EM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DESEJAM APRENDER:</b> resistências cênicas na socioeducação .....	146
<b>“O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO”:</b> por uma socioeducação de acessos à cidade.....	148
<b>O SISTEMA DO COMPLEXO TEMÁTICO COMO POTENCIAL PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS NA SOCIOEDUCAÇÃO</b> .....	149
<b>O TRABALHO EM REDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CONEXÃO</b> .....	150
<b>OFICINAS CIRCULARES SOBRE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES:</b> Processos circulares como estratégia de construção do conhecimento junto aos servidores dos Centros Socioeducativos da Funac/MA .....	151
<b>PELE EM TONS DE ORGULHO:</b> autorretratação na reflexão sobre relações raciais .....	153
<b>PODCAST NA MEDIDA:</b> Podcast como ferramenta socioeducativa.....	154
<b>POSSIBILIDADES DE ENCONTRO DA SOCIOEDUCAÇÃO COM PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA</b> .....	155

<b>POSSIBILIDADES E LIMITES NO RESSIGNIFICAR DE TRAJETÓRIAS:</b> uma experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS.....	156
<b>PRÁTICA RESTAURATIVA E PARCERIA COM MOVIMENTOS SOCIAIS NO SOCIOEDUCATIVO ....</b>	157
<b>PRATO VERDE SUSTENTÁVEL:</b> Plantando esperança para colher outras realidades possíveis entre adolescentes atendidos na GEAMA Planaltina/DF.....	158
<b>PROGRAMA DE PSICOTERAPIA DA FUNDAÇÃO CASA:</b> uma abordagem em saúde mental, no contexto da socioeducação.....	159
<b>PROJETO “ROLÊS”:</b> mapeando novos lugares.....	160
<b>PROJETO RAP:</b> ressocialização, autonomia e protagonismo .....	161
<b>PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PARCERIA COM MOVIMENTOS SOCIAIS NO SOCIOEDUCATIVO .....</b>	162
<b>(RE)CONHECENDO A DIVERSIDADE SEXUAL:</b> relato de grupo com adolescentes transexuais na socioeducação .....	163
<b>REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA SOCIOEDUCAÇÃO PARAENSE .....</b>	164
<b>RELACIONAMENTO AMOROSO E SOCIOEDUCAÇÃO:</b> discussões teórico-práticas embasadas no atendimento feminino.....	165
<b>RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA CULTURA E DA ARTE:</b> Projeto U.N.A - Um novo adolescer ...	166
<b>RODA DE CONVERSA:</b> um espaço de expressão e visibilidade no processo socioeducativo.....	167
<b>SÉRIE: MINHA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> um novo instrumental de intervenção socioeducativa.....	168
<b>SOCIOEDUCAÇÃO DECOLONIAL FREIREANA:</b> um relato de experiência acerca de ações pedagógicas realizadas em Rio Branco/AC.....	169
<b>SOCIOEDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E POBREZA:</b> leituras críticas dos dados do sistema nacional de atendimento socioeducativo .....	170
<b>SOCIOINTEGRATIVA:</b> práticas integrativas e complementares na socioeducação .....	171
<b>TEENS AO MÁXIMO:</b> Prevenção e promoção de condições biopsicossocial na socioeducação à luz da teoria das janelas quebradas.....	172
<b>TORNAR-SE MULHER:</b> acompanhamento de meninas em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida .....	173
<b>TRABALHO DA EQUIPE TÉCNICA NO APOIO A EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:</b> desafios a partir das experiências de visitas domiciliares .....	174
<b>TRAMAS E TRAÇOS:</b> atendimento em artes plásticas e cênicas .....	175
<b>UISM AUDIOVISUAL - CENA NA MEDIDA:</b> socioeducação, cinema e profissionalização .....	176
<b>VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO IMPLEMENTO DO CURSO DE ATENDIMENTO À PESSOA TRANS .....</b>	177
<b>VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO DE JUVENTUDE MASCULINO EM ANANINDEUA/PA:</b> relato de experiência do projeto de acompanhamento pedagógico de pessoas em conflito com a lei	179

<b>YOGA NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> relatando experiências realizadas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, Rio Branco-AC.....	.181
--	------

## **PÔSTERES IMPRESSOS..... 182**

<b>PROJETO EMPODERE-SE .....</b>	.183
<b>IDENTIDADES E ADOLESCÊNCIAS NO CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA .....</b>	.185
<b>JOGO DA MEDIDA:</b> a utilização de ferramentas lúdicas no cumprimento da medida socioeducativa .....	.186
<b>MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E COMUNIDADES TERAPÊUTICAS:</b> A atualização da lógica manicomial e seus impactos no SMSE-MA.....	.187
<b>O DIREITO À VISITA ÍNTIMA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA .....</b>	.188
<b>O PIBID COMO FERRAMENTA DE MUDANÇAS NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> um estudo de caso na Escola Antônio Carlos Gomes .....	.189
<b>O SOFRIMENTO PSÍQUICO EM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE .....</b>	.191
<b>PRÁTICAS PARA ALÉM DOS MUROS:</b> relato de experiência sobre o cuidado em saúde mental para socioeducandos .....	.192
<b>PROPOSTA DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS E ANTIRRACISMO NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> Uma proposta inicial de formação de socioeducadores.....	.193
<b>SARAU DA CONSCIÊNCIA NEGRA: TEM POTÊNCIA PRETA NA QUEBRADA? SANKOFA.....</b>	.194
<b>TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO:</b> o papel de uma câmara técnica profissional na visibilidade e resistência.....	.195

## **PÔSTERES DIGITAIS..... 196**

<b>A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....</b>	.197
<b>A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM AMBIENTES SOCIOEDUCATIVOS BRASILEIROS:</b> o que nos diz a literatura nacional?.....	.198
<b>A INTEGRAÇÃO DA ARTE TERAPIA COMO MÉTODO DE ABORDAGEM PSICOTERÁPICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO .....</b>	.200
<b>A NECROPOLITICA E O BIOPODER PRESENTES NA VIDA DE JOVENS E ADOLESCENTES PERIFÉRICOS:</b> Percepções comparativas a partir dos dados estatísticos relativos à socioeducação do Distrito Federal.....	.201
<b>A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO RECENTE EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE O CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DE UM RECORTE DE GÊNERO VOLTADO AO PÚBLICO FEMININO ADOLESCENTE .....</b>	.202
<b>A REVISTA PATHOS E A SOCIOEDUCAÇÃO:</b> a publicação de práticas e pesquisas como fortalecimento da política socioeducativa .....	.203

<b>A SOCIEDADE DE CONSUMO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO “JOVEM INFRATOR”:</b> Um estudo acerca da construção da identidade.....	204
<b>A SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL:</b> pressupostos históricos e os subsídios de uma política de escolarização para o adolescente em conflito com a lei.....	205
<b>A TRANSVERSALIDADE E A INTERSETORIALIDADE COMO INSTRUMENTOS DEMOCRATIZANTES DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS.....</b>	206
<b>CONTRIBUIÇÕES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE NO CUIDADO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:</b> revisão integrativa.....	207
<b>(DES)PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES QUE TRABALHAM NO TRÁFICO DE DROGAS:</b> limites e desafios ao SUAS e ao SINASE.....	208
<b>ESTADO PENAL E A GESTÃO DA CRIMINALIDADE:</b> impactos na política de socioeducação no Estado de Mato Grosso.....	209
<b>FAMÍLIAS, ATENDIMENTO FAMILIAR E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:</b> uma revisão sistemática de literatura.....	210
<b>HUMANIZAÇÃO NA SEGURANÇA DA FUNDAÇÃO CASA.....</b>	211
<b>IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DO I FÓRUM DE ESTAGIÁRIOS DA SEJUS-DF:</b> um relato de experiência.....	213
<b>O PERFIL DO/A USUÁRIO/A SOCIOEDUCANDO/A DE LA E PSC NO SUAS DE MACEIÓ:</b> dados socioeconômicos de 2016 a 2020 que denunciam racismo e criminalização da pobreza.....	215
<b>O PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E O ATENDIMENTO EM REDE NO TERRITÓRIO.....</b>	216
<b>“O QUE NÓS PODEMOS FAZER ALI?”:</b> experiências na prática de estágio supervisionado em terapia ocupacional em unidades de cumprimento de medida socioeducativa.....	218
<b>PRÁTICAS DECOLONIAIS DE SOCIOEDUCAÇÃO:</b> a experiência do projeto socioeducação e decolonialidade na internação provisória de Londrina/PR (2021-2023).....	220
<b>PROGRAMA DE PSICOTERAPIA DA FUNDAÇÃO CASA:</b> uma abordagem em saúde mental, no contexto da socioeducação.....	222
<b>PROJETO “SOU DA PAZ!”:</b> estabelecendo a Cultura da Paz.....	223
<b>PROJETO DE VIDA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIOEDUCAÇÃO:</b> reflexão com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.....	224
<b>PROJETO ROBÓTICA COM ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI/UNEI PANTANAL.....</b>	225
<b>SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....</b>	226
<b>TERAPEUTAS OCUPACIONAIS E O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO:</b> A especificidade profissional na execução das medidas de privação de liberdade.....	228
<b>TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FÓRUM DAS VARAS ESPECIAIS – TJ/SP:</b> reflexões teórico-práticas.....	229
<b>TRAJETÓRIAS MARCADAS:</b> Um estudo crítico acerca do papel da escola no processo socioeducativo.....	230

<b>“O QUE NÓS PODEMOS FAZER AQUI?”: experiências na prática de estágio supervisionado em terapia ocupacional em uma casa de semiliberdade .....</b>	<b>.231</b>
<b>TRANSIÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL NO COTIDIANO DE JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: reflexões sobre desafios e oportunidades.....</b>	<b>.233</b>



# MESA REDONDA



**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SOCIOEDUCAÇÃO:**  
urgências de diálogo

Gloria Christina de Souza Cardozo  
Divisão de Formação Educacional e Profissional, Coordenação de Gestão do Sistema  
Socioeducativo - PR; gloriacardozo@seju.pr.gov.br

Resultado de um processo de busca pela construção de uma práxis socioeducativa antirracista, que almejava dialogar com o contexto vivenciado ainda durante o período mais agravado do quadro da Pandemia de COVID, o trabalho integrou a mesa “Do não dito racista a uma socioeducação antirracista”. No intento de apresentar alguma contribuição ao debate proposto, o recorte adotado se colocou na perspectiva de pautar reflexões a respeito da construção de práticas pedagógicas no contexto da socioeducação, a contemplar a totalidade da comunidade socioeducativa, ou seja, meninas e meninos atendidos, suas e seus familiares e/ou responsáveis e trabalhadoras e trabalhadores que atuam neste sistema. A pautar a urgência do letramento racial e da própria racialização da proposta político-pedagógica da socioeducação, a compreender quais corpos historicamente são alvo da responsabilização e da privação de liberdade no Brasil, buscou-se contemplar o próprio processo de formação humana a que os sujeitos da socioeducação estão a vivenciar em suas experiências constitutivas. Esta reflexão, uma condição para formulação do que pode ser compreendido como um currículo para uma socioeducação antirracista que identifique quais elementos culturais na atualidade são imprescindíveis à formação humana que supere o racismo e, quais metodologias mais adequadas para compartilhamento e mesmo desenvolvimento destes saberes e fazeres junto ao coletivo da comunidade socioeducativa, na analogia das contribuições sobre o objeto do trabalho educativo consubstanciadas na obra de Saviani. Um currículo antirracista para a socioeducação visa contemplar não apenas o trabalho pedagógico desenvolvido junto a meninas e meninos em cumprimento das medidas de responsabilização que integram o sistema brasileiro de justiça juvenil, mas também as práticas de formação inicial e continuada do conjunto de profissionais que integra este sistema. Buscou-se resgatar no debate sobre perspectivas metodológicas, o legado freireano, fundamentalmente na prática dialógica dos círculos de cultura, a recuperar um projeto desenvolvido no atendimento pedagógico a adolescentes em cumprimento de internação em uma das unidades de internação do sistema paranaense de atendimento socioeducativo – o Café Socioeducativo. Coadunando com o entendimento da educação apreendido da formulação freireana, este projeto pautava na discussão com os adolescentes e a equipe que o integrou, tanto a dimensão educacional enquanto alternativa de intervenção no mundo, quanto seu aspecto de esforço para reprodução e para o desmascaramento da ideologia dominante, qual seja neste contexto, o racismo. Por fim, a reconhecer que a constituição de uma práxis socioeducativa antirracista se relaciona com a multiplicidade de vivências culturais que nos forma ao longo do desenvolvimento e passam a integrar as práticas performadas na aplicação, execução ou no cumprimento das medidas socioeducativas, ressaltou-se a relevância de proposição de ações que dialoguem com as diversidades dos modos de ser e estar dos sujeitos que compõem e vivenciam as comunidades socioeducativas.

**Palavras-chave:** Práxis socioeducativa antirracista; Letramento racial; Formação humana.

**RACISMO E NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL TRAÇANDO O JUVENICÍDIO:**  
morte morrida e morte matada dos adolescentes em conflito com a lei

Andréa Pires Rocha

Universidade Estadual de Londrina; andrearocha@uel.br

É no terreno do racismo, que estruturou a lógica colonial e se reconfigura nas relações capitalistas, que a necropolítica se materializa, conforme nos ensina Achille Mbembe. Por isso, ao parafrasear João Cabral de Mello Neto, questionamos o lugar das mortes morridas e mortes matadas impostas pela necropolítica neoliberal. Desde o contexto colonial o Estado impõe seu necropoder para determinados grupos, definindo quem é humano. Característica que se mantém no Estado burguês, mas de forma reconfigurada pelo manto da “liberdade” e da democracia liberal. Nesse sentido, a violência de um estado que decide quem vive e quem morre, não é exceção, mas sim a regra. Ou seja, o humanismo burguês está inserido em inúmeras contradições, as quais, em diferentes contextos da história, convive perversamente com a violência. A formação brasileira recebe marcas deletérias do racismo estrutural, que vem determinando lugares de vida e morte desde o escravismo, realidade que ganha novas nuances no pós-abolição, quando o país é colocado na condição de capitalismo periférico e dependente. Quando o trabalho passa a ser livre, há a adesão ao projeto de embranquecimento, influenciado pelas expressões racistas reproduzidas no bojo da eugenia e do higienismo. Então, para pessoas indígenas e negras, anteriormente escravizadas, são impostos inúmeros obstáculos para o acesso ao trabalho remunerado e à cidadania. No que tange a questão dos adolescentes em conflito com a lei, vemos determinações diretas do racismo. Como, por exemplo, no Código de Menores de 1927, os capoeiras serem vistos como delinquentes por natureza. No Código de Menores de 1979, ditado pela ideologia da segurança nacional, institucionalização e racismo se materializam na criminalização da pobreza. O sistema de direitos voltados à infância e juventude brasileira só ganha nuances verdadeiramente protetivos após a Constituição Federal de 1988. Porém, no mesmo contexto histórico, o país adere a economia política neoliberal, tornando ainda mais complexa a luta pela efetivação dos direitos positivados. A necropolítica neoliberal implica em “mortes morridas” de doenças decorrentes da fome, problemas de saúde passíveis de tratamento, exclusão do direito à educação de qualidade, superencarceramento. Provoca as “mortes matadas” por violência policial subsidiada pela guerra às drogas, instrumento eficaz que justifica prisões arbitrárias e se torna salvo conduto para aplicação da “pena de morte” no cotidiano das operações policiais. Além disso, o proibicionismo permite que o comércio de drogas ocorra a partir de regras violentas que interpõe a violência de jovem contra jovem. Neste estado de coisas, são mais de 50 mil pessoas mortas anualmente, dessas, muitos adolescentes e, de cada três, dois são negros. Preciso parafrasear novamente Mello Neto, pois qual é a parte que nos cabe neste latifúndio? A nós, cabe racializar o debate sobre infância, adolescência e juventude; defender os direitos humanos; empreender ações antirracistas no cotidiano; somar em lutas coletivas; estimular o protagonismo dos meninos, meninas e famílias. E, jamais esquecer que os direitos são resultado de lutas dos povos originários, dos quilombolas, das mulheres, da classe trabalhadora no geral, pois, como canta Emicida, “tudo que nós tem é nós”.

**Palavras-chave:** Racismo; Guerra às drogas; Necropolítica; Neoliberalismo.

### ESCOLAS ESTADUAIS DE SOCIOEDUCAÇÃO:

desafios e conquistas no processo de formação continuada de socioeducadores

Guilherme Astolfi Caetano Nico

Universidade Corporativa UNICASA/Fundação CASA- SP; gnico@sp.gov.br

O IV Simpósio Nacional em Socioeducação, com abertura oficial no Auditório da ADUnB da Universidade de Brasília (UnB), foram três dias de bastante diálogo, construção de conhecimento e de muita contribuição para o fortalecimento do Sistema Socioeducativo Nacional com centralidade no antirracismo, direitos humanos e cenários de resistência. Na manhã do dia 22 realizou-se a Mesa Redonda com o tema: “Escolas Estaduais de Socioeducação: desafios e conquistas no processo de formação continuada de socioeducadores”. Palestrando o Sr. Alex Sandro da Silva, do Departamento de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, que apresentou a experiência de formação continuada para o sistema socioeducativo do respectivo estado, com destaque para a parceria com a Universidade Federal do Paraná promovendo capacitação na modalidade de extensão universitária, com o prosseguimento de formação stricto sensu, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. A Sra. Mônica Calandrini, da FASEPA Estado do Pará, relatou a experiência inicial de implantação do núcleo estadual da socioeducação do Pará, agradecendo a contribuição da UNICASA-SP para este intuito. O Sr. Rômulo Telles, do IASE do Espírito Santo, apresentou a experiência de capacitação realizada pelo estado, destacando a participação de atores do SGD contribuindo com essa finalidade. A Sra. Priscilla Swaze Silva, da Escola de Socioeducação do Estado do Maranhão, expôs a experiência do núcleo estadual na escola de socioeducação daquele estado, destacando ações formativas presenciais e relatando a dificuldade das formações presenciais e a distância e a necessidade de financiamento para viabilizar as respectivas ações formativas. O debate foi mediado por mim, Guilherme Astolfi Caetano Nico, da Universidade Corporativa (UNICASA), representando a Fundação CASA, destacando a necessidade da integração da ENS e dos núcleos estaduais, potencializados pela Política Nacional de Formação Continuada do SGDC, promovendo a troca de boas práticas, cursos e a contribuição mútua entre os núcleos e a própria ENS, fortalecendo a formação continuada e conseqüentemente o Sistema Socioeducativo, por meio da qualificação, valorização, reconhecimento e regulamentação da profissão de Socioeducador. Concluo que o IV Simpósio foi bastante proveitoso, da mesma forma que o Encontro da ENS, ambos trazem expectativas positivas para qualificação do atendimento, da gestão e da Política Socioeducativa. Finalizo externando o sentimento de que é preciso promover mais ações semelhantes nas demais regiões do país e no Estado de São Paulo, compreendendo a Fundação CASA como protagonista desta ação.

**Palavras-chave:** Formação Continuada; Núcleos Estaduais da Escola de Socioeducação.

## A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA SOCIOEDUCADORES NO ESTADO DO PARANÁ

Alex Sandro da Silva

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná; alex\_sandro@seju.pr.gov.br

Flavia Palmieri de Oliveira Ziliotto

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná; flaviaziliotto@seju.pr.gov.br

A apresentação elaborada para a contribuição da mesa redonda Escolas Estaduais de Socioeducação: desafios e conquistas no processo de formação continuada de socioeducadores, foi construída a partir do recorte temporal da instituição do Núcleo Gestor Estadual da Escola Nacional de Socioeducação, formalizado através da Resolução nº 080 de 17 de julho de 2015, Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, publicada no Diário Oficial nº. 9496 de 20 de julho de 2015, por certo, sem prejuízo dos processos de formação realizados até a inauguração da normativa e da existência da Escola Nacional de Socioeducação, que em sua existência impulsiona a instituição dos Núcleos Gestores Estaduais. A referência à formação a partir do Núcleo Gestor Estadual, demonstra o processo de formação pensado, instruído e executado em parceria com a Escola de Direitos Humanos ESEDH, onde resta vinculado o referido Núcleo, compondo a mesma pasta. Em que pese a organização administrativa, a qual traz a vinculação do processo de formação à citada escola, a demanda é apresentada pelo órgão gestor do sistema socioeducativo estadual através da elaboração e apresentação de projeto de evento, onde se apresenta o tema, carga horária, público, conteúdo programático e os professores formadores para cada formação a ser executada. Importante destacar que os processos de financiamento para as formações realizadas aos socioeducadores contam além de recursos da SEJU com recursos do Fundo para Infância e Adolescência - FIA, deliberados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PR, com base em projetos apresentados pelo órgão gestor do sistema socioeducativo, e de recurso oriundo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Dessa última parceria, cita-se a experiência de execução de projeto de Especialização em atendimento Socioeducativo com oferta de 907 vagas, com carga horária de 360 horas/aula, ministradas pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), destas sendo 424 vagas destinadas aos profissionais que atuam na gestão e no atendimento socioeducativo em unidades de privação e restrição de liberdade. Assim, a formação perpassa a formação inicial, chegando a especialização lato sensu, com perspectiva de oferta de especialização stricto sensu. O objeto da apresentação centra-se no compartilhamento da experiência de formação para os socioeducadores, da vinculação do núcleo gestor a uma escola formadora e certificadora, bem como de possibilidades de financiamento de projetos através de cursos do FIA e do Banco Interamericano.

**Palavras-chave:** Formação; Socioeducadores; Financiamento.

**POR UMA ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA AGENDA NACIONAL DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS INFORMADAS POR EVIDÊNCIAS**

Pedro de Lemos MacDowell

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; pedro.lemos@mdh.gov.br

Roberto Rocha Coelho Pires

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; roberto.pires@mdh.gov.br

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) tem buscado, desde 2023, fortalecer a agenda nacional de políticas informadas por evidências para apoiar a tomada de decisão nas políticas de direitos humanos. Para isso foi criada, na estrutura regimental da Secretaria-Executiva do Ministério, a Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos (CGIE), cuja estratégia de atuação prioriza duas iniciativas articuladas no âmbito das políticas informadas por evidências, o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH) e a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH). O principal objetivo do ObservaDH é o de difundir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, fornecendo evidências para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de defesa, promoção, proteção, educação e cultura em direitos humanos, nos níveis de governo federal, estadual e municipal e junto à sociedade civil. Já o objetivo da ReneDH é o de fomentar o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências no desenvolvimento de pesquisas, estudos e análises em direitos humanos no Brasil. ObservaDH e ReneDH se integram e se complementam. Por meio da ReneDH será possível superar as lacunas de evidências existentes e produzir dados e informações sobre fenômenos pouco visibilizados nas estatísticas oficiais, visando qualificar e ampliar as análises do Observatório. Por seu lado, o ObservaDH será o principal meio de divulgação das pesquisas, estudos e análises produzidos pela Rede, garantindo que informações sobre a situação dos direitos humanos cheguem a gestores públicos, organizações da sociedade civil, jornalistas, pesquisadores e estudantes. O conteúdo do ObservaDH é publicizado por meio de uma plataforma virtual de acesso público (<http://observadh.mdh.gov.br/>) que reúne um conjunto de indicadores e índices de direitos humanos, apresentados na forma de narrativas de dados e painéis, com foco nos públicos e temas prioritários do MDHC, como crianças e adolescentes; pessoas idosas; pessoas com deficiência; pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e outras (LGBTQIA+); pessoas em situação de rua; e outros grupos sociais vulnerabilizados. Os dados são analisados a partir de uma perspectiva interseccional – que ressalta a heterogeneidade das experiências de desigualdade no interior dos grupos – e territorial – que desagrega os indicadores nos níveis municipal, estadual/distrital e nacional. Além disso são apresentados também índices de capacidades institucionais que permitem acompanhar como os governos estaduais e municipais têm se organizado, em termos de estruturas e processos essenciais para garantir a realização das políticas de direitos humanos (como a existência de órgãos gestores, planos, fundos, conselhos, conferências e canais para recebimento de denúncias). As narrativas de dados são construídas visando a maior acessibilidade, com linguagem simples e recursos que permitem a interação por pessoas com diferentes tipos de deficiência. No processo de atualização do Observatório em 2024 está previsto o lançamento de uma narrativa de dados com indicadores sobre o sistema socioeducativo no Brasil. A produção desta narrativa prevê articulações com os

atores governamentais competentes, além de organizações da sociedade civil e universidades que desenvolvam pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Políticas Informadas por Evidências; Direitos Humanos; Observatório Nacional dos Direitos Humanos; Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

## SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Políticas Públicas Baseada em Evidências: O papel da vigilância socioassistencial para  
Socioeducação no SUS

Ana Carla Costa Rocha

Coordenação Geral de Medias Socioeducativas e Programas Intersectoriais, Secretaria Nacional de  
Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à  
Fome; ana.carla@mds.gov.br

No Brasil, as medidas socioeducativas em meio aberto, como Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, são executadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Historicamente, a Assistência Social desempenha um papel central no atendimento a adolescentes autores de atos infracionais. Esse atendimento foi gradualmente integrado à Assistência Social à medida que esta se estruturava como política pública, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. Em 2004, o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto foi definido como serviço continuado no SUAS, conforme estabelecido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e posteriormente, em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. O Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) realiza o acompanhamento do cumprimento das medidas em meio aberto e se baseia em atendimento especializado, escuta qualificada e acompanhamento integrado dos adolescentes e suas famílias, articulado com outros serviços socioassistenciais e políticas setoriais, como educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer. Após um período de quatro anos de desfinanciamento, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) retomou sua priorização no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) alocou recursos financeiros substanciais para os estados e municípios, com o objetivo de assegurar o funcionamento adequado do SUAS. Em 2023, cerca de 33 mil adolescentes estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no âmbito do SUAS, evidenciando a necessidade de atenção especializada nessa área. A apresentação realizada no IV Simpósio em Socioeducação teve como propósito demonstrar a dimensão deste sistema como uma política pública baseada em evidência e como o papel da vigilância socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS, visa garantir aos adolescentes em situação de medida socioeducativa a proteção social, prevenção de riscos e vulnerabilidades, promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos. Para embasar a apresentação, foram utilizadas análise documental, revisão bibliográfica, consulta às normativas e coleta de dados quantitativos, a fim de contextualizar o papel da vigilância socioassistencial no SUAS e sua relação com a socioeducação. A integração entre o SUAS e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) revelou-se fundamental para garantir o acesso dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas aos serviços socioassistenciais. Destacou-se a importância do papel da Proteção Social Especial do SUAS, como locus de execução na oferta de serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). No contexto da socioeducação, no âmbito do SUAS, a vigilância socioassistencial, definida como uma das funções da política de assistência social, foi essencial para a produção de diagnósticos socioassistenciais permitindo uma melhor compreensão das realidades locais, orientando a alocação de recursos e a oferta de serviços socioassistenciais. A Vigilância Socioassistencial promoveu, a partir de seus



princípios, a proteção social, aliado à integração entre diferentes políticas e serviços, garantia do acesso dos adolescentes em situação de medidas socioeducativas a serviços de qualidade, contribuindo para sua integração social e para a redução da reincidência. Desta forma, as políticas públicas baseadas em evidências, como o Sistema Único de Assistência Social, desempenham um papel importante na promoção de direitos sociais e humanos na socioeducação.

**Palavras-chave:** SUAS; Vigilância Socioassistencial; SINASE; Medidas Socioeducativas.

## MÉTODO CERCO E A EXPLORAÇÃO DE ADOLESCENTES NO TRÁFICO COMO CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO

Larissa Mazzotti Santamaria

Programa de Pós-graduação Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social - FMUSP;  
larissa.mazzotti@usp.br

Marta Carvalho de Almeida

Programa de Pós-graduação Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social - FMUSP;  
mcarnei@usp.br

A participação de adolescentes no tráfico de drogas no Brasil configura-se como uma violação grave de direitos humanos e, ao mesmo tempo, tem sido uma das principais razões pelas quais se determina o cumprimento de medidas socioeducativas do adolescente. O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) vem trabalhando a temática por meio da criação e adoção de dinâmicas de grupo e jogos de tabuleiros nos acompanhamentos de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, e a partir dessa experiência, elaborou proposta de oficinas para formação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Valorizando as narrativas desses adolescentes sobre as experiências no tráfico de drogas, foi desenvolvida uma metodologia denominada de “Método Cerco”, com vistas a formação de profissionais para o reconhecimento da atuação desses adolescentes no tráfico enquanto trabalho infantil. Ao implantar o diálogo e a reflexão acerca de saberes dos adolescentes envolvidos no tráfico, o Método Cerco pretende facilitar o acesso a informações que, de outra forma, seriam de difícil obtenção, além de permitir a construção de conhecimento por meio de colaboração coletiva. O estudo em desenvolvimento objetiva sistematizar e analisar o Método Cerco, apontando diretrizes para seu aprimoramento. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com fundamentos da pesquisa-ação. Foram realizados três eventos educativos utilizando o Método Cerco, envolvendo 44 profissionais do SGDCA. A coleta de dados incluiu observação participante, questionários digitais antes e após eventos educativos e entrevistas em profundidade. No estágio atual, a análise obtida pelas informações dos questionários segue princípios de estatística descritiva e análise temática e será complementada com análises das entrevistas e observações. Até o momento foi possível observar que os profissionais, após a formação, apresentaram percepções mais consistentes sobre o trabalho infantil no tráfico, identificando uma gama mais ampla de fatores relacionados ao problema. Essas conclusões convergem com estudos que indicam que no tráfico existe um extenso processo de exploração do trabalho infantil, com consequências imediatas e prolongadas que ferem as garantias de direitos sociais e expõem os adolescentes a diversos riscos, submetendo-os a situações física, mental, social e moralmente perigosas e prejudiciais. O Método Cerco parece expandir os referenciais práticos e teóricos que podem subsidiar os profissionais para o enfrentamento do trabalho infantil no tráfico, ao incorporar as concepções dos próprios adolescentes, promovendo coletivamente a desconstrução de estereótipos e distorções sobre o tema. As transformações identificadas nas percepções dos profissionais sobre o trabalho de adolescentes no tráfico apontam para a capacidade da formação em enriquecer referenciais analíticos que podem embasar intervenções mais incisivas, sobretudo em relação aos elementos que fundamentam a caracterização do trabalho infantil no tráfico como uma condição análoga à escravidão. Estes elementos incluem a exposição a jornadas exaustivas de 12 horas, a exigência de resgates e acertos de dívidas, ameaças de morte, exaustão física e mental, restrição do direito de

## MESA REDONDA

locomoção, remuneração do trabalho em drogas, submissão ao trabalho forçado, coerção psicológica, moral e física, condições de trabalho degradantes, ruptura dos vínculos sociais e retaliação às famílias.

**Palavras-chave:** Formação Profissional; Tráfico de Drogas; Adolescente; Trabalho Infantil.

# COMUNICAÇÃO ORAL

SOCIALIZAÇÃO  
DE RESULTADOS  
DE PESQUISA



**A ADOLESCÊNCIA E O AÇOITE RACIAL PELO PRISMA DA SOCIOEDUCAÇÃO:**

Um apanhado dialético da violência estrutural

Fábio Henrique P. S. Borges

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude (PPGPPIJ); borgesf040@gmail.com

Jéssica Araújo da Silva

Universidade de Brasília(UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude (PPGPPIJ); mediadorajessicaaraujo@gmail.com

Pedro Pimentel Seabra

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP); pedropseabra@gmail.com

Discutir a adolescência hoje na contemporaneidade, no que se refere ao seu caráter social e pragmático, sugere uma compreensão da sua historicidade e complexidade diacrônica. É imprescindível, pois, o resgate à infância e aos momentos de formação e percepção desse indivíduo na sociedade, enquanto um sujeito histórico-social. Esta pesquisa, pois, tem como escopo a adolescência (sob o espectro da negritude) numa perspectiva metodológica histórico-crítica, com o objetivo de discutir e refletir os processos atuais de entendimento dessa “etapa da vida”, a formação social e a complexidade epistemológica quanto à sua ligação com a pobreza, a raça e a violência no campo da socioeducação. Como se forma a infância e a adolescência no Brasil? Quais as principais transformações percebidas nas últimas décadas? Como entender a adolescência na ótica da sociedade e das medidas socioeducativas? Quem são os adolescentes do Brasil? Quais adolescentes são considerados infratores? Foram observados, pelo viés qualitativo e método indutivo com revisão de bibliografias e dados estatísticos, alguns instrumentos legais instituídos e novas percepções sociológicas e psicológicas da adolescência em contraposição às teorias reducionistas e escravagistas. Foram feitas ponderações no tocante às teias formadas por categorizações distorcidas, porém intencionais, para consolidação de grupos supremacistas e de elites históricas e hereditárias em preterição dos eleitos, arbitrariamente, desiguais e marginais. O resultado mostra a limitação ideológica construída ao longo dos séculos, institucionalizando e difundindo mitos e preconceitos, principalmente no tocante aos adolescentes pretos e pobres, os quais permanecem historicamente as maiores vítimas da violência estrutural. Logo, para que o sistema reforçador de desigualdades mude e a estrutura de poder seja rompida e superada, é fulcral que o trabalho na educação e na socioeducação seja intersetorial, transdisciplinar, polissêmico (concernente às compreensões históricas e culturais), dialético e humano, até porque compreender adolescência demanda entender interseccionalidade e diversidade. Para tanto, as medidas socioeducativas estabelecem uma direção pautada e edificada na relação dialógica entre os atores envolvidos – socioeducadores, educadores, psicólogos, adolescentes infratores – fixando a corresponsabilidade como determinante nesse processo de ressignificação, eliminando gradativamente o caráter moralizador, até porque esses jovens não são carentes morais, e sim vítimas de um sistema que teve diferentes contextos ao longo da história, porém conhecido, atualmente, como Neoliberalismo, sustentado pelo Capital(ismo).

**Palavras-chave:** Adolescência; Racismo; Diversidade; Sistema socioeducativo; Violência estrutural.

## A CARTOGRAFIA UTILIZADA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA SOCIOEDUCAÇÃO

Samuel Moura

Universidade Federal do Pará (UFPA); samuelmourastm7@gmail.com

Érica Fares

Universidade Federal do Pará (UFPA); erikafares@yahoo.com.br

Daniel Sombra

Universidade Federal do Pará (UFPA); dsombra@ufpa.br

Pâmela Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA); pamelageografia@hotmail.com

David Williams

Universidade Federal do Pará (UFPA); williamsdavi4@gmail.com

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa federal que tem por finalidade o aprimoramento da atividade de docência para os estudantes de licenciatura do nível superior, que tem por objetivo atender à educação básica, buscando trazer o estudante em formação para o ambiente escolar, dominando a prática de uma rotina escolar, desenvolvendo dinâmicas pedagógicas que estimulem o aprendizado, e agregando cada vez mais para o ensino sentido de trazer aspectos socioculturais do território onde esse aluno está inserido. O PIBID nesse sentido se torna de grande importância, pois as experiências provenientes da academia unida com a sala de aula de uma escola se torna proveitosa. Um exemplo de uma escola que foi contemplada pelo projeto PIBID foi a Escola Antônio Carlos Gomes da Costa, uma unidade vinculada à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), que está localizada no município de Ananindeua (PA), região metropolitana da capital paraense Belém (PA), e atende adolescente e jovens de todo o Pará. Em relação ao PIBID, está vinculado à Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua (PA). As unidades da socioeducação desempenham uma metodologia diferenciada do modelo convencional, o ensino se torna mais flexível, adaptando a prática pedagógica às necessidades e dificuldades do socioeducando, pois o público alvo da instituição está em medida de privação de liberdade. Além desses jovens e adolescente chegarem até essas unidades de acolhimento apresentando um nível escolar muito defasado, alguns apresentam analfabetismo ou semianalfabetismo, além de trazerem consigo um capital cultural limitado, dito isso, buscamos realizar com esse aluno uma metodologia que pudesse conversar com a realidade imposta ao socioeducando. A ciência que estuda o território e todos os seus aspectos é a Geografia, com isso, para desempenharmos algo lúdico e de fácil compreensão ao socioeducando, nos apropriamos do ramo da Cartografia para desenvolver a dinâmica da Oficina, onde desenvolvemos diversos mapas, na construção desses mapas descobrimos que alguns garotos não sabiam de que municípios eles eram oriundos, apenas sabiam o nome da comunidade onde residiam, foi uma surpresa, por mais que tenha sido novidade saber dessa limitação deles, essa realidade é mais comum do que se pode imaginar. Acompanhando a rotina dos socioeducandos como estagiário do PIBID, foi observado que na Unidade de Atendimento Socioeducativo (UASE 2) os adolescentes, em sua grande maioria, são oriundos do interior do Estado do Pará. Os garotos se sentiram muito confortáveis nos contando um pouco das suas vivências e

experiências, relatos produtivos de suas interações com a floresta, onde além de se divertirem brincando na floresta, era da floresta que tiravam seu alimento através da caça, o rio fazia parte dessa dinâmica também, onde além de ser o seu parque de diversão era de onde tirava o sustento familiar também. Relatos que vão além de uma lembrança de infância, e que também são relatos da sua identidade como amazônida que traz consigo traços fortes de territorialidade, que suas experiências e vivências são válidas, e são os retratos de um modo de vida de resistência que sobrevive diante do avanço predatório e de destruição do capitalismo predatório que acomete os povos da região amazônica com seus grandes projetos.

**Palavras-chave:** Escolarização; Cartografia; Identidade; Território; Socioeducação.



**A ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DA UNISS E UNIRE DO DISTRITO FEDERAL**

Thaila Karoline Furtado Severo  
Universidade de Brasília (UnB); thaila.karoline@edu.se.df.gov.br

Ivanilde Maria Pereira da Silva  
Universidade de Brasília (UnB); ivanildempsilva.unb@outlook.com

Jéssica Araújo da Silva  
Universidade de Brasília (UnB); mediadorajessicaaraujo@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma análise dos índices educacionais dos adolescente que cumprem medidas socioeducativas na Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS) e na Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), sendo que a escola de ambas as instituições socioeducativas estão vinculadas a uma unidade escolar da Secretaria de Educação do Distrito Federal. O objetivo deste trabalho está em promover uma reflexão acerca da escolarização destes jovens e a efetividade das atuais políticas públicas educacionais voltadas a esse público. Uma vez que, de acordo com dados do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), estes se encontram em distorção idade e série, sendo em sua maioria do sexo masculino, pardos e com raça não declarada. Segundo o Censo Escolar de 2022, a escola analisada nesta pesquisa não atingiu a meta proposta, tendo realizado 6 matrículas nos anos iniciais, 96 nos anos finais, 1267 no ensino médio, 43 na educação especial e com o quadro de 95 professores. Importa ressaltar que o recorte desta pesquisa será nos anos iniciais e finais, observando os marcadores de raça, gênero e abandono escolar. A metodologia utilizada é a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, com base nos dados educacionais expressos através de exames promovidos pelo poder público e divulgados em plataformas governamentais e de entidades voltadas para promoção de ações que visam a garantia de direitos para infância e juventude, tais como o site: Trajetórias de Sucesso Escolar do UNICEF, além dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e das literaturas acerca da temática. Os resultados esperados permitem traçar um perfil étnico, social e de letramento dos jovens, bem como conjectura de que forma a escolarização tem impactado na realidade social desse público de maneira a influenciar na superação da atual situação do adolescente em conflito com a lei, por meio de novas oportunidades e vivências no contexto escolar. Assim, é possível pensar quais alternativas dentro das políticas educacionais vigentes podem ser aprimoradas para garantir o direito à educação de qualidade para este grupo, com os fundamentos dos objetivos do desenvolvimento sustentável, conforme diretrizes estabelecidas pela agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) 2030.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Escolarização; Índices escolares; Socioeducação.



## A EXECUÇÃO DA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I:

Um estudo de caso

Paloma Andressa Xavier de Paula  
Universidade Estadual de Londrina (UEL), Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região (CRESS-PR); paloma.andressa@uel.br

Andréa Pires Rocha  
Universidade Estadual de Londrina (UEL); drea\_rocha@yahoo.com.br

Trata-se da divulgação dos resultados obtidos em dissertação de mestrado defendida em 2019, que versa sobre a execução da política socioeducativa concernentes às medidas socioeducativas em meio aberto em municípios de pequeno porte I. A principal motivação para elaboração desta pesquisa ocorreu pela autora ser Assistente Social recém-formada em 2015, que foi incumbida de atuar com o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de Marilândia do Sul, no norte do Paraná, ocasião em que percebeu diversos desafios na implementação de uma política socioeducativa neste território. Portanto, o objetivo geral do estudo foi analisar como é executada a política socioeducativa nos municípios de pequeno porte que compõem a Comarca de Marilândia do Sul, que refletem a realidade de diversos municípios pequenos do país. Escolhida como recorte geográfico da pesquisa, é uma Comarca inicial composta pelos municípios Marilândia do Sul, Rio Bom, Califórnia e Mauá da Serra, todos com menos de dez mil habitantes e com extensa atividade do agronegócio. Foi uma investigação qualitativa, composta por revisão bibliográfica e pesquisa de campo, que teve como técnicas de coleta de dados a análise documental e entrevistas semiestruturadas, as quais subsidiaram o estudo de caso. Três municípios aceitaram participar da pesquisa, a saber: Califórnia, Rio Bom e Marilândia do Sul. Foram entrevistadas profissionais que coordenam a execução das medidas socioeducativas em meio aberto nestes territórios, todas eram Assistentes Sociais. Os principais resultados obtidos perpassam pela ausência da implantação formal do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), previstas pelas normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); recursos humanos escassos para o atendimento socioeducativo, pois não havia equipe técnica suficiente, sendo apenas uma dupla de Assistente Social e Psicólogo, ou somente Assistente Social, que não era uma equipe exclusiva deste Serviço, atendendo outras demandas oriundas da Proteção Social Especial e Gestão da Política Municipal de Assistência Social; não articulação da rede de proteção à infância e adolescência, tornando-se na execução do serviço uma responsabilidade apenas da técnica que respondia formalmente pelas medidas socioeducativas no município; e o não cumprimento, sequer parcial, dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativos. Considera-se, ao final que as dificuldades vivenciadas para a execução das medidas em municípios de pequeno porte I se deve a fatores vinculados a particularidades desses territórios e, principalmente, ao fato da descentralização política, administrativa e financeira, acontecer no bojo do neoliberalismo, que na realidade impõe o desmonte das políticas sociais e desmonta os sistemas de proteção. Neste sentido, observou-se que em um contexto de Estado neoliberal, de cunho penal, o investimento na execução das medidas socioeducativas é escasso no que tange às possibilidades educativas destas medidas, prevalecendo, na maioria das vezes, a esfera do controle sancionatório formal. Carece de

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Socialização de resultados de pesquisa

formalização de políticas sociais e socioeducativas que considerem as particularidades de cada território, utilizando-se de suas potencialidades para construção de uma socioeducação de fato garantidora de direitos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Território; Estado; Adolescentes; Atos infracionais.

## A INDETERMINAÇÃO TEMPORAL NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:

Breve panorama da literatura

Beatriz Yamada

Universidade de Brasília (UnB); beatriz.yamada@aluno.unb.br

Cynthia Bisinoto

Universidade de Brasília (UnB); cynthia@unb.br

No decorrer da história, é possível observar um crescimento da ingerência estatal no controle da adolescência. A literatura tem apontado para três principais fases de intervenção do Estado para esse público, são elas: penal indiferenciada, tutelar e garantista. A primeira estendeu-se desde o Código Criminal do Brasil Império, de 1830, à instituição do primeiro Código de Menores (1927). A fase tutelar, por sua vez, vigorou da promulgação do referido código até a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que inaugurou a fase garantista, a qual persiste até os dias atuais. Um aspecto relevante, mas ainda pouco explorado nas publicações nacionais, é o período total de cumprimento da medida socioeducativa de internação, que não comporta prazo determinado. No Brasil, desde o primeiro Código Criminal de 1830, há previsão legislativa de aplicação de medidas indeterminadas ou “pelo tempo que ao juiz parecer” voltadas aos adolescentes, constando tão somente de um limite temporal máximo enquanto parâmetro. Esse dispositivo legal permaneceu no modelo tutelar e tem perseverado no paradigma garantista, a despeito das transformações sociais e legislativas. São inegáveis e significativos os avanços assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, é igualmente relevante o debate acerca da aplicabilidade de tal instituto no contexto atual e suas consequências práticas. Desta feita, dada a relevância temática, foi realizada pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão integrativa em base de periódicos nacionais (SciELO, Pepsic, IndexPsi e periódicos CAPES), visando explorar e apresentar o panorama de estudos que tenham por objeto o tempo de cumprimento da medida socioeducativa de internação ou a sua indeterminação temporal. Embora a temática seja de elevada pertinência, haja vista a consequência de interferência significativa na vida dos adolescentes, foi possível constatar reduzido número de publicações (3). A partir dos estudos, entretanto, utilizando-se de seleção não-probabilística por bola de neve, foi possível realizar levantamento de outras publicações relevantes não abrangidas no levantamento inicial. Apesar de ainda se revelarem pouco expressivas, em número, as produções acadêmicas têm revelado um cenário alarmante de vasta discricionariedade judicial; ausência de critérios e parâmetros na manutenção das medidas socioeducativas de internação; percepções contraditórias acerca do papel dos relatórios produzidos pelas instituições de execução da política socioeducativa e um prolongamento excessivo das medidas. A literatura tem mostrado que essa extensão do prazo, em especial nas medidas restritivas de liberdade, remete às raízes históricas de recrudescimento das medidas de controle social e têm sido justificadas a partir de um retorno à lógica tutelar, trazendo a necessidade de demonstração de “crítica” e “arrependimento” por parte do adolescente. Assim, é premente a necessidade de empenhar esforços na promoção de estudos e reflexões acerca do instituto da indeterminação da medida, de forma a analisar criticamente a sua aplicabilidade contemporânea bem como os critérios que devem ser utilizados na avaliação da medida socioeducativa de internação.

**Palavras-chave:** Indeterminação; Prazo; Tempo; Internação; Adolescentes.

**A INVISIBILIDADE DA ADOLESCENTE EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE COMO PONTO DE PARTIDA  
PARA A SUPERAÇÃO DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO:**

Um olhar sobre as práticas da Educação em Direitos Humanos

Érica Renata Chaves Araújo de Melo  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS);  
ericarenata\_araujo@hotmail.com

Beatriz Chaves Araújo Moreno  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); ericarenata\_araujo@hotmail.com

O estudo propõe reflexões sobre a invisibilidade da adolescente privada de liberdade como ponto de partida para a superação do processo socioeducativo a partir de práticas da Educação em Direitos Humanos. A discussão é de cunho qualitativo e de revisão bibliográfica. O aprisionamento como forma de apagamento da mulher não é pauta apenas do século XXI. Prisões foram criadas especificamente para elas como forma de as dominar e culpar por não se submeterem às normas sociais impostas como forma de cerceamento de suas vozes e corpos. Os sistemas aprofundam cada vez mais as desigualdades de gênero. O olhar sobre o feminino fica num segundo plano, aprofundando as violências não só do mundo público, mas do privado e do próprio Estado que reforça um sistema de poder onde as mulheres são objetificadas e coisificadas, enraizadas numa estrutura de poder simbólico dominante e de exploração. Para pensar o recorte de gênero na Socioeducação, num olhar decolonial, é indispensável a análise interseccional dessa realidade socioeducativa. Pensamos a invisibilidade e o apagamento das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado a partir de reflexões sobre o poder, violência simbólica, o habitus, relações de gênero e dominação masculina tendo a Educação em Direitos Humanos como um caminho de superação do processo socioeducativo. Constatamos que tais elementos, de forma interseccional, reforçam as estruturas patriarcais, machistas e androcêntricas que, historicamente, estão presentes tanto no sistema socioeducativo quanto no sistema prisional. O desafio de mostrar a adolescente enquanto sujeito que também produz, pensa e estabelece, com o cumprimento da medida, uma responsabilização pelo seu ato, é tão necessário quanto combater as forças de dominação masculina e a violência simbólica sofrida pelas mulheres. É necessário repensar a ação socioeducativa a partir das premissas propostas pela Educação em Direitos Humanos enquanto processo pedagógico emancipador e libertador que agrega valores e reflexões ao cumprimento da medida de internação. É necessário pautar essas reflexões nas relações de gênero, em respeito às diversidades e pluralidades existentes nesse universo como modo de resistir ao sistema opressor e patriarcal do qual elas fazem parte e que a inviabiliza e tenta calar vozes e corpos que pulsam vida e lutam, diariamente, para serem vistas e reconhecidas como mulheres que também produzem pensamentos e ações em busca de resiliência e resistência.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Invisibilidade feminina; Educação em Direitos Humanos.

## A JUVENTUDE COM QUEM A LEI ENTRA EM CONFLITO E SUAS VIVÊNCIAS NA ESCOLA

Mayara Mendes  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); mendessmaya@gmail.com

Maria de Fátima Pereira Alberto  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); jfalberto89@gmail.com

O objetivo deste trabalho foi apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou analisar as vivências de jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação (MSEI) com a escola. A partir desse objetivo geral, os específicos buscaram analisar as vivências de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na escola anteriormente à aplicação da MSEI; analisar as vivências dos jovens em cumprimento de MSEI na escola da unidade de internação e analisar de que forma essas vivências com a escola contribuem para a construção do futuro dos jovens em cumprimento de MSEI. Embasados na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, buscou-se responder a esses objetivos através da realização de entrevistas individuais abertas com jovens de 18 e 19 anos que estavam em cumprimento de MSEI na Paraíba e uma entrevista coletiva com esses mesmos jovens. O material dessas entrevistas foi trabalhado através da análise de conteúdo temática de Bardin. Como resultados, nas entrevistas individuais, emergiram cinco classes temáticas: Vida na Escola, Afastamento da Escola, Escola na Unidade, Relação com os Professores e Relação Escola e Futuro. Já os resultados da análise temática da entrevista coletiva apresentaram também outras cinco classes temáticas: Movimentos de Resistência e Repressão, Afastamento da Escola, Escola como Dimensão de Classe, Futuro e Políticas Complementares. A análise desses resultados embasa a interpretação de que as vivências desses jovens com a escola são marcadas por processos de exclusão e opressão que os afastam do espaço escolar. Destacam, ainda, que tais processos são marcados pela sua historicidade: são jovens cuja relação com o espaço escolar é marcada por episódios de afastamento. Esse afastamento se dá de muitas formas, aos poucos, de modo que o vínculo não é totalmente rompido, mas também abrupto, em que o rompimento se configura e o jovem é expulso ou para de frequentar as aulas. Dentre as razões, o trabalho infantil se destaca. Nesse sentido, aponta-se para o fato de que não há como intervir na realidade atual sem considerar a trajetória de violação do acesso e permanência na escolarização formal dessa juventude. Essa trajetória configura o encontro com a escola ofertada na unidade de internação, desembocando em implicações diretas na forma com que os jovens representam o papel que a escola ocupa na construção de seus projetos de vida futuros.

**Palavras-chave:** Juventude; Vivência; Escola; Medidas socioeducativas.

## A TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA NO DISTRITO FEDERAL

Gizele Ramos Mota Fernandes

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Samambaia (GEAMA Samambaia); gisa.fernandes4@gmail.com

Bernardo Kipnis

Universidade de Brasília (UnB); bernardo.kipnis@gmail.com

Os resultados apresentados neste trabalho fazem parte de uma pesquisa maior, intitulada “A Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida no Distrito Federal: Desafios e Implicações”. Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP), na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília (UnB), durante os anos de 2022 e 2023. A motivação para este estudo surgiu da experiência de uma das autoras ao longo de aproximadamente 11 anos na execução das medidas de Meio Aberto. O incômodo em relação à situação escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a inércia das instituições escolar e socioeducativa para lidar com essa situação foram fatores determinantes. É relevante destacar que, na prática socioeducativa, a maioria dos adolescentes vinculados às medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade chega para cumprir as medidas com histórico escolar permeado por repetências, abandonos, evasões e desinteresse pelo espaço escolar. Esses contextos resultam em distorções idade-série e defasagem escolar, chegando alguns desses adolescentes a se encontrarem semialfabetizados, enquanto outros sequer foram alfabetizados, mesmo tendo concluído o Ensino Fundamental I. Esta situação não apenas impacta em suas vidas pessoal, social e profissional, mas também interfere no cumprimento da medida socioeducativa à qual foram encaminhados. É notável que, durante a prática infracional, a maioria desses adolescentes estava evadida da escola. A pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo investigar a trajetória escolar de seis adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida, vinculados à Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) de Samambaia. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os adolescentes, suas famílias e as escolas que estiveram vinculadas ao longo de seu percurso escolar. Participaram da pesquisa 16 escolas das 22 às quais os adolescentes estiveram vinculados. Os achados da pesquisa demonstram que a trajetória escolar é permeada por fatores internos e externos à escola, e os diversos elementos que compõem as vivências e experiências desses sujeitos impactam em seu processo de escolarização. Assim, por trás da situação escolar atribuída ao desinteresse por parte desses adolescentes, existem fatores que se acumulam durante o processo escolar, afastando-os da garantia do direito à educação. Isso ocorre principalmente porque a universalização da educação tem assegurado apenas o acesso ao espaço escolar, enquanto o direito à permanência não acompanhou esse processo de universalização. A partir desse estudo, é possível analisar de perto como tem se dado a oferta da educação pública no Distrito Federal, permitindo reflexões não apenas a nível do sistema socioeducativo, mas também a nível da Secretaria de Educação. A trajetória escolar desses adolescentes se estende aos demais alunos e, portanto, é crucial refletir sobre ações intersetoriais para garantir o direito à educação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Em conclusão, este estudo destaca a necessidade de abordagens mais abrangentes e integradas para lidar com os desafios enfrentados pelos

adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, visando não apenas a responsabilização socioeducativa, mas também a promoção efetiva do direito à educação como elemento fundamental na ressocialização desses adolescentes.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Liberdade Assistida; Trajetória escolar; Desafio da educação; Direito à educação.

**“AGORA SÃO TUDO 22”:**

Saúde mental, medicalização e contenção de corpos na medida socioeducativa de internação

Thaywane do Nascimento Gomes  
Universidade de Brasília (UnB); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF);  
thaywanegomes@gmail.com

Deise Matos do Amparo  
Universidade de Brasília (UnB); deise.amparo.matos@gmail.com

A saúde mental está para além das compreensões acerca da loucura e da sanidade, mas diz respeito à possibilidade de poder ser, existir e ser amparado em suas múltiplas possibilidades, sonhos, histórias e especificidades. É sabido que a privação de liberdade por si só atravessa de modo abissal a saúde mental e a existência dos adolescentes institucionalizados na medida socioeducativa de internação, bem como, dos profissionais que atuam nos intramuros dos estabelecimentos socioeducativos. Entretanto, entendemos que a saúde mental é também permeada por vivências raciais, territoriais, de gênero e do contexto sociopolítico. Desse modo, questionamos: como tem sido as intervenções e os debates empreendidos acerca da saúde mental no sistema socioeducativo? Partindo dessa inquietação, objetivamos compreender como a saúde mental dos adolescentes e dos profissionais tem sido compreendida e debatida no cotidiano de um estabelecimento socioeducativo privativo de liberdade do Distrito Federal. Em termos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa etnográfica que ocorreu durante oito anos e foi registrada em diário de campo. Notamos que os discursos no que tange à saúde mental na instituição estudada eram pejorativos, reducionistas e com foco na dimensão meramente orgânica. Por vezes, a compreensão sobre saúde mental se reduzia ao sofrimento ou ao adoecimento mental, sendo considerado como um sinal de fraqueza e que ia de desencontro à construção social daquele que passa ao ato infracional como destemido e perigoso, noção que permeia as falas de adolescentes e profissionais. Além disso, constantemente era utilizado o termo “22”, gíria usada na privação de liberdade do Distrito Federal para afirmar que alguém é louco, para taxar e desqualificar o sofrimento vivenciado. Observamos alto número de medicalização e a mesma sendo tida como mote salvador para acalmar aqueles que sofriam ou para frear os adolescentes mais agitados. Importa mencionar que os adolescentes enxergavam nos medicamentos psiquiátricos uma maneira de dormir por mais tempo e fazer a privação de liberdade passar mais rápido, situação que foi potencializada na conjuntura da pandemia de Covid-19. Verificamos que não foram empreendidas ações para a escuta sensível ou debates preventivos direcionados para a saúde mental de adolescentes ou dos trabalhadores socioeducativos. Concluímos que é urgente um diálogo crítico acerca das crenças, dos estigmas e dos estereótipos que atravessam as percepções e o olhar medicaliza-dor para a saúde mental na socioeducação, sendo imprescindível a construção de dispositivos de cuidados para profissionais e adolescentes.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Socioeducação; Medicalização.



**ALÉM DOS MUROS:**

Possibilidades de articulação entre o Plano Individual de Atendimento e o projeto de vida do adolescente em medida socioeducativa de internação

Suhelem Brasil Santos  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); suhelemb@gmail.com

Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira  
Universidade de Brasília (UnB); cynthia@unb.br

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um dispositivo previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que prevê, registra e gerencia as ações socioeducativas. Possui o potencial de criar um espaço de reflexão para o adolescente sobre a sua trajetória, desejos e necessidades, contribuindo para a construção de um projeto de vida ancorado no compromisso com a sua própria transformação e de sua realidade, superando os limites institucionais. Nesse sentido, tencionamos responder à seguinte questão: “quais as possibilidades de articulação entre o PIA e o projeto de vida do adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação?”, identificando os possíveis pontos de articulação entre o PIA e o projeto de vida na perspectiva dos adolescentes. Mediante entrevistas semiestruturadas individuais, foram entrevistados três jovens do sexo masculino entre 18 e 21 anos incompletos, vinculados à Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS) do Distrito Federal, em 2021. As entrevistas foram transcritas e os dados submetidos à análise temática. A partir das análises, verificamos que, quando questionados sobre o processo de construção do Plano Individual de Atendimento e sua relação com o projeto de vida, os participantes abordaram relações interpessoais, emoções e sentimentos, assim como questões objetivas, isto é, ações concretas que foram ou poderiam ter sido realizadas durante o cumprimento da medida socioeducativa a fim de que tanto o PIA quanto o projeto de vida pudessem se efetivar. As possibilidades de articulação entre o PIA e o projeto de vida encontraram-se, portanto, em dois níveis: o afetivo e o objetivo. O nível afetivo referiu-se ao estabelecimento de vínculos com os profissionais da socioeducação como possibilidade de reflexão sobre a trajetória pessoal e a ampliação de perspectivas, assim como a oportunidade de oferecer assistência material à família e provocar sentimento de respeito próprio. Essas últimas, segundo os participantes, somente são possíveis por meio da elaboração de projetos de vida que contemplem o investimento na escolarização e no exercício de uma atividade laboral. Por isso, a oferta de oportunidades como a frequência à escola, o acesso a cursos e atividades profissionalizantes e o contato familiar são condições que se encontram no nível objetivo e que o atendimento socioeducativo deve oportunizar para que tanto as metas estabelecidas no Plano Individual de Atendimento quanto no projeto de vida sejam atingidas. Os resultados encontrados nesta pesquisa apontaram alguns caminhos possíveis para alcançar a efetividade da medida socioeducativa ao ressignificar experiências, impulsionar o desenvolvimento dos adolescentes e promover a superação de vulnerabilidades a que historicamente estão expostos, transpondo os muros das unidades socioeducativas.

**Palavras-chave:** Plano Individual de Atendimento; Projeto de vida; Adolescentes; Internação.

## APRENDIZAGEM PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:

Os desafios da política sob a ótica dos gestores

Petrúcia de Melo Andrade  
Universidade de Brasília (UnB); petruciamelo@gmail.com

Bernardo Kipnis  
Universidade de Brasília (UnB); bernardo.kipnis@gmail.com

O trabalho aborda a aprendizagem profissional, destacando várias perspectivas como oportunidades para adolescentes em situação de trabalho infantil, evasão escolar, obstáculos na inserção no mercado de trabalho, busca pelo primeiro emprego e aplicação de medidas socioeducativas restritivas de liberdade. De acordo com o Levantamento Anual SINASE de 2017, cerca de 26.109 adolescentes e jovens foram atendidos em diferentes modalidades. A aprendizagem profissional é considerada não apenas uma norma fiscalizada pelo Estado, mas também uma política pública para combater o trabalho infantil e a evasão escolar, proporcionando proteção e melhorando as condições de vida dos adolescentes beneficiários da socioaprendizagem. A criação de uma rede que fortaleça e incentive os empregadores é crucial, visando oferecer oportunidades de profissionalização e trabalho protegido. As mudanças nas áreas tecnológicas e econômicas impactam diretamente o aumento do desemprego entre os jovens, destacando a importância de abordagens direcionadas a eles para proporcionar a primeira oportunidade no mercado de trabalho. No entanto, muitas empresas, ao participarem de programas de aprendizagem, podem buscar benefícios como mão de obra barata, sem necessariamente investir na formação e na capacitação efetiva dos adolescentes, especialmente em medida socioeducativa. Os maiores desafios são culturais e sociais. Falando especificamente dos adolescentes que cumprem medida, a questão é o estigma. Ainda é preciso convencer de que são garotos e garotas que merecem uma oportunidade, que passaram por processos de responsabilização e que podem topar construir uma vida pela via cidadã, inclusive com trabalho lícito e honesto, que dizem respeito a desafios de equidade e justiça racial. A grande maioria desses adolescentes são negros e a gente sabe que nós ainda temos uma questão da inclusão dessas pessoas no que diz respeito à garantia de todos os seus direitos. O desafio da equidade racial atravessa também a inclusão desses garotos e garotas no mercado de trabalho. É preciso uma metodologia empreendedora e uma política de inclusão que contemple a vulnerabilidade dos adolescentes e a realidade com a qual, em regra, eles chegam ao sistema socioeducativo, entre os 16 e 17 anos. No contexto internacional, medidas socioeducativas são respaldadas pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e pelas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Jovens, que visam garantir a inserção adequada de adolescentes no mundo do trabalho, protegendo seus direitos e promovendo o acesso à educação, especificamente dos adolescentes que cumprem medida restritiva de liberdade. O texto conclui destacando que a aprendizagem profissional vai além de uma norma exigida pelos empregadores e fiscalizada pelo Estado, devendo articular-se com outros saberes, necessidades de mercado e formas objetivas de inserção no mercado de trabalho. O objetivo principal do artigo é apresentar, sob a perspectiva dos principais gestores de políticas públicas, como o protagonismo e o empreendedorismo podem contribuir para a empregabilidade de adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente os privados de liberdade.

**Palavras-chave:** Adolescência; Políticas públicas; Vulnerabilidade social; Socioaprendizagem.

**AUTORITARISMO E PROJETOS PARLAMENTARES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:**  
Interferência nas medidas socioeducativas de 2003 a 2022

Adriana Soares Barbosa  
Universidade Federal Fluminense (UFF); [adrisoresbarbosa@yahoo.com.br](mailto:adrisoresbarbosa@yahoo.com.br)

A ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985, impôs algumas mudanças à segurança pública no Brasil. Em termos de ações de segurança para crianças e adolescentes, a ditadura assentou uma política preventiva de encarceramento e criminalização pela classe social. Com a conquista da democracia, a promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) foram marcos legais que objetivavam atender os anseios por direitos e garantias. No entanto, o modelo militarizado de segurança pública não foi sepultado, pelo contrário, se consolidou através do policiamento ostensivo e de operações das polícias, que muitas vezes resultaram em mortes e torturas. Além disso, as forças armadas permanecem sendo acionadas para atuar em intervenções, as quais lhes dão poder de polícia. Assim, há um endurecimento de ações repressivas pela orientação de “guerra ao inimigo” interno e garantir a segurança virou sinônimo de criminalizar, exterminar e encarcerar, sobretudo a população jovem, pobre e negra. Com o objetivo de analisar como a lógica de segurança militarizada se insere na execução das medidas socioeducativas de meio fechado no estado do Rio de Janeiro no período de 2003 a 2022, buscamos trazer os resultados de pesquisa bibliográfica. Metodologicamente, realizamos o estudo da legislação nacional, principalmente analisando a Constituição Federal (1988), o ECA (Lei nº 8.069/90) e o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE, Lei nº 12.594/2012). Na esfera estadual, investigamos as medidas tomadas pelo estado do Rio de Janeiro e os projetos de lei enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) a partir de 2003, os quais incidiram direta ou indiretamente em ações que interferiram na execução das medidas socioeducativas, bem como a movimentação e conteúdo de propostas legislativas da ALERJ através de consulta em *sites* oficiais e mídias jornalísticas. Nos primeiros anos, o legislativo estadual buscava atender à demanda por mais direitos aos adolescentes e suas famílias, apesar de nem sempre o executivo estadual atuar nesse sentido. É possível observar um gradual aumento das propostas em relação ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) na ALERJ em que nos primeiros oito anos, de 2003 a 2010, nenhum dos projetos era punitivo ao adolescente e alguns buscavam travar decisões do executivo que poderiam ser consideradas punitivas, como o uso de armas menos letais nas unidades socioeducativas e a revista vexatória aos familiares dos adolescentes. Nos oito anos seguintes, de 2011 a 2018 começaram a surgir algumas propostas punitivistas. A partir de 2015, começaram a surgir propostas que visavam aproximar o DEGASE aos órgãos da segurança pública, culminando com a entrada do órgão no escopo da segurança pública estadual, efetuada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com isso, é possível observar que a proposta pacificadora e de cidadania para todos os sujeitos, inclusive para adolescentes em conflito com a lei, ocorrida após a Constituição Federal, vem atravessando um processo regressivo em termos de direitos, validado pelo neoliberalismo e por uma política no âmbito legislativo pautada no autoritarismo, na lógica de segurança militarizada e na desconstrução dos avanços alcançados.

**Palavras-chave:** Medidas socioeducativas; Autoritarismo; Projetos legislativos.

**“DADOS QUE IMPORTAM”:**

O punitivismo e as audiências de apresentação na capital do Rio de Janeiro

Fernanda Bottari Lobão dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFF); fernandablobao@gmail.com

O adolescente apreendido suspeito de cometimento de ato infracional na capital do Rio de Janeiro é apresentado na Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e, posteriormente, encaminhado ao Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP), instituído em 2016 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo jurídico deste núcleo seria evitar internações provisórias desnecessárias, uma vez que se cria a possibilidade da liberdade provisória a partir da audiência de apresentação. No NAAP, o adolescente é atendido pela Defensoria Pública, Ministério Público e equipe técnica, composta por assistente social e psicóloga. Depois, será ouvido por um juiz da Vara da Infância e Juventude em audiência. Salvo casos de remissão, o adolescente terá uma audiência de continuação agendada, que ocorrerá em até 45 dias e poderá decidir pela aplicação de alguma medida socioeducativa. Durante esse período, aguardará em liberdade ou internação provisória. Em pesquisa de mestrado com coleta de dados relativos a 401 processos encaminhados ao NAAP, analisou-se o perfil referente aos adolescentes que passaram por audiência de apresentação. Foram levantados dados de identificação como idade, cor de pele e sexo biológico, além de dados de inserção social como escolarização e realização de atividade remunerada. Foram analisados também os dados referentes à participação familiar na vida do jovem em questão, como sua presença ou ausência em audiência. A noção socialmente difundida do “adolescente em conflito com a lei” como aquele “menor” em situação de “abandono” e fazendo uso abusivo de drogas mostrou-se falaciosa. A maior parte dos perfis analisados eram de adolescentes do sexo masculino, pretos ou pardos, entre 16 e 18 anos de idade, que viviam com familiares, não faziam uso de drogas e estavam estudando e/ou trabalhando. Esses dados, porém, pareceram não importar para a tomada de decisão judicial sobre as medidas provisórias. A análise das decisões de cinco juízes nos mostrou que entre 70 e 80% dos adolescentes que passam pelo NAAP acabam em uma medida socioeducativa de internação provisória. Detectou-se na pesquisa, então, que as informações sobre inserção social e familiar não parecem ter impacto sobre as decisões judiciais. Os dados que imaginávamos ser “positivos” aos olhos da Justiça não impactaram as quantidades de internações provisórias que ocorreram. Apenas dois fatores parecem afetar as decisões judiciais para a liberdade ou internação provisória: o ato infracional supostamente cometido e a reiteração do ato. Podemos concluir que as medidas socioeducativas provisórias estão sendo decididas com base em punitivismo e moralismo social. A ideia de socioeducação, com sua dupla função de educação e responsabilização, cai por terra quando o único fator de importância nas audiências é o ato infracional imputado e não a vida do adolescente e suas possibilidades de acúmulo de recursos para sua vida adulta. Nesse contexto, nos questionamos: como o NAAP poderia ser um mecanismo de diminuição de uma medida excepcional como a internação provisória?

**Palavras-chave:** Audiência de apresentação; Internação provisória; Punitivismo.

**“DE VOLTA PRA CASA”:**

Aproximações dos territórios dos jovens em desligamento da medida socioeducativa de internação

Bianca Rodrigues Machado Faria  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pós-Graduação em Estudos da Ocupação (CPGEO);  
bianca.rmf@hotmail.com

Luciana Assis Costa  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Departamento de Terapia Ocupacional;  
lucianaassis.ufmg@gmail.com

No Brasil, 143 mil jovens entre 12 e 21 anos cumpriam medidas socioeducativas em 2017, sendo quase 26 mil em meio fechado. Há um número significativo de jovens com reentrada no sistema por reiteração em ato infracional. O sistema socioeducativo por si só não tem sido capaz de romper o ciclo de envolvimento da juventude com a criminalidade. Este estudo provoca olhar para além dos muros das instituições, lançando luz ao território que recebe essa juventude egressa da medida socioeducativa. O objetivo do estudo é compreender como se dá a reaproximação dos jovens do sexo masculino privados de liberdade no estado do Paraná com o território originário no processo de desinternação da medida. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo participativa, realizada com seis jovens autores de ato infracional que cumprem medida de internação no Centro de Socioeducação (CENSE) de Campo Mourão (PR). São jovens entre 16 e 18 anos, do sexo masculino, em sua maioria pardos, de baixa escolaridade, pobre capital econômico e residentes em territórios periféricos. O Fotovoz (*photovoice*) e o diário de campo foram utilizados como técnicas de coleta de dados. Pesquisadora e jovens circularam pelo território fazendo uso da fotografia para registro dos espaços e dos cotidianos sob um olhar de perto e de dentro. Posteriormente foram feitas discussões individuais e coletivas para a construção de narrativas. Os resultados foram interpretados por meio da análise temática de conteúdo e deram origem a três categorias temáticas: 1) O desligamento da medida e a volta para a casa - cotidiano e expectativas para uma vida em liberdade; 2) Um rolê pela cidade - o olhar dos jovens sobre o território; 3) Com quem contar? Redes de apoio e suporte para jovens egressos e as políticas sociais. Identificou-se um pobre engajamento dos jovens em esporte, arte e cultura. Não demonstraram engajamento político e crítico da situação que se encontram. Vivenciam uma reprodução de classes, do machismo e da lógica do consumo. Entende-se que eles não querem enfrentar o sistema, mas adentrá-lo. As brechas de acesso são as atividades ilícitas que proporcionam ampliação da renda. O protagonismo consiste em não se bastar numa classe social baixa, buscando inclusão e visibilidade. As expectativas apontadas para a vida em liberdade abrangem: trabalhar; concluir o ensino básico; buscar qualificação profissional e mobilidade social; interromper a drogadição; constituir família; mudar de cidade para refazer a vida distante do estigma, das ameaças e da violência policial. Os desafios mencionados para vida pregressa foram: estigma; violência policial; ameaça e risco de morte; dificuldade de conseguir um trabalho; dificuldade em dar continuidade aos estudos no meio aberto; recusa da droga. As redes de apoio e suporte no território mencionadas foram: família, sobretudo a figura materna; ex-empregadores que podem viabilizar nova admissão no emprego; acompanhamento terapêutico para drogadição no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad); continuidade aos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos que permite acelerar a conclusão do ensino básico. É emergente

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Socialização de resultados de pesquisa

a necessidade de implementação de um programa de acompanhamento aos jovens egressos em Campo Mourão (PR). Tal programa deve abarcar suas famílias e reais necessidades.

**Palavras-chave:** Juventude; Privação de liberdade; Cotidiano; Território; Fotovoz.

**DIREITO PENAL JUVENIL E RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA:**

Debate sobre o arcabouço teórico do sistema socioeducativo a partir da Criminologia Crítica e dos abolicionismos

Nayara Aline Schmitt Azevedo

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC); nayara.schmittazevedo@gmail.com

Este trabalho investiga, por meio de pesquisa qualitativa calcada em revisão bibliográfica, o instrumental criminológico adotado pelos autores que, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, se alinham ao Direito Penal Juvenil e à responsabilização estatutária, a fim de verificar, especialmente, o emprego (ou não) de um referencial criminológico crítico e abolicionista a fundamentar as construções teóricas dessas diferentes posições interpretativas. Dado um conjunto de categorias de análise como seletividade, estigmatização, criminalização e termos correlatos, busca-se identificá-las na elaboração dessas hermenêuticas, principalmente, na delimitação dos conceitos de ato infracional e medida socioeducativa e na compreensão do Direito da Criança e do Adolescente, quanto à matéria da responsabilização, como um ramo jurídico autônomo ou como uma subdivisão do Direito Penal. Analisa-se, assim, a produção acadêmica brasileira pós-Lei nº 8.069/1990 em torno do tema do adolescente em conflito com a lei para localizar, nesse cenário, pesquisadores e seus referenciais teóricos, bem como interpretações e propostas para o sistema socioeducativo. Observa-se que os autores do Direito Penal Juvenil se mostram como um grupo mais homogêneo do que os adeptos da responsabilização estatutária e que ambas as correntes interpretativas reconhecem no modelo menorista (aquele dos Códigos de Menores) que antecedeu o modelo socioeducativo um mecanismo de divisão das infâncias no Brasil – entre crianças e “menores” – e, por conseguinte, de criminalização da pobreza. Situam, por outro lado, a doutrina da proteção integral das Nações Unidas no paradigma da reação social. De outro vértice, enquanto os autores alinhados ao Direito Penal Juvenil identificam nos adeptos da responsabilização estatutária a defesa de um neomenorismo, estes vêem naqueles uma grande deficiência criminológica, haja vista sua ilusória crença no Direito Penal como único caminho possível para assegurar direitos e garantias aos adolescentes autores de ato infracional. A deficiência de aporte teórico crítico de ambas as vertentes parece fazer com que, de um lado e de outro, seja ignorado ou considerado secundário o espelhamento do sistema de justiça penal pelo sistema socioeducativo, isto é, a atuação dos mesmos condicionantes estruturais no funcionamento dos dois sistemas, determinando que, em ambos, a clientela seja selecionada a partir de critérios como classe, raça, sexo e idade, conglobados no estereótipo de criminoso (adulto) ou de “menor” (adolescente). A divisão entre Direito Penal Juvenil e responsabilização estatutária mostra-se, sob esse viés, de menor relevância, já que os autores analisados, como um todo, expõem a dificuldade de trazer as categorias da criminologia crítica para a interpretação do sistema socioeducativo. As categorias, afinal, foram pensadas para o sistema de justiça penal. Mais: há o desafio de traduzir tais categorias para o contexto brasileiro, reconhecendo que elas foram formuladas primeiramente do eixo Europa-Estados Unidos. Tem-se, por conseguinte, na construção da brasilidade criminológica que inclua o processo de seleção e estigmatização dos adolescentes um campo a ser desbravado, com esperado impacto na prática do sistema socioeducativo.

**Palavras-chave:** Criminologia crítica; Abolicionismos; Sistema socioeducativo; Responsabilização estatutária; Direito penal juvenil.

**EDUCAÇÃO SOCIAL E ANTIRRACISMO:  
Desafios de uma práxis transformadora**

Flávia Mendes de Sena  
Universidade de Brasília (UnB); flmsena@gmail.com

Pedro Jhony Barroso Figueiredo  
Universidade de Brasília (UnB); p.j.b.figueiredo@gmail.com

Jéssica Araújo da Silva  
Universidade de Brasília (UnB); mediadorajessicaaraujo@gmail.com

O atendimento social para jovens em conflito com a lei objetiva uma transformação na dinâmica social e política de seus usuários. Contudo, tal prática exige uma profunda compreensão histórica da formação da sociedade brasileira, em seus aspectos sociais, culturais, sociais e raciais. Nesse trabalho pretendemos debater a relação entre a educação social e o combate ao racismo por meio da práxis do educador social atuante no Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo (SINASE), uma política pública destinada à promoção e proteção dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes responsabilizados pela prática do ato infracional. O educador social desenvolve, em suas práticas, processos de reflexão e ação que visam a superação de conflitos e a promoção da cidadania, intervindo pedagogicamente na realidade. Destaca-se que, em um contexto de pluriculturalidade, esse profissional se depara com cenários de violações de direitos, desigualdades sociais e violências estruturais que afetam fortemente os jovens em conflito com a lei. Desta forma, a metodologia deste estudo está centralizada em pressupostos teóricos que debatem tanto a educação social como as possibilidades de práticas antirracista. Nossa metodologia será pesquisa exploratória dialogando os conceitos de pedagogia social e decolonialidade. Sobre pedagogia social usaremos os autores Antônio Carlos Gomes da Costa e Paulo Freire, ambos defensores de uma pedagogia da presença e da autonomia, desenvolvida por meio de uma profunda consciência social e política da realidade. Usaremos o conceito de decolonialidade desenvolvido pelo peruano Aníbal Quijano, que aborda aspectos históricos das estruturas sociais na América Latina sob a luz das questões raciais. Concluimos que pensar a atuação do educador social sob a ótica da pedagogia social e das questões raciais implica também entender que tal profissional está inserido em uma política pública e, assim sendo, sua atuação não deve ser analisada como algo individual ou personificado, como se o anseio por mudança e superação dos indivíduos dependesse exclusivamente do papel desse profissional, mas como produto de fomento político e gestão pública. Nossa reflexão buscou também perceber como debates e ações antirracistas se estruturam nesse espaço e qual o papel do educador social nesse cenário.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Antirracismo; Decolonialidade; Direitos humanos; Socioeducação.



**“ENCOSTA AÍ, LADRÃO”:**

Violência policial contra adolescentes e jovens em medida socioeducativa

Ana Paula Santana Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); anapsrodriguespsi@gmail.com

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP); cristinavicentin@gmail.com

A presente pesquisa se funda em uma inquietação que surgiu no cotidiano de trabalho de uma das autoras em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA), na zona sul da cidade de São Paulo (SP). No cotidiano do trabalho, a equipe se deparava com um contexto de violações de direitos dos adolescentes e jovens atendidos dos mais diversos tipos. Um dos contextos chamava mais a atenção – talvez pela brutalidade e pelo forte sentimento de impotência que gerava na equipe: as situações de violência que os adolescentes, e muitas vezes suas famílias, sofriam de policiais. A participação da autora em grupos que reuniam profissionais de outros Serviços de MSE-MA da cidade possibilitou a identificação de que esse era um problema observado nos mais diversos territórios da cidade. A violência policial é reconhecidamente um problema no Brasil e vem sendo discutida há algum tempo por diversos pesquisadores. Ela sempre teve como alvos principais homens, jovens e negros. Sendo este o público majoritário das medidas socioeducativas, a presente pesquisa busca colocar foco no fato de que estar em cumprimento de medida socioeducativa é um fator que contribui para a incidência de violência policial contra os adolescentes e jovens. A presente pesquisa desenvolveu-se entre os anos de 2017 e 2019 no âmbito de um mestrado em Psicologia Social e teve como objetivo caracterizar a violência policial contra os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE-MA na cidade de São Paulo, analisando como os jovens vivem e narram essas experiências de violência e como elas produzem certos vetores de subjetivação. As autoras apoiaram-se na revisão de literatura sobre este tema, focando nos trabalhos que discutem como os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE-MA são alvos frequentes de abordagens violentas da polícia, que se dão com práticas de agressões físicas e psicológicas, humilhação e tortura. Foram realizadas entrevistas com três jovens que já cumpriram MSE-MA para conhecer as experiências de violência policial vividas por eles e os efeitos que essas experiências produziram. Para as entrevistas, foram seguidas pistas da História Oral. As narrativas dos jovens, analisadas em eixos temáticos, permitiram traçar duas dimensões de análise: uma que diz respeito aos relatos dos jovens sobre um certo *modus operandi* da polícia e seus selecionados e como eles analisam essa atuação; e outra que diz respeito aos afetos mobilizados e a certos vetores de subjetivação conformados por essas experiências. A partir dos conceitos de incriminação e sujeição criminal de Michel Misse, verificou-se que existe nessa relação um processo em que os policiais tomam esses jovens como portadores de uma subjetividade criminosa, como sujeitos perigosos, “bandidos”. Considerados como “bandidos”, contra eles qualquer ação violenta pode ser feita e, no limite, eles podem ser mortos. Nas experiências dos três jovens que vivem a experiência de incriminação, não identificamos elementos que sugiram, por sua vez, processos de subjetivação identificados ao lugar da sujeição criminal. Mas, nos três jovens, o que se evidencia é o esforço de elaboração do traumático de forma a forjar alguma inscrição política de suas vidas.

**Palavras-chave:** Juventude; Medidas socioeducativas; Sujeição criminal; Subjetivação.

## FAMÍLIAS, ATENDIMENTO FAMILIAR E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:

Uma revisão sistemática de literatura

Luciana Maria Damasceno

Universidade de Brasília (UnB); psicologia.lucianamaria@gmail.com

Silvia Renata Lordello

Universidade de Brasília (UnB); srmlordello@gmail.com

A despeito da condição de privação de liberdade imposta ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, os dispositivos jurídicos brasileiros preveem a garantia do direito ao convívio familiar, assim como preveem a participação das famílias no processo socioeducativo. Observa-se, no entanto, um descompasso entre o que os dispositivos jurídicos preconizam sobre a participação das famílias e o que efetivamente ocorre na prática. O objetivo desta pesquisa foi investigar de que maneira a temática das famílias e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação, é abordada na literatura científica brasileira mais recente. Procedeu-se a uma revisão sistemática de literatura, selecionando-se trabalhos publicados entre os anos de 2013 e 2023, nas bases de dados BVS e OASIS. Dos 176 artigos empíricos localizados, 154 foram excluídos por não atenderem aos critérios de seleção. Procedeu-se à análise temática dos 22 artigos restantes. No processo de análise, foram destacados quatro eixos temáticos: caracterização das famílias no contexto da medida de internação e invisibilidade das famílias perante o Estado; a família como lócus do desvio e a culpabilização pela situação do adolescente; a família como eixo estruturante de desejos e projetos futuros dos adolescentes; desafios e potencialidades do atendimento familiar na medida socioeducativa de internação. De maneira geral, os estudos apontaram: invisibilidade das famílias perante o Estado antes, durante e após o cumprimento da medida; ausência de diretrizes sobre o atendimento familiar no contexto socioeducativo; escassez de registros sobre estratégias de atendimento voltadas às famílias dos adolescentes privados de liberdade; presença marcante da figura materna no contexto institucional; as mães como porta-vozes das preocupações, angústias, sofrimentos e esperanças em relação ao futuro; atravessamento das questões sociais, vulnerabilidade das famílias e violações de direitos; culpabilização das famílias e introjeção do discurso da culpa por parte dos familiares; a importância da família no processo de significação do futuro dos adolescentes; desafios à participação familiar no processo socioeducativo; o papel da medida socioeducativa de internação no fortalecimento dos vínculos familiares; a necessidade da articulação em rede para oferta de suporte às famílias e acesso às políticas públicas; a importância da formação profissional para o atendimento qualificado às famílias. Os resultados da pesquisa evidenciam a importância do planejamento de ações que contemplem, de fato, a participação das famílias no processo socioeducativo e que ofereçam a elas o suporte necessário, assim como assegurem aos adolescentes o direito ao convívio familiar. Desse modo, os dados deste estudo podem servir como base e ao mesmo tempo como uma provocação convidativa para que se possam planejar metodologias de atendimento socioeducativo adequadas e voltadas a essas famílias, rompendo com o paradigma meramente sancionatório e promovendo a socioeducação na perspectiva do paradigma da garantia de direitos.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa de internação; Família; Atendimento familiar; Revisão sistemática de literatura.

## FORMAÇÃO DE SOCIOEDUCADORES E CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS DE ATENDIMENTO

Natália Pereira Gonçalves Vilarins

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); nataliapgv@gmail.com

Dayane Silva Rodrigues

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); dayanesilvarodrigue@gmail.com

Suhelem Brasil Santos

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); suhelemb@gmail.com

No cotidiano da execução das medidas socioeducativas, os/as profissionais vêm-se desafiados por diferentes problemáticas e, ao atendê-las de forma pulverizada e urgente, acabam sob o risco de reproduzir práticas mecânicas e acríticas já institucionalizadas. Para romper com o automatismo e construir ações socioeducativas intencionadas, a formação de trabalhadores/as da socioeducação apresenta-se como um importante recurso. Considerando uma práxis socioeducativa comprometida com a garantia de direitos, com a promoção do desenvolvimento humano e com transformações sociais, os processos de formação de socioeducadores podem, a partir da realidade prática vivenciada, articular o saber técnico e científico em construções coletivas, horizontais e dialógicas que promovam a criticidade e a criatividade desses/as trabalhadores/as. Eventos científicos e técnicos, como o Simpósio Nacional de Socioeducação e publicações técnicas e científicas, apresentam metodologias de atendimento desenvolvidas por profissionais do sistema socioeducativo como resultado de processos de formação dialógicos que tiveram a realidade socioeducativa como ponto de partida. Conhecer essas metodologias e difundi-las entre a comunidade socioeducativa é o objetivo deste trabalho. Para isso, realizamos um levantamento das metodologias de atendimento construídas por trabalhadores/as da socioeducação e ou pesquisadores/as por meio de pesquisa bibliográfica nos bancos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos Anais das três edições do Simpósio Nacional em Socioeducação. Utilizamos como recorte temporal o período de 2017 a 2023 e como descritores, os termos: socioeducação; socioeducativo; socioeducativas; metodologias de atendimento; metodologias. Como resultados parciais, identificamos dentre as pesquisas indexadas na BDTD e CAPES 16 trabalhos multi e interdisciplinares desenvolvidos por profissionais com distintas formações: terapia ocupacional, pedagogia, psicologia, professores de diversas áreas; que exploram recursos artísticos e culturais em suas metodologias; e que aprofundam-se nas nuances do processo de execução da metodologia e nos resultados encontrados. Nos Anais do Simpósio Nacional em Socioeducação, dentre comunicações de resultados de pesquisa e relatos de experiência, identificamos, majoritariamente, relatos de projetos ou ações isoladas e eventuais, com metodologias não sistematizadas. Além disso, foram poucos os trabalhos que apresentaram projetos com metodologias consolidadas, resultados positivos e reconhecimento institucional. Como reflexões, lançamos alguns apontamentos e questionamentos: o Simpósio proporciona o compartilhamento de experiências metodológicas, algumas ainda em fase de experimentação, não tão sistematizadas; é provável que o conhecimento gerado no e pelo trabalho socioeducativo não seja convertido em conhecimento institucional e acadêmico, por quê?; a formação inicial e continuada dos trabalhadores pode

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Socialização de resultados de pesquisa

impactar na construção de metodologias de atendimento socioeducativo?; há trabalhos que apresentam diversas metodologias de pesquisa, como por exemplo, oficinas, grupos, leitura dialógica, dentre outras, essas metodologias de pesquisas poderiam se converter em metodologias de atendimento?; não localizamos trabalhos que abordem ou proponham metodologias de atendimento individual, é possível construir alternativas ao modelo de atendimento individual que hoje desenvolvemos no sistema socioeducativo? A pesquisa encontra-se em andamento e esperamos apresentar evidências da centralidade do processo de formação de socioeducadores/as para alcance dos objetivos da política, através de metodologias construídas pelos/as trabalhadores/as da socioeducação.

**Palavras-chave:** Formação de socioeducadores; Metodologias de atendimento socioeducativo; Práxis socioeducativa.

## GARANTIA DE DIREITOS E QUESTÕES DE GÊNERO NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE ADOLESCENTES:

Reflexões a partir de relatórios multiprofissionais

Luana Aline Afonso

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); luana-afonso@hotmail.com

Tatiana Yokoy

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); Faculdade de Educação (FE); yokoy@unb.br

A internação provisória de adolescentes é prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente como medida cautelar aplicada a adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, em situações de flagrante, atos infracionais gravosos e/ou que gerem forte comoção social. Essa medida envolve a restrição de liberdade provisória do/a/e adolescente por até 45 dias, enquanto os órgãos responsáveis apuram o cometimento do ato infracional. Apesar de se tratar de uma medida jurídica cautelar, não se constituindo uma medida socioeducativa, o/a/e adolescente deve receber atendimento especializado, que culmina na elaboração de relatório técnico multiprofissional. Este apresenta o/a/e adolescente ao Poder Judiciário; narra suas trajetórias de vida, contexto comunitário e acesso a políticas públicas; e colabora como subsídio para a decisão judicial quanto à aplicação de medida socioeducativa. A pesquisa foi realizada em nível de mestrado e envolve a análise documental de prontuários, documentos judiciais e relatórios multiprofissionais de adolescentes que passaram pela internação provisória no ano de 2022 no Distrito Federal, sendo 10 meninos e 9 meninas. O objetivo é mapear encaminhamentos psicossociais e sugestões de aplicação de medidas protetivas e/ou medidas socioeducativas em relatórios multiprofissionais da medida cautelar de internação provisória, considerando a garantia de direitos de adolescentes. Os resultados foram analisados por meio de Análise Temática e compilam dados sociodemográficos sobre os/as/es adolescentes, reunindo evidências sobre suas idades, pertencimento étnico-racial, identidade de gênero, escolaridade, renda e acesso a políticas sociais. A análise sistematizou similaridades e diferenças nos relatórios da internação provisória referentes aos meninos e às meninas. Como similaridades, foram encontradas vulnerabilidades socioeconômicas, ausência de acesso de qualidade a políticas públicas e poucas sinalizações de encaminhamento para políticas de garantia de direitos. Dentre as diferenças, verificou-se que raramente foram realizados encaminhamentos voltados a políticas de proteção e garantia de direitos para os meninos durante a internação provisória. A pesquisa apresenta reflexões sobre a influência de concepções naturalizantes sobre questões de gênero e sobre a relação entre violência e masculinidade hegemônica e ratifica a importância de efetivar Direitos Humanos para adolescentes negros/as que se desenvolvem em áreas periféricas das cidades. Os relatórios da internação provisória são potenciais instrumentos que apontam para a necessidade de acionamento da rede de proteção para a garantia de Direitos Humanos dos/as/es adolescentes que adentram o sistema socioeducativo e suas famílias, especialmente quando se reconhece que, geralmente, suas trajetórias de desenvolvimento são permeadas por diversas vulnerabilidades sociais, pouco acesso a direitos básicos e desigualdades que atingem desproporcionalmente a população periférica, negra e de menor renda.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Garantia de direitos; Análise documental; Internação provisória; Questões de gênero.

### LUGAR DE FALA DE JOVENS (IN)FINITAS:

Empoderamento da leitura e da escrita pela ótica dos multiletramentos

Grassinete C. de Albuquerque Oliveira

Universidade Federal do Acre (UFAC); grassinete.albuquerque@ufac.br

Promover ações educativas em espaços de privação de liberdade significa repensar o próprio conceito de educação e de educador. Isso porque todo discurso emprega sentidos sobre o que vemos, escrevemos, lemos, sentimos e vivemos. Assim, não se pode negar que o discurso educativo também passa por normas e regras que, em diferentes casos, determina o que pode ser dito, validado e considerado correto ao olhar a partir do contexto em que é pronunciado e da sociedade que o legitima. Todavia, a educação quando desvestida da roupagem alienada e alienante, atua como força de mudança e de libertação. Por esse princípio, este texto tem como objetivo apresentar uma ação formativa crítico-colaborativa desenvolvida junto às meninas do Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, em Rio Branco (AC), no ano de 2023. Partimos da pergunta de pesquisa em como mobilizar em um ambiente de regras e normas constantes, a agência crítica e criativa por meio dos multiletramentos? Embasada em teóricos que estabelecem o diálogo responsivo como o caminho de transgredir pela linguagem, de romper com o pensamento tradicional e pensar/fazer para além das fronteiras e dos muros disciplinares, a ação formativa crítico-colaborativa ancora-se, metodologicamente, na Pesquisa Crítica de Colaboração (PCCol), que se fundamenta na construção e reconstrução de saberes cristalizados a fim de compreender como os sujeitos dialogam, constroem, interagem e refletem as realidades imbricadas com a “vida que se vive”. Em sintonia com a PCCol, baseamo-nos, para analisar os dados gerados, na Análise Dialógica do Discurso (ADD), a qual tem como princípio examinar as produções discursivas ocorridas nas mais variadas esferas da atividade humana e suas relações com a sociedade, com a vida e com a cultura e nas mini narrativas, em que se considera a linguagem baseada na prática, a fim de fornecer respostas para questões subjetivas e perenes. Assim, as atividades desenvolvidas por meio dos multiletramentos consideraram dois fatores importantes: a multiculturalidade e a multimodalidade por integrarem recursos multissemióticos como textos escritos, vídeos, áudios, filmes, imagens, cujos focos centram-se em questões de empoderamento feminino e consideram as diversidades possíveis no ato de leitura do mundo. Como resultados, percebe-se o engajamento crítico, ativo e criativo das educandas no processo de tomarem para si as questões discutidas na ação formativa e perceberem o seu lugar de fala, mesmo cientes do lugar de privação, de opressão, de silenciamento em que se encontram no momento.

**Palavras-chave:** Lugar de fala; Multiletramentos; Educação; Ação formativa crítico-colaborativa.

**MÃES “NA MEDIDA”:**

Discussões iniciais sobre maternidade e medida socioeducativa

Natália Almeida Bezerra  
Universidade de Brasília (UnB); natalia.almeida.unb@gmail.com

O tema da privação de liberdade de meninas em conflito com a lei tem se desdobrado nos últimos anos em várias temáticas de estudos, mesmo que ainda pouco numerosas. Dentre as questões específicas que pertencem ao universo feminino, esta pesquisa decidiu enfocar as maternidades e a convivência com filhos a partir do cumprimento de uma medida de internação. Por meio da realização de uma etnografia, este estudo foi desenvolvido em uma unidade de internação feminina no Distrito Federal, durante o ano de 2022. Frente ao objetivo de conhecer o percurso de uma medida socioeducativa de internação conjugada com uma maternidade ou gestação, esta investigação possibilitou conhecer como essas maternidades vêm sendo tratadas/manejadas pelas ações político-institucionais do Sistema Socioeducativo. Não há como desconsiderar, por outro lado, os efeitos, desafios e limites que essas mesmas maternidades impõem/causam frente à instituição. De forma a atender este objeto, dois grupos foram acessados nesta pesquisa - as meninas que cumpriam medida de internação e parte do corpo de servidores e gestores da unidade. Para esta apresentação, foi necessário selecionar dados etnográficos iniciais encontrados em campo, vista a complexidade do tema, a qual suscita muitas reflexões e embates. Ao partir do princípio de que experiências de maternidades revelam elaborações acerca de papéis sociais no mundo - em especial atravessado por dois fortes marcadores “tradicionais” de *mãe* e *infratora*, o estudo sobre este grupo de meninas mães possibilitou à Antropologia buscar compreender este duplo movimento, a saber - como tais maternidades influenciam o cumprimento da medida socioeducativa, e como a medida recepciona, elabora e institucionaliza tais maternidades. Neste sentido, as maternidades encontradas em campo - o uso do plural já é um indicativo de que estamos a tratar de um fenômeno de múltiplas faces, transitam entre o mundo interno e externo da unidade; estão sendo influenciadas por “recentes” normativas legais acerca da primeira infância, da privação de liberdade de mulheres/adolescentes mães, dentre outras e; abarcam uma rede de envolvimento com as maternidades predominantemente femininas. Portanto, as “meninas mães” (como eu as denominei em campo), as servidoras da unidade, as colegas de quarto, as avós dessas crianças e mesmo as juízas que cuidam da execução da medida, todas elas protagonizam a transversalidade da vida social da maternidade e do cuidado, por vezes também da reprodução de desigualdades, afinal, colhem seus efeitos para além dessas instituições, visto que lidar com este cenário é ter que viver “na medida”.

**Palavras-chave:** Sistema socioeducativo; Adolescentes; Maternidade; Filhos; Instituição.

### MATERNIDADE E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:

Questões de gênero e a garantia de direitos de crianças e adolescentes

Paula Guimarães Gratão

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); paulagratão@gmail.com

Tatiana Yokoy

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); Faculdade de Educação (FE); yokoy@unb.br

Apesar de a quantidade de meninas ser menor do que de meninos no sistema socioeducativo, é essencial conhecer suas experiências e trajetórias de desenvolvimento para garantir seus direitos. O sistema socioeducativo foi historicamente organizado a partir do olhar masculino, o que pode ser evidenciado em estruturas e recursos que não são adequados às necessidades das adolescentes, por exemplo, pelos itens de higiene e uniformes disponíveis e pela escassez de unidades de semiliberdade e internação exclusivas para as adolescentes. Além disso, predomina, ainda hoje, uma cultura institucional machista no sistema socioeducativo, que estigmatiza as adolescentes por romperem os valores de submissão e docilidade atribuídos socioculturalmente às mulheres e que vigia os afetos e a sexualidade feminina. Recentemente, cresceu o interesse por conhecer as condições em que mulheres exercem a sua maternidade em contextos de privação ou restrição de liberdade, sejam elas adultas ou adolescentes. Diversos estudos têm sido motivados desde a decisão do Supremo Tribunal Federal em favor ao *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP de 2018, que concede a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar às mulheres que estejam grávidas ou sejam mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência; e, de forma análoga, às adolescentes em internação provisória. As poucas pesquisas brasileiras sobre as adolescentes gestantes, lactantes e mães em atendimento socioeducativo apontam marcadores interseccionais relacionados a opressões de raça, classe social e gênero que atravessam o desenvolvimento destas adolescentes, suas famílias e comunidades. A prevalência de adolescentes negras/os periféricas/os no sistema socioeducativo, por exemplo, é indicador do racismo estrutural e da criminalização da pobreza em nosso país. O trabalho relata pesquisa de mestrado em andamento cujo foco de análise é a trajetória institucional de adolescentes gestantes, lactantes e mães em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no Distrito Federal. Objetivamos compreender como o sistema socioeducativo atua para a garantia de direitos destas adolescentes e suas famílias. A metodologia envolve a análise documental dos processos judiciais e prontuários de atendimento das adolescentes gestantes, lactantes e mães inseridas no regime de semiliberdade e entrevistas com as adolescentes e com a equipe socioeducativa. Especialmente em contextos de restrição e privação de liberdade, faltam alojamentos adequados para a convivência familiar e a manutenção de laços das adolescentes gestantes, lactantes e mães com sua rede de apoio social e afetiva. Além disso, são necessários investimentos na formação dos profissionais do sistema socioeducativo sobre questões de gênero e sobre as diversas formas de vivenciar a maternidade. Defendemos a centralidade de um olhar sociocultural e interseccional para a garantia de direitos das adolescentes em atendimento socioeducativo, suas famílias e comunidades. Os impactos da institucionalização de adolescentes gestantes, lactantes e mães assinalam a relevância da dupla garantia de direitos, considerando que a doutrina da proteção integral estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente abarca os direitos destas adolescentes e de suas/seus filhas/os.

**Palavras-chave:** Maternidade; Sistema socioeducativo; Semiliberdade; Gênero; Garantia de direitos.



## MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS COMO CONSEQUÊNCIA DA TRAJETÓRIA DO TRABALHO INFANTIL

Maria de Fátima Pereira Alberto  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social  
(PPGPS); jfalberto89@gmail.com

Lissandra Justo Anibal de Sousa  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); lissandrajusto@gmail.com

Manuella Castelo Branco Pessoa  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);  
manucastelobranco2@gmail.com

Denise Pereira dos Santos  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); denypps@gmail.com

Tâmara Ramalho de Sousa Amorim  
Universidade Federal da Paraíba da (UFPB); tamara.rsa@gmail.com

O objetivo deste artigo é apresentar dados de uma pesquisa que analisou a relação do trabalho infantil com as medidas socioeducativas. Por trabalho infantil, no Brasil, consideram-se atividades de trabalho desempenhadas por crianças ou adolescentes até os dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz entre 14 e 16 anos, ou nas piores formas até 18 anos. Piores formas de trabalho infantil são todas as formas de escravidão e práticas análogas, realização de atividades ilícitas, em particular na fabricação e tráfico de drogas, ou atividades que por sua natureza ou pelas condições em que são realizadas, prejudicam a saúde, a segurança ou a moralidade de crianças e adolescentes. Consequentemente, o trabalho infantil impacta negativamente no desenvolvimento biopsicossocial. Dentre as consequências, destacam-se as medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade que geram internação e encarceramento. A pesquisa que originou este artigo foi realizada pelo método exploratório e descritivo, realizada nas sete Unidades Socioeducativas de privação e restrição de liberdade, no estado da Paraíba entre 2017 e 2023, através de entrevistas semiestruturadas e questionários, submetidos respectivamente à Análise de Conteúdo Temática e ao Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS). Participaram 248 adolescentes e jovens com idades entre 14 e 21 anos, sendo 121 meninos e 27 meninas. Os resultados apontaram que a maioria expressiva eram negros/as (70%), 94,8% trabalharam e 4,4% realizaram atividades de ajuda, ou seja, 99,2% foram trabalhadores infantis. 82% se inseriram no trabalho para manter o sustento pessoal ou da família e para 75% dos participantes, a inserção precoce se deu antes dos 14 anos. Dentre mais de 100 atividades identificadas, quase todas das piores formas, destacaram-se as atividades de ajudante de pedreiro, feirante, agricultor, entregador, lava a jato e pelo menos 55% trabalharam no tráfico de drogas desde a infância. Percebe-se uma mudança nessa atividade. Entre 2017-2018, trabalharam no tráfico de drogas 37%; entre 2022-2023 passou-se a identificar 69%. Entretanto apenas 38% percebem o tráfico de drogas como trabalho. Os principais atos infracionais pelos quais foram responsabilizados, por ordem de ocorrência, foram roubo, homicídio e tráfico de drogas. A maioria deixou de estudar, relatou sofrimento psíquico, sentimentos negativos, tristeza e ansiedade derivados do isolamento social e das violências sofridas, ideações e tentativas de suicídio e começou a tomar medicamentos após a medida de internação, sobretudo psicotrópicos. Alguns

participantes foram assassinados. Os dados possibilitam analisar e concluir que a inserção precoce e a trajetória no trabalho infantil têm consequências negativas no desenvolvimento biopsicossocial, afetando saúde, escolaridade, socialização, convivência familiar e dignidade humana, podendo resultar em encarceramento e morte. Diferentemente do que determina a legislação no Brasil, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, em vez de medidas de proteção, as crianças e adolescentes com trajetória de trabalho infantil recebem medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil; Medidas socioeducativas de internação; Violação de direitos; Saúde mental; Assassinato.

### MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE:

Até quando?

Érica Nunes

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Culturas e Identidades (PPGECI); nunes\_e@yahoo.com.br

Hugo Ferreira

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Culturas e Identidades (PPGECI); hugo.ferreira@ufrpe.br

Uma adolescente de 15 anos tira a vida do seu padrasto e é apreendida. O senso comum pensa: não vai acontecer nada, é “menor”. Nesse caso, estamos diante das medidas socioeducativas. Essa adolescente será responsabilizada e cumprirá uma medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional. E, com a medida socioeducativa de internação, a adolescente será privada de sua liberdade pelo período de seis meses a três anos. O objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre os impactos da privação de liberdade na saúde mental das adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Santa Luzia. São objetivos específicos: a) identificar as possíveis situações estressoras vivenciadas pelas adolescentes na rotina institucional; b) analisar as emoções vivenciadas pelas adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação; c) propor estratégias para promover a saúde mental das adolescentes. A presente pesquisa é o resultado da prática profissional da autora no CASE Santa Luzia, único Centro de atendimento socioeducativo do Estado de Pernambuco para meninas em cumprimento de medida socioeducativa de internação. As participantes foram meninas na faixa etária de 15 a 17 anos, em situação de privação de liberdade no CASE Santa Luzia no ano de 2019. Foram realizados atendimentos psicológicos pontuais e entrevistas e para a análise dos dados foi utilizada de forma rudimentar a análise de conteúdo de Bardin. Como resultados preliminares, percebe-se que as meninas apontam como situações mais estressoras no dia a dia institucional as discussões e muitas vezes “brigas”, por motivações variadas, desde uma roupa até situações de ciúmes entre elas; falta de convivência com a família, amigos e a comunidade de origem; ambiente com grades; indeterminação do tempo da medida de internação, apesar de conhecerem as datas dos relatórios semestrais; falta de atividades culturais, de lazer e cursos do interesse das adolescentes. Inicialmente, a separação da família e principalmente de sua genitora traz para a adolescente bastante ansiedade que poderá gerar situações de angústia quando a adolescente compreende que o tempo da internação é indefinido. Assim, com as emoções desreguladas, haverá dificuldade na adesão das jovens ao comparecimento às aulas da educação formal, irritabilidade, dificuldade nas relações com as outras adolescentes e até mesmo com a comunidade socioeducativa. As adolescentes referem vivências de violência física, sexual e psicológica antes mesmo da chegada à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) e agora, privadas de liberdade, precisam ser escutadas de forma acolhedora, cuidadosa, livre de pré-julgamentos para que os danos psíquicos sofridos antes e durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação não sejam prolongados e até mesmo lembrados como vivências traumáticas para toda a vida.

**Palavras-chave:** Meninas em conflito com a lei; Saúde mental; Invisibilidade.

**METODOLOGIAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM GRUPO:**

Revisão integrativa de literatura

Luísa N. Pereira Lara

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); luisalarapsicologia@gmail.com

Tatiana Yokoy

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); Faculdade de Educação (FE); yokoy@unb.br

Luana Aline Afonso

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); luana-afonso@hotmail.com

Rayane da S. Soares

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude (PPGPPIJ); rayane-s.soares@hotmail.com

As metodologias no atendimento socioeducativo devem estar pautadas na proteção integral, na garantia dos direitos humanos dos/as/es adolescentes e na primazia da dimensão pedagógica sobre a dimensão sancionatória das medidas socioeducativas, devendo colaborar para ressignificações de práticas infracionais, de projetos de vida e de visões de mundo. O trabalho investigou as experiências de práticas grupais e metodologias de atendimento socioeducativo em grupo. O objetivo foi identificar potencialidades e limitações destas metodologias, considerando a promoção do desenvolvimento dos/as adolescentes e a garantia de seus direitos. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura científica em língua portuguesa sobre o tema e de acesso aberto ao público geral, na última década, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os termos utilizados para a busca foram “grupos nas medidas socioeducativas”, “intervenção em grupo em socioeducação” e “grupos com adolescente em conflito com a lei”. O intervalo de tempo utilizado como filtro de busca foi o período entre 2013 e 2023, considerando que a Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo foi promulgada em 2012. Em um universo de 23 estudos, foram excluídos os trabalhos repetidos e os de acesso limitado ao público. Os resumos dos estudos foram lidos e foram utilizados como critérios de inclusão: 1) produção em língua portuguesa; 2) apresentar uma prática interventiva em grupo em socioeducação; 3) relatar experiência prática com adolescentes no sistema socioeducativo; e 4) ter como objetivo de pesquisa explorar a função do grupo no contexto da socioeducação. A revisão encontrou apenas 3 estudos, no campo da Psicologia, realizados nos contextos de internação provisória, meio aberto e privação de liberdade. Evidencia-se que há necessidade de mais publicações sobre metodologias de atendimento socioeducativo em grupo e que possuam perspectivas interdisciplinares, considerando que as equipes de atendimento socioeducativo são compostas de modo multiprofissional. As análises mostraram que os atendimentos coletivos ainda não são institucionalizados no sistema socioeducativo, sendo, em geral, vistos como complementares ao atendimento individual. Muitos/as socioeducadores/as se queixam de sobrecarga de trabalho, equipes reduzidas e burocratização do sistema socioeducativo, que implicam na priorização de atendimentos individuais para a confecção de variados relatórios que

subsidiem decisões judiciais sobre cada caso. Uma importante potencialidade do atendimento socioeducativo em grupo identificada foi a contextualização sociocultural do desenvolvimento dos/as adolescentes, que coletivamente partilham e ressignificam experiências. A revisão mostrou que as metodologias em grupo posicionam os/as adolescentes de modo ativo como co- construtores do atendimento socioeducativo, estimulando sua participação e o protagonismo juvenil. Os estudos destacaram a importância dos atendimentos em grupos para a transformação pessoal de cada adolescente, mediada pela reflexividade e pela alteridade possibilitadas no grupo, bem como para transformações comunitárias e sociais, mobilizadas pela conscientização crítica sobre marcadores interseccionais de desigualdades sociais, como o racismo, o machismo, a marginalização social, a exclusão escolar e profissional. Enfatizamos a importância de maior investimento na formação continuada de socioeducadores/as para que desenvolvam metodologias de atendimento em grupo, indo além da cultura instituída do atendimento individualizado.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Atendimento socioeducativo; Metodologias em grupo; Intervenção socioeducativa; Revisão integrativa.

## MIGRANTES INTERNACIONAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Por uma pesquisa participativa e anticolonial

Carlos Roberto Faustino  
Universidade Federal de São Paulo (USP); crfaustino@unifesp.br

Cristiano Rodineli de Almeida  
Universidade Federal de São Paulo (USP); cristiano.rodineli@unifesp.br

Rubens Lacerda de Sá  
Universidade Federal de São Paulo (USP); rubens.sa@unifesp.br

O objetivo deste trabalho é propor uma discussão acerca dos possíveis fios condutores que levaram adolescentes migrantes internacionais à privação de liberdade em medida socioeducativa de internação no Brasil. Tem como base duas pesquisas de doutorado em andamento na Universidade Federal de São Paulo que tratam da questão migrante a partir da plataforma anticolonial, pela perspectiva do direito e da saúde mental. A plataforma anticolonial nos instrumentaliza no enfrentamento aos tempos sombrios que vivemos na contemporaneidade e que se retroalimentam da matriz colonialista, capitalista e patriarcal na produção de violências e injustiças em diferentes nuances. Portanto, entendemos como relevante pensar em uma plataforma filosófica cuja premissa central é a reversão dessa dinâmica socialmente destrutiva, ainda que se trate de um projeto de uns poucos em detrimento da maioria. Enquanto procedimento metodológico, as referidas pesquisas partem da abordagem qualitativa e com a utilização de procedimentos participativos. Essa metodologia considera os sujeitos da pesquisa como coautores na construção de um saber. Até o presente momento, a pesquisa se ateve à revisão bibliográfica e levantamento de dados, por ora quantitativos, junto aos Sistemas Socioeducativos do país, de modo a compreender o estado da arte a partir da confluência desses grandes temas: migração e socioeducação. Devido ao ineditismo do tema, não encontramos estudos ou documentos orientadores que tratam diretamente da questão do migrante na socioeducação. Enquanto dados preliminares, encontramos oito adolescentes de outros países internados em estabelecimentos socioeducativos, destes: três em São Paulo, sendo uma pessoa boliviana, uma estadunidense e uma argentina; três em Roraima, todas pessoas venezuelanas; uma no Espírito Santo, também venezuelana e; uma pessoa no Acre, esta boliviana. Em um registro histórico dos últimos cinco anos, 130 adolescentes de várias nacionalidades registraram passagem pelo Sistema Socioeducativo Brasileiro, em destaque, 73 venezuelanos, 25 paraguaios e 9 bolivianos. Nesse período, somente na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), em São Paulo, foram 38 adolescentes originários de países de todos os continentes. Os migrantes existem na socioeducação! A despeito desse fato, a invisibilidade em torno de suas presenças se mostra, oficialmente, nas páginas das instituições. Nesse sentido, acreditamos na concessão e consolidação de espaços singulares de escuta, favorecendo discussões que problematizem o lugar atribuído a esses adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e desejos imersos em uma trama de significados e relações de poder. Almejamos, assim, definir um atendimento específico para essa população e suas demandas prementes.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Migração; Anticolonialidade; Direito; Saúde mental.

**“O BAGULHO FICOU DOIDO”:**

As (Re)xistências Juvenis no Sistema Socioeducativo

Mayara Mendes

Universidade Federal da Paraíba (UFPB); mendessmaya@gmail.com

Maria de Fátima Pereira Alberto

Universidade Federal da Paraíba (UFPB); jfalberto89@gmail.com

A realidade de adolescentes e jovens privados de liberdade em unidades socioeducativas brasileiras é marcada não só pela violação de direitos no presente, como por um histórico de violências diversas anteriores à internação. Diante desse contexto de violações, as rebeliões são acontecimentos que perpassam o cotidiano da vida nas unidades. Faz-se uso do conceito de *resistência* para analisar as rebeliões enquanto movimentos sociais da juventude com quem a lei entra em conflito, num enfrentamento às contradições da sociedade capitalista. Trata também das vivências juvenis nos contextos de desenvolvimento a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski para compreender como essas formas de violências se dão nas relações sociais, sendo internalizadas e passando a guiar o desenvolvimento. Diante disso, o objetivo geral deste resumo é apresentar uma pesquisa que analisou as rebeliões que acontecem em unidades socioeducativas de internação para adolescentes e jovens com quem a lei entra em conflito, tendo como pressuposto de que elas são formas de expressões e reações à dominação. Para atingir os objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, composta por entrevistas abertas com atores sociais que fazem parte da política de Socioeducação na Paraíba, Brasil. Para a análise, procedeu-se com a Análise Comparativa Constante de Glaser e Strauss, feita com o apoio do Software MaxQDA. Os resultados informam que as rebeliões acontecem na forma de um processo, marcadas por se darem num contexto de violações diárias e incessantes. Essas violações não se restringem ao tempo histórico em que a rebelião ocorre, mas sim perpassam toda a trajetória de vida dessa juventude. As motivações para que esses episódios de revolta aconteçam refletem também essa trajetória e envolvem: a) as relações de poder que ali se estabelecem; b) os sentimentos de revolta frente à realidade de violações e; c) os desejos de liberdade que emergem no contexto de encarceramento. Assim, as rebeliões configuram-se a partir de vivências que são marcadas pela dominação dos afetos juvenis considerados inadequados. Deste modo, as análises indicam que as rebeliões são movimentos de resistência juvenis diante da vivência de um contexto histórico de violações de direitos e de dominação de seus afetos que, ao atingirem o limite do insuportável, culminam em atos de rebelião contra estruturas opressivas.

**Palavras-chave:** Resistência; Rebelião; Medidas socioeducativas; Juventude; Vivência.

**O CONCEITO DE SOCIOEDUCAÇÃO:**

Entre o legal e o real

Fernanda Bottari Lobão dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); fernandablobao@gmail.com

O conceito de socioeducação, que se aproxima em seu nascedouro de uma noção de educação social, não parece ter um sentido bem delimitado para os servidores de unidades de internação do estado do Rio de Janeiro. Socioeducação é interpretada como garantia de ação educativa para convívio social, efetivação de direitos humanos, ação voltada para emancipação e autonomia de direitos humanos. Socioeducação também é entendida enquanto ressocialização, uma “segunda chance” social, recuperação e reeducação. A captura do conceito por ideias neoliberais, a partir de uma despolitização do termo e de literaturas com teoria não crítica, levou a um esvaziamento teórico de seus princípios. Neste contexto, a disputa histórica da socioeducação no espectro da segurança pública e educação ganha contornos ainda mais perversos na atual conjuntura política do estado do Rio de Janeiro, estirando a distância entre as previsões legais e as práticas ocorridas no interior das unidades. Apesar do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) estar vinculado à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), os agentes socioeducativos garantiram legalmente a mudança da nomenclatura da classe para agentes de segurança socioeducativa, além da alteração da Constituição Estadual do Rio de Janeiro para incluir os agentes socioeducativos no rol dos órgãos de segurança pública do estado e a atual disputa política pelo porte de armas. A não definição do termo socioeducação leva a práticas contraditórias, como as observadas no que diz respeito à realidade das unidades e os cursos de capacitação oferecidos pelos funcionários concursados. A discrepância entre as previsões legais e as práticas diárias colaboram para a sobrecarga e o adoecimento dos funcionários. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa também adoecem com a prática política da socioeducação, que visa à punição e controle ao invés de garantir sua autonomia e emancipação. A presente faz parte da elaboração de uma tese de doutorado sobre o entendimento dos servidores sobre as práticas socioeducativas rotineiras. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores em uma unidade de internação masculina e uma feminina, visamos analisar a definição prática do conceito de socioeducação. A aplicação da socioeducação prevista pelos aparatos legais é viável?

**Palavras-chave:** Socioeducação; Agentes socioeducativos; Segurança; Educação.



## O CRONOTOPO NA CONSTITUIÇÃO DA GÍRIA DE GRUPO ENTRE ADOLESCENTES PRIVADAS E RESTRITAS DE LIBERDADE NO SOCIOEDUCATIVO

Marlene Barros Sandes  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins (SECIJU-TO);  
marlenesandes2018@gmail.com

Valéria da Silva Medeiros  
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT); medeiros.vs@hotmail.com

Este artigo empreende uma análise da relação entre o cronotopo bakhtiniano e gíria de grupo utilizada por adolescentes privadas e restritas de liberdade no sistema socioeducativo. Visa analisar como a linguagem gíria, utilizada por este grupo social nos espaços de internação e semiliberdade, influencia a construção da identidade de grupo e a legitimação do lugar de fala desses sujeitos. A pesquisa foi realizada mediante abordagem qualitativa, utilizando-se da observação, pesquisa bibliográfica e análise de documentos. O referencial teórico baseia-se nos estudos sociolinguísticos, que destacam a importância da linguagem como forma de identidade e pertencimento e, neste aspecto, a gíria de grupo caracteriza-se como termos ou funções específicas utilizadas por determinado grupo social, comunidade ou subcultura. Na socioeducação, entre outros aspectos, reflete a identidade e a cultura de grupo, operando como uma espécie de código linguístico entre seus membros, facilitando a identificação e as conexões nas relações espaço-temporais (cronotopo). Cronotopo é um termo criado pelo crítico literário e filósofo russo Mikhail Bakhtin, refere-se à intersecção entre tempo (cronos) e espaço (topos), relacionando-se à maneira como estes se entrelaçam, influenciam, moldam e afetam eventos e acontecimentos. Essencialmente, em sua concepção, todos os cronotopos são atravessados por sujeitos, eventos, acontecimentos, pela historicidade, pelas relações dialógicas e pelo axiológico. Neste estudo, ao relacionar Cronotopo e Gíria de grupo aplicados à medida socioeducativa, podemos dizer que deste lugar de fala, o uso das gírias pelas adolescentes encontra-se intimamente ligado às suas experiências, ao contexto social e cultural. Esses cronotopos podem influenciar a evolução e o uso dessas gírias ao longo do tempo, já que as mudanças no ambiente podem afetar a linguagem e as formas de comunicação do grupo. Sendo a medida socioeducativa uma ação aplicada pelo Estado, especialmente no contexto jurídico e socioeducativo, com o intuito de ressocializar esses sujeitos, proporcionando educação, orientação e acompanhamento para sua reintegração à sociedade, ao relacionar Cronotopo e Gíria de grupo, é possível pensar no primeiro como um elemento que influencia a aplicação e o resultado das medidas socioeducativas, uma vez que, um cronotopo propício à aprendizagem, à interação social construtiva e ao desenvolvimento pessoal potencializa resultados positivos. Deste modo, ambos os conceitos estão interligados na medida em que a percepção do mundo, a expressão linguística e a própria evolução das formas de comunicação são moldadas pelo contexto histórico, social e cultural em que estão inseridos os sujeitos, trazendo-nos perspectivas distintas sobre a forma como entendemos o tempo, o espaço e as posições sociais de onde as vozes se originam.

**Palavras-chave:** Cronotopo; Gíria de grupo; Adolescentes; Medida socioeducativa.

**ESPAÇO DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO:  
Intercessores a partir de uma teoria de campo**

André Felix Ferreira

Universidade Federal Fluminense (UFF); Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); felixodara@gmail.com

Procuramos por meio deste trabalho apresentar uma pesquisa de recuperação da teoria de campo de Kurt Lewin (1890-1947). Enquanto uma abordagem espacial e multifatorial, ela procura analisar a causalidade em termos sistêmicos. O que nos interessa neste autor é sua abordagem visual dos conflitos, por meio da psicologia topológica e hodológica. Esta perspectiva tem componentes cartográficos, que levam em conta o território, ao mesmo tempo que mapeiam os afetos, expectativas e forças que o perpassam. Sua relevância para o trabalho socioeducativo resulta da possibilidade de intervenção pelo conceito de Espaço de Vida, entendido como função de interações complexas entre pessoa e ambiente, de forma que o comportamento não poderia ser explicado apenas pela etiologia individual ou pelo determinismo social. O trabalho com jovens criminalizados seria portanto entendido em função de uma topologia possível, de várias forças e intensidades que atravessam o campo social e que podem ser expressas por mapas afetivos, ou formas de cartografar um território que levem em concepção as forças que o atravessam. Não pretendemos, com este trabalho, utilizar esta teoria exatamente da forma que Lewin a concebe, mas realizar uma leitura transversal, usando suas concepções como intercessores de outras teorias e práticas, como a análise institucional, a psicanálise, o estudo das heterotopias de Foucault e teorias da psicologia social. Este recurso se explica por percebermos o quanto a teoria de campo tem a oferecer para uma prática interseccional, que coloque a espacialidade em jogo na prática e teoria. A possibilidade de pensar os diversos componentes de um campo, seja social, seja teórico, seja pessoal, pelo recurso a uma cartografia possível, pode nos ajudar a desenvolver uma prática mais aberta aos diferentes discursos e oferecer mais recursos e perspectivas para a prática. Por meio destes recursos pretendemos analisar, de forma preliminar, algumas das forças que estão em ação no sistema socioeducativo, especialmente no trabalho de um profissional inserido nessa instituição, por meio de uma *análise de implicação* performada em uma expressão hodológica e visual. Alguns dos fatores analisados serão: o peso de se trabalhar em instituição com os diferentes vetores de força do racismo institucional; a interação institucional com o judiciário; as dificuldades de trabalho em equipes; as vicissitudes de um trabalho que envolve a restrição de liberdade dos socioeducandos ou o risco dela; a anomia institucional; e a subjetividade do trabalhador, que atua entre estas diferentes pressões ao mesmo tempo em que age na garantia de direitos, atravessando constrangimentos institucionais e sociais. Este trabalho antecede uma saída a campo a ser realizada por meio da pesquisa-ação. Realizaremos trabalho similar com os socioeducandos, mas em grupo, na construção de uma cartografia afetivo-institucional do sistema socioeducativo.

**Palavras-chave:** Espaço de vida; Teoria de campo; Socioeducação; Método cartográfico; Análise institucional.

## O EXERCÍCIO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Niselma da Soledade Caroba

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude (PPGPPIJ); niselma@gmail.com

Raquel Fuzaro

Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude (PPGPPIJ); raquel@fuzaro.net.br

O exercício dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação é um desafio complexo e, ao mesmo tempo, um aspecto crucial para sua constituição enquanto sujeito de direitos. O respeito aos direitos individuais deve ser garantido, a fim de permitir que esses jovens exerçam plenamente sua autonomia e tenham uma vida saudável. Este trabalho propõe apresentar os resultados de uma revisão integrativa sobre o exercício do direito sexual e reprodutivo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A pesquisa buscou analisar através de artigos publicados como é abordado o tema da sexualidade nas unidades de internação e identificar os desafios e as estratégias adotadas para promover o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, considerando as legislações vigentes e as diretrizes internacionais de direitos humanos. A pesquisa foi realizada no portal de periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando 5 palavras-chave relacionadas ao tema. Foram selecionados 18 artigos, que foram analisados a partir da metodologia de análise de conteúdo. Os artigos foram analisados dentro dos tópicos: sexualidade, direito sexual, questões de gênero e desafios próprios do contexto de privação da liberdade. Os resultados demonstraram a escassez de publicações na temática dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, e aponta para a necessidade de mais pesquisas em todo o território nacional, com destaque ao fato de que nenhum dos trabalhos empíricos foi realizado no Distrito Federal. Apesar das limitações do trabalho, foi possível identificar alternativas para promover os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, tais como a aproximação dos serviços de saúde com as unidades de internação com a finalidade de efetivar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI); o treinamento dos profissionais que atendem esses adolescentes, e a promoção de parcerias com organizações da sociedade civil que atuem com essa temática. Destacamos ainda a ampliação de possibilidades de avanços com o cumprimento da Resolução do CONANDA nº 233/2022, que traz pela primeira vez a questão das adolescentes em cumprimento de medida de internação, dando sinais da necessidade de se trabalhar questões de gênero durante a medida.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Socioeducação; Sexualidade; Direito sexual.

**O PRINCÍPIO DA COMPREENSÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO:**

Uma reflexão a partir de Edgard Morin

Rainilda Barbosa de Oliveira

Universidade Estadual de Goiás (UEG); rainildabol@gmail.com

O presente trabalho procurou investigar a relação do sexto saber “ensinar a compreensão”, conceituado na obra “Os sete conhecimentos necessários para a educação futura” de Edgar Morin, e as práticas educativas da socioeducação. Objetivou-se abordar o sexto saber de Edgar Morin, ensinar a compreensão, e, a partir disso, relacioná-lo com o contexto da educação de adolescentes em conflito com a lei. Para isso, o trabalho desenvolve-se em três partes. Na primeira parte é feita a discussão em torno da socioeducação e dos dispositivos normativos que a norteiam e a sua finalidade. A segunda parte, aborda o sexto saber: ensinar a compreensão, contido na obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, de Morin. Na terceira parte, é feita uma análise da compreensão, o sexto saber, no contexto das medidas socioeducativas. A análise conduzida procurou refletir sobre a socioeducação como um conjunto de ações que interconectam práticas educativas formais com direitos humanos e demandas sociais dos indivíduos. A reflexão sobre uma educação do futuro, pensada por Morin, levando em contexto a realidade dos jovens privados de liberdade, evidencia a importância da dimensão humana na prática educativa. Consequentemente, refletir sobre a prática nos leva à reflexão também sobre os perfis dos profissionais atuantes no sistema socioeducativo, referindo-se aqui a professores, gestores e apoio técnico administrativo. Isso implica explorar questões relativas à identidade profissional docente e às especificidades da atuação. No caso da socioeducação, em especial dos jovens privados de liberdade, as especificidades estão ligadas à capacidade de influenciar o desenvolvimento mais complexo dos adolescentes, à resignificação das trajetórias infratoras e à construção de novos projetos de vida por meio das aprendizagens oportunizadas pela educação ofertada. Um dos principais desafios para o acompanhamento realizado pelos serviços e programas é o combate ao preconceito institucional, seja na escola ou em outras unidades das demais políticas setoriais. O estigma geralmente marca os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa. Por essa razão, os adolescentes acabam por ser rotulados e incompreendidos pelos profissionais. Em uma abordagem humanizada, deve-se compreender que o cumprimento de uma medida socioeducativa é uma situação transitória, em que os adolescentes são indivíduos em fase peculiar de desenvolvimento. E que nesse caso, o julgamento, por parte da sociedade e daqueles que deveriam zelar pelo cumprimento dos direitos, favorece o estigma social.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Compreensão; Dimensão humana.

## O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE TRABALHADORES INFANTIS ENCARCERADOS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO

Sabrina Maria Souza Tavares  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); [sabrinatavares365@gmail.com](mailto:sabrinatavares365@gmail.com)

Rytha de Cassia Silva Santos  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB);  
[psirytha.santospb@gmail.com](mailto:psirytha.santospb@gmail.com)

Rafaella Andrade  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); [rafaella.andrade@academico.ufpb.br](mailto:rafaella.andrade@academico.ufpb.br)

Maria de Fátima Pereira Alberto  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB); [jfalberto89@gmail.com](mailto:jfalberto89@gmail.com)

O trabalho infantil (TI) é proibido até os 16 anos, salvo na condição de aprendizagem, aos 14 anos. São atividades feitas por crianças e adolescentes como estratégia de sobrevivência ou em troca de pagamento, em gênero ou em espécie. Desencadeia implicações psicossociais negativas para a vida de crianças e adolescentes, dentre as quais o cumprimento de medidas socioeducativas de internação. A vivência no encarceramento promove e potencializa adoecimento mental, tendo em vista o seu papel disciplinante e normatizante que utiliza da coerção e controle para punir os adolescentes a quem se atribui o ato tipificado como infracional. O objetivo deste artigo é apresentar dados da pesquisa que analisa a relação entre o cumprimento de medidas socioeducativas por trabalhadores infantis e as consequências do encarceramento para a saúde mental; e compreender os sentimentos, vivências e acesso a práticas terapêuticas. A pesquisa foi realizada na Paraíba, nas Unidades Socioeducativas (USE's) de internação. Utilizou-se um estudo descritivo-exploratório realizado através de entrevistas semiestruturadas com 10 adolescentes, submetidos à Análise de Conteúdo Temática. Os resultados apontaram que a maioria era do sexo masculino e negros. Todos se identificaram como trabalhadores infantis nas piores formas. Esses dados revelam que existe uma correlação entre ser trabalhador/a infantil e o cumprimento de medidas socioeducativas, visto que há uma trajetória que une tais elementos, aliado à ineficácia do Estado em garantir os direitos e impulsionando-os a se inserir precocemente no trabalho para assegurar a sua sobrevivência e da família. Terminam encarcerados em Unidades Socioeducativas, acusados de roubo, homicídio e tráfico de drogas. Os resultados indicam a lógica da medicalização e do diagnóstico, que desconsideram o sofrimento ético-político e as violências e violações de direitos a que são submetidos. Relataram sentimentos negativos (82%), destacando-se a tristeza e a ansiedade (17,6%, cada) derivados do isolamento social e das violências sofridas. As USE's buscam promover a saúde mental dos/as socioeducandos/as por meio de atividades educacionais (15,68%, n=8) e artísticas (15,68%, n=8), porém essas não são suficientes para minimizar o sofrimento psíquico vivenciado pelos/as entrevistados/as que adotam estratégias pessoais para se sentir melhor, chegando à tentativa de suicídio e uso de drogas (3,92%, n=2). 88,9% começaram a tomar medicamento após a medida de internação, sobretudo psicotrópicos, demonstrando a medicalização do sofrimento psíquico. Conclui-se que crianças e adolescentes, vítimas invisíveis do trabalho infantil, tornam-se visíveis para o Estado quando a eles é atribuída a prática do ato infracional e são encarcerados em medidas socioeducativas. Resultando em mais violência e

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Socialização de resultados de pesquisa

sofrimento, impacta na saúde mental, cujo cuidado são medicamentos psicotrópicos para abafar o sofrimento psíquico e docilizar seus corpos.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil; Medidas socioeducativas de internação; Violação de direitos; Saúde mental; Medicalização.

## O TRABALHO DOCENTE NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho

Christina Pereira da Silva

Colégio Militar de Brasília (CMB); christinapereiradasilva@gmail.com

O desafio para a sociedade contemporânea consiste em empreender ações para a materialidade da proposta socioeducativa, frente ao objetivo de realizar a mediação dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, uma vez que esta política tem por objetivo educá-los para a vida em liberdade. Esse contexto evidencia a importância do papel que deve ser atribuído à socioeducação e, principalmente, ao professor que atua nesta modalidade de educação. Levando-se em consideração a atuação docente em instituições socioeducativas, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o trabalho de professores que atuam com adolescentes em conflito com a lei, em uma escola inserida dentro de uma unidade de internação no Distrito Federal, a partir da psicodinâmica do trabalho. Especificamente, buscou-se analisar a organização do trabalho docente a partir das divergências entre o trabalho prescrito e o real, investigar as vivências de sofrimento existentes no trabalho docente e as estratégias defensivas individuais e coletivas decorrentes dessas e descrever a mobilização subjetiva quanto às relações de cooperação, reconhecimento e inteligência prática. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa que utilizou como procedimento a clínica do trabalho, desde a pré-pesquisa até a devolutiva. À luz da teoria de Dejours, esse método de ação e intervenção promoveu espaços de troca entre participantes e pesquisadora e momentos de escuta coletiva, possibilitando entender processos subjetivos individuais e estratégias coletivas mobilizadoras no tocante ao trabalho. Os resultados alcançados, ao longo de seis sessões, indicaram que o trabalho docente, na unidade de internação pesquisada, é permeado de imprevistos e incidentes, sendo marcado, muitas vezes, pela resistência do real. Tais circunstâncias tendem a gerar surpresa, nervosismo, irritação e sentimento de impotência que levam professores ao sofrimento. Por sua vez, esses docentes desenvolvem estratégias defensivas, quando operam na negação ou camuflagem desses processos promotores de sofrimento. Constatou-se ainda que o espaço privilegiado de discussão, promovido pela clínica do trabalho, favoreceu a quebra do silêncio e a redução do individualismo, mas não o suficiente para mobilizar o coletivo para implementar mudanças significativas no trabalho. Portanto, a tese de que a mobilização subjetiva de professores quanto às relações de cooperação, reconhecimento e inteligência prática é essencial para enfrentar as dificuldades do contexto da socioeducação foi confirmada. Por fim, espera-se contribuir para que se conheça detalhadamente o modo de trabalho docente e despertar a atenção do meio acadêmico, político e social para o trabalho docente desenvolvido em unidades de internação, condições de trabalho e consequências para o bem-estar emocional e profissional desses docentes e, numa perspectiva mais ampla, almeja-se ainda a melhoria do trabalho docente na socioeducação.

**Palavras-chave:** Trabalho docente; Socioeducação; Psicodinâmica do trabalho.

**PELE ALVA, PELE ALVO:**

Por uma crítica racial do modelo socioeducativo brasileiro

Edson Mendes da Silva

Universidade de Brasília (UnB); mendes\_ed@hotmail.com

Esse trabalho aborda o atendimento socioeducativo brasileiro ao largo de uma perspectiva teleológica, de outra maneira, optamos por uma leitura dialética e contínua; pautada numa perspectiva estrutural. Assim, baseado no caso empírico do Distrito Federal, antes de qualquer coisa, convém estabelecer a importância da legislação posterior à Constituição Federal de 1988, sobretudo, no Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais recentemente, com o Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE), quanto à sua relevância para a concretude das vidas daqueles sob tutela do Estado nas unidades de internação do país. Dessa maneira, pensamos necessário propor um debate crítico acerca do sentido e implicações do novo paradigma socioeducativo que, embora esboçado sobre a premissa da Doutrina da Proteção Integral e da Garantia de Direitos, persiste uma política inequivocamente semelhante àquelas do último século, quanto ao público alcançado. Portanto, destarte as mudanças recentes e os inegáveis aprimoramentos, o atendimento socioeducativo insiste encarcerando o mesmo perfil de sujeitos de antes; reafirmando a privação de liberdade como o ápice de um percurso excludente para a periferia negra, que passa por um encadeamento de instituições punitivistas de controle, como a política, a justiça e o cárcere. Logo, a reverberação dos ecos racistas fundantes desse país dar-se em discursos ambíguos, dissimulados ou cínicos, com a pretensa garantia de direitos, ou da privação de liberdade educativa. Assim, como debatido nas teorias sobre controle social, o cárcere se reinventa e se readequa sob o discurso do próprio tempo; as violências transmutam do suplício para o simbólico, das agressões à negação de cidadania, todavia, sempre alcançando os mesmos corpos. Os eufemismos envernizam os mecanismos estruturalmente presentes desde Mello Matos – ou mesmo antes – todavia, atualmente, em tons de um contexto neoliberal. Pois, diferentemente dos trabalhos acerca da realidade socioeducativa da última década, não acreditamos que a crítica deva estar limitada à distância entre a legislação e a realidade, ou à reiterada demanda pela aplicação exitosa do SINASE. De outro modo, evitando um vislumbre do atendimento socioeducativo numa tônica de falhas, devemos pensar o que o modelo socioeducativo brasileiro tem afirmado em sua concretude cotidiana por trás dos números e discursos oficiais. Assim, conforme temos evidenciado, suspeitamos que o racismo estrutural que dá contornos políticos e sociais ao país, perpetua-se no encarceramento da população periférica negra como produto colonial, para o controle e exclusão, enquanto peça fundamental do modelo social econômico em voga. De maneira que, ir além de uma leitura crítica do modelo socioeducativo requer necessariamente repensá-lo sob novas perspectivas, a partir de uma epistemologia contra hegemônica, admitindo a colonialidade contida no cárcere contemporâneo e, conseqüentemente, no modelo socioeducativo brasileiro. Por último, o ponto central desse trabalho reside numa leitura racializada da socioeducação, encarando-a como mecanismo pensado e aprimorado por décadas para o controle de corpos negros e periféricos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Juventude; Controle social; Exclusão; Encarceramento.



**PERFIL DAS PESQUISAS REALIZADAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL NO  
PERÍODO 2019-2023**

Ezequiel Nogueira Braga  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); Escola Distrital de Socioeducação  
(EDS); ezequiel.braga@sejus.df.gov.br

Thales Souza Silva  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); Escola Distrital de Socioeducação  
(EDS); thales.silva@sejus.df.gov.br

Tiago Rizzotto dos Santos  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); Escola Distrital de Socioeducação  
(EDS); tiago.santos@sejus.df.gov.br

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o perfil das pesquisas realizadas no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e acompanhadas pelo Núcleo Gestor da Escola Distrital de Socioeducação do Distrito Federal (NUGEDS/EDS), no período de 2019 a 2023. Trata-se de um levantamento das pesquisas, relacionando-as por meio de uma análise comparativa com a utilização das seguintes variáveis: tema da pesquisa, público-alvo, medida socioeducativa em que foi realizada a pesquisa, instituição de origem do pesquisador, nível de titulação do pesquisador, gênero do pesquisador, abrangência da pesquisa (local ou nacional) e tipificação da pesquisa (doutorado, mestrado, especialização, entre outros). Constam 55 pesquisas realizadas entre 2019 a 2023 no Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Distrito Federal (SEI/GDF) e acompanhadas pelo NUGEDS. Os resultados obtidos são os seguintes: o público-alvo das pesquisas é predominantemente formado por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação (70,9%) e destas pesquisas, em torno de um terço realizadas na Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG), seguido pelos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade (27,2%), enquanto o público da medida de Semiliberdade contempla apenas 7% das pesquisas. 43,6% e 29,1% das pesquisas realizadas têm como público-alvo os socioeducandos do sexo masculino e do sexo feminino, respectivamente. A Universidade de Brasília (UnB) aglutina 69% das pesquisas realizadas. O nível de titulação dos pesquisadores é majoritariamente de graduação (34,5%), seguido pelo de mestrado (21,8%). O gênero dos pesquisadores é predominantemente feminino, pois 87% das pesquisas são realizadas por mulheres. A abrangência da pesquisa é local (Distrito Federal) em sua quase totalidade. Esses resultados e análise de dados podem indicar as principais tendências, demandas, interesses e desafios dos pesquisadores que se dedicam ao estudo da socioeducação no Distrito Federal, bem como as possíveis lacunas e oportunidades para o desenvolvimento de novas pesquisas na área. Além disso, esses resultados podem contribuir para o fortalecimento da rede de cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa e o sistema socioeducativo, visando à produção de conhecimento relevante e aplicável à realidade dos adolescentes em conflito com a lei. As principais lacunas e desafios identificados são os seguintes: a baixa representatividade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e de semiliberdade como público alvo das pesquisas, e a importância de valorizar as experiências e demandas desta clientela; ampliar o leque de temas abordados nas pesquisas, destacando que apenas três pesquisas versaram

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Socialização de resultados de pesquisa

sobre adolescentes egressos do sistema socioeducativo do Distrito Federal e apenas sete pesquisas versaram sobre os temas saúde e saúde mental de socioeducandos; há uma escassez de pesquisas cujo público-alvo sejam os servidores do sistema socioeducativo e inexistem de pesquisas sobre a violência institucional do sistema socioeducativo contra socioeducandos e, por fim, é fundamental ampliar a abrangência das pesquisas realizadas na área da socioeducação, buscando comparar e integrar os resultados obtidos no Distrito Federal com os de outras realidades e contextos socioeducativos, nacionais e internacionais, bem como difundir e aplicar os resultados em outras instâncias e esferas da socioeducação.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Socioeducação; Escola de Socioeducação; Distrito Federal.

**PRECONCEITO E RACISMO ESTRUTURAL:**

Os desafios de uma socioeducação em rede

Luciano Aparecido Pereira Junior

Universidade de Franca (UNIFRAN); lucianojuniorpereira@gmail.com

Regina Célia de Souza Beretta

Universidade de Franca (UNIFRAN); regina.beretta@unifran.edu.br

A socioeducação deve ser tomada como uma ferramenta de desvelamento de uma adolescência, ainda invisível e socialmente excluída. Adolescentes com diversas características de gênero, raça, condições socioeconômicas e cultura. Se for feito um recorte dos adolescentes que cometes ato infracional no Brasil, estes são caracterizados por serem meninos, negros, pobres e moradores das periferias das pequenas e grandes cidades. O estudo aqui apresentado, por meio de um recorte de uma pesquisa mais ampla, se propôs a abordar as implicações do racismo e do preconceito estrutural sofrido pelos adolescentes que cometeram atos infracionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, aconteceu por meio de uma revisão integrativa – nas bases de dados *LILACS*, *SciELO*, *Redalyc* e *Google Acadêmico*, sendo utilizados dez artigos – e da pesquisa de campo. Na aplicação em campo, participaram 65 profissionais da socioeducação, sendo eles pertencentes ao Sistema Único de Assistência Social, ao Sistema Único de Saúde e à Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), de dezessete municípios do Estado de São Paulo, em que todos responderam a um questionário on-line e, destes, dez foram selecionados para os dois grupos focais realizados e quatro coordenadoras para as entrevistas por pauta. A análise foi feita pela perspectiva da Análise de Conteúdo e teve como referencial teórico-metodológico o Materialismo histórico-dialético. Aqui foi abordada a subcategoria ‘racismo e preconceito estrutural’ como produto do processo de categorização. No cenário organizacional que compõe o sistema socioeducativo brasileiro, perpassam as questões do papel do Estado, da execução das políticas públicas, da sociedade e do processo político. Ideais de racismo e preconceito estão empregados nas entrelinhas do sistema público e privado brasileiro, vitimizandando pessoas e levando ao não reconhecimento da heterogeneidade que constitui a formação sócio-histórica do Brasil. Neste cenário contrastam-se as questões de civilidade – aquilo que é socialmente aceito e tido como regra moral – e o caráter coercitivo – aplicado a quem foge à regra – com que os adolescentes ainda são tratados socialmente, inclusive dentro das instituições socioeducativas. Fato é que o preconceito e o racismo estrutural são marcas das violações sofridas pelos adolescentes que cometeram ato infracional no Brasil. Características como a raça (negros em sua maioria), sexo (meninos em sua maioria) e em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade, marcam de forma negativa a realidade dessa população. A isso se somam o alto índice de homicídios – juvenicídio escancarado – e os índices de reincidência do ato infracional. É importante ressaltar o racismo e o preconceito estrutural, ainda embutido no pensamento de alguns profissionais e instituições, que favorecem o processo de discriminação e violência contra o adolescente negro. O enfrentamento ao preconceito e ao racismo estrutural ainda é um grande desafio a ser superado e vencido. Embora implique numa transformação social, é preciso que governos, gestores e profissionais consolidem ações de defesa e proteção dos adolescentes negros do país e fortaleçam a atuação junto às famílias, garantindo direitos e condições de vida. A socioeducação só será efetiva, em todos os seus nuances, quando todas as políticas públicas se responsabilizarem pelo cuidado, acolhimento e empoderamento dos adolescentes.

**Palavras-chave:** Adolescência; Direitos humanos; Vulnerabilidade social.

**“QUAL O DIA DA LIBERA?”:**

Análise exploratória do prazo da medida socioeducativa de internação

Beatriz Yamada

Universidade de Brasília (UnB); beatriz.yamada@aluno.unb.br

Cynthia Bisinoto

Universidade de Brasília (UnB); cynthia@unb.br

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inaugurou o paradigma garantista que vigora atualmente. Entretanto, uma herança do modelo penal indiferenciado e tutelar que tem perseverado ao longo da história é o prazo destinado à medida socioeducativa de internação. O ECA estabelece que essa medida não comporta prazo determinado, limitando-se a fixar tão somente um parâmetro máximo de três anos ou liberação compulsória no caso de atingimento de 21 anos de idade. Dessa forma, o adolescente, no momento de sua sentença, desconhece o tempo total que irá permanecer em cumprimento de medida socioeducativa de internação. As repercussões desse instituto são diversas: vasta discricionariedade judicial; tempo de cumprimento excessivo; diversidade de prazos a depender do Estado; ansiedade dos adolescentes e de seus familiares relacionadas à indeterminação temporal; dificuldade de planejamento institucional aos entes executores da medida socioeducativa de internação. Dados do Conselho Nacional do Ministério Público, de 2019, apontam para um possível prolongamento da medida socioeducativa de internação em relação às penas de reclusão aplicadas aos mesmos tipos penais, denotando um provável tratamento mais gravoso ao adolescente do que ao adulto. Porém, a despeito da sua relevância, a literatura recente acerca do tema ainda é bastante reduzida, com poucos levantamentos e informações precisas. Dessa forma, foi realizada análise exploratória quantitativa e qualitativa a partir dos autos processuais e banco de dados estatísticos da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (VEMSE/TJDFT). A análise quantitativa foi realizada a partir do referido banco de dados, com 780 processos registrados entre dezembro de 2019 e outubro de 2023, com efetivo cumprimento. Foi utilizada a abordagem estatística de análise de sobrevivência, que emprega um conjunto de métodos estatísticos cujo objeto de pesquisa é o tempo entre eventos. Assim, a curva de Kaplan Meier, construída a partir dos dados referentes à data da sentença inicial e data de extinção dos processos, apontou para uma diferença estatisticamente relevante ( $p=0,048$ ) entre os quatro atos infracionais de maior frequência (tráfico de drogas, roubo, latrocínio e homicídio). Observou-se, assim, um padrão temporal específico para cada um dos atos infracionais, sendo possível prever o tempo estimado de extinção do processo a partir do ato infracional registrado. Por sua vez, a análise qualitativa exploratória inicial foi realizada a partir da consulta individual a 10 processos cuja extinção ocorreu entre 2019 e 2021. Preliminarmente, foi possível constatar fraseologias típicas nos processos em relação à temporalidade em que são ressaltadas percepções de que há um “tempo exíguo” de cumprimento, especialmente a depender da gravidade do ato infracional praticado. Ademais, é destacada a necessidade de “consolidação” dos avanços a partir de um lapso temporal maior. Infere-se, portanto, que há uma relação intrínseca - na avaliação quanto à permanência do adolescente - entre o ato infracional e a concepção acerca do tempo necessário para discernimento e maturidade. Dessa forma, os resultados obtidos trazem luz ao debate do tempo da medida socioeducativa de internação e revelam critérios que têm sido empregados como justificativa para manutenção dessa medida.

**Palavras-chave:** Indeterminação; Prazo; Tempo; Internação; Adolescentes.

**QUEBRADA EM NÓS:**

Narrativas territoriais de jovens na socioeducação

Thaywane do Nascimento Gomes  
Universidade de Brasília (UnB); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF);  
thaywanegomes@gmail.com

Deise Matos do Amparo  
Universidade de Brasília (UnB); deise.amparo.matos@gmail.com

Islene Gomes Mateus Castelo Branco  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); isleneg@gmail.com

Os jovens privados de liberdade falam bastante sobre si e suas referências, todavia de modos velados e por intermédio de múltiplas linguagens, como o desenho, a poesia, as tatuagens, os RAPs e as gírias. Questionamos se os profissionais que atuam nas medidas socioeducativas estão dispostos a entenderem e a utilizarem tais linguagens como pontes de vínculo e de reflexividade? Nas falas, nos posicionamentos e nas articulações dos jovens privados de liberdade na medida socioeducativa de internação notamos que os territórios em que residem e/ou se sentem pertencentes estão presentes constantemente, dando contornos aos discursos, elos e deslocamentos institucionais. A inscrição narrativa nos e dos territórios, representada neste estudo pelas paredes da instituição socioeducativa e pelas tatuagens corporais dos jovens acautelados nas medidas judiciais, são como mecanismos de construir continência, segurança e diferenciação em detrimento da seriação, contenções, violências e apagamentos forjados na socioeducação. Assim, no presente trabalho objetivamos compreender como os territórios (ou para se aproximar da linguagem empreendida pelos jovens da periferia do Distrito Federal, as quebradas) se inscrevem e são inscritos em uma unidade voltada para o cumprimento da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Entendendo as escrituras das paredes institucionais e as corporais como narrativas existenciais pouco ouvidas e olhadas, de vidas que precisam se registrar constante e concretamente. Um meio para reivindicar espaço e potências ainda que às margens e nas bordas. A territorialidade para os jovens institucionalizados é permeada pela luta constante por um espaço de afetos, pertencas, acolhida e constância, o que podemos chamar de uma geografia dos afetos. Aqui ao falarmos de territórios não dizemos meramente de um lugar concreto e delimitado, mas consideramos, principalmente, a busca desses jovens por um lugar onde possam ser e existir, podendo ser no local de moradia, na instituição socioeducativa ou no próprio corpo. Tratou-se de uma pesquisa-intervenção de caráter socioclínico que aconteceu por seis anos nos intramuros de um estabelecimento socioeducativo privativo de liberdade. No que concerne às estratégias metodológicas e de registro, utilizamos a observação participante e a imersão em campo, que foram registradas em diário de campo. Observamos que as narrativas territoriais são usadas pelos jovens institucionalizados como sinalizadores de pertencimento e alianças, inclusive, com a territorialidade tornando-se identidade e nome próprio. Além disso, busca-se uma ampliação da compreensão de território, ao entender o corpo como um lugar que ecoa resistências e ligações. Por fim, destaca-se a socioeducação como terreno propício para debates acerca do direito à cidade e da interseccionalidade com a identidade.

**Palavras-chave:** Territórios; Sistema Socioeducativo; Pertencimento; Narrativas.

### RODAS DAS IMAGENS:

Um dispositivo clínico-político de escuta da Liberdade Assistida

Bruna Maria de Souza

Universidade de São Paulo (USP); Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica (PPGPSC);  
brunaa\_ms@hotmail.com

Rose Gurski

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-graduação em Psicanálise:  
Clínica e Cultura (PPGLIC); Universidade de São Paulo (USP); Programa de Pós-graduação em  
Psicologia Clínica (PPGPSC); rosegurski@ufrgs.br

A pesquisa, decorrente de um processo de doutorado em andamento, tem como objetivo problematizar as condições da atual política socioeducativa brasileira a partir da articulação da escuta psicanalítica com a criação de imagens construídas por adolescentes que cumprem a Liberdade Assistida (LA) em uma cidade do Paraná. As imagens têm sido tratadas como um modo dos jovens falarem de si e de suas experiências no laço social e no sistema socioeducativo. Entende-se que, ao abrir-se um espaço de criação, no âmbito da produção de imagens, pode ser possível tencionar premissas que pautam a política socioeducativa. Que imagens temos de quem cumpre a LA? É a partir de questões como esta que se propõem as Rodas das Imagens – um dispositivo clínico-político de escuta a partir de conversas e da feitura de imagens pelos próprios adolescentes. A partir de trabalhos do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC), Eixo 3 - Psicanálise, Educação, Intervenções Sociopolíticas e Teoria Crítica -, temos construído e proposto diferentes dispositivos de escuta, sobretudo, no que se refere à adolescência contemporânea. Rodas é como alguns desses dispositivos vêm sendo nomeados, geralmente, pesquisas que oferecem alguma intervenção em instituições socioeducativas. As diferentes rodas sempre nasceram a partir, sobretudo, da aposta na escuta psicanalítica em diferentes territórios. Dentre as várias premissas que compõem as Rodas, destaca-se a escuta dos sujeitos orientada pela ética psicanalítica e pelo princípio da não antecipação em relação à experiência do sujeito a ser escutado. No caso do campo desta pesquisa, nos deparamos com uma oficina de Grafite que tem nos servido como um disparador de imagens. A partir da produção das imagens grafitadas, temos escutado que se produz a partir das imagens, o que revelam e escondem. Entendemos, até o momento atual da pesquisa, que as Rodas das Imagens nos permitem escutar toda a movimentação e dinâmica das imagens que rodam pela instituição, extrapolando o imaginário de um conjunto de cadeiras em formato de círculo em uma sala. As Rodas das Imagens rodam pela sala da oficina, pela parede da instituição na qual se risca o Grafite. Tais Rodas também movimentam as imagens para além dos muros socioeducativos, permitindo que extrapolemos a ideia de que a LA se cumpre apenas dentro de uma instituição socioeducativa, podendo se produzir também a partir dessa medida em espaços culturais e comunitários. Considerando as potencialidades da imagem articulada à escuta psicanalítica, entende-se ser possível criar condições para a movimentação de sentidos referentes tanto ao lugar desses jovens no laço social como às próprias premissas da política socioeducativa atual. Sendo assim, a pergunta maior desta proposta refere-se ao que pode a potência das narrativas imagéticas movimentar na direção das problematizações da socioeducação e de seus sujeitos.

**Palavras-chave:** Rodas; Imagens; Liberdade Assistida; Psicanálise.

## SKATE, RAÇA E SOCIOEDUCAÇÃO

Ana Caroline Santana de Lima  
Universidade de Brasília (UnB); barbatimana@gmail.com

Tatiana Yokoy  
Universidade de Brasília (UnB); yokoy@unb.br

Embora o direito ao esporte, cultura e lazer esteja consagrado nas leis e normativas do sistema socioeducativo e desempenhe um papel fundamental no desenvolvimento humano, frequentemente, esses elementos são interpretados de maneira utilitária e funcional, como meros instrumentos para "ocupar tempo" e ensinar regras, disciplina e obediência. O projeto de extensão da Universidade de Brasília "Skate na Medida Socioeducativa" foi desenvolvido em 2022 e 2023 em sete unidades de internação e uma Gerência de Atendimento em Meio Aberto no Distrito Federal. Envolveu a realização de oficinas de skate articuladas com: oficinas de grafite, ioga e audiovisual; roda de conversa sobre redução de danos; e discussão de filmes sobre skate, juventude, periferia e socioeducação. O skate se mostrou uma potente ferramenta pedagógica para aprimorar a dinâmica dos atendimentos coletivos e para mediar o desenvolvimento dos(as) adolescentes. A participação no projeto de extensão contribuiu para ganhos na socialização; na leitura crítica do espaço urbano e no reconhecimento do direito à cidade; bem como no fortalecimento da confiança, na superação de medos, na persistência, na autoimagem, na motricidade e na criatividade dos(as) adolescentes. A partir dos interesses despertados nos(as) adolescentes durante a extensão, foram desenvolvidos desdobramentos em práticas de estágio e pesquisa de conclusão de curso em Pedagogia, contemplando a educação das relações étnico-raciais e (socio)educação antirracista. A pesquisa realizará oficinas de skate e rodas de conversa com socioeducandos sobre racialidade, embranquecimento, colonialidade e privação de liberdade. Estes elementos atravessam as experiências de jovens negros das periferias brasileiras, como é a maioria dos adolescentes em atendimento socioeducativo no país e no Distrito Federal. O objetivo da pesquisa é promover diálogos reflexivos acerca da questão racial no Brasil, utilizando oficinas de skate enquanto ferramenta metodológica. As oficinas serão realizadas em uma unidade de internação do Distrito Federal e serão mediadas por recursos culturais e artísticos da cultura afro-brasileira, como músicas, poesias, capoeira e religiosidades de matriz africana. A corporeidade, a diversão, a expressão por meio de diversas linguagens, a co-construção de experiências em grupo e a valorização da cultura negra periférica são elementos essenciais na formulação de uma ação socioeducativa antirracista e que garanta direitos humanos. Ressaltamos a importância da cooperação entre o sistema socioeducativo e ações públicas vinculadas ao esporte, cultura e lazer, com o intuito de fortalecer a abordagem pedagógica do atendimento socioeducativo.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Antirracismo; Skate; Racialidade; Pedagogia.

**SOCIOEDUCAÇÃO, PSICOLOGIA E PANDEMIA:**

Desafios e potencialidades no trabalho da psicologia na socioeducação em período pandêmico

Izabella Palhano de Souza  
Universidade de Brasília (UnB); izabellapsiunb@gmail.com

Isadora Bezerra Araújo  
Universidade de Brasília (UnB); isadoraarauj2002@outlook.com

Pedro Henrique Antunes da Costa  
Universidade de Brasília (UnB); phantunes.costa@gmail.com

No estudo, analisamos os impactos da pandemia de COVID-19 no trabalho de psicólogas(os) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O trabalho é um recorte de pesquisa longitudinal que objetivou analisar e apreender os impactos da pandemia no trabalho psi nas políticas de saúde, assistência social, educação, socioeducativo e sistema de justiça. A coleta de dados foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro no período de maio a junho de 2020 (início da pandemia) e o segundo de junho a outubro de 2022 (final da pandemia). Ao todo 15 psicólogas(os) responderam a um formulário *online* (*Google forms*), sendo 12 na primeira coleta e 03 na segunda. Participaram profissionais das regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste, essa última com maior predominância. O formulário continha perguntas abertas e fechadas sobre formação, trajetória profissional, trabalho nas políticas e os impactos da pandemia. Focamos aqui na análise das respostas às perguntas abertas, que se deu pela análise de conteúdo temática. As respostas foram dispostas em dois eixos temáticos, desafios e potencialidades, com predominância das primeiras, quantitativa e qualitativamente. Em relação às potencialidades, os profissionais apontaram: ampliação das formas de comunicação, diminuição do número de adolescentes internados, possibilidade de pensar a relevância da psicologia, maior autonomia na dinâmica do trabalho remoto, necessidade de reinventar a prática. Contudo, há um cenário de intensificação da precarização do trabalho no sistema socioeducativo às(aos) psicólogas(os) e aos adolescentes, tendo como os principais desafios: falta de equipamento e estrutura; perda de vínculo do adolescente e familiares com os profissionais e rede; demandas de gestão pouco afinadas à realidade; sobrecarga de trabalho; aguçamento das mazelas estruturais e das implicações às políticas, com piora na saúde mental, gerando impactos psicossociais à classe trabalhadora, sobretudo às frações mais pauperizadas. Houve também relatos que o cenário pandêmico não possuía potencialidades, devido à precarização e à limitação do trabalho. Os achados apontam para a necessidade de reflexão constante sobre os paradoxos e limitações da psicologia, que se somam ao das políticas nas medidas socioeducativas, bem como para o processo de precarização do trabalho em tal política, algo que a literatura aponta não se restringir à psicologia, nem ao socioeducativo.

**Palavras-chave:** Psicologia; Socioeducação; Políticas públicas; Pandemia.



**SOCIOEDUCAÇÃO:**

Déficit na alfabetização e letramento, e os efeitos no desenvolvimento pedagógico dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa

Magda Marques Melo  
Universidade de Brasília (UnB); magmmelo@hotmail.com

Thaila Karoline Furtado Severo  
Universidade de Brasília (UnB); thaila.karoline@edu.se.df.gov.br

Ivanilde Maria Pereira da Silva  
Universidade de Brasília (UnB); ivanildempsilva.unb@outlook.com

O presente artigo visa analisar como acontece o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que apresentam dificuldades no processo de alfabetização e letramento. O objetivo é apontar as dificuldades pedagógicas apresentadas pelos adolescentes atendidos nas Unidades da socioeducação. A metodologia adotada nesta pesquisa teve como base a epistemologia qualitativa, recorrendo à técnica de avaliação documental das fichas individuais de 10 adolescentes de cada unidade de internação, a realização da entrevista semiestruturada com os professores atuantes nas Unidades de Internação, e a aplicação do Teste de Desempenho Escolar aplicado em 3 adolescentes de cada uma das Unidades de Internação. O presente estudo teve o intuito de mapear o desenvolvimento acadêmico de adolescentes atendidos na Unidade de Internação do Recanto das Emas, Região Administrativa de Brasília – DF e de Luziânia - Goiás, com vistas a realizar o comparativo entre as duas instituições e apontar as intersecções entre baixo desenvolvimento educacional, situação socioeconômica, gênero e raça. O propósito deste estudo está em identificar os maiores déficits no letramento e alfabetização dos estudantes da socioeducação, bem como a relação da entrada destes jovens no sistema socioeducativo, discorrendo a respeito do impacto dessas lacunas e a relação na evasão do sistema educacional regular, que culmina no baixo desenvolvimento social. Nesse sentido, a pesquisa buscou trazer reflexões a respeito do papel do atendimento socioeducacional na recuperação de aprendizagens básicas para o desenvolvimento da alfabetização desses jovens. Os achados apontam para uma ineficiência no atendimento educacional ofertado e na dificuldade dos profissionais em adequar metodologias e materiais que atendam às necessidades pedagógicas desse público, considerando que já existe, por parte dos mesmos, uma desesperança para com a escola e seu papel em suas vidas, bem como uma baixa autoestima no que tange à capacidade de desenvolver proficiência leitora e escrita, sendo necessário garantir aos jovens em medida socioeducativa o direito à educação e projeção de continuidade na vida acadêmica, bem como a construção de um projeto de vida alicerçado na educação, da qual depende, diretamente, um processo de alfabetização sistematizado e consolidado. Diante disso, buscou-se investigar os maiores dificultadores do desenvolvimento desses jovens, comparando com as propostas trazidas por políticas públicas implementadas para esse fim, avaliando a eficácia, ou não, das ações propostas por essas, tendo em vista a garantia dos direitos humanos fundamentais.

**Palavras-chave:** Educação; Alfabetização; Letramento; Socioeducação; Aprendizagem.

**SONHO MEU, VAI BUSCAR QUEM MORA LONGE, SONHO MEU:**

O direito à convivência familiar de adolescentes em medida socioeducativa de internação no Paraná

Paloma Andressa Xavier de Paula  
Universidade Estadual de Londrina (UEL); Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região (CRESS PR); paloma.andressa@uel.br

Andréa Pires Rocha  
Universidade Estadual de Londrina (UEL); drea\_rocha@yahoo.com.br

Trata-se de um projeto de pesquisa de tese de doutoramento que está em andamento. Inspirada na canção de Dona Ivone Lara, assistente social e sambista, o título já nos remete às distâncias e aos sentimentos ocasionados pelo rompimento da presença geográfica no cotidiano. Neste sentido, o projeto tem como tema central discorrer sobre o direito à convivência familiar de adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado no Paraná. O Estado possui 19 (dezenove) Centros de Socioeducação (CENSE), distribuídos em regiões imediatas e intermediárias do Paraná, em contraposição de 399 municípios (trezentos e noventa e nove) com vasta extensão agrícola, entretanto, nem todas as regiões imediatas e intermediárias possuem CENSE, criando uma lacuna na locomoção de famílias. Ademais, o estado do Paraná tem se utilizado de central de vagas para distribuição de adolescentes para cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, além de que a distância geográfica se soma às dificuldades de locomoção no território para famílias de trabalhadoras/es, que necessitam utilizar linhas de ônibus para percorrer o estado para visitar seus adolescentes, nem sempre possuindo tempo e recursos financeiros para isto. Diante disto, tem-se como problema de pesquisa: como ocorre a garantia ao direito à convivência familiar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Paraná que estão distantes geograficamente de seus municípios de origem? Para realizar a investigação, propõe-se uma pesquisa qualitativa, com pesquisa bibliográfica (fase atual da pesquisa, no qual estamos discorrendo sobre a história socioeducativa no Brasil, através da oferta de políticas sociais baseadas no racismo estrutural e da penalização de a infância e adolescência pobre do país, além das interfaces com os territórios vividos), documental (através da documentação levantada junto ao Departamento Socioeducativo do Paraná) e de campo, por meio de formulário em Google Forms para todas as equipes técnicas de CENSE do Paraná, visando levantar informações gerais quanto ao direito à convivência familiar nas unidades com perguntas fechadas e abertas sobre a temática. Também serão realizadas entrevistas com as equipes técnicas de três CENSES com maior número de adolescentes internados, conforme indicação do Departamento Socioeducativo do Estado: Laranjeiras do Sul, Maringá e São José dos Pinhais. Estas equipes técnicas indicarão o adolescente internado que tem seu município de origem mais distante da unidade socioeducativa, no qual procederemos com realização de entrevista com a equipe técnica deste município que acompanha a família do adolescente e com a própria família, tendo como objetivo compreender as dinâmicas que envolvem a garantia da convivência familiar ofertadas pelo Estado. A hipótese principal é que o direito positivado não garante a efetivação de direito à convivência familiar para os adolescentes internados que são provenientes de municípios distantes geograficamente, sendo necessário aprofundar a análise da temática para subsidiar elementos que possibilitem a visibilidade dos desafios nesta área essencial para a socioeducação, podendo contribuir na formulação e implementação de políticas sociais mais fortalecidas e que contemplem estes elementos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Território; Paraná; Convivência Familiar.

## UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA COLETIVA, PARTICIPATIVA E TERRITORIAL

Adilaine Juliana Scarano Vedovello  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); juliana.vedovello@gmail.com

Sandra Maria Galheigo  
Universidade de São Paulo (USP); sandramg@usp.br

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como umas das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes quando cometem atos infracionais. A PSC tem caráter pedagógico e deve considerar a condição dos adolescentes de sujeitos em desenvolvimento. O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) desenvolve, desde 2007, a estratégia metodológica PSC Coletiva, afirmada como uma tecnologia social. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo apresentar a síntese dos resultados de pesquisa, a partir da sistematização da estratégia metodológica PSC Coletiva, com ênfase na PSC Coletiva e Territorial. Foi realizado um estudo de método qualitativo com o uso das técnicas de pesquisa documental, entrevista e grupo focal. A pesquisa documental permitiu levantar informações institucionais sobre seu processo histórico e implementação. As entrevistas foram realizadas por meio de roteiro semiestruturado, com a Coordenadora Geral do COMEC e com a Promotora do Ministério Público da Infância e Juventude de Campinas. O grupo focal foi desenvolvido em dois encontros, com profissionais que atuavam na medida de PSC no COMEC e teve a finalidade de problematizar e avaliar a estratégia metodológica a partir de suas perspectivas. Como resultado, evidenciou-se no estudo duas fases da metodologia: de 2007 a 2013, com oferta de atividades grupais pré-estabelecidas, realizadas por meio de parcerias fixas; e, de 2014 a 2019, através da construção de ações coletivas, participativas e territoriais. Os resultados mostraram a importância de denominar a segunda fase desta estratégia metodológica como PSC Coletiva e Territorial, pelo seu caráter participativo e ação no território. Os quatro eixos identificados como potências, por meios dos quais esta estratégia é desenvolvida são: a atividade como principal recurso da PSC, o atendimento grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar. Os balizadores teóricos destacados desta estratégia metodológica referem-se à educação libertadora de Paulo Freire e Bel Hooks e ainda, aportes sobre abordagens grupais e território. O estudo apontou dificuldades e desafios da prática, a saber: a medida socioeducativa fazer sentido para o adolescente; a abordagem grupal com suas características de grupo aberto; os alinhamentos com os serviços-parceiros para realização da atividade e o curto tempo para realização dos projetos de PSC. A pesquisa evidenciou que a PSC Coletiva e Territorial se sustenta com um trabalho educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes. A partir da síntese dos resultados foi elaborado um “Guia de Referência para a Implementação da PSC Coletiva e Territorial”, dirigido a profissionais e serviços. Esta metodologia é afirmada como uma tecnologia social desenvolvida pelo COMEC e reafirma a importância da construção de práticas emancipatórias e humanizadas que assegurem acolhimento, respeito e direitos aos adolescentes e suas famílias. Traz contribuições para o meio aberto no Brasil e para o campo da terapia ocupacional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A atuação junto a sujeitos, grupos e comunidades, que vivenciam violações de direitos, deve considerar o compromisso ético-político de enfrentamento das desigualdades sociais e do fortalecimento das redes sociais de suporte.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Participação; Prestação de Serviços à Comunidade; Território; Terapia Ocupacional.

**VIOLÊNCIA SEXUAL COMO PRÁTICA SOCIAL HISTÓRICA NO BRASIL:**

Apontamentos para uma compreensão antirracista

Monica Daniele Maciel Ferreira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); monicadaniele1@gmail.com

Trata-se de breve estudo histórico acerca da violência sexual no Brasil e seus respectivos regimes jurídicos, desde a invasão colonial. O objetivo do estudo é introduzir a discussão para a construção de um olhar sobre a violência sexual não como ato infracional em si, mas como prática social histórica estruturante da organização social brasileira, que se constitui como parte da dinâmica de dominação de raça, gênero e classe. E ainda como parte da dinâmica institucional prisional e manicomial, primeiro como dispositivo de criminalização de corpos negros e a consequente estigmatização desses corpos como portadores de sexualidade predatória; segundo, como resposta ao sofrimento de mulheres negras sexualmente violentadas cotidianamente. O artigo visa posicionar o racismo como categoria central para apreensão das dinâmicas da violência sexual, passando pela discussão de concepções e estratégias socioeducativas acionadas no acompanhamento de adolescentes acusados de cometerem violência sexual. Tem como ponto de partida uma pesquisa anterior sobre o trabalho socioeducativo junto a tais adolescentes, o qual revelou existir uma estratégia consolidada de evitação do ato infracional, expressa nos discursos repressivos da sexualidade, bem como desvelou a existência de práticas profissionais que denotam um viés punitivista da sexualidade e da socioeducação, por meio da censura explícita ao exercício da sexualidade. Deste modo, as ações profissionais vem sendo enquadradas por perspectivas positivistas, biologizantes, algumas vezes até garantistas, mas principalmente desumanizadoras, que não dão conta de construir mediações emancipadoras entre a realidade concreta, constituída pela trama histórica de formação da sociedade brasileira, marcadamente colonial, patriarcal, machista, punitivista e adultocêntrica, e o ato infracional como prática social. Neste sentido, o estudo tece apontamentos sobre a violência sexual como fenômeno estruturante da formação do Brasil, que funciona como dispositivo de governo dos indivíduos e sustentáculo de dinâmicas de dominação que visam à desumanização e o genocídio da população nativa e negra, e como regulador social que demarca hierarquicamente lugares e funções na sociedade até hoje. Conclui-se então, pela releitura da experiência histórica brasileira e das dinâmicas atuais de dominação e resistência, subjacentes às práticas sociais que envolvem os processos de criminalização e as questões de gênero e sexualidade, de modo a problematizar as tendências punitivistas que interpelam as abordagens em torno do ato infracional de natureza sexual.

**Palavras-chave:** Violência Sexual; Racismo; Punitivismo.

# COMUNICAÇÃO ORAL

COMO EU FAÇO



### A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO:

A contribuição da atuação da equipe interdisciplinar de uma Vara Regional da Infância e Juventude para o efetivo cumprimento das ações socioeducativas no eixo saúde.

Mauriceia Pereira Arruda

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

Dayana Soares da Silva

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); dayana.soares@tjpe.jus.br

Este trabalho visa relatar a contribuição da equipe interdisciplinar da Vara Regional da Infância e Juventude (VRIJ) da 7ª Circunscrição/Caruaru para o efetivo cumprimento das ações socioeducativas no eixo saúde, com foco de atenção na saúde mental dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O Eixo Saúde, parte integrante dos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, tem como objetivo garantir ao adolescente/jovem em atendimento socioeducativo o pleno direito à atenção integral à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com suas demandas específicas. No decorrer das inspeções realizadas nas unidades de execução de medidas socioeducativas em Caruaru, identificou-se a fragilidade na implementação do referido eixo em diversos aspectos. Destacam-se a ausência do acompanhamento e avaliação do Plano Operativo do município pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), o qual estava com as atividades suspensas no ano de 2022; a dificuldade de articulação das unidades socioeducativas com a rede de saúde para a realização sistemática de ações de promoção à saúde dentro das unidades socioeducativas do meio fechado; obstáculos para a inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde; dificuldade de articulação das ações de saúde mental no interior das unidades bem como o difícil acesso ao atendimento psicológico clínico individual aos adolescentes e jovens resultando na ausência dos encaminhamentos à rede de saúde mental dos que necessitavam de cuidados em saúde mental; dificuldades de garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde; inconsistência ou ausência das informações de saúde e seu respectivo histórico nos prontuários individuais. Diante dessas constatações, a psicóloga da equipe interdisciplinar da VRIJ iniciou uma série de ações com vistas à priorização desse eixo. Os resultados obtidos por meio das intervenções já estão sendo observados: retomada do GTI de saúde; melhoria dos registros nos prontuários individuais de saúde dos socioeducandos; aumento dos encaminhamentos dos adolescentes e jovens que necessitam de cuidados em saúde mental; melhoria na oferta de vagas para consultas nas unidades básicas de saúde; início das ações de promoção à saúde mental por meio da atuação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) dentro das unidades do meio fechado. Além disso, foram implementadas orientações e adequações considerando as demandas específicas de saúde dos socioeducandos nos estudos de casos com as equipes de referência. Destaca-se a identificação de demandas urgentes durante inspeções e estudos de casos para audiências concentradas, incluindo a indicação de tratamentos especializados para adolescentes e jovens com dificuldades de aprendizagem, problemas decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas, suspeita de transtornos mentais, etc. Esses avanços ressaltam a importância da atenção à saúde integral, especialmente no âmbito da saúde mental. Diante desse contexto, encontra-se em construção o projeto "Saúde em Mente", com foco específico em saúde mental, a ser desenvolvido pela profissional de psicologia da VRIJ a partir de 2024.

**Palavras-chave:** Saúde integral; Saúde mental; Medida Socioeducativa; Adolescentes em conflito com a lei; Psicologia.

**A ATUAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL NAS VARAS ESPECIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE:**

O destaque na articulação entre o executivo e o judiciário paulista

Gracielle Cristina Santos Rocha

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); grarocho@tjsp.jus.br

Cilene Silvia Terra

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); cileneterra@tjsp.jus.br

Fernanda Caldas de Azevedo

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); fernandaazevedo@tjsp.jus.br

Josiane Biondo

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); jbiondo@tjsp.jus.br

Luis Charles Moreira

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); lmoreira1@tjsp.jus.br

Este trabalho parte tanto do levantamento bibliográfico e documental das legislações protetivas da infância e da adolescência no território brasileiro, quanto da leitura de relatórios de implementação e avaliação anuais produzidos pela Seção Técnica do Serviço Social do Fórum das Varas Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo nos anos de 2017 a 2019. Apresenta o Projeto de Acompanhamento como uma frente de trabalho que reafirma a incompletude institucional preconizada no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e também, como uma contraposição ao cumprimento estrito das requisições institucionais impostas ao trabalho profissional da assistente social neste cenário. Sendo assim, é realizado um breve resgate histórico acerca dos direitos garantidos às crianças e adolescentes a partir da Constituição Federal de 1988 e os seus rebatimentos no serviço prestado a adolescentes a quem foi atribuída a autoria de atos infracionais que pode quebrar um paradigma ou reproduzir com outra roupagem o viés anteriormente concebido. Em meio às contradições e a incômoda posição a qual a seção técnica sentia-se submetida, haja vista o viés pericial e fiscalizatório próprio do ambiente judiciário, foi sugerida a implementação do Projeto de Acompanhamento, por 7 anos, identificado como piloto. Este visa atender aos adolescentes durante o cumprimento da medida de internação nos Centros da Fundação CASA ou em meio aberto, a partir da articulação com outras políticas e serviços públicos, que propiciam uma prática mais versada na prevenção e proteção, assim como se relaciona com a especificidade do Serviço Social de apreender criticamente da realidade social e a partir dela desempenhar uma prática mais interventiva. Ele foi implementado, em caráter piloto, em 2015, e podem ser enumerados, como aspectos positivos de sua realização, o fato de que a intervenção conjunta propicia uma maior adesão à medida socioeducativa, favorecendo o processo de responsabilização. Também se vê presente um fortalecimento de vínculos afetivos entre os adolescentes e seus familiares; assim como possibilita uma vinculação entre o jovem internado e a equipe técnica da Fundação CASA, diminuindo o seu envolvimento em ocorrências disciplinares. Auxilia no desvelamento de novos fatos sobre a história pessoal do adolescente e maior entendimento de sua posição no seio familiar; além de facilitar, por meio de encaminhamentos, a

sua inserção nos programas e serviços da rede de proteção socioassistencial. Como desafios enfrentados pela equipe, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foram observados entraves

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

institucionais relativos à relação poder judiciário e Fundação CASA. Por vezes, os processos chegam tardiamente para o atendimento da equipe, estendendo o tempo do cumprimento da medida, o que foge ao propósito do acompanhamento. Ou experimenta-se uma dissonância entre as análises técnicas apresentadas entre as equipes, o que pode em alguma medida representar uma complementação se o trabalho é realizado de forma conjunta. Ainda assim, os acompanhamentos seguem sendo avaliados e destaca-se que o fortalecimento da atuação profissional se dá mediante a observação crítica do cotidiano, a negação coletiva em agir unicamente conforme se é requisitado e pela proposição criativa de novos caminhos interventivos.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Incompletude institucional; Medidas Socioeducativas; Serviço Social.



## A BIOPOLÍTICA E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE SOB CORPOS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO PARÁ

Rafael Carlos Santos Santos

Universidade do Estado do Pará (UEPA); rafaelsantosacademico@gmail.com

Aderli Goes Tavares

Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade do Estado do Pará (UEPA);  
aderli.tavares@uepa.br

João Gomes Tavares Neto

Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC); aderli.tavares@uepa.br

O objetivo dessa pesquisa é investigar o controle repressivo dos corpos de adolescentes privados de liberdade dentro da Fundação Socioeducativa do Pará (FASEPA), a partir de uma visão étnico-racial, uma vez que o sistema é composto principalmente por adolescentes pretos e pardos, sendo pardos (53%) e negros (11%). Um dos principais objetivos é analisar a trajetória desses adolescentes mediante um aparato filosófico, histórico e cultural, observando o papel teórico da filosofia do controle dos corpos dentro de conceitos como a biopolítica e o dispositivo de racialidade. A importância da pesquisa urge no aspecto de demonstrar o pensamento filosófico sobre o controle dos corpos pretos, suas delimitações como “corpos marginais”, imaginário exurgente dos dispositivos de poder contra os negros, instaurado na sociedades brasileira como reflexo da colonização, uma vez que os pretos brasileiros são os principais submetidos ao controle dos corpos, à vigilância e à repressão, com o fito de cercear as suas representações simbólicas e físicas, mediante a colonialidade do poder que educa e põe esses corpos em uma norma. Dessa forma, torna-se imprescindível a temática para um olhar atento e filosófico pois essas punições fomentam adolescentes envolvidos com o crime. A pesquisa também possui o intuito de explicar a realidade dos corpos do sistema socioeducacional no Brasil, especificamente no estado do Pará e o porquê é composto por uma realidade de repressão racialmente seletiva. Sendo assim, no Pará, segundo o relatório de gestão anual da FASEPA, os dados de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de janeiro a dezembro de 2018 atentam para 2.559 adolescentes e jovens, sendo 255 em regime de custódia, 975 em internação provisória, 877 na internação e 122 na semiliberdade. Mediante isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) existe com o intuito de proteger o direito das crianças e adolescentes, porém ao se pensar as políticas públicas para jovens negros, os quais compõem o sistema de medidas socioeducativas, instauradas pelo mesmo, podemos perceber “que a tecnologia disciplinar, presente nas medidas socioeducativas de internação, assemelha-se mais a um dispositivo de controle com o objetivo meramente de docilizar o corpo. O método de pesquisa será qualitativo, com abordagem interpretativa e participante, através do diálogo com os professores da socioeducação e das produções escritas e visuais por meio de grafias e imagens, utilizando-me da semiótica da cultura e da descrição densa. Além de utilizar o método quantitativo de análise de dados.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Negros; Poder.

**A EXPERIÊNCIA DO CURSO PARTICIPAÇÃO JUVENIL E SOCIOEDUCAÇÃO:**  
Construindo novas possibilidades

Suhelem Brasil Santos  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF); suhelemb@gmail.com

Luana Alves de Souza  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
luana.alvessouza@gmail.com

Thaís Caroline Sena de Oliveira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
thais.oliveira@sejus.df.gov.br

A Resolução do Sistema Nacional Socioeducativo, no Eixo Gestão do Programa, faz a defesa de uma proposta de gestão em que todas as operações de deliberação, planejamento, execução, monitoramento, avaliação e redirecionamento das ações sejam compartilhadas, rotativas, solidárias, tendo como principal destinatário a comunidade socioeducativa, contemplando as peculiaridades e singularidades dos participantes. A mesma Resolução traz ainda, nas diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo, a previsão da participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas. Essa participação é fundamental para que o adolescente ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar à esfera crítica da realidade, compreendendo conscientemente seu papel como sujeito. No Distrito Federal, tem sido crescente a participação dos adolescentes nos eventos promovidos pelo sistema socioeducativo. No entanto, muitas vezes nos perguntamos: qual é a qualidade dessa participação? O adolescente e o jovem têm voz ativa nesses processos? Qual o espaço e que tipo de diálogo temos proporcionado em nosso fazer socioeducativo que valorize e promova, de fato, uma participação crítica do nosso público? Nesse sentido, a Escola Distrital de Socioeducação do Distrito Federal (EDS) ofertou o curso “Participação Juvenil e Socioeducação: construindo novas possibilidades”, realizado no período de abril a junho de 2023, no qual estas autoras atuaram. O curso teve como objetivo promover uma discussão teórica e prática sobre participação juvenil com vistas a qualificar a práxis profissional no fomento ao processo de participação dos adolescentes e jovens do sistema socioeducativo do Distrito Federal. Realizado na modalidade híbrida e com 80 horas de duração, o curso foi dividido em três módulos, abordando os seguintes temas: Participação Juvenil: do que se trata?; A Política de Saúde Pública e a Participação Juvenil; e Metodologias de Participação Juvenil: construindo encontros nas unidades socioeducativas. Além da frequência às aulas síncronas e da participação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os cursistas elaboraram projetos de intervenção em seus contextos de atuação. A instrutoria do curso foi composta pelos professores das aulas presenciais, pelas tutoras do AVA e estiveram sob a coordenação da EDS, em conjunto com a Coordenação de Políticas e Saúde Mental do Sistema Socioeducativo do DF. Ao final, dos 66 inscritos, tivemos 21 projetos apresentados e 36 cursistas concluintes que, juntamente com os professores, tutoras e equipe da EDS, avaliaram positivamente a experiência formativa. Acreditamos terem sido criados espaços de reflexão e diálogo sobre a participação juvenil, com conceituações pertinentes ao tema e sua relação com a Socioeducação. Foi possível oportunizar a troca de experiências e boas práticas entre as unidades socioeducativas

do Distrito Federal e outros espaços que possuem experiências com a participação juvenil, favorecendo a construção de projetos de intervenção e de ferramentas que fomentem a participação dos adolescentes e jovens do sistema socioeducativo do DF.

**Palavras-chave:** Formação de profissionais; Participação Juvenil; Socioeducação.

## A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NUMA VARA REGIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Mauriceia Pereira Arruda

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

Dayana Soares da Silva

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); dayana.soares@tjpe.jus.br

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a experiência vivenciada na Vara Regional da Infância e Juventude (VRIJ) da 7ª Circunscrição/Caruaru com a execução de Medidas Socioeducativas (MSE). Em abril de 2022, foi criado o Núcleo de Medidas Socioeducativas da equipe interdisciplinar da VRIJ com intuito de iniciar o desenvolvimento de um trabalho sistemático com socioeducação, tendo em vista a inexistência desse trabalho específico na equipe interdisciplinar, que até então direcionava seu trabalho para área protetiva. Também havia a necessidade de reforço no monitoramento socioeducativo efetuado pelo magistrado. Para criação desse núcleo, foram convocados três profissionais, sendo dois profissionais de psicologia e uma assistente social, além do redirecionamento de uma pedagoga da área protetiva para a socioeducativa. Desde então, foi construído um plano de trabalho composto pelas seguintes atribuições: atendimento adolescentes e familiares, no que tange aos aspectos psicológicos, sociais e pedagógicos, quando da ocorrência de violação de direitos no transcurso do cumprimento das medidas socioeducativas; fiscalização dos programas e serviços de execução das MSE; apoio e assessoria na fiscalização das entidades socioeducativas em meio aberto e fechado; visitas sistemáticas e reuniões com equipes interprofissionais dos programas e serviços socioeducativos; elaboração e apresentação à autoridade judiciária de relatórios de acompanhamento dos programas e serviços socioeducativos; participação de reuniões do Sistema de Garantias de Direitos; articulação intersetorial; elaboração e desenvolvimento de projetos para qualificar o atendimento socioeducativos dos programas e serviços inspecionados; participação das reuniões da comissão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); e estudos sobre apuração de irregularidades nos programas de execução de MSE. Dentre as atribuições, destaca-se o desenvolvimento de projetos nos diversos eixos estratégicos dos parâmetros da ação socioeducativa: educação, profissionalização, saúde e abordagem familiar e comunitária. Os resultados observados compreendem o empenho das unidades socioeducativas em aprimorar seus processos de trabalho e a documentação das ações institucionais, bem como nos registros contidos nos prontuários dos socioeducandos. Iniciou-se a construção de reflexão, a partir de estudo com a equipe técnica de referência sobre o desenvolvimento das metas do Plano Individual de Atendimento (PIA) e projetos. Observou-se uma maior interação entre as equipes da vara e as equipes de referência das unidades, especialmente no contexto de estudos de casos durante as audiências concentradas. Além disso, verificou-se uma melhoria substancial na oferta de educação dentro da unidade de internação. O estreitamento da articulação entre as secretarias de saúde e educação com os órgãos da socioeducação foi notório, contribuindo para uma abordagem mais integrada. Adicionalmente, foram identificadas irregularidades, e sugestões de correções foram propostas para otimizar a eficácia dos programas socioeducativos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Equipe interdisciplinar; Medida socioeducativa; Garantia de direitos.

**A MEDIDA DE SEMILIBERDADE E A SUA EXECUÇÃO EM CONSTANTE APRIMORAMENTO:**  
Principais estratégias e impactos positivos

Tamara Aparecida Maciel

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS);  
tamara-maciel@fase.rs.gov.br

Alexandra de Campos Bittencourt

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS);  
alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Daniela Andrade da Anúnciação

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS);  
daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

O presente trabalho apresenta ações e resultados que mostram o aprimoramento na execução da medida socioeducativa de semiliberdade de Caxias do Sul, no contexto pós-pandemia. Com base nas experiências de trabalho vividas devido à pandemia, onde foram necessárias mudanças nas rotinas de trabalho, observou-se resultados positivos na execução da medida, entre eles: elevação dos índices de escolarização, profissionalização e empregabilidade; ausência de fugas da unidade, sendo esses momentos tensos e que colocavam em risco físico e emocional tanto os socioeducandos como a equipe; aprimoramento na individualização do atendimento, considerando as peculiaridades de cada socioeducando, território de origem, rotina de inserções sociais, riscos, conforme preconiza o SINASE; trabalho com o socioeducando mais inserido em sua comunidade, em contato com a família e exercitando autonomia com orientação e monitoramento da equipe socioeducativa; responsabilização mais partilhada com a família em relação aos encaminhamentos com os jovens; diminuição da tensão institucional, com mais aderência por parte dos socioeducandos aos atendimentos e encaminhamentos institucionais. A partir da observação desses resultados, a equipe buscou o aprimoramento da individualização do atendimento e flexibilização da medida, com foco no socioeducar. Observando-se o período de janeiro a outubro de 2023 constatou-se que os socioeducandos apresentaram questões complexas e significativas de risco de morte e possíveis envolvimento com facções. Esse contexto demandou da equipe, família e do próprio socioeducando estratégias de constante alteração do Plano Individual de Atendimento (PIA), a fim de promover a proteção e segurança dos adolescentes e jovens. Diante desse panorama, verificou-se que a semiliberdade necessita concretizar-se de forma dinâmica nos encaminhamentos externos. No que se refere aos atendimentos internos e coletivos, as ações pedagógicas, precisa desenvolver competências para que os socioeducandos consigam realizar suas metas de forma responsável e autônoma, com foco na construção de uma trajetória desvinculada da criminalidade. Os socioeducandos apresentam à equipe necessidades que exigem constante aprimoramento da prática profissional, com a criação de estratégias dinâmicas que vinculem o socioeducando ao cumprimento da medida. Apresenta-se a seguir, algumas ações realizadas pela equipe no período de janeiro a outubro de 2023: criação de um Grupo de Trabalho de Empregabilidade com foco nas inserções em trabalho; busca de parcerias e custeio de cursos para qualificação profissional dos socioeducandos; desenvolvimento de ações para o acompanhamento e auxílio nas demandas escolares; auxílio às famílias com constantes orientações quanto ao acesso a direitos, bem como

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

doações de cestas básicas. A medida de semiliberdade se mostra eficaz e apresenta resultados significativos, à medida que transforma os métodos de ação com base das demandas, necessidades e potencialidades dos socioeducandos, desafiando a equipe e estar em constante transformação e desafiando os socioeducandos para a autonomia, responsabilização e protagonismo de seus projetos de vida.

**Palavras-chave:** Pós-pandemia; Semiliberdade: Aprimoramento; Individualização.

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA:**

Uma experiência da Terapia Ocupacional na Socioeducação no Rio de Janeiro

Julia Valéria Costa Pires  
Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ);  
juliapires@novodegase.rj.gov.br

Lígia Costa Leite  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Instituto de Psiquiatria (IPUB);  
ligia.cleite@gmail.com

André von Randow de Assis  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); avonrandow@gmail.com

Ao longo da história observa-se que os ambientes de privação de liberdade de jovens infratores são constituídos de violência e cerceamento de direitos em um ciclo contínuo, carecendo de trabalhos terapêuticos e educacionais e possuindo características que os aproximam de uma cadeia convencional. Este trabalho teve como objetivo oferecer um estudo sobre as produções subjetivas captadas nas oficinas terapêuticas realizadas no Centro de Socioeducação Dom Bosco (CENSE DB). A pesquisa apresentou uma breve história da socioeducação no Rio de Janeiro, desde a criação do Instituto Padre Severino em 1955, que tinha como principal função a recuperação de adolescentes infratores, até os dias atuais, observando as diversas reformulações pelo qual passou com a tentativa de socioeducar e ressocializar esses jovens. Dessa forma, foram realizadas oficinas terapêuticas com o intuito de observar o impacto que o espaço de acolhimento causaria nos adolescentes, oferecendo possibilidades de criar vínculos e contribuir para desenvolver potenciais habilidades dos participantes que lhes dessem perspectivas de projetos de vida. Outro objetivo foi tentar reduzir os impactos causados na saúde mental pela privação de liberdade. O *corpus* foi constituído de 16 adolescentes com idades entre 16 e 17 anos, residentes da capital do Estado do Rio de Janeiro, em internação provisória no CENSE DB, localizado no município do Rio de Janeiro, no bairro da Ilha do Governador. A metodologia para coleta de dados foi: (a) observação participante, realizada inicialmente em uma oficina de horta e posteriormente em oficinas de mandala e cuidados pessoais; (b) entrevistas semiestruturadas através da metodologia da história oral que buscavam captar relatos do cotidiano e da história desses jovens. As entrevistas foram essenciais para dar voz a esses jovens que vivem à margem da sociedade e reconhecê-los como pessoas de direitos. A abordagem teórica teve como base a Teoria de Abdução em Comunicação com o foco na socioeducação e o sistema de garantias de direitos. Para a análise dos dados coletados foi utilizado o diagrama *Templum*. Através das entrevistas semiestruturadas identificou-se que a maioria dos jovens apreendidos já tinha algum tipo de experiência com trabalho regular como ambulante ou em pequenos comércios locais, barbeiro, carregador, lava jato, auxiliar de pedreiro, entre outros, antes de terem tido contato com o ato infracional. Quanto à educação, os jovens haviam abandonado a escola ou estavam atrasados em relação a sua idade escolar. Como resultado, observou-se que as oficinas terapêuticas proporcionaram um tempo longe das “trancas”, possibilitando narrativas de histórias familiares, do cotidiano e da trajetória de vida atravessada pela violência desde muito cedo. No decorrer das oficinas foi perceptível a mudança nos adolescentes que se tornaram mais participativos e apresentaram um discurso crítico e político

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

sobre a sua realidade. Pode-se dizer que conhecer as trajetórias dos adolescentes é fundamental para superar a violência silenciosa ao qual vivem e são submetidos pelo sistema.

**Palavras-chave:** Adolescente institucionalizado; Vulnerabilidade social; Carência psicossocial; Centros de reabilitação.



**AMPLIANDO POSSIBILIDADES E CONEXÕES COMPASSIVAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES:**

Reflexões e Comunicação Não Violenta em MSE LA

Regina Selma Catini Meceneiro

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); selmacatini2017@gmail.com

Pablo Henrique de Oliveira Ancassuerd

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); pabloancassuerd@gmail.com

Isabela Maier de Barros

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); isabela.bmaier@gmail.com

As práticas de Comunicação Não Violenta (CNV) têm sido incorporadas no atendimento aos familiares de adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC). No campo da assistência social, assim como na psicologia social comunitária, as intervenções socioeducativas acompanham indivíduos, grupos e famílias, envolvendo processos voltados para a emancipação, autonomia, participação social e, principalmente, a compreensão dos direitos sociais. Este trabalho visa apresentar as atividades realizadas com um grupo de mães, bem como ações complementares individuais, destacando o papel fundamental de explorar os diferentes meios de comunicar-se presentes nas relações entre mães, filhos e responsáveis. Nosso foco está na compreensão dos conceitos básicos da CNV, ilustrados por meio de exemplos vivenciados no cotidiano dessas famílias. Utilizamos a exposição de cartões contendo descrições de sentimentos e necessidades comuns ao nosso cotidiano como um instrumento facilitador da comunicação. Em seguida, propusemos a reformulação dessas descrições, apontando caminhos que promovam um entendimento mais amplo e minimizem atritos nas relações familiares, através de perguntas norteadoras, ofertando o espaço para falar de suas situações de conflito. Além disso, incorporamos a materialidade por meio da inserção de atividades artísticas selecionadas para atender ao tema e ao público-alvo. A abordagem baseada nas práticas da CNV desempenhou um papel significativo ao revelar as emoções das participantes, promovendo uma compreensão mais profunda dos sentimentos e das solicitações importantes no processo de comunicação. A realização das atividades trouxe leveza, descontração e cuidado ao ambiente entre as participantes. Durante os encontros, observamos o crescente interesse nos relatos apresentados, semelhantes às suas vivências, possibilitando uma acolhida solidária e compreensão dos diversos lugares de fala das narrativas expostas. A demonstração, por meio da reformulação das falas utilizando os conceitos da CNV, proporcionou às participantes outras formas de expressar-se e ser no mundo que afastam a comunicação engessada, que condiciona a imposição de regras autoritárias e de pouco sentido, remetendo à falta de repertórios e de outras possibilidades senão aquelas que as acompanham por gerações. Nesse contexto, a visualização na prática e o interesse em aplicar os conceitos no cotidiano nas relações com seus filhos fortaleceram vínculos anteriormente desgastados por conflitos resultantes de uma comunicação debilitada e exausta, carente de um agente mediador que, por vezes, depende exclusivamente da compreensão de nossos sentimentos e necessidades.

**Palavras-chave:** Família; Assistência Social; Liberdade Assistida; Comunicação Não Violenta.

**ARTE NA MEDIDA:**  
Memórias para liberdade

Margareth Batista  
Universidade de Brasília (UnB); margaretunbbr@gmail.com

A busca de direitos, mesmo em espaços de cumprimento de medida, envolve uma perspectiva de luta e resistência para que o cumprimento da medida socioeducativa esteja associado à dignidade humana que, também está relacionada ao acesso à arte. Para além de direito, a cultura e a arte são elementos intrínsecos ao desenvolvimento humano, e, através das experiências do criar, nascem estruturas que darão aos sujeitos resistência às violações cotidianas de direitos e às violências perpetradas ou sofridas por estes adolescentes. Assim, tendo como objetivo o alinhamento das experiências das artes visuais com temas relativos aos direitos humanos, foram realizadas oficinas de artes visuais. As atividades consistiram na produção de objetos com materiais recicláveis, sustentáveis (madeiras de demolição, troncos, paletes, espumas de colchões, papel marchê). Além de suscitar discussões relativas aos direitos humanos, essas atividades visam desenvolver a criatividade, a coordenação motora, a colaboração coletiva entre os adolescentes com produção de artesanato e “obras de arte” e o desenvolvimento do gosto estético nos adolescentes. Dessa forma, a criação, mesmo dentro em territórios hipercontrolados é forma de os adolescentes superarem as ações passadas e se desenvolverem como sujeitos em sua integralidade. Busca-se, através da práxis educativa das artes visuais, fornecer elementos para superar situações que condicionam negativamente os adolescentes, tendo como fundamento a legitimação e defesa dos direitos humanos e participação política. Fornece-se aos sujeitos elementos para recriar a suas realidades baseadas em valores da dignidade humana. Trata-se de processo que não anula as questões que já foram vivenciadas pelos adolescentes, mas a compreensão de que é necessário a reinvenção de si mesmo na dialética social, transpondo as experiências de apagamento do adolescente através das experiências estéticas, linhas de fuga das segmentarizações verificadas no sistema socioeducativo, atentando para o inacabamento humano. Dessa maneira, nascem as possibilidades de conhecimento, (através das artes visuais), de questões sobre direitos que necessitam perpassar o cumprimento das medidas socioeducativas. Novas formas de produzir arte podem ser remetidas a afetos conhecidos ou desconhecidos ao mesmo tempo a própria solidão de cada adolescente. Formas de expressão cultural para conceber a reexistência da vida no Sistema Socioeducativo. Subjetividades são instaladas na solidão e na ansiedade de estar livre, porque a arte subverte as expectativas dos sujeitos da socioeducação recriando a cultura, porquanto, é somente na criação que pode existir vida em territórios hostis.

**Palavras-chave:** Artes; Socioeducação; Direitos Humanos.

**ARTETERAPIA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO EMANCIPADOR EM CONTEXTO  
SOCIOEDUCATIVO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Gabriel Pinheiro dos Santos  
Universidade Federal do Acre (UFAC); gabriel.pinheiro@sou.ufac.br

Bruna Waléria Souza Aparício  
Universidade Federal do Acre (UFAC); bruna.aparicio@sou.ufac.br

Maria Salete Peixoto Gonçalves  
Universidade Federal do Acre (UFAC); mariasaletepeixotogoncalves@gmail.com

Lucas Wendell de Oliveira Barreto  
Universidade Federal do Acre (UFAC); lucaswendelloliver@gmail.com

O presente resumo é produto de um conjunto de metodologias desenvolvidas em contexto socioeducativo de privação de liberdade, promovidas pelo “Programa de atendimento a meninas adolescentes de 12 a 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães (CSMM)”, em Rio Branco/AC. Especificamente, emerge como relato de experiência de alunos bolsistas da Universidade Federal do Acre (UFAC) com foco em uma das ações empreendidas por nós: a Arteterapia. Dito isto, nosso objetivo é discutir algumas percepções do método por hora denominado de Socioeducação Decolonial Freireana no âmbito da Arteterapia com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A metodologia utilizada distingue procedimentos adequados à execução da ação, neste caso, grupo focal de Arteterapia coordenado pela psicóloga e coordenadora do programa. No grupo focal, o pensamento e a fala são ouvidos e compreendidos nas pinturas e discussão delas, valorizando o compromisso que o pesquisador tem ao analisar a arte, através da interpretação da realidade, da exploração de sentimentos, com a participação ativa das adolescentes em privação de liberdade. A Arteterapia, em sua abordagem integrativa, é uma modalidade terapêutica que busca, através da expressão artística, a comunicação a partir da exploração emocional, utilizando-se também de variadas abordagens da Psicologia. Integrados a essas abordagens, os processos de produção artística, dentre eles pintura e desenho (que são as produções desenvolvidas em conjunto com as adolescentes), envolve os participantes de forma a proporcionar a expressão de sentimentos complexos, que muitas vezes a pessoa privada de liberdade não consegue lidar recorrentemente. É imperativo metodológico reconhecermos a autoexpressão artística como um meio de compreender questões emocionais. Isso é fundamental para o processo de arteterapia, bem como a relação entre nós e as adolescentes, na qual nossa orientação age como um suporte sensível e emocional, viabilizando aos participantes uma melhor compreensão de si, de seus conflitos e superação. Percebemos que as adolescentes internas no centro em foco, residem em sua maioria em áreas periféricas de Rio Branco, vêm de famílias de baixo poder capital, são pardas e indígenas, possuem relativa dificuldade de aprendizagem. São vítimas da negligência social, econômica e política que castram qualquer possibilidade de emancipação ou de ruptura com a criminalidade, carecendo de ações pedagógicas verdadeiramente humanizadoras, como nos ensinou Paulo Freire. Psicologicamente, no âmbito da arteterapia, consideramos que as adolescentes melhoraram a relação entre si (vale ressaltar que, diferentemente dos centros masculinos, o CSMM não separa as internas de acordo com as facções

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

das quais vieram, tornando a convivência mais problemática) e entre os funcionários, para além disso, as adolescentes desenvolveram habilidades de comunicação e demonstraram anseio em sair do centro e mudar de vida. Isso se reflete em suas produções: no início do grupo focal, as produções artísticas possuíam cores monótonas e escuras. Ao final, percebemos artes mais coloridas, que retratam liberdade (a exemplo de autorretratos com expressão de felicidade e desenhos de pôr do sol, simbolizando liberdade), autoconhecimento e bem-estar.

**Palavras-chave:** Adolescente; Pedagogia Decolonial; Privação de Liberdade; Arteterapia.

**AS AÇÕES DE EMPREGABILIDADE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE:**

Fomento do protagonismo juvenil e garantia da cidadania responsável

Alexandra de Campos Bittencourt  
Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS); alexandra-  
bittencourt@fase.rs.gov.br

Daniela Andrade da Anunciação  
Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS);  
daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Tamara Aparecida Maciel  
Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE/RS);  
tamara-maciel@fase.rs.gov.br

O presente trabalho traz o relato de boas práticas adotadas pela equipe socioeducativa em uma unidade de semiliberdade, no que se refere às ações de empregabilidade dos socioeducandos, no período entre janeiro a dezembro de 2023, e garantia da cidadania responsável dos socioeducandos, através da empregabilidade, renda mínima e autonomia financeira. A partir da identificação de necessidades nas ações de empregabilidade, buscou-se estratégias que qualificassem a execução da semiliberdade e pudessem atender a essas demandas. A metodologia adotada pela equipe foi a formação de um grupo de trabalho de empregabilidade com foco nas inserções de trabalho formal. Esse grupo foi composto por um representante da direção, chefia de equipe, analista e agente socioeducador. A partir de então, diversas ações socioeducativas foram adotadas, como por exemplo: a realização de oficinas de elaboração de currículos, orientações para entrevistas de emprego, cadastros diversos em sites de empregos e de empresas, acompanhamento dos socioeducandos nas entrevistas de emprego e auxílio na organização da documentação admissional. Além disso, os socioeducandos eram encaminhados para participarem de feirões de empregos organizados por empresas ou/e agências de empregos. Eles também eram inscritos em oficinas externas de elaboração de currículos e noções de entrevistas de emprego, oferecidos por instituições de ensino ou sistema único de assistência social. Outras possibilidades também foram ofertadas aos socioeducandos, como por exemplo: a participação em concurso público. Nesses casos os socioeducandos foram orientados quanto ao edital, vagas, cargos e realização da inscrição. A unidade socioeducativa garantiu o custeio dessas inscrições e o auxílio nos estudos preparatórios para o concurso. Como resultado das ações de empregabilidade, aproximadamente 50% dos socioeducandos que concluíram a semiliberdade nesse período foram inseridos no mercado de trabalho formal, garantindo a sua autonomia financeira e possibilitando o custeio de despesas básicas para si e para sua família. Outro resultado obtido foi o engajamento da equipe socioeducativa no auxílio, orientação e colaboração para a preparação do socioeducando nessa caminhada pela busca de trabalho. Também identificou-se que o grupo de trabalho oportunizou um espaço de maior envolvimento dos demais integrantes da equipe nas ações de empregabilidade. O engajamento da equipe reflete nas discussões dos diversos fóruns da unidade, como por exemplo: nas reuniões de plantões, reuniões técnicas-administrativas e equipe diretiva. Atualmente, é possível considerar que existe um olhar mais dinâmico da equipe para estas ações e que o acompanhamento socioeducativo mais individualizado está de encontro com os interesses e

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

demandas dos socioeducandos. Dessa forma, os objetivos das medidas socioeducativas de integração social, responsabilização e desaprovação da conduta infracional são atingidos com perspectiva concreta na vida dos socioeducandos e garantem um olhar de desinstitucionalização da medida ao longo do seu cumprimento, conforme o socioeducando vai adquirindo mais autonomia, responsabilidade e segurança.

**Palavras-chave:** Semiliberdade; Empregabilidade; Protagonismo juvenil; Autonomia financeira.

## ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Relato de experiência do Grupo de Trabalho Fortalecer

Dayana Soares da Silva

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); dayana.soares@tjpe.jus.br

Laura Lourdes Brasil Lustosa

Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (Funase); laurabrasiladv@ymail.com

Mauriceia Pereira Arruda

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

O presente estudo tem como objetivo explicitar a experiência vivenciada no município de Caruaru - Pernambuco por Assistentes Sociais atuantes em unidades de execução de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, medida cautelar de internação provisória e no Núcleo de Medidas Socioeducativas da equipe interdisciplinar da Vara Regional da Infância e Juventude (VRIJ) da 7ª Circunscrição/Caruaru. O Grupo de Trabalho (GT) Fortalecer foi criado diante da constatação das seguintes dificuldades: inexistência de espaços de troca, integração e estudo entre as assistentes sociais que atuam em unidades de execução de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade e na medida cautelar de internação provisória; necessidade de fortalecimento das ações e atividades do eixo estratégico de abordagem familiar e comunitária da ação socioeducativa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); obstáculos no cumprimento da Portaria Conjunta N° 1, de 21 de novembro de 2022; além das dificuldades para mapear a rede socioassistencial e efetivar as necessárias articulações intersetoriais, sobretudo, com os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselhos Tutelares dos territórios dos adolescentes e suas famílias. O nome do GT foi escolhido de forma coletiva, na primeira reunião do grupo, momento em que foram estabelecidos os objetivos do grupo e a sua forma de organização. O objetivo geral do GT é unir esforços para o desenvolvimento de projetos relacionados ao eixo estratégico da abordagem familiar e comunitária da ação socioeducativa do SINASE. Os objetivos específicos são: possibilitar a troca de experiências, propiciar integração e promover momentos de reflexão e estudo de temáticas pertinentes à atuação profissional entre assistentes sociais que atuam em unidades de execução de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, na medida cautelar de internação provisória e na VRIJ de Caruaru. Sobre a metodologia estabelecida pelo grupo, destaca-se que a coordenação é compartilhada de modo horizontal por suas integrantes. Os encontros acontecem em formato de rodas de conversas, com a periodicidade quinzenal. Quando se julgou necessário, o grupo de trabalho convidou representantes de órgãos e entidades públicas, além de pesquisadores/as. Ressalta-se que considerando a constatação da dificuldade dos/as gestores/as das unidades socioeducativas em compreender as reuniões como importante ferramenta para qualificação do atendimento socioeducativo, decidiu-se, coletivamente, que a convocação para reuniões seria via ofício emitido pela VRIJ. Estratégia que facilitou a realização dos encontros. Os resultados observados incluem o fortalecimento da atuação profissional das assistentes sociais nos seus espaços sociocupacionais; a qualificação do atendimento socioeducativo ofertado nas unidades; o desenvolvimento de um projeto de articulação intersetorial; trocas qualitativas através do compartilhamento de dificuldades e a reflexão sobre caminhos para resolução; além de uma maior integração e diálogo mais qualitativo entre os poderes judiciário e executivo.

**Palavras-chave:** Assistentes sociais; Grupo de trabalho; Medida socioeducativa.

**AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:**  
Um caminho para eficiência no aprendizado

Fernando Gonçalves Mendes Jr.  
Fundação CASA; fmendesjr@sp.gov.br

Débora Suely da Silva  
Fundação CASA; deborasss@sp.gov.br

Ana Carolina Beltrão Feitosa  
Fundação CASA; anacbf@sp.gov.br

A Constituição Federal de 1988, dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Por sua vez, a Lei nº 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação, assegura o direito à educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio durante a idade própria, entre os quais se incluem tanto os analfabetos quanto aqueles que codificam as letras, no entanto não fazem uso social da leitura e escrita. A Resolução nº 3/2016 define as diretrizes nacionais e estabelece princípios para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Assim, o projeto “Avaliação diagnóstica, um caminho para eficiência no aprendizado”, fundamenta-se nos princípios contidos nas legislações e visa assegurar uma intervenção pedagógica eficiente, a partir da identificação do estágio de aprendizagem em que os estudantes se encontram. Essa iniciativa propõe trabalhar com ferramentas didáticas específicas para atender a uma população com baixo engajamento escolar, marcados por uma trajetória que resultou em fracassos e descontinuidade dos estudos, que ocasionaram defasagem idade/série assim como de aprendizagem e, em muitos casos, a descrença na educação enquanto valor. Fundamental ressaltar, a importância da aprendizagem e do aprimoramento da leitura e escrita para o resgate do sujeito em situação de vulnerabilidade social, tornando-o capaz de ler o mundo e a partir daí modificá-lo, tornando-os sujeitos de sua própria história. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 124 inciso XI, garante o acesso ao atendimento escolar a todos os adolescentes privados de liberdade.

**Palavras-chave:** Educação; Avaliação; Aprendizagem.



**BEM ESTAR E SAÚDE NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO:**

Relato de experiência sobre um curso para servidores(as) do sistema socioeducativo

Bruna dos Santos Nunes

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);\_bruna.nunes@sejus.df.gov.br

Luciano Terra Feliciano

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF); luciano.feliciano@sejus.df.org.br

Otávio Guimarães

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);\_otavio.guimaraes@sejus.df.gov.br

Ser servidor(a) socioeducativo é lidar diariamente com demandas estressantes e tal desgaste é refletido no número de atestados médicos, afastamentos, licenças e readaptações. Cuidar das pessoas que atuam no Sistema Socioeducativo é essencial e, pensando nisso, a Escola Distrital em Socioeducação realizou um curso específico para servidores(as) da carreira socioeducativa com vistas a promover a reflexão acerca do processo de trabalho e instrumentalizar o(a) servidor(a) para lidar melhor com as demandas laborais, cuidando da sua saúde física e mental. O Curso “Bem-estar e saúde no trabalho socioeducativo” foi idealizado por três servidores(as) que atuam como agentes e especialista socioeducativo, mas que possuem formação acadêmica nas áreas de nutrição, educação física e psicologia. Foi planejado e divulgado para todos(as) servidores(as) do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, independente da natureza do cargo, da medida em que atuassem ou da unidade de lotação. O Curso foi estruturado em cinco módulos, abordando as seguintes temáticas: regulação emocional, alimentação e estado emocional e engajamento no trabalho e contou com carga horária total de 24 horas. Em cada encontro foram realizadas atividades físicas e/ou dinâmicas em grupo buscando a construção de um senso comum e conhecimento mútuo. Para avaliação, foi realizada utilizada a dinâmica dos 3Qs (“Que bom”, “Que pena” e “Que tal?”) e foi disponibilizado um questionário, onde foi possível avaliar cada instrutor(a) individualmente e a estrutura do curso quanto ao conteúdo e duração das aulas, à organização e metodologia adotadas e a coerência e conexão entre os temas trabalhados, além de um espaço para comentários, críticas e/ou sugestões. O Curso ocorreu em abril de 2023, no Jardim Botânico de Brasília, promovendo um momento de distanciamento da rotina de trabalho e um espaço de cuidado e contato com a natureza. Participaram doze servidores(as), sendo dez do gênero feminino e dois do masculino. Quanto aos cargos, cinco eram agentes socioeducativos, seis, especialistas socioeducativos, e uma, técnico socioeducativo. Sobre a medida em que atuavam, nove laboram em Unidades de Internação e três em Gerências de Atendimento em Meio Aberto. Nos encontros, foram realizadas exposições dialogadas e dinâmicas que proporcionaram a integração entre os(as) participantes, tendo estes se comprometido com as tarefas propostas. Observou-se a construção de diálogos e espaços de trocas, sendo relatado, por algumas participantes, que o Curso se tornou um momento de autorreflexão em relação às demandas cotidianas do trabalho e também pessoais. Como pontos positivos, os(as) cursistas destacaram os(as) instrutores(as), o local de realização do curso, as dinâmicas empregadas, o lanche coletivo e os temas trabalhados. Os pontos negativos foram o curto período do curso e a ausência de outros servidores(as), sendo apontado como sugestão a realização de outras edições do Curso com imersões e ocupação de outros parques públicos. Considerando os resultados alcançados, uma nova edição do Curso está prevista para

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

ocorrer de forma ampliada a fim de alcançar mais servidores(as) da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF.

**Palavras-chave:** Qualidade de Vida no Trabalho; Saúde; Saúde Mental; Socioeducação.

**BORDA-DOR:**

Uma prática artística e filosófica desenvolvida no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, Rio Branco/Acre

Eduardo Antônio Pitt  
Universidade Federal do Acre (UFAC); eduardo.pitt@ufac.br

Jessiane Gisele Barroso da Silva Pitt  
Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Acre (SEE/AC);  
jessianegisele@hotmail.com

O trabalho consiste em um relato de experiência do projeto de extensão “Borda-dor: uma prática artística e filosófica a partir do olhar das meninas em situação de privação de liberdade” vinculada ao programa multidisciplinar “Programa de atendimento a meninas adolescentes de 12 a 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães” (CSMM) em Rio Branco, Acre. A ação extensionista visa a proteção das adolescentes em conflito com a lei, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e desconstruir as medidas socioeducativas que se pautam em um modelo agressivo e punitivo de educação adotado no CSMM. O objetivo é desenvolver a educação libertadora, bem como reconhecer e valorizar as potencialidades das adolescentes em privação de liberdade através de atividades artísticas e filosóficas. A metodologia está baseada na filosofia e pedagogia de Paulo Freire e na filosofia e nas práticas teatrais de Augusto Boal. A filosofia proposta por Paulo Freire entende a educação como um ato político, uma vez que sua pedagogia crítica é voltada para a reflexão filosófica e para a conscientização e libertação das classes oprimidas. A filosofia e a metodologia do Teatro do Oprimido de Augusto Boal são utilizadas como ferramentas pedagógicas e terapêuticas para conscientizar e transformar a realidade das adolescentes em privação de liberdade. O procedimento metodológico desenvolvido durante os encontros promove atividades culturais, artísticas e filosóficas que estimulam o diálogo, a criatividade, a expressão e a reflexão crítica das adolescentes. Nesses termos, são realizadas rodas de conversas, jogos teatrais, grupos de leitura dramatizada, reflexões filosóficas de livros e letras de músicas, grupo de artes manuais bordado e elaboração do painel Borda-dor, bem como a produção do diário de bordo com os registros dos encontros, nos quais as adolescentes participantes escrevem as suas vivências com as atividades. Como resultado, desenvolvemos um método pedagógico transgressivo, libertador e de mútua cooperação e aprendizagem que rompe, através da arte e da filosofia freiriana e boalina, a tensão vivenciada diariamente no CSMM e transforma a realidade das adolescentes em privação de liberdade. As práticas da ação extensionista geram consciência crítica transformadora, ações e reflexões, sobre as condições sociais que oprimem e aprisionam física e mentalmente. Além disso, potencializam os saberes das adolescentes com a técnica do bordado manual, que é usado como ferramenta artística para a expressão de sentimentos, sonhos, etc. Até o presente momento, três adolescentes do CSMM já ingressaram em cursos de graduação da Universidade Federal do Acre. Assim, as atividades aumentam a autoconfiança, o empoderamento, a independência, a consciência crítica, o bem-estar, o desenvolvimento humano e cognitivo e, enfim, proporcionam às adolescentes a perspectiva de um futuro com outros sentidos e significados. Portanto, a ação extensionista parte do pressuposto de que a educação libertadora é um instrumento para ressignificar e revolucionar o mundo, pois permite compreender como o mundo está organizado e como é possível desconstruir a realidade e alcançar a liberdade.

**Palavras-chave:** Arte; Filosofia; Socioeducação; Paulo Freire; Augusto Boal.

**CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA:**  
Sinopse das Disciplinas

Marcio Nogueira da Cruz Saldanha

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);\_marciosaldanha@sejus.df.gov.br

Luana Maciel Caetano

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF); luana.caetano@sejus.df.gov.br

Luciano Terra Feliciano

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);\_luciano.feliciano@sejus.df.gov.br

Luiza Christina Wriedt

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF); luiza.christina@sejus.df.gov.br

Considerando a Política de Treinamento, Desenvolvimento e Educação da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF) e, tendo em vista os desafios enfrentados pelos servidores socioeducativos no contexto laborativo, foi estruturado o desenvolvimento de uma doutrina de capacitação que observe com maior precisão o perfil do atendimento das medidas socioeducativas. A Capacitação em Segurança Protetiva surgiu por meio de uma antiga demanda dos servidores do sistema socioeducativo do DF, que ansiavam por cursos específicos voltados à sua realidade laboral. Utilizando técnicas de artes marciais ligadas às disciplinas de contenção, defesa pessoal e imobilização tática, a metodologia de Capacitação em Segurança Protetiva tem por objetivo aliar segurança e educação na formação continuada dos servidores. O termo segurança socioeducativa compreende o conjunto de práticas para a preservação do patrimônio, da integridade física, moral e psicológica de toda comunidade socioeducativa. Partindo de uma demanda tanto da gestão, quanto dos próprios servidores, na perspectiva de estabelecer procedimentos específicos, aliados aos objetivos e fundamentos pedagógicos, foi estruturado um rol de disciplinas para a Capacitação em Segurança Protetiva: uma metodologia estruturada para ser transferida de servidor socioeducativo para servidor socioeducativo. Dessa forma, busca-se apresentar diferentes possibilidades de capacitação profissional visando a ampliação do conhecimento através da promoção de diferentes disciplinas ligadas à segurança socioeducativa. A Segurança Protetiva compreende ações de intervenção, diante de situações de crise, mas, sobretudo, ações de prevenção e proteção, que devem contribuir para a efetivação do cumprimento da medida socioeducativa, primando sempre pelo respeito aos direitos humanos, pela convivência institucional organizada e para a garantia de direitos. Em 2021, a Unidade de Treinamentos Operacionais (UNITOP), vinculada à Escola Distrital de Socioeducação (EDS), iniciou uma pesquisa de interesses em capacitação para servidores ativos do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal com intuito de mapear as principais necessidades das atividades de capacitação e treinamento. Com base nesses dados, surgiu a necessidade de organizar, em quadros sinópticos, as disciplinas operacionais mais relevantes à profissionalização dos servidores socioeducativos. Cabe destacar que o rol das matérias compiladas na sinopse não é taxativo e está em constante atualização e pesquisa pela UNITOP. Cabe também destacar, nosso intento em contribuir para o avanço no entendimento e na evolução da identidade institucional do sistema socioeducativo. A construção deste trabalho é não somente um estudo sistematizado, mas também, um quadro de orientação e

consulta para todos os servidores que almejam se aprofundar ou se especializar em qualquer uma das disciplinas tratadas no transcorrer das atividades de capacitação. Todos os cursos ministrados visam o desenvolvimento do conhecimento de legislações específicas, manuais técnicos, pesquisas científicas e estudos acadêmicos ligados à temática da socioeducação. O presente trabalho fomenta a construção e formação de uma base de conhecimentos para organizar e estimular o estudo na área da Segurança Protetiva, através de workshops, palestras e diversos cursos voltados à capacitação do servidor, contribuindo para a formação de uma identidade em socioeducação.

**Palavras-chave:** Segurança Protetiva; Capacitação; Socioeducativo.

**CARTOGRAFIAS DA LIBERDADE:**  
Territórios, patrimônio e história local

Érika Viviane Barbosa Akel Fares  
Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA); erikafares@yahoo.com.br

Pâmela Costa da Silva  
Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA); pamelageografia@hotmail.com

Daniel Araújo Sombra Soares  
Universidade Federal do Pará (UFPA); dsombra@ufpa.br

Sueny Diana Oliveira de Souza  
Universidade Federal do Pará (UFPA); suenyhist@gmail.com

Este relato de experiência descreve a ação educativa desenvolvida no Centro Juvenil Masculino (CJM), Centro de Internação Masculino (CIJAM) e Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), unidades socioeducativas de privação de liberdade, situadas no município de Ananindeua, Pará. O projeto “Cartografias da Liberdade” é fruto de trabalho desenvolvido na condição de supervisoras do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), em parceria com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Antônio Carlos Gomes das Costa, responsável pela escolarização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado na região metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. A ação teve como objetivo utilizar conceitos de patrimônio, território, história local e a produção de histórias em quadrinhos com passagens da vida dos adolescentes como instrumentos de empoderamento juvenil e elevação da autoestima dos adolescentes. A metodologia configurou-se em atividade conjunta das supervisoras e bolsistas de História e Geografia com as turmas dos anos finais do ensino fundamental e médio da unidade em que as supervisoras atuam, assim como nas unidades em que seus bolsistas desenvolvem suas atividades, com adolescentes com idades entre 13 e 17 anos. Com o objetivo de produzir quadrinhos com passagens da vida dos adolescentes, os bolsistas foram divididos em três grupos: Modelagem Criativa, Produção de Material Didático e Registros e Memória. Cabia ao grupo de modelagem desenvolver formas de facilitar e estimular os estudantes a contar suas histórias através de desenhos; o grupo de material didático ficou responsável por pensar estratégias pedagógicas para discutir com os adolescentes os temas: patrimônio, território e história local; o grupo de registros e memórias ficou incumbido de organizar e registrar o desenvolvimento dos trabalhos para que fossem utilizados posteriormente pelas equipes. O grupo de modelagem desenvolveu moldes de variadas paisagens, assim como de modelos humanos a-gêneros a serem montados, colados e pintados pelos adolescentes, o grupo de material didático desenvolveu texto de apoio, discutindo os conceitos de patrimônio, estimulando os estudantes a identificar em suas localidades patrimônios ambientais, arquitetônicos, culturais e alimentares; houve ainda desenvolvimento de atividades a fim de que os estudantes compreendessem os conceitos de lugar e território, customizado para cada adolescente, com dados de seus municípios de origem, com mapas, bandeiras e informações gerais de população, origens, microrregião, densidade populacional, área territorial e a distância do município de Ananindeua, onde o adolescente está internado. Através das oficinas, os adolescentes narraram em seus quadrinhos as mais diversas histórias de suas

localidades, famílias, relações, lendas e desejos com relação ao mundo, contribuindo na identificação de suas territorialidades, de suas histórias sem envolvimento de atos infracionais e dos diversos patrimônios de suas comunidades. Em meio a muitos sorrisos, histórias foram lembradas, contadas e desenhadas, e assim refletimos que toda existência merece atenção e que toda vida precisa ser valorizada, defendida e zelada.

**Palavras-chave:** Escolarização; Cartografia; Memória; Patrimônio; Socioeducação.

**CLUBE DE LEITURA:**

Práticas de leitura e de ação-reflexiva com adolescentes privados de liberdade do estado do Paraná

Andressa Ferreira Candido  
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU/PR);  
andressacandido@seju.pr.gov.br

Thayane Carolina de Almeida Rodrigues  
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU/PR);  
thayanealmeida@seju.pr.pr.gov.br

Angelita Martins Siqueira  
Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR); angelitams1965@gmail.com

No ano de 2020, momento histórico em que vivemos, em que a vida se encontrava ameaçada pelo avanço da pandemia da Covid-19, a equipe do CENSE Londrina II, unidade executora da medida socioeducativa de internação a adolescentes autores de atos infracionais, criou o Grupo Reflexivo Clube Leitura. Como proposta de intervenção pedagógica junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, esta iniciativa partiu da tentativa de diversificar a forma de atendimento socioeducativo de modo a implicar o adolescente, tomá-lo a partir da posição de sujeito e não de mero objeto de uma ação punitiva/"corretiva". Dentre os objetivos da proposta, destacam-se: promover espaços para problematização de marcadores sociais de diferença (raciais, étnicos, geracionais e de gêneros) e seus múltiplos efeitos nas trajetórias de vida dos adolescentes, inclusive, por vezes, nos atos infracionais cometidos; contribuir no processo de acessibilidade dos educandos a informações e debates que circulam na sociedade brasileira, de modo horizontal e interdisciplinar; empreender, em parceria com os adolescentes, processos de responsabilização sobre o ato infracional cometido; fortalecer redes de apoio mútuo entre os participantes; possibilitar processos emancipatórios dos adolescentes, por meio da oportunidade de um espaço horizontal de compartilhamento da palavra; oportunizar a diversidade, com possibilidades de um adolescente ser tocado pela fala, outro pela escrita, o desenho o contato com pessoas diversas, a arte, o esporte, a cultura e mundos diferentes com pessoas jamais imaginadas antes de estarem juntos tratando de um tema específico. A ideia é introduzir a leitura como um recurso para promover o protagonismo do adolescente, a participação ativa e serem vistos aquém dos atos infracionais cometidos. Assim, a partir da localização da leitura (e debates) como instrumento emancipatório, conclui-se que o Clube de Leitura possibilita reflexões coletivas sobre a atualidade e os marcadores sociais de diferença que nos constituem na vida em sociedade e que contribuem para aumentar ou diminuir nossas vulnerabilidades no cotidiano, bem como sinaliza a necessidade de repensarmos nossas práticas e reinventarmos novas possibilidades de atuação no contexto socioeducativo. Finalmente, destaca-se como inovação a visibilidade que a iniciativa oportunizou ao trabalho realizado nas unidades socioeducativas do Paraná e a realidade dos adolescentes em conflito com a lei. Ponto que contribui para a desconstrução de inverdades e preconceitos, que comumente estão associados a esse universo, bem como a resposta social a ações delituosas praticadas por este público. Portanto, o Clube de Leitura proporcionou abertura ao mundo sobre o trabalho socioeducativo do Paraná e, além do que causou um impacto interno entre as unidades,



potencializando a integração entre elas, pelo fato de se encontrarem uma vez ao mês com todas as unidades e comunidade socioeducativa. Isso ampliou o espírito corporativo entre as equipes espalhadas pelo nosso estado, que antes tinham atuações e dinâmicas individualizadas.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Adolescentes; Leitura; Protagonismo juvenil.

### COEXISTÊNCIAS EM DIÁLOGO:

Relato de uma intervenção interdisciplinar e restaurativa na internação provisória

Débora Pereira da Costa  
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU/PR);  
pedagogiaengajada@gmail.com

Kátia Regina Figueiredo Lemos  
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU/PR);  
katiefig@hotmail.com

Fernanda Salomão Tesser  
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU/PR);  
fernandasalomao@seju.pr.gov.br

Este trabalho apresenta os resultados de uma ação interdisciplinar para quatro estudantes que cumpriram internação provisória em Londrina-Paraná, como uma resposta à complexidade do atendimento socioeducativo a quem se imputava atos infracionais inéditos naquele contexto, como terrorismo e racismo em (e contra) instituições educacionais. O objetivo foi ajudá-los a reconstruir seus sentidos de pertencimento e coletividade, para se reconectarem às suas comunidades através do diálogo e da paz. A ação seguiu os pressupostos da Justiça Restaurativa (JR), com as seguintes metodologias: Círculos de Construção de Paz (CCP), a leitura literária de “A Face Oculta: uma história de bullying e cyberbullying”, de Maria Tereza Maldonado, “O Diário de Anne Frank em Quadrinhos”, de David Polonsky e Ari Folman e fílmica de “Escritores da Liberdade” (Freedom Writers, 2007). O trabalho foi idealizado por facilitadoras em JR, sendo uma pedagoga, uma odontóloga e uma docente de matemática, vinculadas à unidade socioeducativa. Foram realizados dois CCPs, no primeiro, as perguntas norteadoras foram: a) Você sabe porque está no Centro de Socioeducação (CENSE)? b) O que a escola representa para você? c) Na sua percepção: pensamentos racistas e discriminatórios de fato chegam às crianças, adolescentes e jovens das nossas comunidades? Como isso acontece? Com quem geralmente eles conversam sobre esse assunto? d) Você sabe o que significa nazismo e neonazismo? e) Desde que você chegou ao CENSE, como tem refletido sobre como este assunto tem a ver com você? As facilitadoras introduziram a Filosofia Bantu de Tempels, que afirma que a energia vital é a força motriz das ações humanas e que a maior preocupação da comunidade deve ser aumentar essa força. Para determinar o conhecimento do indivíduo, são usados três critérios: o nome, o clã e a relação de interdependência entre todos os seres e a aparência externa (corpo, sopro e sombra). No segundo CCP, foram estabelecidas as perguntas: a) Identifique pessoas que contribuíram para sua vitalidade na infância e hoje em dia (atividade prática - Eu e a minha Comunidade/Clã - os participantes receberam círculos com seus nomes no centro, onde escreveram nomes dessas pessoas). b) Como você contribui para o bem-estar da sua comunidade diariamente? c) Quais valores e princípios são importantes para as crianças viverem bem em sua comunidade? d) Assumindo o papel de uma pessoa sábia, o que proporia para melhorar o desenvolvimento de crianças e jovens em sua comunidade?. Os resultados evidenciaram adolescentes do sexo masculino, sendo um preto e três brancos, oriundos de cidades pequenas ou médias, todos de escolas públicas. Em consonância com os pressupostos teóricos-metodológicos, buscou-se estabelecer conversas significativas, com foco no que realmente importa. Dos estudantes

emergiram temas como bullying, racismo, jogos eletrônicos violentos, conteúdos extremistas e isolamento social, refletindo sobre a falta de conexão e comportamentos reativos com a coletividade, quando se tem pouca força vital. Essa proposição permitiu um espaço seguro de aprendizagem em relações humanas e valores civilizatórios e novos sentidos para as profissionais envolvidas. Uma práxis que articula saberes filosóficos contra hegemônicos e restaurativos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Justiça Restaurativa; Filosofia Bantu; Violência contra a escola; Cultura de Paz.

**CORPO-MOVIMENTO NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO MOCINHA MAGALHÃES (CSMM), RIO BRANCO/ACRE:**

O que fazem e podem os corpos de jovens privadas de liberdade?

Ana Livia Dias da Rocha  
Universidade Federal do Acre (UFAC); analivia.pfa@gmail.com

Yves Benevides Feitosa  
Universidade Federal do Acre (UFAC); yvesfeitoza@gmail.com

Adriane Corrêa da Silva  
Universidade Federal do Acre (UFAC); adriane.silva@ufac.br

Maria Salete Peixoto Gonçalves  
Universidade Federal do Acre (UFAC); mariasaletepeixotogoncalves@gmail.com

Este relato de experiência, baseia-se na articulação entre grupos de pesquisa da Universidade Federal do Acre (UFAC) - Grupo de Pesquisa intitulado, Laboratórios de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Educação, Saúde e Lazer (LEPEF-EdSaLa) e o Grupo de Pesquisa em Práticas Decoloniais Freirianas (GPPDEF) - responsável pela articulação/inserção da prática corpo-movimento (Educação Física) com jovens meninas do Instituto Socioeducativo de Rio Branco-Acre (ISE-ACRE), no intuito de atender a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, enquanto prática formativa. Fundamenta-se esta atividade na perspectiva teórico-metodológica da interculturalidade crítica decolonial, por esperar momentos possíveis de transformação social e autonomia, para o contexto socioeducativo e formativo dos corpos. Com isso, objetiva-se promover a prática corpo-movimento, com as jovens meninas do Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães (CSMM) do ISE. Este objetivo, perpassa pela compreensão da Educação Física, enquanto parte da área da linguagem, conseqüentemente, uma prática sociocultural, pedagógica e política, vinculada aos modos outros de existir, saber, poder, ser, fazer e estar no mundo, influenciada pelas relações e inter-relações que atravessam os corpos no/do cotidiano acreano. Metodologicamente, as ações no CSMM organizam-se por procedimentos de estudos sistematizados, planejamentos, práticas, escrituras e/ou audiovisuais (para registro e documentação) e avaliações, sobre o contexto de prática, de forma que os saberes presentes nos corpos das jovens adolescentes, assim como, dos corpos-professores em formação inicial do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFAC, possam ser sensibilizados e entusiasmados pelas produções corporais outras, em acordo a potencializações possíveis para a vida cotidiana. No trabalho realizado dentro do CSMM, atende-se de forma sutil, uma demanda de saúde corporal (física e mental), visto ter identificado, inicialmente, um alto nível de sedentarismo, acarretando prejuízo no metabolismo das meninas, quanto a capacidade do controle de risco de mortalidade provocado por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, obesidade etc., além de que, com a falta da prática regular de atividade física, o organismo deixa de produzir hormônios responsáveis pelas alterações biológicas, os quais influenciam diretamente no bem-estar corporal das meninas. Essa valorização individual e coletiva das adolescentes, oportunizada por meio de práticas entusiasmantes, promove certa “liberdade”, que subverte os procedimentos disciplinares, impostos pelo sistema opressor do ISE. Nesse ato, resiste-se e corrobora-se para existências outras, ao trabalhar com esses encontros, promove-se

experiências formativas contínuas, auxiliando na prevenção do sedentarismo e da saúde mental. Observa-se nestas experiências, que diante das ações em contexto de prática, não opera-se com resultados fixos e acabados, ou seja, oportuniza-se possibilidades para além do previsível, pois as jovens sabem de onde vieram, o que fizeram, e infelizmente, elas irão carregar para sempre as consequências dessas escolhas em suas vidas, mas podem e espera-se que façam, escolhas outras no futuro. Nesse sentido, a prática no ISE/CSMM efetiva-se por meio de um ato político, pedagógico e crítico na construção de possibilidades realizáveis. Deseja-se, continuar construindo caminhos e esperando mundos praticáveis a ponto de, finalmente abraçá-las aqui fora e ver o renascimento de suas jornadas. Ter a esperança de que essa realidade é praticável, enche-nos de entusiasmo para seguir.

**Palavras-chave:** Corpo-movimento; Interculturalidade crítica; Socioeducação; Decolonial.

## DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EGRESSOS NO SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL

Carlos Augusto Pereira De Sousa  
Universidade de Brasília (UnB); augusttocarlos@gmail.com

As políticas públicas de acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo do Distrito Federal têm por finalidade acompanhar adolescentes e jovens que já passaram pelo processo de responsabilização do ato infracional cometido e busca, inclusive, reduzir a reincidência infracional e ainda cumprir os dispositivos legais que determinam ao Estado o dever de ofertar, por meio de execução direta ou indireta, projetos e programas destinados ao acompanhamento de egressos das medidas socioeducativas. Desde 2022, o acompanhamento de egressos está sendo realizado por meio de duas organizações da sociedade civil. São contemplados com os projetos os adolescentes que cumpriram todas as determinações judiciais e não voltaram a praticar atos infracionais. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo entende que a medida socioeducativa deve trazer a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional cometido e promover a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais. Fornecer projetos destinados aos egressos caracteriza-se uma intervenção complementar à execução das medidas socioeducativas, pois vai auxiliar esses adolescentes e jovens a materializarem seus novos projetos de vida por meio da inclusão em cursos de capacitação profissional, acompanhamento escolar, assistencial, psicológico, encaminhamento para vagas de emprego e estágio nos próprios territórios de moradia, bem como oferecerá atividades de cultura, esporte e lazer para que tenham oportunidades de serem incluídos na sociedade, auxiliando na ruptura da trajetória infracional. A política de egressos é um tema emergente que enfrenta dificuldades de operacionalização, principalmente, no acesso à rede de políticas públicas territoriais. Assim, ganha relevância no debate, o princípio da incompletude institucional, a qual reconhece que as instituições isoladas carecem de recursos e competências para o atendimento integral ao adolescente. Desta forma, a partir da Doutrina da Proteção Integral, as instituições de atendimento, sejam as que executam medidas de proteção, sejam as que executam medidas socioeducativas, passam a ser vistas como "incompletas", tendo em vista que não podem e nem devem dar conta de todas as múltiplas demandas apresentadas pelos sujeitos das políticas públicas. A comunicação oral, neste sentido, pretende avaliar o impacto destes projetos na política pública socioeducativa e vislumbrar potenciais aprimoramentos nos dispositivos legais e em estratégias de aperfeiçoamentos dos projetos executados.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Egressos; Política Pública.

**DICHAVANDO:**

um jogo sobre juventudes e maconha

Pedro Afonso de Oliveira

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); psi.oliveirapedro@gmail.com

Larissa Mazzotti Santamaria

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); coordenadoria@comec.org.br

Juliana Jodas

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); julianajodas@gmail.com

Andréia Custódia Canto de Andrade

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); andreia@comec.org.br

Baseado nas concepções, percepções e experiências dos adolescentes e jovens em cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, a equipe multiprofissional do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), desenvolveu e implementou uma metodologia própria para abordar temas complexos como uso de drogas, juventudes e violação de direitos através da estratégia do jogo de tabuleiro “Dichavando: um jogo sobre maconha e juventudes” com participação destes adolescentes durante processo de sistematização. A metodologia de atendimento teve o objetivo de apresentar a ferramenta cujo intuito é promover e incentivar o diálogo de maneira lúdica e espontânea com adolescentes e jovens sobre questões relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, usando a maconha como disparadora do processo, de modo a constituir novas relações e maneiras de pensar sobre o tema. O jogo foi projetado como um tabuleiro no formato de folha da maconha e incluiu personagens como usuário/a, cientista, deputado/a, família, policial, médico/a, e militante, que percorrem o tabuleiro a partir de perguntas e reflexões que abordam tópicos como o uso de drogas em geral, saúde e comportamento, política, sociedade e curiosidades. No caderno de respostas, as/os mediadoras/es ou educadoras/es encontram informações detalhadas, discussões relevantes e fontes de referência para cada tópico abordado, auxiliando na condução das discussões com os adolescentes e jovens. O jogo permite intervenções em atendimentos individuais e grupais de até 10 participantes. Os resultados evidenciam um envolvimento significativo dos jogadores, destacado por sua participação ativa nas discussões geradas pelo jogo, promovendo um diálogo aberto e construtivo sobre o uso de drogas, contribuindo para uma conscientização informada e uma compreensão mais ampliada das complexidades associadas ao tema. A partir de perguntas diversificadas, estimula-se debate sobre os diferentes usos da maconha, assim como a desconstrução de preconceitos e estereótipos sobre drogas na perspectiva da política de redução de danos. Por meio de uma abordagem metodológica lúdica, o jogo propõe solucionar o desafio de promover um diálogo aberto e construtivo sobre questões sensíveis sobre o uso de drogas. Ao criar um ambiente espontâneo, esta ferramenta visa facilitar conversas que frequentemente são evitadas ou difíceis devido à complexidade e estigma associados a esses temas. Desta maneira, a metodologia vem proporcionando condições para que jovens e adolescentes compartilhem experiências, reflitam sobre as consequências do uso de substâncias psicoativas no contexto das medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** Juventude; Droga; Socioeducação; Jogo; Tecnologia Social.

## EMOCIONÁRIO

Cultivando Competências Socioemocionais em Adolescentes: Uma Jornada de Compreensão,  
Regulação Emocional e Expressão Artística

Laura Gomes dos Anjos  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF); laura.anjos@sejus.df.gov.br

Taís de Magalhães Santiago  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF); tais.santiago@sejus.df.gov.br

O projeto "Emocionário" surge da necessidade de promover o desenvolvimento socioemocional de adolescentes em uma Unidade de Internação, reconhecendo a importância da compreensão das emoções, do desenvolvimento da empatia e da aprendizagem de técnicas de regulação emocional. A justificativa baseia-se na compreensão de que, embora as emoções sejam inerentes à espécie humana, a capacidade de nomeá-las e compreendê-las é um processo de aprendizagem social. Destaca-se a relevância da empatia como elemento fundamental para o desempenho socialmente competente de crianças e adolescentes, sendo esta considerada uma habilidade valorizada e objeto crescente de interesse de pesquisa. Além disso, ressalta-se a falta de ensino cultural sobre emoções e suas funções, evidenciando a importância de capacitar os adolescentes a reconhecer e regular suas emoções para um convívio mais saudável em sociedade. O objetivo geral do projeto foi proporcionar às adolescentes a compreensão das emoções, o desenvolvimento da empatia e o aprendizado de técnicas de regulação emocional, enfatizando a função positiva de todas as emoções na organização do indivíduo. Os objetivos específicos incluem auxiliar as adolescentes a entenderem e nomearem suas emoções, desenvolver consciência do impacto da expressão emocional nos relacionamentos sociais, aprender a respeitar suas emoções e compreender a influência do pensamento sobre elas. Além disso, busca-se desenvolver estratégias adaptativas para lidar com as emoções e incentivando a expressão emocional por meio da escrita e do desenho. A metodologia do projeto envolveu a realização de dez encontros utilizando recursos metodológicos diversos, como rodas de conversa e exposição de materiais audiovisuais e produção de materiais artísticos. As adolescentes ainda participaram de atividades artísticas onde produziram material artístico relacionado a cada emoção básica (alegria, medo, raiva e tristeza), culminando na criação de um material escrito com descrição das emoções e desenhos, formando um "emocionário". Ao final, as adolescentes tiveram a oportunidade de avaliar o referido projeto por meio de um formulário e, ao analisar as respostas, foi possível verificar que as participantes avaliaram positivamente as atividades, o projeto como um todo e também referem ter aprendido mais sobre emoções e o gerenciamento destas. Por último, destaca-se que a interdisciplinaridade entre a psicologia e as atividades de artes plásticas no projeto "Emocionário" emerge como um componente crucial para a eficácia do trabalho socioeducativo. Ao integrar essas duas áreas, o projeto visa não apenas abordar aspectos cognitivos e emocionais, mas também proporcionar uma abordagem holística e enriquecedora para o desenvolvimento das adolescentes. A psicologia oferece as bases teóricas e práticas para compreensão das emoções, empatia e autorregulação emocional, enquanto as atividades de artes plásticas oferecem um meio expressivo e criativo para que as jovens externalizem e processem suas emoções. A utilização de recursos visuais, como desenhos e exposição artística, permite uma expressão mais tangível e simbólica das experiências emocionais. A interação entre psicologia e artes plásticas não apenas amplia o leque de abordagens terapêuticas, mas também oferece às adolescentes uma variedade de ferramentas para explorar e comunicar



suas emoções de maneira não verbal, facilitando assim o desenvolvimento de habilidades socioemocionais de maneira mais completa e integrada.

**Palavras-chave:** Emoções; Regulação emocional; Empatia; Interdisciplinaridade; Expressões artísticas.

## ENCONTROS COM FAMÍLIAS NA SOCIOEDUCAÇÃO Experiência na Semiliberdade

Daniela Andrade da Anuniação  
Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS); daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Luana Rodrigues Vieira  
Universidade de Caxias do Sul (UCS); Irvieira@ucs.br

Esse trabalho relata experiência de trabalho com famílias em uma unidade de semiliberdade, com destaque para atividade chamada de *Encontros com famílias e socioeducandos* e mais especificamente sobre encontros realizados em 2023. Os encontros com famílias são realizados desde 2014 e, no ano de 2023, ocorreram com periodicidade mensal, organizados pela assistente social da instituição, com colaboração da equipe socioeducativa da instituição, esporadicamente com convidados (as) externos da rede de atendimento e, durante o primeiro semestre, com organização da estagiária de Serviço Social como ação de seu projeto de intervenção de Estágio Supervisionado em Serviço Social III. Nos encontros são trabalhados temas selecionados com enfoque em promover acesso a direitos sociais das famílias com respectivas inserções em políticas sociais públicas, socialização de informações e reflexões, bem como acesso a recursos que possam contribuir no fortalecimento da convivência familiar, vínculo e apoio para que as famílias possam qualificar os papéis sociais atribuídos a ela. Tendo essa base, elegeram-se temas no decorrer do ano, a partir de demandas coletivas identificadas nos atendimentos e acompanhamentos individuais dos socioeducandos e seus familiares. Foram temas trabalhados nos encontros este ano: Semiliberdade e família - o fomento da *tríade* equipe socioeducativa, família e socioeducando, bem como a importância e papel da família durante o processo socioeducativo; Potencialidades familiares; Dificuldades familiares; Benefícios da Previdência Social - formas de acesso e critérios; Comunicação não violenta; Direitos Sociais e cidadania. Nos encontros participaram familiares e adolescentes/jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e a metodologia, de forma geral, apoia-se nos pilares de socialização de informações e processo reflexivo dialogado, com apresentação do tema, seguido de roda de conversa com debate, reflexões e questionamentos sobre dúvidas. Em alguns encontros utilizou-se de recursos didáticos/pedagógicos, como construção de cartazes e em dois dos encontros utilizou-se de procedimentos de círculo de construção de paz para trabalhar o tema da comunicação não violenta, envolvendo apresentação, construção coletiva de diretrizes, dinâmicas, exposição do tema e exemplos de situações para buscar-se coletivamente soluções com base nos pilares da comunicação não violenta. Como resultados dos encontros, pode-se observar que além de trazerem informações pertinentes às famílias, conforme previam os objetivos dos encontros, concomitantemente qualifica-se o trabalho socioeducativo, uma vez que traz-se atualizações à equipe no que tange a realidade das famílias, identificação de demandas individuais e coletivas, possibilidades e necessidades de encaminhamentos na rede de políticas públicas, bem como parcerias e questões a serem trabalhadas em atendimentos e atividades socioeducativas. Além disso, possibilita troca de experiências entre as próprias famílias e fortalece o vínculo com a equipe. Para os próximos encontros pretende-se organizar debate e acesso à informação sobre habitação e acesso à moradia e também sobre o Cadastro Único para Programas Sociais. Para isso, está sendo realizado contato com representantes da Política de Habitação e de Assistência Social do município.

**Palavras-chave:** Trabalho com famílias; Encontros; Direitos Sociais; Grupo.

**ENTRE ASSINAR UM PAPEL E TRABALHAR DE GRAÇA:**

a relação dialógica no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto

Emanuel Belarmino Ribeiro dos Anjos  
Prefeitura de Maceió; emanuelbelarmino21@gmail.com

Gilberto Eleuterio da Silva Junior  
Psicólogo Clínico; gilber7ojr@gmail.com

O presente trabalho visa apresentar através da experiência do autor, ao longo de mais de dez anos de atuação, junto ao acompanhamento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, a grande relevância da relação dialógica presente na filosofia de Martin Buber como um fator importante para a construção de um trabalho socioeducativo qualitativo e humanizado. Norteados pela relação EU-TU, pelo encontro e pelo compartilhamento de sentidos, a dialógica rompe com o fazer burocrático, prescritivo e verticalizado tão presente dentro dos acompanhamentos das medidas socioeducativas. Por meio da metodologia de cunho fenomenológico o autor criou o “caderno de encontros” como uma tecnologia que emergiu de um percurso transformador não apenas para a qualificação do acompanhamento, mas para a alteração de sua própria concepção e entendimento de seu fazer profissional ao longo de seus anos de atuação. Os elementos do inter-humano, presentes na Dialógica, possibilitam o atuar dentro do acompanhamento das medidas socioeducativas de forma única e singular visando a promoção de uma Pedagogia do Diálogo que promova sentido e alteridade, rompendo com a padronização e prescrição do acompanhamento socioeducativo por tantas vezes norteados pela imposição de mundo e de um desmerecimento da capacidade de compreensão e escolhas dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A esfera do ENTRE como um dos componentes do inter-humano apresenta-se como um elemento que possibilita a humanização e o fortalecimento das medidas socioeducativas. A Socioeducação atrelada a Pedagogia do Diálogo possibilita assumir um caráter ativo, potente que reconhece e valida a alteridade de cada adolescente e jovem. Desse modo, a dialógica sinaliza um caminho de superação e avanço no tocante a atuação de todos os profissionais envolvidos no trabalho socioeducativo, além disso, estando diretamente ligado a preceitos fundamentais das medidas socioeducativas, contribui significativamente para qualificar a discussão sobre o caráter Pedagógico das mesmas, possibilitando refletir qual relação estamos construindo durante nossa atuação, além de onde partem nossas intervenções e atuações.

**Palavras-chave:** Dialógica; Socioeducação; Caderno de encontros; Dimensão Pedagógica; Esfera do Entre.

## EQUIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO

Promoção da Equidade em Contexto Fluminense

Livia de Souza Vidal

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ);  
Universidade Federal Fluminense (UFF); liviavidal@novodegase.rj.gov.br

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ); Kekeerê  
Infâncias; lopes.flaviasilva@gmail.com

Filipi Muniz S. Navegantes

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ);  
filipinavegantes@gmail.com

Este trabalho se propõe a relatar a formalização de uma socioeducação comprometida com a promoção da equidade no contexto fluminense. Neste sentido, o relato utilizará como método a apresentação de uma cronologia de ações que somadas resultam em um posicionamento institucional. Essa linha do tempo se inicia com o surgimento do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE), em 2015 por iniciativa de um grupo de servidores de diversos setores da instituição, sensíveis à causa. O núcleo tem o combate ao racismo e a educação das relações étnico-raciais como pilares de sua atuação. A partir de então foi construída uma agenda de ações, que inclui o lançamento do primeiro número da Revista AÚ que faz alusão a um movimento da capoeira, luta inventada por afro-brasileiros nas senzalas como resistência às opressões. Essa iniciativa de servidores se adensa e se potencializa alavancando processos formativos anuais direcionados aos servidores do Departamento e a temática antirracista provocou uma transformação intitucional. O discurso, repetidamente apresentado, de que o público atendido pela socioeducação no Rio de Janeiro era pobre, preto e periférico, passa a compor uma reflexão mais aprofundada sobre as causas e consequências destes marcadores sociais. Em 2019, o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros do DEGASE foi incorporado à estrutura da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE), formalizando-se. Essa trajetória culmina em duas grandes ações que formalizam um compromisso institucional: o lançamento em 2019 do Programa Degase sem Discriminação, com o objetivo de coibir o racismo institucional e demais práticas discriminatórias no departamento, como o machismo, a homofobia e a intolerância religiosa; e a criação da Divisão de Programas e Projetos para Equidade (DIPPE). Constatamos que o tempo de construção deste trabalho está alinhado aos objetivos da Década Internacional de Afrodescendentes, da Assembleia Geral da ONU que propões “reconhecimento, justiça e desenvolvimento” para o período entre 2015 e 2024. Vale ressaltar que este trabalho só foi possível pela existência de inúmeras ações esparsas de defesa dos Direitos Humanos por servidores comprometidos com a justiça social e com a efetiva execução da socioeducação. O grande serviço que esta trajetória nos apresenta é fazer com que a atuação profissional na socioeducação seja pautada por uma reflexão e um real compromisso com a promoção da equidade incidindo sobre o atendimento aos jovens-adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** Relações Raciais; Equidade; Justiça Social.

### ESPORTE RECREACIONAL NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Uma experiência no Centro de Socioeducação de Londrina - Paraná

Marluce Grasielle Zambrin Oliveira

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU/PR);

marlucegzoliveira@seju.pr.gov.br

A prática esportiva desenvolve habilidades motoras e intelectuais, que é oportunizada às crianças e aos adolescentes através de diferentes atividades, que podem utilizar espaços públicos ou privados, disponíveis nos municípios. O esporte é considerado um conteúdo nobre no meio educacional, e tem como objetivo integrar a sociedade jovem por meio de práticas democráticas, respeitando suas regras e desenvolvendo valores humanos entre os praticantes. Entre os direitos descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu capítulo IV, está o direito de educação, cultura, esporte e lazer. No entanto, a própria normativa legal não valoriza o esporte como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo. O direito à prática esportiva está descrito no Art. 59 e diz que caberá ao município, com o apoio do Estado e da União, o estímulo e a destinação de recursos e espaços para programações esportivas voltadas para a infância e juventude. A dificuldade de acesso às práticas esportivas são maiores para os adolescentes com privação ou restrição de liberdade. Apesar de o Estatuto prever, em seu Art. 124, que são direitos dos adolescentes privados de liberdade realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, em muitas unidades socioeducativas não encontramos equipamentos e/ou materiais que possibilitem a prática, ficando, na maioria das vezes, voltada única e exclusivamente às aulas de Educação Física. Dentre as inúmeras contribuições que o esporte propicia para o indivíduo, podemos destacar os aspectos psicológicos como: a melhora da autoestima, da autoconfiança e da resiliência, fatores importantes para se conviver na sociedade de forma plena. O projeto, executado com adolescentes privados de liberdade no Centro de Socioeducação Londrina II, visa trabalhar o esporte recreacional como forma de propiciar aos adolescentes o acesso a programas de esporte e lazer como instrumentos de inclusão social, respeitando o interesse dos mesmos, e garantir que as atividades esportivas de lazer, previstas no projeto pedagógico, sejam efetivamente realizadas, como prevê as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O projeto tem como objetivo desenvolver atividades de esporte recreacional, criar condições para a prática de esporte, propor uma metodologia de prática de esportes com foco na socialização dos adolescentes e organizar processos pedagógicos com ênfase nos princípios educacionais que normatizam a prática do esporte recreacional. Reconhecendo todas as contribuições que o esporte traz para a pessoa em desenvolvimento, preconizada pelo ECA, é necessário a oferta de práticas esportivas que possam colaborar para o alcance destes objetivos. As atividades, do projeto, tiveram início no primeiro semestre de 2023 com as modalidades de ginástica funcional, xadrez e oficinas de badminton. O projeto entende que o esporte pode atuar como um aliado do processo socioeducativo promovendo respeito ao próximo, trabalhando com a possibilidade de frustração e com a superação das limitações pessoais. Os resultados preliminares demonstram que quando há a oferta de esportes aos adolescentes a adesão é imediata e os mesmos solicitam que as atividades sejam intensificadas, realizadas com maior frequência. As atividades têm contribuído para uma mudança comportamental dos adolescentes, transformou o ambiente da unidade socioeducativa, propiciou um envolvimento de diversos setores, provocando uma verdadeira intervenção intersetorial.

**Palavras-chave:** socioeducação; adolescentes; esporte recreacional

### “EXPEDIÇÃO MAKER”

Despertando o interesse pela escolarização por meio da inovação e da tecnologia

Rosalina Moraes Lobo  
Secretaria Executiva de Direitos de Crianças e Adolescentes (SEJUSC/AM);  
sedca@sejusc.am.gov.br

Andreza Souza  
Secretaria Executiva de Direitos de Crianças e Adolescentes (SEJUSC/AM);  
sedca@sejusc.am.gov.br

A educação no Brasil é um tema extremamente importante e desafiador. Ela enfrenta desafios significativos que afetam a qualidade do ensino e o acesso à educação para todos os cidadãos. Quando se fala em educação, especialmente na socioeducação, os desafios se tornam ainda maiores, uma vez que o público-alvo são adolescentes em conflito com a lei. A realidade socioeconômica desse grupo muitas vezes reflete uma educação negligenciada, com falta de recursos, infraestrutura precária e ausência de apoio familiar. Esses fatores contribuem para a exclusão educacional e perpetuação das desigualdades sociais. Diante desse fato, o projeto busca por meio de parcerias, promover, dentro das Unidades Socioeducativas, espaços de construção e aprendizado baseados na metodologia maker. Isso proporciona oportunidades aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa para experimentarem aulas práticas com recursos tecnológicos, estimulando aplicações criativas para solucionar desafios semelhantes aos enfrentados no ambiente profissional. O objetivo é oferecer aos adolescentes uma nova perspectiva sobre a educação, mostrando as diversas formas de aprendizado e resgatando o ânimo desses jovens para que concluam seus estudos, ao mesmo tempo em que se identifiquem com uma área de atuação profissional por meio do que há de mais novo e tecnológico no mercado de trabalho. Nesse sentido, a expedição maker propõe uma metodologia dinâmica, operacionalizada por uma programação de espaços que submetem os adolescentes a experiências incríveis como robótica, programação, gamificação e outros de grande interesse da classe juvenil atual. A Expedição se divide em dois momentos principais, o primeiro ocorre dentro das próprias Unidades, e o segundo permite aos adolescentes adentrarem a empresa parceira e vivenciarem a experiência a partir de ambiente completamente organizado, equipado e preparado para esse fim. A execução das atividades ocorre de forma paralela à grade educacional, visando direcionar cada adolescente para sua formação e futura profissionalização. Com essa iniciativa os adolescentes podem transitar e construir livremente seus conhecimentos em diversas áreas permitindo, ao mesmo tempo, que continuem a aprender e se desenvolver ao longo das aulas, adquirindo novas habilidades; A cultura maker na socioeducação contribui para o resgate dos jovens que desistiram de sua formação escolar, enquanto aprendem fazendo o que cada um se identifica profissionalmente. A comunicação entre as áreas reflete a realidade profissional em que cada área trabalha em paralelo com a outra, visando agregar desempenhos. Isso se dá pela cooperação estimulada entre os adolescentes. Trazer para eles a execução de trabalhos e ganhos irá afastá-los de atos infracionais, diminuindo o número de reincidências e aumentando as estatísticas de jovens que concluíram os estudos, além de impulsioná-los a perseguirem e realizarem seus sonhos profissionais.

**Palavras-chave:** Educação; Maker; Inovação; Tecnologia.

**GRUPO DE TRABALHO – GT DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO**

Articulando a Rede de Proteção ao adolescente e sua família

Luiza Regina Campos Dalpiaz

Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande (SAS/CG); luizadalpiaz@hotmail.com

Messielen Pereira Pinto

Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande - Mato Grosso do Sul (SAS/MS);  
messielen.psicologia@gmail.com

Thiago de Brito Ribeiro

Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande - Mato Grosso do Sul (SAS/MS);  
thiago\_satelis@hotmail.com

Trata-se de exposição e relato de experiências do denominado Grupo de Trabalho – GT de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, dispositivo este que representa os três Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Centro, Sul e Norte do município de Campo Grande/MS. Possui como objetivo a articulação e fortalecimento da rede de proteção e sua interlocução para os atendimentos e acompanhamentos dos socioeducandos que cumprem medida socioeducativa de meio aberto e de suas famílias. O presente trabalho tem como objetivo expor as práticas exitosas relacionadas aos procedimentos técnico-metodológicos utilizados pelo GT ao longo do ano de 2023. O procedimento utilizado para a elaboração deste artigo constituiu-se na técnica de relato de experiência. Como resultados, observou-se que os encontros e diálogos estabelecidos entre a Superintendência de Proteção Social Especial, Gerência de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), equipes técnicas das medidas socioeducativas dos CREAS e equipamentos da rede de proteção ao adolescente e sua família, mostraram-se profícuos, no sentido de ações interconectadas, visando à garantia dos direitos dos socioeducandos assistidos. No ano de 2023, o GT realizou reuniões e visitas institucionais aos equipamentos da rede intersectorial de proteção ao público assistido pelas medidas socioeducativas. Dentre essas instituições, destacaram-se as trocas de experiências em escolas, centros de convivência, Organizações da Sociedade Civil, organizações governamentais e não-governamentais, tais como o Instituto Mirim (órgão responsável pelo acesso de adolescentes no mundo formal do trabalho), Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), Cotelengo (instituição que assiste pessoas com paralisia cerebral grave), dentre outras. Dentre as ações realizadas, destaca-se a ação denominada “Tour na Universidade”, a qual aconteceu com a participação dos socioeducandos em visita guiada à Universidade Unigran Capital, com tour pelas dependências e setores da instituição educacional, lanche coletivo, apresentação musical de um egresso do serviço de medidas socioeducativas e, por fim, uma roda de conversa com o secretário da Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV) do município. Com isso, espera-se que o GT possa continuar realizando intervenções exitosas no que tange à articulação esperada em seus objetivos.

**Palavras-chave:** Relato de experiência; Medidas Socioeducativas; Grupo de Trabalho; Assistência Social.

### HISTÓRIA DE VIDA:

metodologia para reflexão e significação das trajetórias dos adolescentes atendidos pela GEAMA  
Paranoá e Itapoã

Luana Souza  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
luana.alvessouza@gmail.com

Lucélia da Conceição Silva  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
luceliasc123@gmail.com

Laysa Lima de Azevedo  
Universidade de Brasília (UnB); laysa.limaaz@gmail.com

Promover espaços de consciência que envolvem o individual e o coletivo, a história subjetiva e sócio histórica, compõem um dos desafios da socioeducação que prevê, entre seus princípios, a interrupção da trajetória infracional dos adolescentes e jovens atendidos por meio da garantia de direitos e promoção do desenvolvimento humano. Que trajetórias são essas? Qual o enredo das tantas histórias que chegam aos serviços de execução de medidas socioeducativas? Os sujeitos envolvidos possuem um olhar crítico sobre tais histórias? O método autobiográfico favorece a compreensão das circularidades dialéticas entre o universal e o singular, entre o objetivo e o subjetivo, entre o geral e o particular. Além da reflexão pessoal, da própria história, a metodologia da história de vida permite ao sujeito compreender melhor sua inserção na sociedade, além de tornar-se visível para ela mesma. Movidos por estas indagações e pelo compromisso em promover um ambiente socioeducativo respeitoso e implicado na transformação social, o objetivo deste projeto é construir junto aos adolescentes e jovens atendidos pela Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) Paranoá e Itapoã uma narrativa sobre suas histórias, favorecendo o processo de tomada de consciência crítica sobre si e sobre a realidade, por meio de encontros pautados na metodologia história de vida. A metodologia desenvolvida prevê a realização de encontros semanais com os socioeducandos. A primeira ação desenvolvida após a apresentação do projeto é a construção do objeto intermediário, proposto pelo psicodrama, que ajuda os adolescentes a se expressarem, sem falarem sobre si, necessariamente. Assim, os socioeducandos podem refletir sobre suas histórias, de forma que, ao criarem a história do sujeito-objeto, eles estejam em um lugar seguro de fala, sem julgamentos das suas próprias narrativas, que, ao final, se cruzam com a narrativa construída. No caso, os adolescentes construíram um boneco chamado Christian Silva e é sobre a história dele que os encontros se sucedem. São previstos 07 encontros planejados com os seguintes temas: 1) Apresentação do projeto e construção do sujeito-objeto, 2) Memórias da infância; 3) Adolescer na periferia; 4) O ato infracional; 5) Possibilidades e expectativas sobre a vida de Christian; 6) Sonhos; e 7) Costurando as narrativas numa história conjunta. Os encontros são formatados em quatro momentos: 1) Acolhimento - quebra-gelo, bate papo sobre a proposta do dia e corpo (alongamentos e pequenos movimentos); 2) Provocação coletiva - uma música, uma cena, um parceiro, um passeio, algo que estarte e provoque sobre o trabalho do dia; 3) Vivência - a atividade propriamente planejada (leitura do trecho de livro, tertúlia musical ou literária dialógica, colagem sobre o tema, vivência corporal, etc.); e 4) Encerramento - roda de partilha e metodologia do lambe, para o registro da discussão e construção da história coletiva. A compilação das narrativas



construídas a cada encontro é feita pela equipe de profissionais do grupo e, ao final, será construído um produto dos encontros em formato a ser definido pelos socioeducandos (um poema, uma música, um conto, uma história em quadrinhos, etc.), que conte a história de vida construída coletivamente. Até a data de realização do simpósio, o grupo estava em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** história de vida; metodologia participativa; meio aberto.

### HORTA COMUNITÁRIA:

ocupando espaços públicos para promoção da saúde e da ressocialização

Bruna dos Santos Nunes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
bruna.nunes@sejus.df.gov.br

Juliana Rodrigues Pereira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
juliana.pereira@sejus.df.gov.br

Bárbara Yndi de Castro Cardoso  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
barbara.cardoso@sejus.df.gov.br

Aline Martins de Souza Nascimento  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF);  
aline.nascimento@sejus.df.gov.br

A horta, quando inserida como parte do projeto pedagógico de atividades desenvolvidas no contexto da execução de medidas socioeducativas, possibilita a promoção da saúde e da educação ambiental, auxilia o processo de ressocialização dos adolescentes e de desenvolvimento de novas habilidades e incentiva o estreitamento de relações por meio do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos. Sabe-se que a maioria dos adolescentes vinculados ao Sistema Socioeducativo está em situação de vulnerabilidade social, encontrando dificuldades de acesso a alimentos adequados e saudáveis. Assim, o cultivo de frutas e hortaliças em áreas públicas pode ser uma estratégia para promoção da saúde e acesso a direitos básicos. Na execução da medida de semiliberdade, orienta-se que os adolescentes exerçam atividades fora das unidades como forma de promover situações de pertencimento aos espaços públicos, sendo a sua ocupação possível devido às características desta medida, que possibilita o deslocamento dos adolescentes e a inserção destes nos territórios. O objetivo deste trabalho consiste em relatar a experiência da implementação de um piloto do projeto “A horta comunitária como ferramenta de ressocialização em Unidades de Semiliberdade do Distrito Federal”. Inicialmente, apresentou-se o projeto para duas Unidades próximas geograficamente a uma horta comunitária, para estimular o interesse destas na realização das atividades sugeridas. Em seguida, realizou-se uma articulação da gestão central da medida de semiliberdade com a organização da sociedade civil gestora das atividades desta horta para discussão da proposta, formalização da parceria e viabilização das atividades, que consistiriam no preparo e manejo da terra, no plantio de mudas e/ou sementes, na manutenção de canteiros e na colheita, bem como na montagem de cestas de alimentos para doação às famílias dos participantes. As atividades foram realizadas semanalmente entre novembro de 2022 e julho de 2023 e contou com a participação total de 22 adolescentes, organizados em equipes e acompanhados por agentes socioeducativos e por um profissional com conhecimento técnico em agricultura. O monitoramento das atividades se deu por meio de registros fotográficos e compartilhamento de informações relevantes entre as equipes, como comportamentos adequados ou inadequados, dificuldades na execução da atividade ou alguma situação problema relacionada à rotina da Unidade que possa ter interferido. Houve, também, espaço para a escuta dos adolescentes quanto à sua participação no Projeto. Ao longo deste período, observou-se que os adolescentes

estabeleceram vínculo com o instrutor das atividades na horta, o que reverberou na rotina da Unidade e colaborou com o efetivo cumprimento da medida. Segundo os profissionais, os adolescentes desenvolveram a noção de responsabilidade, respeito e empatia e apresentaram melhora em seu comportamento e maior integração com seus pares, demonstrando interesse em colaborar com o espaço comunitário da horta e da Unidade. Além disso, alguns jovens que participaram do projeto e que possuíam espaços de terra em casa, relataram aplicar as técnicas aprendidas em suas próprias residências e, considerando que puderam levar itens da horta para casa, os adolescentes revelaram a melhora nas refeições preparadas e consumidas pela família. Por fim, eles relataram satisfação em participar das atividades, informando que a experiência havia sido proveitosa.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Horta; Segurança Alimentar e Nutricional; Socioeducação.

## INSPEÇÃO JUDICIAL: UMA ESTRATÉGIA DE GARANTIA DE DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Dayana Soares da Silva

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); dayana.soares@tjpe.jus.br

Mauriceia Pereira Arruda

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

Este resumo trata do relato de experiência sobre as inspeções em programas e serviços de execução de medidas socioeducativas em meio fechado e aberto realizadas pelo Núcleo de Medidas Socioeducativas da equipe interdisciplinar da Vara Regional da Infância e Juventude (VRIJ) da 7ª Circunscrição/Caruaru. Dentre os objetivos das inspeções, destacam-se: cumprir a obrigatoriedade de fiscalização das entidades de atendimento ao/à adolescente pelo Poder Judiciário, prevista no artigo 95 do Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) e na Resolução nº 77, de 26 de Maio de 2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); assegurar as normas referentes ao ECA, às Diretrizes estabelecidas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) pela Resolução nº 119, de 11 de novembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e à Lei nº 12594/2012. Durante as visitas de inspeção, são avaliadas as ações e atividades dos eixos dos parâmetros da ação socioeducativa do SINASE, focando na garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O monitoramento abrange aspectos da garantia do direito à saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, respeito, convivência familiar e comunitária, e dignidade. Na metodologia adotada nas inspeções, evidencia-se a utilização das seguintes estratégias: visitas às dependências das unidades; observação in loco; entrevistas semiestruturadas com adolescentes/jovens, coordenadores/as das unidades; roda de conversa com a equipe técnica e educadores/as; análise documental por meio da averiguação dos documentos da unidade como o Regimento Interno, Plano Operativo Anual, Projeto Político Pedagógico, Procedimento Operacional de Segurança Socioeducativa e dos instrumentos utilizados para o acompanhamento dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, como os Planos Individuais de Atendimento (PIA), prontuários, livros de registros de ocorrências, atas de reunião, sistema de informação, dentre outros. No caso do programa de internação, que possui uma escola funcionando nas suas dependências, também é efetivada entrevista semiestruturada com coordenação e professores/as da escola. As inspeções são realizadas no Centro de Internação Provisória (CENIP) Caruaru que executa a medida cautelar de internação provisória; Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Caruaru que implementa a medida socioeducativa de internação; Casa de Semiliberdade (CASEM) Caruaru executora da medida socioeducativa de Semiliberdade; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde funciona o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade); e no Centro de Educação Popular Comunidade Viva (COMVIVA), uma Organização Não Governamental (ONG) executora da medida de Liberdade Assistida. As inspeções são concretizadas a cada bimestre no CENIP, CASE e CASEM, e semestralmente no CREAS e no COMVIVA. Como resultado das inspeções, constatou-se a qualificação do atendimento socioeducativo ofertado às/aos adolescentes e jovens e suas famílias, sobretudo, na perspectiva protetiva, assim como uma maior interação entre a VRIJ e os Serviços e Programas inspecionados, bem como a intensificação da busca pela garantia de direitos dos/as adolescentes em cumprimento de MSE.

**Palavras-chave:** Inspeção; Fiscalização; Garantia de Direitos; Medida Socioeducativa.

**JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SOCIOEDUCAÇÃO**  
das audiências concentradas ao pós medida

Nayluce de Lima  
Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); justica.restaurativa@tjam.jur.br

Sabrina Porto  
Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); justica.restaurativa@tjam.jur.br

Augusto Lira  
Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); justica.restaurativa@tjam.jur.br

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as potencialidades da justiça restaurativa nas medidas socioeducativas de internação e semiliberdade e no pós medida, demonstrando práticas restaurativas nos centros socioeducativos, no acompanhamento das medidas pelo Sistema de Justiça e no programa de egressos, e relatando as ações e projetos da Central de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Amazonas. Com uma abordagem expositiva, inicialmente será abordado a introdução à justiça restaurativa, passando por temas como a cultura de paz à comunicação não violenta. Logo, será feito um breve histórico da justiça restaurativa no estado, com foco na atuação e solidificação do trabalho na linha de frente até a vivência na vara de execução de medidas socioeducativas, com práticas que tornaram o modelo socioeducativo do estado referência. Finaliza com a exposição de fotos e relatos de práticas restaurativas executadas pela recém criada Central de Justiça Restaurativa, que atua diretamente nas unidades de internação, aliada com a equipe técnicas das unidades, levando alternativas de abordagens no processo socioeducativo, com um atendimento individualizado e um acompanhamento de cada socioeducando por uma equipe destinada a estar com ele em todos os passos do cumprimento da medida, até que esta seja extinta.

**Palavras-chave:** Justiça restaurativa; Socioeducando; Individualização.

**LITERATURA AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DE MENINAS EM  
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:**

Um relato de experiência acerca de ações pedagógicas realizadas em Rio Branco/AC

Pablo Ítalo Moura de Anchieta  
Universidade Federal do Acre; italo321pablo123@gmail.com

Ana Augusta Matias de Souza  
Universidade Federal do Acre; anaaugusta618@gmail.com

Maria Salete Peixoto Gonçalves  
Universidade Federal do Acre; mariasaletepeixotogoncalves@gmail.com

Lucas Wendell de Oliveira Barreto  
Universidade Federal do Acre; lucaswendelloiver@gmail.com

Grassinete Carioca de Albuquerque Oliveira  
Universidade Federal do Acre; grassinete.albuquerque@ufac.br

Esse resumo tem por objetivo relacionar as metodologias presentes no “Programa de atendimento a meninas adolescentes de 12 a 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães (CSMM)”, da Universidade Federal do Acre (UFAC), com o empoderamento de meninas adolescentes em privação de liberdade. O programa é composto por diversas oficinas atuantes no único Centro Socioeducativo feminino de Rio Branco, sendo esse o mais antigo de todos os Institutos Socioeducativo do Estado do Acre (ISEs). A literatura audiovisual está presente na oficina de linguagens “Lugar de Fala de Jovens (In) finitas: empoderamento da leitura e da escrita pela ótica dos multiletramentos”, que ocorre sob a coordenação da Profa. Dra. Grassinete Carioca de Albuquerque Oliveira, onde exibimos filmes que percorrem narrativas femininas de poder, discutindo questões feministas, de gênero, sexualidade e raça. O empoderamento feminino é a chave para o desenvolvimento das ações socioeducativas, é a partir dele que construímos relações afetivas com as meninas adolescentes e criamos outras expectativas para suas vivências. O letramento ideológico, ligado aos princípios decoloniais de ensino e a educação Freiriana, são meios fundamentais para o aprendizado das meninas. A ação apresenta caminhos para um método de ensino e aprendizagem através de atuações centradas na pessoa que está “invisível” em uma sociedade capitalista, a produção do conhecimento no projeto começa a surtir efeito quando há um processo de centralização dos corpos subalternizados para um lugar de protagonismo. Dessarte, as metodologias Freireanas no projeto envolvem um processo em que docente e discente impulsionam um estudo ou pesquisa diante do cenário que estão inseridos e as reeducandas mostram a realidade sentida sobre questões de disparidade social, que relutam e perpassam suas vivências. As abordagens são usadas para transformar o cenário em que vivem de maneira positiva e despertar diálogos e pensamentos críticos com a participação ativa, como referido Paulo Freire, que baseia-se nos princípios de diálogo, participação ativa e compreensão, despertando olhares outros para as adolescentes que se encontram em grupos marginalizados, visando a transformação social e a conscientização crítica das mesmas. O efeito do ensino e aprendizagem provocam nas adolescentes o ato de encorajar-se a analisar criticamente sua realidade e participar do seu próprio direito de cidadania e educação, assim como, o projeto envolve docentes e discentes para (des)construir conceitos ligados a discriminação, racismo, classes sociais,

marginalização e despertar a criticidade dos envolvidos. Nesse sentido, a influência da participação e escuta ativa dos envolvidos podem acrescentar valores através das suas experiências positivas ou negativas, sem julgamentos de valor, desconstruindo e ao mesmo tempo contrariando um ensino de uma educação tradicional e colonial que ainda persiste nos espaços educacionais.

**Palavras-chave:** Socioeducação freireana; Pedagogia decolonial; Relato de experiência; Empoderamento feminino; Literatura audiovisual.

**LIVRARTE:**

Poesia como forma de livre pensar

Téssia Gomes Carneiro  
Defensoria Pública; tessia.gc@defensoria.to.def.br

Larissa Pultrini Pereira de Oliveira Braga  
Defensoria Pública; larissa.pp@defensoria.to.def.br

Marcelo Werneck de Souza Saraiva  
Defensoria Pública; marcelo.ws@defensoria.to.def.br  
Elizete Sales Sodré  
Defensoria Pública; elizete.s@defensoria.to.def.br

Valéria da Silva Medeiros  
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT); valeria.medeiros@uft.edu.br

A presente pesquisa perpassa pela ação desenvolvida pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (NUDECA) e da Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP), ao proporem sob a supervisão da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), o projeto “Livrarte: poesia como forma de livre pensar”. O objetivo foi incentivar o hábito de leitura e escrita aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado do Tocantins, no período de março a maio de 2022. O projeto valeu-se de oficinas educativas ao possibilitar a junção de elementos do Círculo de Diálogo que é um dos modelos da metodologia dos Círculos de Construção de Paz e base das práticas restaurativas previstas no SINASE, conforme art.35, II e III da Lei 12.594/2012. Da metodologia de oficina utilizou-se a troca de saberes, o aprofundamento do tema proposto e o fazer coletivo. A realização das oficinas de leitura e de interpretação de textos poéticos teve por objetivo geral proporcionar aos adolescentes a construção do hábito de leitura, possibilitando o desenvolvimento das habilidades de compreensão e interpretação textual a fim de aperfeiçoar a comunicação oral. O produto das oficinas foi o desenvolvimento de um concurso de poesia e a elaboração de um e-book. Foram contempladas pelo Projeto as unidades de internação: Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Palmas/TO; Centro de Internação Provisória (CEIP) Masculino de Palmas/TO e Centro de Internação Provisória (CEIP) Sul de Gurupi/TO. A pesquisa buscou contribuir com o caráter pedagógico da medida socioeducativa de internação, estimulando a criatividade e imaginação dos adolescentes, como uma forma de expressarem seus sentimentos. As oficinas de poesia serviram como um estímulo para o convívio social entre os adolescentes, professores e socioeducadores. Além disso, a participação no projeto e na pesquisa proporcionou conhecimentos que poderão ser utilizados pelos adolescentes no seu reingresso à sociedade, podendo, inclusive, incentivá-los a ingressarem em cursos de graduação em áreas afins. Assim, a principal inovação da prática consiste na utilização da arte e da educação como instrumentos de mudança social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado do Tocantins. Como produto final do projeto e da pesquisa foi elaborado um livro em formato digital (e-book) composto pelas poesias classificadas no Concurso, áudio dos adolescentes declamando suas próprias poesias e fotografias do acervo da Defensoria Pública registradas pela fotógrafa da



instituição. Link de acesso ao e-book: [https://static.defensoria.to.def.br/postify-media/uploads/post/file/55385/E-book\\_Livrarte.pdf](https://static.defensoria.to.def.br/postify-media/uploads/post/file/55385/E-book_Livrarte.pdf). Em âmbito internacional, o projeto teve importante divulgação por meio da certificação da menção honrosa do Livrarte pelo júri do concurso do Dia Internacional da Educação nas Prisões em dezembro de 2022, organizado pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnP).

**Palavras-chave:** Socioeducação; Leitura; Poesia.

## MANUAL PEDAGÓGICO DE ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS OFERTADAS AOS SOCIOEDUCANDOS Experiência Acadêmica e Pedagógica na Semiliberdade

Alexandra de Campos Bittencourt

Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul; Unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE); alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Mariana Roncada

Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG); marianaroncada27@gmail.com

O trabalho apresenta o relato da construção e elaboração do Manual Pedagógico de Atividades Socioeducativas Ofertadas aos Socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. No segundo semestre de 2022, a unidade recebeu pela primeira vez uma acadêmica do curso de Pedagogia, interessada em realizar o estágio curricular supervisionado em Gestão Educacional. Ao longo do estágio, a estagiária propôs a elaboração de um documento lúdico e didático destinado aos socioeducandos, sobre as diversas atividades e oficinas socioeducativas proporcionadas durante o cumprimento da medida de semiliberdade. A proposta de intervenção teve como principais objetivos: apresentar material lúdico que auxiliasse socioeducandos e equipe socioeducativa, quanto à proposta pedagógica das atividades ofertadas; identificar e refletir sobre as atividades ofertadas; recomendar outras atividades, conforme sugestão dos socioeducandos e equipe; e valorizar a participação e aprendizados dos socioeducandos. A metodologia utilizada para a construção e elaboração do manual pedagógico, contou inicialmente com a aplicação de questionário para a equipe socioeducativa e aos socioeducandos, no formato físico e on-line, sobre as atividades ofertadas aos socioeducandos, perspectivas dos servidores (as) e dos socioeducandos sobre o interesse dos adolescentes nas atividades proporcionadas, sugestões de quais atividades poderiam ser contempladas e melhorias das práticas pedagógicas. Essa etapa buscou a participação da equipe e dos socioeducandos, visando à construção coletiva do documento. Após a coleta de informações, iniciou-se a etapa de sistematização dos dados, identificando as atividades, os seus objetivos, o desenvolvimento prático e os materiais necessários para a execução das atividades pedagógicas. A seguinte etapa teve por objetivo valorizar os socioeducandos como atuantes desse processo pedagógico, valorizando as suas participações, aprendizados, produções artísticas e artesanais, então se optou pelo registro fotográfico dos momentos práticos das atividades. O principal resultado deste trabalho foi à concretização do Manual Pedagógico, construído de forma coletiva, destinado aos socioeducandos, como forma de incentivar e valorizar seus aprendizados, elevando a autoestima e despertando novas habilidades. Outro resultado alcançado foi a possibilidade de disponibilização do manual no formato físico e on-line, facilitando e democratizando o acesso e consulta dos socioeducandos, familiares e equipe socioeducativa. Um dado importante a ser destacado foi que o manual contemplou outras práticas pedagógicas sugeridas pela equipe socioeducativa, socioeducandos, estagiária, supervisora de campo e acadêmica, como por exemplo: fotografia - como o socioeducando vê o mundo, dinâmicas e jogos reflexivos e dicas de filmes para cine-debate. Além dos registros fotográficos, o manual pedagógico contemplou a produção gráfica e escrita de socioeducandos. Antes da conclusão do estágio foi proporcionado à estagiária momento de socialização dos dados e de apresentação do manual para a equipe socioeducativa. Com a proposta do manual pedagógico, ratifica-se o quanto a educação não formal está presente na socioeducação, sendo possibilidade de valorizar experiências e vivências dos socioeducandos, ampliando os aprendizados e construindo novas possibilidades de vida, através de um processo pedagógico de formação para a cidadania.

**Palavras-chave:** Semiliberdade; Manual pedagógico; Atividades; Oficinas.

**MULEKE MANDRAKE:**

uma metodologia para trabalhar masculinidades negras e periféricas no contexto socioeducativo

Alice Bispo Fernandes

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); alicebispo.f@gmail.com

O racismo constituído no cenário brasileiro é oriundo de um processo de escravização, expropriação e extermínio de corpos negros. A construção da diferença, os valores hierárquicos e as relações de poder são mecanismos que mantêm atualizado um projeto de sociedade que violenta e oprime a população negra. Pautada em uma construção eugenista que caracteriza estigmas aos corpos pretos e pardos, a experiência de adolescentes e jovens se constroem em torno de uma ferida colonial que se reatualiza no cotidiano. Os estigmas do jovem negro enquanto criminoso nato, tendo suas características fenotípicas associadas ao extermínio é perceptível pelos dados de genocídio que crescem gradualmente. O relatório do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência traz dados inéditos, produzidos sobre a morte de adolescentes no estado de São Paulo, no período de 2015 a 2021. Neste período, 60% dos adolescentes assassinados eram negros e em 2021, 100% das vítimas com até 19 anos eram meninos. A partir do exposto, este trabalho pretende compartilhar a experiência do grupo “Muleke Mandrake” que se constitui enquanto uma metodologia para trabalhar masculinidades negras e periféricas no contexto socioeducativo. O grupo foi composto por jovens do gênero masculino em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida do município de Campinas - SP, durante sete encontros semanais. A estrutura do grupo é inspirada na concepção da metodologia “Masculinidade Quebrada: O trabalho educativo na prática” desenvolvido pelo grupo Coletivo Masculinidade Quebrada, a qual conta com a criação de um personagem do gênero masculino, de forma que o coletivo é conduzido a nomeá-lo e tecer sua história ao longo dos encontros. Para tanto, cada encontro foi permeado por um tema e recursos que pudessem subsidiar essa construção dentro do contexto socioeducativo, a saber: I. O que é ser um menino? II. O que eu transmito com o meu corpo? III. O papel e lugar das redes de suporte e afeto; IV. Como me relaciono comigo e com o outro; V. Sexualidade e Direitos sexuais e reprodutivos, VI. Os sonhos e o lugar de si e VII. Encerramento/avaliação. O grupo contou com a participação de quatro a dez jovens, sendo sete autodeclarados como negros, deste modo a discussão de raça e gênero compôs os encontros de forma transversal como marcadores sociais que caracterizam a história construída. Compreendemos que a mediação do grupo a partir da contribuição coletiva da história de um personagem possibilitou que os participantes pudessem sentir-se seguros e pertencentes de modo a protagonizar essa produção. Para além, a prática permitiu refletir sobre as violações sócio-culturais e estruturais do corpo negro de maneira a nomeá-las. A partir disso, tornou-se possível pensar de forma ampliada a possibilidade de potência e outras formas de ser e estar no mundo para além dos estereótipos construídos. Maloca, personagem construído pelos participantes, demonstra a história de um corpo preto, jovem e periférico, que reconhece as estruturas sociais que o oprimem, mas que se ancora em suas potências, concretizando sonhos e projetos de mundo que possam ser legado e continuidade de uma luta ancestral.

**Palavras-chave:** Juventudes; Masculinidade; Negritude.

## MUSICARTE

Caminhos para a arte-transformação

Rodrigo Valle Serra e Meira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
rodrigovalleserra@gmail.com

Vânia Guimarães Colin  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); vaniacolin@gmail.com

A socioeducação é crucial para a ressignificação de escolhas e modos de vida de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, demandando abordagens holísticas que transcendam as perspectivas pedagógicas tradicionais. Este trabalho tem como objetivo potencializar o processo de ressocialização, utilizando a arte-educação para envolver os socioeducandos e facilitar o aprendizado, por meio da incorporação de ferramentas do campo da música e das demais artes. Inseridas em um contexto mais amplo de promoção dos direitos humanos, combate ao racismo e a outras formas de violência e estímulo a cenários de resistência, tais ferramentas não apenas proporcionam a expressão individual, mas também se tornam catalisadoras de transformações profundas, tais como a ampliação da visão de mundo, construção de identidade, autoestima e consciência social. Os procedimentos adotados envolvem a implementação de atividades que abrangem música, técnicas de pintura e de origami em uma unidade de execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Trata-se de uma abordagem participativa, inclusiva, que incentiva a colaboração, o respeito às diferenças e a expressão individual. Oficinas, sessões práticas e interações sociais são utilizadas como plataformas para o desenvolvimento artístico e a construção de habilidades emocionais e sociais. Os resultados obtidos não se referem apenas à aquisição de novos conhecimentos e ao aprimoramento das habilidades artísticas dos participantes, mas também evidenciam transformações significativas em termos de autoestima, empatia e respeito. Este trabalho demonstra o potencial da arte de promover transformações pessoais e sociais, direitos humanos e valores. A incorporação da arte-educação na socioeducação vai além da simples expressão artística, funcionando como um meio para a construção de pontes entre comunidades marginalizadas e a sociedade em geral. A integração dessas ferramentas não só contribui para o processo de ressocialização, mas também empodera os participantes a se tornarem agentes de mudanças em seus próprios contextos.

**Palavras-chave:** Arte-educação; Socioeducação; Direitos Humanos.

### O JOGO DA VIDA

Cuidado e reflexões em saúde mental com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Luíza Helena de Sousa Borettes  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); luiza.borettes@gmail.com

Raquel Moreira Wazlawosky  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); raquelwazla@gmail.com

Thaynara de Aquino Nascimento  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); thaynara8795@hotmail.com

Julyana Alves Ferreira  
Universidade de Brasília (UnB); jualvesxs@gmail.com

Izabella Palhano de Souza  
Universidade de Brasília (UnB); izabellapsiunb@gmail.com

Integralidade, universalidade e equidade são princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que, para sua concretização, contemplam aspectos específicos dos diferentes grupos populacionais. Pensando nos jovens em atendimento socioeducativo, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (Pnaisari) prevê atendimentos em saúde mental de forma ampliada e multidisciplinar para o desenvolvimento de ações, possibilitando maior acesso desses jovens ao SUS e a integração dos serviços de saúde ao atendimento socioeducativo. Tendo em vista esse horizonte, como promover reflexões nos temas da saúde mental com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Assim, surgiu a ideia de construir um jogo como mediador lúdico para reflexão e construção de saberes e linhas de cuidado a respeito do complexo processo de saúde-doença. O jogo está em fase de construção, ocorrendo encontros semanais na sede da Gerência de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto (GEAMA) do Paranoá/Itapoã, com adolescentes em cumprimento de medida, junto aos profissionais da unidade. Nos primeiros encontros nos organizamos em torno da preparação do ambiente, com uso de atividades iniciadoras e de aquecimento. Ficaram responsáveis pelos encontros duas facilitadoras e uma observadora participante para anotar as acontecimentos do grupo em um diário de campo. Assim, trabalhamos com a construção dos personagens, que tinham habilidades, traços de personalidade, emocionalidades diversas, sendo estes personagens baseados neles mesmos ou numa criação destes. Construiu-se o cenário e as relações com outros personagens adicionados, exemplo: familiares, amigos, inimigos, e a imaginação do território geográfico, com escolas, centros de saúde e assistência social, pontos de lazer e biqueiras. Importante pontuar que em cada atividade foram surgindo diálogos a respeito do uso de drogas e a relação com o tráfico, tanto na vida do personagem quanto na vida pessoal de alguns adolescentes. A desagregação familiar, o abandono paterno e a solidão surgiram como fatos presentes na ficção e na realidade, sendo fatores de adoecimento psíquico. Emergiram diálogos sobre sexualidade e intimidade, quanto às significações de masculinidade e feminilidade ainda pautadas em ideias sexistas, bem como do uso de contraceptivos; do tema da paternidade na adolescência. Destacamos que os temas discutidos foram engendrados por vivências de racismo. Ainda, foram construídas narrativas dos personagens que serviram como base para pensar os caminhos enveredados por estes, que buscam seus

objetivos e sonhos e da tomada de decisões com o enfrentamento ou fuga das consequências postas pelas decisões no jogo. Cabe a equipe facilitar a promoção de educação em saúde mental, utilizando o jogo como meio reflexivo acerca das vulnerabilidades psicossociais e convertê-las em ações do cuidado em atenção psicossocial, bem como da capacidade do cuidado de si e do outro, de promover a autonomia dos adolescentes para as tomadas de decisão na vida. Assim, o objetivo maior do jogo é fazer com que o grupo protagonize e participe da construção dos processos em seus diferentes momentos, pois a atividade tem o potencial de facilitar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do adolescente em seu curso do amadurecimento humano.

**Palavras-chave:** Jogo; Socioeducação; Adolescentes; Saúde mental; Cuidado.

### O MUNDÃO:

jornal dos adolescentes e jovens no cumprimento da medida socioeducativa de internação

Laura Lourdes Brasil Lustosa  
Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE); laurabrasiladv@gmail.com

Dayana da Silva Soares  
Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); dayana.soares@tjpe.jus.br

Mauriceia Pereira Arruda  
Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) é uma instituição pública estadual responsável por promover a política de atendimento aos adolescentes e jovens de 12 a 21 anos incompletos, em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade. Desenvolve suas ações de forma descentralizada por meio de unidades de trabalho distribuídas nas sete regiões do Estado de Pernambuco, sendo uma delas o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Caruaru, responsável pela execução da Medida Socioeducativa (MSE) de internação na região do agreste pernambucano. Na execução da MSE de internação, o programa tem a obrigação de garantir os direitos aos adolescentes/jovens. Dentre esses direitos, deve ser assegurado o direito de ter acesso aos meios de comunicação social, expressão, lazer e participação na vida socioeducativa como sujeito de direitos. A maioria dos adolescentes/jovens não leem jornais, se informam através da internet e televisão. Contudo, quando privados de liberdade, no cumprimento da MSE, se veem isolados da internet e alguns têm acesso à informação pela televisão, se a família tiver condições de disponibilizar tal aparelho, já que a entidade não oferta esse item. Os adolescentes/jovens que têm acesso à televisão buscam notícias em programas policiais. Nesse contexto, surgiu a ideia de construir um jornal com a participação de toda comunidade socioeducativa: agentes socioeducativos, equipe técnica, familiares e integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tendo os adolescentes/jovens como protagonistas. Na apresentação da proposta aos adolescentes/jovens, ocorreu adesão e o nome do jornal foi escolhido por eles: “O mundão”. O jornal tem como objetivos: o acesso à informação e ao lazer; o estímulo à participação ativa dos adolescentes/jovens e de suas famílias; a orientação educacional da equipe multiprofissional, dos agentes socioeducativos e sujeitos do Sistema de Garantia de Direitos, em diversas áreas do conhecimento. O jornal é dividido em seções que possuem relatos dos adolescentes/jovens e famílias sobre suas vidas, garantido o sigilo da identidade (quando necessário), poesias, músicas, direitos, saúde, caça erros e caça palavras, com o direito à voz dos protagonistas, tão importante no cumprimento da MSE. A construção do jornal é realizada no ambiente socioeducativo, semanalmente em atendimentos aos adolescentes/jovens e sua família, além dos contatos diários dos/as agentes socioeducativos com os adolescentes/jovens. A impressão do jornal é mensal e a distribuição é realizada nos acolhimentos das famílias nos dias de visitas, entregue aos adolescentes/jovens nos atendimentos com as equipes e aos agentes socioeducativos nos plantões e aos demais funcionários/as durante a semana. Também há uma versão digital. Os resultados obtidos são diversos: o jornal vem servindo como importante ferramenta para o exercício do protagonismo e a habilidade comunicativa dos adolescentes/jovens; garantia do direito à informação e passou a ser instrumento para os adolescentes/jovens expressarem e refletirem sobre seus atos; possibilita ao adolescente e família acesso às orientações educacionais sobre diversos temas; meio de divulgação dos talentos dos adolescentes/jovens; envolvimento e interação dos

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

diversos atores que compõem a comunidade socioeducativa e Sistema de Garantia de Direitos e ainda proporciona ao adolescente/jovem momentos de lazer e porquê não de brincar?

**Palavras-chave:** Protagonismo; Informação; Lazer; Medida socioeducativa; Meios de comunicação social.



## O PAPEL DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA PROMOÇÃO DA PLURALIDADE DE CORPOS

Marcela Maura Lira Mariz

Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (FUNASE); marcelammariz@gmail.com

Atuar no campo da justiça restaurativa dentro do sistema socioeducativo alijado das reflexões interseccionais de gênero, raça, classe, diversidade, que operam no cotidiano das unidades socioeducativas, pode fazer dessas atuações práticas, ações incipientes, com frágil impacto na realidade socioeducativa. Portanto, compreendo ser papel da justiça restaurativa o enfrentamento constante das violências estruturais que estão no bojo da socioeducação brasileira. A sociabilidade do capital, por meio de uma lógica de apagamento de corpos, opera a partir de modelos padronizados de performance, ou seja, uma existência normatizada de gênero e sexualidade que controla, exclui, produz abjeções das perspectivas de existências outras. Por esta razão, considera-se de extrema importância compartilhar como experiências vivenciadas, podem ser pontos de tensionamentos para que práticas de justiça restaurativa promovam, para além de soluções de conflitos, o protagonismo e empoderamento de adolescentes lgbtqia+. A prática aqui relatada, ocorre em unidade socioeducativa de internação feminina no Estado de Pernambuco – unidade que acolhe também, adolescentes transgênero, travestis, não-binários. A referida prática surgiu organicamente da necessidade de protagonização, visibilidade e resistência de adolescentes lgbtqia+. A prática restaurativa aplicada são os círculos de diálogo, cujo formato cria em seus participantes espaços seguros de vez e voz de todes. São espaços de potencialização de narrativas e histórias de vida. Os encontros restaurativos têm como ponto de partida os princípios e valores da justiça restaurativa, tais como, voluntariedade, confidencialidade, empoderamento, defesa intransigente dos direitos humanos. Nesses encontros, lança-se mão da análise de narrativa como metodologia de perspectiva decolonial. As histórias de vidas são compartilhadas no sentido de acolhimento, sobretudo, para que suas existências e vivências no mundo promovam transformações da realidade em que estão inseridas. Os círculos restaurativos devem ser espaços de contraponto à uniformização dos corpos, tendo como premissa a pluralidade de ser e existir no mundo. Desse processo de encontros restaurativos, nasceu a Cartilha Trans+Respeito – Existimos! Resistimos! Nela estão relatos de adolescentes trans sobre como percebem suas existências nesse mundo. A cartilha foi publicada em modelo físico. Para o grupo que protagonizou esse trabalho, o objetivo era promover a visibilidades de corpos, que pela sociabilidade do capital, são cotidianamente subalternizados, e que nessa afirmativa, podemos encontrar várias camadas que promovem estigmas e violências; i) adolescentes que cometeram algum ato infracional; ii) adolescentes trans, iii) adolescentes empobrecidos, iv) adolescentes negros. É fundamental a promoção de uma justiça restaurativa crítica, decolonial, plural, que esteja conectada com o tempo presente e as necessidades dos territórios a qual ela é desenvolvida. Mesmo tendo um arcabouço legislativo de garantias, proteção e direitos, a população lgbtqia+ em cumprimento de medidas socioeducativas, se depara em seu cotidiano com os apagamentos de suas identidades, violências e preconceitos. Sendo assim, promover espaços políticos por meio da justiça restaurativa deve ser estimulado a fim de promover as diversidades de ser e existir nos espaços públicos e cotidiano das relações sociais.

**Palavras-chave:** Justiça restaurativa; Diversidade; Socioeducação.

## O QUE OS JOVENS EM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DESEJAM APRENDER:

Resistências cênicas na socioeducação

José Nildo de Souza;  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF); nileducarte@gmail.com

Paulo Sérgio de Andrade Bareicha  
Universidade de Brasília (UnB); bareicha@unb.br

Fábio Damasceno  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF); fabiodamasceno.cruz@gmail.com

Júlia Fagundes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
jufagundess@gmail.com

Saúde mental na socioeducação: olhares de adolescentes e de um professor-artista-pesquisador. O objetivo geral é compartilhar intervenções cênicas de narrativas teatralizadas. Essas intervenções resultam de vivências na Biblioteca Washington Freitas/Espaço Cultural da Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA). Um agente-socioeducativo sensivelmente expressou o que representa essa biblioteca: “é aqui que esses jovens encontram um pedaço do mundo de fora na UIBRA”. E é neste lugar que esses jovens poetizam vidas, grafitam suas performances em cartazes, e ainda coreografam leituras de mundo. A metodologia do processo criador se dá numa oficina de artes cênicas em privação de liberdade que se realiza na biblioteca. Integra-se a essa metodologia, vínculos com a saúde mental dos socioeducandos – anseios que revelam através do teatro sobre o que é viver com a perda do direito de ir e vir, projeções além-muros da internação e como se veem. A discussão dos resultados pondera sobre desejos de expressarem com as artes cênicas situações que marcaram suas vidas: o que se ensina e o que desejam aprender – histórias de vida, muitas vezes, tratadas institucionalmente como apologia ao crime e às drogas. A problemática surge de uma simples aula de teatro em restrição de liberdade: como não trazer essas cenas sobre criminalidade e drogadição? E, como mostrar isso sem o estereótipo da apologia? Os desdobramentos dessa problemática causam um debate fecundo para a saúde mental dos trabalhadores da socioeducação e não apenas aos socioeducandos. Digo isso, pois, instituições socioeducativas também podem favorecer a saúde mental. Daí a importância de espaços socioeducativos com o teatro, tendo em vista a sua potencialidade comunicativa de acolher sintomas e narrativas de vidas. O ambiente mediador entre o que se ensina e o que os socioeducandos desejam aprender é a biblioteca ou sala de leitura. Nas considerações finais recomendam-se estudos que possam incidir a partir desse lugar performatizado para leituras sobre saúde mental e os olhares cênicos dos adolescentes na internação: uma pedagogia teatral na socioeducação considerando a saúde mental como práxis socioeducativa. Intencionam, ademais, discussões sobre técnicas do teatro sociodramático – cosmovivências – da sociologia teatral e da sociologia clínica – percepção da saúde mental dos atores da socioeducação. À guisa de conclusão, descreve-se na categoria “como fazer”, a composição da oficina de artes cênicas: 3 cenas em 5 encontros de 50 minutos, divididos em 2 blocos temáticos. O 1º bloco (1º e 2º encontros) sobre cosmovivências cênicas da internação: perda do direito de ir e vir; jogos de coesão grupal; contato com a linguagem cênica; formação de vínculos; encenações de acusação e julgamento. O 2º bloco (3º encontro) aborda experiências teatrais de superação e desafio: situações cênicas de contato

consigo; construção coletiva de personagens; cenas de enfrentamento. O 4º e 5º encontros são as cosmovivências cênicas das projeções de liberdade: exercícios de improvisação teatral e compartilhamento de cenas com a aula invertida (o professor entra no papel dos socioeducandos e vivencia o que é ser um socioeducando em teatro); ao final avaliam-se as cosmovivências em grupo. O professor e os socioeducandos são simultaneamente atores/diretores de cenas.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Socioeducação; Artes cênicas; Narrativas; Jovens em restrição de liberdade.

**“O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO”**  
Por uma socioeducação de acessos à cidade

Magna Soares Lopes  
Prefeitura do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS);  
magna\_sl@hotmail.com

O presente trabalho foi elaborado como estratégia de reflexão e socialização no IV Simpósio Nacional em Socioeducação sobre uma práxis socioeducativa que busca a emancipação urbana dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, a partir dos planejamentos e intervenções garantidores do direito ao acesso à cidade. O método utilizado é o materialismo histórico dialético, capaz de nos revelar a essência do fenômeno socioeducativo e suas condições estruturantes que perpassam as contradições entre capital e trabalho e, portanto, nos revela o racismo. Como procedimentos, utilizamos a pesquisa dos dados produzidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, a partir da sistematização realizada pela Gerência de Medidas Socioeducativas. A cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole da região sudeste do Brasil, reconhecida internacionalmente pelas belezas naturais de sua geografia, que constrói seus pontos turísticos e cartões postais. Contudo, sabe-se também, que esta cidade concentra uma desigualdade social tão importante, que torna possível encontrarmos, em um mesmo território, grandes bolsões de pobreza e a presença da classe dominante que concentra altíssimos percentuais de renda. É nessa dialética de vivência e sobrevivência na “cidade maravilhosa” que se manifesta a Socioeducação, forjada a partir desta desigualdade social que lhe estrutura. Uma vez que os adolescentes socioeducandos compreendem, em sua imensa maioria, a classe dominada, em um país com histórico de colonização sustentada pela escravização de homens e mulheres negras, tratamos de uma Socioeducação ocupada pela classe desfavorecida social e economicamente e, conseqüentemente, por negros. Sendo a pobreza consubstancial, traduz-se neste cenário adolescentes e jovens moradores das mais importantes comunidades. Vivem e constroem suas expectativas de futuro na bolha comunitária de existência. Uma vez pobres, negros e periféricos, não acessam a cidade na condição de pertencentes, porque não são desejados nos diferentes espaços de socialidades externos às comunidades. E além de não desejados e repelidos pelos aparelhos do Estado das forças de segurança, não retém renda para acessar pontos turísticos e de lazer. Na hipótese do acesso, o fazem na condição da infração, do ganho não lícito para assegurar as condições objetivas e subjetivas de existência. Movem a engrenagem da estrutura capitalista que entrega a esses adolescentes e jovens o lugar do sujeito perigoso. Estabelecer como perspectiva socioeducativa a fruição na cidade, a segurança do acesso, a possibilidade do pertencer com a ocupação dos espaços de cultura e memória da cidade, possibilitando uma relação que seja do ganho perene de resistência ao não desejo social do outro; investir em uma reconstrução relacional, onde seja possível acessar a “alma carioca”, permitindo o encontro com um mundo que acontece além das comunidades, é a entrega socioeducativa que se pretende a partir de um planejamento interventivo pautado na garantia do direito à cidade e na desmistificação do simplismo da “ressignificação” apregoada na socioeducação. Consideramos que a prática de propostas metodológicas pautadas em arte, cultura e lazer garantem vivências que se eternizam e constituem um eu alternativo que subverte os paradigmas que estigmatizam uma juventude nos territórios urbanos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Direito; Cidade; Pertencimento.

## O SISTEMA DO COMPLEXO TEMÁTICO COMO POTENCIAL PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS NA SOCIOEDUCAÇÃO

Glaucio A. Silva

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); glauciosilva@estudante.ufscar.br

Débora Cristina Fonseca

Universidade Estadual Paulista (UNESP) Rio Claro; debora.fonseca@unesp.br

Este relato de experiência aborda a utilização do Sistema Complexo Temático como abordagem pedagógica de organização de conteúdos em um Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), localizado no interior do Estado de São Paulo, no período de 2016 a 2021. A organização pedagógica é guiada pelas diretrizes estabelecidas no caderno "Educação e Medida Socioeducativa: conceitos, diretrizes e procedimentos", publicado pela própria instituição e apresentava procedimentos mínimos para a organização pedagógica para o Centro de Internação. O Sistema de Complexo é uma forma de organização das disciplinas, das atividades pedagógicas e da construção do conhecimento, tomando por fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Assim, o objetivo consistiu na adaptação do trabalho pedagógico não escolar de um Centro de Internação utilizando o sistema de complexo temático de Pistrak, visando a integração de conteúdos que refletissem o contexto social e as vivências cotidianas dos adolescentes em internação. A metodologia foi organizada em fases: na primeira fase, foi necessária a sensibilização e compreensão dos funcionários do Setor Pedagógico para a necessidade de uma organização pedagógica próxima das vivências dos adolescentes. Além disso, procurou-se sensibilizar também professores da rede estadual de ensino e parceiros contratados que desenvolviam cursos de educação profissional. A segunda fase foi o momento específico da seleção dos temas complexos, que envolveu um amplo diálogo com todos os funcionários do setor e adolescentes. Desses diálogos emergiram temas como cultura afro-brasileira, mulher, consumismo, racismo, cultura popular, cultura indígena, etc. Na fase seguinte, foi determinada a forma de se estudar cada tema, onde cada área do conhecimento (Educação Física, Arte e Cultura e Educação Profissional) trabalhou um tema principal dentro de um ciclo. A organização pedagógica compreendia ciclos trimestrais, duas aulas por semana e um mínimo de três horas semanais para cada área do conhecimento, e cada área desenvolvia o tema dentro da sua especificidade. Na fase de organização do trabalho dos adolescentes no sistema do complexo, procurou-se dar visibilidade utilizando apresentações, exposições e mostras com a participação dos demais adolescentes e funcionários e, em alguns ciclos, com as famílias. Esse era o momento em que o adolescente tomava consciência do tema do complexo na prática, compreendendo o sentido do tema principal trabalhado. Com o sistema de complexo, observou-se uma aproximação dos conteúdos com a realidade social dos adolescentes, transcendendo a simples transmissão de conhecimento e oportunizando um aprofundamento nos conteúdos e, conseqüentemente, uma consciência crítica. Além disso, o sistema de complexo se mostrou como uma abordagem capaz de romper com as estruturas tradicionais de organização de conteúdos, propiciando reflexões aprofundadas e capacidade de análise crítica sobre os temas abordados. Ainda, os temas abordados indicaram um caminho para a melhoria das práticas socioeducativas, emancipatórias e pautadas nos direitos humanos. Assim, os complexos temáticos alicerçados no materialismo histórico-dialético revelaram-se uma possibilidade viável e uma estratégia potente na organização de práticas sociais e processos educativos inerentes ao contexto da socioeducação.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Sistema de Complexo; Emancipação; Direitos Humanos.

## O TRABALHO EM REDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CONEXÃO

Dayana Soares da Silva  
Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); dayana.soares@tjpe.jus.br

Laura Lourdes Brasil Lustosa  
Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase); laurabrasiladv@ymail.com

Mauriceia Pereira Arruda  
Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE); mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

A incompletude institucional é um princípio norteador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que deve permear o cotidiano dos programas de execução de medidas socioeducativas de meio fechado e das unidades executoras da medida cautelar de internação provisória. Para isso é necessária a constituição de uma rede integrada, a partir da intersectorialidade, como modelo de atenção integral, superando assim as ações fragmentadas para efetivar os direitos dos/as adolescentes e jovens e suas famílias. Contudo, as unidades socioeducativas enfrentam inúmeros desafios num contexto de agudização das expressões da questão social no acesso aos direitos sociais por parte dos adolescentes/jovens e seu núcleo familiar. Além disso, destacam-se as dificuldades na articulação intersectorial com a rede escolar e de saúde, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os conselhos tutelares nos territórios desses adolescentes e suas famílias e o não cumprimento da Portaria Conjunta N° 1, de 21 de novembro de 2022. Diante do exposto, observou-se a necessidade de institucionalização dos esforços individuais das integrantes das equipes técnicas do Centro de Internação Provisória (CENIP), Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e Casa de Semiliberdade (CASEM). Como consequência, elaborou-se, de modo conjunto, o Projeto Conexão, durante as reuniões do Grupo de Trabalho Fortalecer, composto por Assistentes Sociais atuantes no CENIP, CASE, CASEM e na Vara Regional da Infância e Juventude da 7ª Circunscrição/Caruaru. O Projeto Conexão tem como objetivo geral fortalecer a intersectorialidade na rede de proteção social entre as unidades socioeducativas e os serviços municipais. Os objetivos específicos incluem o mapeamento da rede socioassistencial dos municípios que mais demandam adolescentes para a CASEM e CASE Caruaru, a criação de protocolos e procedimentos com responsabilidades definidas, a reflexão sobre a importância da incompletude institucional e o fortalecimento da comunicação entre as unidades socioeducativas e os serviços municipais. O público-alvo compreende profissionais e gestores que integram a rede de proteção social dos municípios mais demandantes. Os procedimentos envolvem o levantamento dos municípios com maior fluxo de adolescentes, com critérios de inclusão e exclusão claros. As reuniões são realizadas em blocos de municípios, com a participação de instituições como Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social. Os resultados observados incluem a qualificação do atendimento socioeducativo nas unidades de execução de medidas socioeducativas e da medida cautelar de internação provisória, o fortalecimento da intersectorialidade na rede de proteção social, e a padronização de protocolos, fluxos e procedimentos, contribuindo para uma abordagem mais eficaz e coordenada no âmbito socioeducativo.

**Palavras-chave:** Interssetorialidade; Rede de proteção social; Direitos sociais; Medida socioeducativa; Incompletude institucional.

**OFICINAS CIRCULARES SOBRE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES:**

Processos circulares como estratégia de construção do conhecimento junto aos servidores dos Centros Socioeducativos da Funac/MA

Doralice Silva Mendonça

Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (FUNAC - MA); dora.liceprofsm@gmail.com

Josenilde Diniz Sales

Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (FUNAC - MA); josenildesales22@gmail.com

Priscilla Swaze Anchieta Silva

Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (FUNAC - MA); priscilla.swaze@gmail.com

Teresa Neumann Almeida Barcelos

Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (FUNAC - MA); tenealba@gmail.com

Percebe-se a formação continuada como um processo importante e imprescindível para o desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício de toda e qualquer ação profissional, visto que por meio da atualização contínua é possível utilizar estratégias e ferramentas adequadas para o bom exercício laborativo. Em relação à Socioeducação enquanto política pública que executa a aplicação das medidas socioeducativas, prima-se pela ressignificação de trajetórias de vida e se configura como um campo complexo do ponto de vista das relações humanas e sociais. Nesse sentido, a formação permanente dos operadores do atendimento socioeducativo à qual destina-se a Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA) busca para além de instrumentalizar os servidores para o desenvolvimento do trabalho, a reflexão sobre a construção de bons e respeitosos relacionamentos interpessoais no sentido também de respeito à diversidade de gêneros, raças e credos. Partindo dessa perspectiva, este relato objetiva registrar as experiências formativas realizadas pela ESMA nos Centros socioeducativos da Fundação da Criança do Adolescente (FUNAC), no ano de 2023, cujo intuito perpassa o desenvolvimento de atividades sistematizadas, por meio de processos circulares, sobre linguagem e posturas/práticas antirracistas, anticapacitistas, anti-homofóbicas e de respeito à diversidade religiosa. O objetivo é que os servidores e socioeducandos se apropriem de um novo repertório do ponto de vista da linguagem e a construção de relacionamentos interpessoais mais respeitosos e dialógicos na comunidade socioeducativa. Os procedimentos metodológicos seguiram numa perspectiva qualitativa e inspirada na reflexão teórica de Kay Pranis, Paulo Freire e do conjunto de autores que debatem sobre racismo, capacitismo, homofobia e intolerância religiosa. O desenvolvimento das atividades formativas implicaram estudos bibliográficos iniciais da equipe formativa sobre as temáticas trabalhadas nas rodas de conversa; elaboração de materiais e da estrutura dos processos circulares com exercícios, dinâmicas e questões norteadoras para fomentar os debates com e entre os participantes; processo de observação durante o desenvolvimento das atividades a partir das questões colocadas pelos participantes; e debates posteriores entre a equipe formativa da ESMA para reforço ou acréscimo de questões norteadoras, construção de alinhamentos e percepções. As atividades foram realizadas no ano de 2023 no formato bimestral, com atividades híbridas sendo três lives com as temáticas centrais da atividade, seguidas por rodadas de processos circulares nos seis centros socioeducativos da Região Metropolitana de São Luís e sede administrativa da Funac. No total, foram realizadas 20 rodas de conversa e envolveram cerca de 302 servidores entre técnicos, educadores, gestores e socioeducandos e mais 80 participantes nas lives. Os resultados deste trabalho revelaram que a

intencionalidade do processo formativo, planejado e orientado para a atualização dos servidores, visando proporcionar a aquisição de novos conhecimentos que gerem novas trajetórias e melhore a dimensão relacional nos centros socioeducativos é de grande relevância. Os processos formativos circulares contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento cognitivo. Foi possível promover esclarecimentos e oportunizar uma melhor fundamentação, os participantes conseguiram identificar expressões preconceituosas e intolerantes que dificultavam as relações interpessoais, para construir novos vínculos com atitudes ressignificadas.

**Palavras-chave:** Processos circulares; Formação; Direitos humanos; Diversidades.



## PELE EM TONS DE ORGULHO

Autorretratação na reflexão sobre relações raciais

André Vilarins

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal ((SEJUS-DF); Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã (GEAMA PP); andre.vilarins@sejus.df.gov

O projeto em arte-educação, focado em de Artes Visuais, integra o programa “Guerreiros da Periferia”, executado pela GEAMA Paranoá e Itapoã/DF, e foi exposto no II Festival de Cultura e Lazer do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Trata-se de oficinas de práticas artísticas, que visam a construção de autorretratos através da técnica de pintura acrílica sobre tela e o uso de decalques de fotografias. O objetivo do projeto é oportunizar o acesso à cultura, norteado pela vivência criativa e fruição artística, focado na sensibilização de relações de poder e racismo estrutural, fundamentando-se em vivências compartilhadas pelos socioeducandos. Além disso, a abordagem visa fomentar o reforço positivo sobre a diversidade fenotípica da população brasileira, prezando pela quebra de paradigmas de mecanismos de opressão estética, almejando o engrandecimento de autoestima, empoderamento pessoal e apreço por suas narrativas. Quanto à metodologia, desenvolve-se o conceito de autorretrato através da técnica “Mapa de Si”, compreendida como a representação de características individuais, que contempla aspectos físicos, materiais e subjetivos inerentes às histórias, personalidades, afinidades e aspirações, posteriormente traduzidos em forma de símbolos. A construção material se dá por técnica de decalque de fotografia impressa em folha, onde facilmente os jovens conseguem delinear seus retratos, alcançando uma semelhança visual. Ainda que não realizem observação com estruturação linear de anatomia, conseguem exercitar a linguagem do desenho com ajuste das formas em tela, evitando frustrações iniciais e permitindo a rápida vinculação com sua obra e maior adesão à proposta. Sobre questões de raça, a temática surge com a dinâmica “o que diz nossa pele?”, onde cria-se espaço para reflexão e compartilhamento, destacando as diversas problemáticas relacionadas a racialidade e, caso pertinente, à outras opressões sociais que se dão pela aparência, sempre envoltos em questionamentos de representatividade e padrões midiáticos. A prática é finalizada com a produção individual de tintas com cores de pele, em estudo e mescla de cores primárias, na produção coletiva de escala tonal, utilizando-se da teoria das cores em círculo cromático. Ao final, realiza-se roda de conversa para apreciação das obras e avaliação da atividade

**Palavras-chave:** Autorretrato; Cor; Pele; Racismo; Orgulho.

### PODCAST NAMEDIDA

Podcast como ferramenta socioeducativa

César Augusto Feliciano Silva

Centro Assistencial Cruz de Malta (SMSE-MA); czar.afs@gmail.com

Paulo Henrique Xavier dos Santos

Centro Assistencial Cruz de Malta (SMSE-MA); paulo.henrique@cruzdemalta.org.br

Este trabalho busca apresentar o podcast (publicação digital em formato de áudio) como ferramenta de trabalho na socioeducação realizado no Centro Assistencial Cruz de Malta, entidade com longo histórico de atuação nas áreas da assistência social, saúde e educação. Há mais de 20 anos, por meio de parceria com a Prefeitura de São Paulo, executa o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Encontra-se na zona sul da cidade, atuando no subdistrito do Jabaquara - território marcado pelo alto índice de desigualdade social, e de mortalidade de adolescentes e jovens. O Podcast NaMedida foi criado em 2021, em contexto de pandemia da COVID19, quando a equipe foi convocada a reinventar suas práticas. Frente a necessidade de respeito ao isolamento e distanciamento social, o podcast se mostrou potente ferramenta no trabalho socioeducativo. Visa incluir os adolescentes e jovens em sua produção, apresentando temas que atravessam o trabalho na socioeducação. Os primeiros episódios, executados de maneira remota, foram elaborados no sentido de potencializar as narrativas dos socioeducandos. Em contrapartida da mídia hegemônica, e da produção de conteúdos que não contribuem à representatividade deste público - predominantemente meninos pretos, pobres e periféricos - os socioeducandos tiveram a oportunidade de apresentar suas perspectivas, opiniões e vivências relacionadas à temas importantes em suas vidas, tais quais: mundo do trabalho, relacionamentos, cultura funk e paternidades. Com o financiamento da Fundação Telefônica, foi realizada no ano de 2022 a construção de uma sala no Centro Assistencial Cruz de Malta, estruturada especificamente para a gravação dos episódios. A participação de estagiárias do curso de Terapia Ocupacional da USP-SP trouxe importantes ganhos à esta frente de trabalho. O podcast NaMedida também se mostra enquanto ferramenta de elaboração e discussão de temas caros à equipe, como saúde mental no contexto virtual, educacional e pandêmico, ações afirmativas no mundo do trabalho e uma caracterização do território do Jabaquara. Nestes episódios, foram realizadas entrevistas com profissionais de referência em suas áreas e com adolescentes residentes do bairro, respectivamente. Atualmente, o podcast se desdobra nestas duas frentes, a de potencializar as narrativas dos adolescentes e jovens, e a de contribuir às reflexões acerca de temas que atravessam o trabalho na socioeducação. Em ambas, a produção dos episódios tem início ao elencar um tema, pensar em quem irá participar, agendar uma data, elaborar um roteiro e, por fim, tratar e editar o áudio. É nesta última etapa que se encontra o maior desafio para uma equipe que não necessariamente tem conhecimento em técnicas de edição de áudio, e que tem como função diversas outras atribuições. Por fim, é possível afirmar que o Podcast NaMedida se configura numa potente ferramenta de trabalho no contexto socioeducativo. Ainda que atravessada pelas mazelas inerentes ao trabalho em uma política pública profundamente marcada por um processo de sucateamento, tem apresentado importantes resultados que reverberam de maneira positiva ao trazer os adolescentes e jovens à uma posição de autonomia e protagonismo no processo de cumprimento das medidas aplicadas.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Podcast; Novas tecnologias; Adolescências; Juventudes.

## POSSIBILIDADES DE ENCONTRO DA SOCIOEDUCAÇÃO COM PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA

Irandi Pereira

Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA); Instituto de Cidadania e Direitos Humanos (ICDH); e Associação dos Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA); irandip@gmail.com

Claudio Oliveira Fernandes

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP); Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA); claudioof@gmail.com

Mauro Mathias Junior

Universidade de São Paulo (USP); mauromathiasjr@gmail.com

O presente trabalho apresenta o registro de duas participações no Encontro USP-ESCOLA, nas 23ª e 24ª edições, realizadas em janeiro e julho de 2023. Trata-se de um encontro aberto e gratuito aos profissionais da educação da rede pública de ensino e visa, desde a atualização dos conteúdos, metodologias e referências bibliográficas, à produção do saber-fazer cotidiano desses profissionais em diferentes espaços de atuação. Somos pesquisadores do campo da socioeducação, na atenção aos adolescentes em conflito com a lei. Nossa prática se constitui em realizar cursos de formação continuada, participação em congressos e seminários e, também, coordenamos um coletivo de pesquisa em socioeducação. O objetivo deste trabalho é apresentar nossas metodologias de formação e nossas estratégias para promover o encontro entre a socioeducação e a escola pública. A proposta técnica se constituiu em um projeto denominado “A Educação e a Socioeducação: possibilidades desse encontro na escola pública”, tendo como objetivos: apresentar as perspectivas da gestão da política socioeducativa adotadas pelo poder público brasileiro; levantar as concepções político-pedagógicas sobre socioeducação adotadas na atenção aos adolescentes sujeito de garantias de direitos e das possibilidades desse encontro na escola pública; delinear a importância da formação dos profissionais da educação e da socioeducação no sentido da materialização do direito à educação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e propiciar a interação entre profissionais da Educação e da Socioeducação. Em janeiro de 2023, realizamos um curso de 30 horas para aprofundamento teórico-metodológico e práxis da Socioeducação, em julho do mesmo ano, organizamos uma roda de conversa com a presença de profissionais da educação escolar e do socioeducativo, para troca de experiências e tratar das reais possibilidades do encontro Educação e Socioeducação na escola pública. No curso realizado em janeiro, convidamos profissionais da socioeducação para dialogar com os professores participantes, quando concluímos o curso, escrevemos uma carta manifesto como síntese da aprendizagem. Nessa carta registramos, coletivamente, a importância dos saberes da socioeducação para a práxis na escola e indicamos novas ações de formação. Para o curso de julho, atendemos uma recomendação da carta manifesto que indicava a necessidade de promover encontros entre os profissionais da socioeducação com os profissionais da educação escolar. Assim, realizamos uma roda de conversa em que convidamos profissionais das medidas privativas e restritivas de liberdade e professores da escola pública para relatar suas experiências de ensino com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Avaliamos que o trabalho realizado nos Encontros USP-ESCOLA, se configurou como uma estratégia para aproximar os profissionais da educação escolar com os saberes e especificidades da socioeducação. Reconhecemos nosso projeto como uma possibilidade de qualificar e garantir o direito à educação, em especial, para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Escola pública; Formação docente.

### POSSIBILIDADES E LIMITES NO RESSIGNIFICAR DE TRAJETÓRIAS:

Uma experiência de acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no creas

Mara Cristina Fernandes Barbosa

Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS); Centro de Referência de Especializado de Assistência Social João Hélio Fernandes Vieites (CREAS); as.marafernandesb@gmail.com

A proposta é discutir o processo socioeducativo vivenciado por adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. E a sua incorporação à política de assistência social, cuja aplicação está vinculada ao funcionamento municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizada na proteção social especial de média complexidade, executada nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente no CREAS João Hélio Fernandes Vieites, cujo território é demarcado por bairros de menor índice de desenvolvimento humano da cidade do Rio de Janeiro. A proposta é analisar a aparente contradição entre as práticas consideradas de provimento de proteção social e efetivação de direitos desses adolescentes e jovens, contidas na política pública de assistência social, em contraposição à política socioeducativa, além do processo de estudo e trabalho da equipe a partir das expectativas de adolescentes e jovens acompanhados pelo CREAS. Partimos do pressuposto de que a política de assistência social exponencia a dimensão protetiva e que se pretende libertária; em contraposição à política socioeducativa, que conjuga privação e/ou restrição de liberdade, forte presença do caráter punitivo no ideário e vida concreta desses jovens. Buscamos analisar possíveis mudanças causadas a partir do acompanhamento da equipe do CREAS – e o alcance, ou não, do processo de ressignificação, de diversas esferas na vida destes adolescentes e jovens. Que repercussões identificam em diferentes esferas de sua vida (escolar, profissional), das relações afetivas e sociais (familiares, namoro, amigos), de acesso à cidade, de suas potencialidades e pertencimento ao território onde vivem. Esse acompanhamento teria provocado possíveis mudanças no que diz respeito a uma ampliação de visão de mundo, a partir de suas próprias perspectivas? Ao empreender essa análise, procura-se decifrar alguns aspectos ainda pouco conhecidos sobre esses sujeitos, em sua imensa maioria, meninos, pretos e pardos, oriundos das camadas populares, permeadas de particularidades, cujo estigma de associação da criminalização à pobreza, com recorte de raça e gênero, os acompanha desde muito cedo. Consideramos que as práticas sociais e educativas fazem parte de um processo, construído socialmente, no qual se articulam imposições econômicas e simbólicas decorrentes da estrutura social. Cabe aos trabalhadores de CREAS prover atenção socioassistencial e acompanhamento a estes adolescentes e jovens, cujas medidas socioeducativas em meio aberto, foram determinadas judicialmente. Trata-se de tema complexo, que precisa ser revisitado e aprofundado, uma vez que tem como cerne da questão, tentar compreender o fenômeno multifacetado da violência, que se expressa significativamente nas vidas destes jovens, das famílias, de seus territórios e não raro, no cotidiano dos trabalhadores. A construção desta política pública executada pelos CREAS, na cidade do Rio de Janeiro, data de mais de uma década. Pretende-se refletir sobre a dinâmica de aplicação e execução desta medida, e discutir se de fato a socioeducação e a socioproteção estão promovendo a ressignificação do projeto de vida destes adolescentes, bem como estratégias de ação voltadas para sua promoção, proteção, defesa e garantia de direitos, proposto no Plano Individual de Atendimento (PIA), pactuado no início do acompanhamento.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Meio Aberto; Acompanhamento; Território; Ressignificação.

## PRÁTICA RESTAURATIVA E PARCERIA COM MOVIMENTOS SOCIAIS NO SOCIOEDUCATIVO

Silvia Rodrigues Fernandes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
silvia.fernandes@sejus.df.gov.br

Juliana de Oliveira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
juliana.deoliveira@sejus.df.gov.br

Kleidson de Oliveira Beserra  
Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal (MNPR-DF);  
kleidsonsaudentalorres@gmail.com

A Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) preconiza que a execução das medidas socioeducativas reger-se-á por, dentre outros, princípio de prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas. As práticas restaurativas são pautadas na corresponsabilidade social dos atos ofensivos e envolve ofensor e vítima com foco na reparação dos danos causados, buscando alcançar a reflexão e o protagonismo das partes, contribuindo para que o ofensor analise o ato infracional praticado e os motivos que convergiram para essa ação, oportunizando a ressignificação de suas ações e relações com a vítima e com o meio social em que está inserido. Nesse sentido, o objetivo da prática realizada foi o de promover um encontro entre uma pessoa em situação de rua com um jovem em cumprimento de medida para sensibilizá-lo sobre a realidade de vida desses sujeitos. Trata-se do caso de um adolescente que está acautelado em uma Unidade de Internação Socioeducativa do DF e cumpre medida socioeducativa análoga à tentativa de homicídio a um homem em situação de rua que assaltou sua casa. Após o fato, ele e outro jovem executaram as agressões. O adolescente ao chegar na unidade possuía pouca percepção sobre a gravidade do ocorrido, em discursos de desumanização do sujeito em situação de rua, ou justificando o ato pelas atitudes prévias da vítima. Por impossibilidade de localizar a vítima, a equipe psicossocial optou por convidar um representante do Movimento Nacional de Situação de Rua para contar sobre a vulnerabilidade e cotidiano das pessoas nestes contextos. Como resultados, os dois realizaram um encontro, no qual o representante do movimento social respondeu prontamente todas as perguntas e curiosidades do jovem. Após a intervenção, o adolescente se emocionou e pediu para escrever uma carta à vítima com um pedido de desculpas. O documento produzido foi entregue ao representante, que se comprometeu a localizar a vítima e avaliar se ela desejaria receber a carta e se era possível promover um encontro entre eles. Nota-se, portanto, que o exercício fez com que o adolescente refletisse sobre as consequências de seus atos e suas percepções sobre os direitos humanos, sendo uma ferramenta positiva para construção de sua ressocialização. A partir dessa atividade, o representante hoje é parceiro da equipe técnica e já participou de outras atividades para discutir temas como: sexualidade, violência na periferia, abuso de substâncias psicoativas, luta antimanicomial, direitos humanos, gênero, entre outros.

**Palavras-chave:** Práticas restaurativas, Movimentos sociais, Pessoas em situação de rua, Direitos humanos.

### PRATO VERDE SUSTENTÁVEL

Plantando esperança para colher outras realidades possíveis entre adolescentes atendidos na  
GEAMA Planaltina/DF

Jani Santos  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); janissilva1@gmail.com

Silvânia Caribé  
Universidade de Brasília (UnB); silvaniasuely@yahoo.com.br

Johnatas Kainã Lopes  
Universidade de Brasília (UnB); johnataskaina97@gmail.com

Jhonnata Campos  
Universidade de Brasília (UnB); jhonnata\_campos@outlook.com

Projeto de execução direta da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) pela Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Planaltina (GEAMA) em parceria com o Prato Verde Sustentável. O Prato Verde Sustentável é uma Organização não Governamental que foi fundada em 2013 pelo gestor ambiental Wagner Ramalho na comunidade Filhos da Terra, que está situada na periferia da cidade de São Paulo e tem como objetivos contribuir com a expansão da qualidade alimentar da população de baixa renda, diminuir os custos com alimentação através de desenvolvimento de hortas e educação alimentar, juntamente com capacitação da comunidade nas técnicas de plantio, estimulando a consciência ambiental. Diante da necessidade de desenvolver atividades que visam combater os desertos alimentares dentro do próprio território e usando os equipamentos públicos como parceiros da comunidade, a parceria entre a GEAMA Planaltina e o Prato Verde Sustentável é uma alternativa para lidar com a insegurança alimentar que afeta diretamente os adolescentes e suas famílias, ofertando um conjunto de atividades para que os adolescentes aos quais foi aplicada a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade na GEAMA Planaltina desenvolvam aspectos de educação ambiental, liderança, empreendedorismo, educação e autonomia alimentar, bem como conhecimentos sobre técnicas de cultivo e manejo de hortas comunitárias. A proposta contempla a realização de 16 encontros presenciais, com um grupo de até 10 adolescentes, nas dependências da GEAMA, duas vezes na semana, por meio de estratégias educacionais: rodas de conversa, jogos, exposições dialogadas, oficinas e palestras abordando os conteúdos sobre liderança, ancestralidade, relações étnico-raciais, cultura de paz, empreendedorismo, educação ambiental, educação e autonomia alimentar, dentre outros temas de interesse dos próprios adolescentes. A explanação da parte teórica prevê os seguintes temas: partes das plantas, importância dos insetos, educação ambiental e racismo ambiental, nutrição e beneficiamento dos alimentos, PANCS (plantas alimentícias não-convencionais) e nutrição na prática, composteira, destino do lixo e outros resíduos. O projeto lista a construção de um minhocário, a realização de uma atividade externa de visita ao Assentamento Canaã, em Brazlândia e o trabalho final consiste em visita à Cozinha Solidária de Planaltina com o intuito de realizar a doação das hortaliças produzidas no decorso dos 16 encontros, além da entrega de certificado de Curso básico de formação em agroecologia do Prato Verde Sustentável. O referido trabalho, que está na segunda edição, apresenta uma proposta pedagógica que atende aos princípios básicos da medida socioeducativa aplicada, quais sejam, priorizar a prática de atividade restaurativa, que seja individualizada, considerando a capacidade e as circunstâncias pessoais do adolescente, e que fortaleça os vínculos familiares e comunitários, ou seja, a elaboração de uma atividade que seja promova aprendizado e atenda a necessidade social.

**Palavras-chave:** Prestação de Serviço à Comunidade; Execução direta; Prato Verde.

**PROGRAMA DE PSICOTERAPIA DA FUNDAÇÃO CASA**

Uma abordagem em saúde mental, no contexto da socioeducação

Natache Khrystie Costa de Oliveira  
Gerência Psicossocial; Fundação CASA; nkcoliveira@sp.gov.br

Cristiano Rodineli de Almeida  
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA);  
cristiano.rodineli@unifesp.br

Daniela Peres Garcia  
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA);  
danpgp76@gmail.com

Karen Billalta Yamasato  
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA);  
karenby@sp.gov.br

Natalia Barbosa Machado  
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA); ;  
nataliabm@sp.gov.br

Trata-se da proposta de compartilhamento de uma experiência que revela especificidades de uma das formas possíveis para a abordagem das demandas em saúde mental, de adolescentes em contexto de medida socioeducativa, por meio de um Programa de Psicoterapia, instituído no âmbito da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), no estado de São Paulo. O Programa é constituído por profissionais da própria instituição, que formam um grupo com experiência de cerca de 20 anos. Durante esse período, foi possível observar peculiaridades desse contato com o adolescente, revelando-se como uma abordagem com resultados importantes da perspectiva da construção de vínculos e relação dialógica, que se delineiam em possibilidades de amenizar sofrimentos e compreender sentidos e significados dos afetos presentes no cumprimento da medida socioeducativa e/ou antes disso. Assim, compartilhar a experiência do Programa de psicoterapia, tem a finalidade de, eventualmente, contribuir para construção de novas formas de abordagem das demandas em saúde mental no contexto socioeducativo, assim como, poder obter troca de experiências e qualificar as ações do Programa de Psicoterapia. O método de abordagem está amparado na atuação direta de atendimento, a partir dos preceitos da Psicoterapia Breve, de forma distanciada das relações com a execução do processo judicial e a partir do estabelecimento do setting que se configura no contexto institucional, com o incremento dos estudos dos casos e discussões conjuntas. Como resultado, observa-se a possibilidade de oferecer um ambiente de acolhimento das demandas relativas aos afetos que surgem no contexto de cumprimento da medida socioeducativa, não necessariamente relacionadas a isso, mas sempre atravessadas por ele, e de uma relação dialógica que alcança significativa profundidade e fluidez.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Psicoterapia Breve; Saúde Mental; Adolescência; Medida Socioeducativa.

**PROJETO “ROLÊS”**  
Mapeando novos lugares

Juliane Hubner Eigennheer do Amaral  
Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA); Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Bigaçu de Santa Catarina (CREAS); ulhubner@gmail.com

Daielen Trevisol dos Santos  
Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA); Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Bigaçu de Santa Catarina (CREAS); dai.trevisol@gmail.com

O “Rolês” configura-se como estratégia para produzir efeitos nos âmbitos singular e micropolítico a partir da realização de atividades de passeios coletivos de cunho vivencial e dialógico com adolescentes e jovens acompanhados pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA) de um município catarinense de médio porte. No âmbito singular busca potencializar vivências, produções de memórias e marcas subjetivas associadas às noções de pertencimento, acesso, movimento, descobertas, abertura de mundo e desterritorialização. No âmbito micropolítico configura-se como forma de enfrentamento de desigualdades sociais ao incentivar a ocupação de espaços frequentemente marcados por barreiras de acesso. Para início, impuseram-se desafios como: (1) limite de verbas; (2) número reduzido de sujeitos vinculados ao serviço de (MSE-MA); e (3) dificuldades para a definição de faixa etária dos sujeitos participantes. Frente a estes, realizou-se: (1) busca por lugares com ingressos gratuitos - situação favorecida pela proximidade, em termos de distância física e não simbólica, com a capital do estado - e uso de recursos municipais para oferta de transporte e alimentação; (2) extensão do convite aos demais adolescentes e jovens atendidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e (3) definição de faixa etária específica a partir de discussão entre equipes que tiveram contato prévio com os sujeitos participantes. No primeiro “Rolê” o dia amanhece nublado e o “será que vai chover?”, espécie do efeito chuva em fazer recuar o desejo recesso, assola a equipe de um serviço sem tradição de oferta de atividades externas. No entanto, o “Rolê” acontece, impulsionado pela presença dos adolescentes e jovens que chegam ao CREAS. Um deles vem de bicicleta, com as roupas encharcadas, diz que veio para o passeio e que a chuva não o parou. Outra está pronta para sair, tem um sorriso no rosto, caprichou no batom e no penteado *black power*. Em um primeiro momento, realizou-se no CREAS rodada de apresentação e dinâmicas facilitadoras de diálogos a respeito de lugares de lazer onde os sujeitos já estiveram, frequentam e que gostariam de conhecer. Em seguida, um café coletivo e o “Rolê” em um lugar específico. Avaliou-se que o “Rolês” promoveu aproximação entre os sujeitos atendidos e a equipe técnica, contribuindo com o cumprimento das medidas socioeducativas; favoreceu a ampliação do repertório de vivências dos participantes; movimentou o desejo de conhecer novos lugares, onde nota-se que, a partir deste primeiro “Rolê”, novos itinerários foram elencados pelos próprios adolescentes e jovens que escolheram ir a lugares vistos durante o trajeto, apenas de longe; amplificou o diálogo acerca das temáticas de lugares, distâncias e acessos, durante atendimentos posteriores. Como efeitos secundários destaca-se que a ampliação do convite aos demais adolescentes e jovens vinculados ao CREAS contribuiu para a redução de estigmas relacionados aos sujeitos que cometeram ato infracional, resgatando e realçando os significantes “adolescência” e “juventude”. Por fim, considera-se que o “Rolês” operou um contraponto ao fazer burocrático presente nos processos de trabalho do CREAS.

**Palavras-chave:** Rolê; Movimento; Novo.



## PROJETO RAP

Ressocialização, Autonomia e Protagonismo

Francisco Celso Leitão Freitas

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria; projetorapuis@gmail.com

Você conhece o RAP? Já teve oportunidade de ouvir alguma música desse gênero musical? Este Projeto Pedagógico/Cultural intitulado RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo) - em alusão ao gênero musical RAP, que significa Rhythm and Poetry (Ritmo e Poesia) - é realizado com o objetivo de utilizar a musicalidade e a poesia do RAP como ferramenta pedagógica emancipadora e capaz de promover os valores da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos com suas vinculações históricas. O projeto atende jovens que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, na Unidade de Internação de Santa Maria/DF, onde 80% dos socioeducandos se autodeclaram negros e, 100% são moradores das regiões periféricas do Distrito Federal e Entorno. Os socioeducandos se identificam com o RAP por ser um ritmo negro surgido nas periferias da Jamaica como forma de denunciar as mazelas sociais que são muito parecidas com os problemas enfrentados no Brasil. O projeto é realizado, desde 2015 e nossa metodologia consiste em ofertar, a partir da linguagem poética do RAP, outras linguagens artísticas capazes de dialogar com a realidade de vulnerabilidade social dos socioeducandos, para, a partir de então, transformar conflitos e realidades. Nossa proposta é de diminuir as diversas possibilidades de exclusão, tornando-as potencializadoras para a transformação por meio da arte e da cultura. Além do RAP, o projeto promove outras atividades que, a partir dos valores da Cultura Hip Hop, dialogam com diversas linguagens artísticas como o cinema, o teatro, a poesia, a literatura marginal, dentre outras, por meio das atividades: Sarau Dá a Voz, Roda de Conversa “Abre a Roda”, Cine Debate “RacioCine”, o Festival de Música “No Ritmo da Socioeducação” e a batalha de poesia falada “SlaMais Direitos”. Entendemos que o principal impacto gerado pelo projeto é a promoção dos valores da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos que vem transformando as relações dentro da Unidade de Internação de Santa Maria, tornando-as mais horizontais e possibilitando a melhora na escrita, nas expressões orais e corporais, o aumento do poder de argumentação e da autoestima dos socioeducandos. De 2015 para cá, atendemos, aproximadamente, 1500 socioeducandos e conseguimos acompanhá-los após o cumprimento da sentença. Das egressas atendidas pelo projeto, somente uma reincidiu no ato infracional, ou seja, temos quase 100% de não reincidência entre as meninas. Já entre os meninos o percentual não é tão positivo, pois os mesmos estão mais enraizados na vida infracional, mas, mesmo assim temos ótimos resultados, ressocializando a maioria deles e inserindo-os em um ciclo virtuoso, próximo de referências positivas, promovendo renda por meio de cachês para apresentações em saraus, slam's, batalhas de rima, simpósios, seminários e campanhas publicitárias.

**Palavras-chave:** Ressocialização; Autonomia; Protagonismo.

## PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PARCERIA COM MOVIMENTOS SOCIAIS NO SOCIOEDUCATIVO

Silvia Rodrigues Fernandes

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); silvia.fernandes@sejus.df.gov.br

Juliana de Oliveira

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); juliana.deoliveira@sejus.df.gov.br

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (Pnaisari) prevê a indicação de ações, dentre outras, que abarquem promoção e educação em saúde como estratégias ao cuidado em saúde dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. A luta pelo reconhecimento, acesso às políticas públicas, cuidado e direito à saúde são práticas dos movimentos sociais em que os usuários se organizam para intervir e transformar o cotidiano institucional. Neste sentido, foi firmada uma parceria da equipe sociopsicopedagógica de uma unidade de internação socioeducativa do DF com a Associação Baiana de Pessoas com Doença Falciforme (ABADFAL) para uma intervenção de educação/promoção em saúde com um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em seu processo de autocuidado, a fim de promover, por meio da participação ativa, o desenvolvimento saudável e capacitação para tomada de decisões informadas sobre sua saúde. O jovem em questão foi diagnosticado com Síndrome do Anticorpo Antifosfolípídeo (SAF) e tinha dificuldades de adesão ao tratamento e intenso sofrimento psíquico devido a adaptação ao acautelamento. Baseado nas semelhanças sintomáticas da SAF com a doença falciforme e a experiência de organização coletiva de apoio entre os membros da ABADFAL, optou-se por organizar uma videochamada entre o presidente da associação, André Luís Silva Gomes, e o socioeducando em um espaço preservado. O objetivo desta prática foi promover ao adolescente o acesso às informações sobre sua condição de saúde, a partilha de experiências com o movimento social, a auto reflexão sobre o seu processo saúde-doença e estímulo ao protagonismo do jovem. No diálogo constituído foram abordados temas como: as dificuldades de lidar com dores, práticas de autocuidado, esperança de viver, direito à saúde e à vida, masculinidade e poder, racismo, apoio mútuo, coletividade, emancipação e autonomia, entre outros. Como resultado da intervenção, pode-se observar maior adesão às medicações e tratamento; melhora de humor; maior desenvoltura para discussão sobre projeto de vida e reflexão de futuro; maior conscientização sobre comportamentos de risco, tal como uso de drogas e os impactos para sua saúde; discussão sobre estratégias para lidar com estresse, ansiedade e pressão social; desenvolvimento de uma conscientização sobre saúde mental e a importância de pedir ajuda quando necessário.

**Palavras-chave:** Promoção/educação em saúde; Protagonismo; movimentos sociais.

**(RE)CONHECENDO A DIVERSIDADE SEXUAL:**

Relato de grupo com adolescentes transexuais na socioeducação

Kelys Cristine Pizzatto  
Secretaria de Estado de Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná (SEJU);  
kelyscpizzatto@gmail.com

Yasmin Cartaxo Lima  
Universidade Federal do Paraná (UFPR); yasclima@gmail.com

Partindo da demanda para discutir questões relacionadas à gênero e sexualidade de quatro adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação, o trabalho apresenta como se deu a realização de um grupo composto por estes quatro jovens, uma profissional atuante no Centro de Socioeducação (CENSE) e uma doutoranda em Educação. O objetivo do grupo era debater questões pouco levantadas no cotidiano socioeducativo e impactar a equipe institucional a fim de garantir demandas específicas destes adolescentes, tendo em vista que questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero não eram ponto de discussão entre equipe e adolescentes. A realização do grupo estava alinhada com o proposto nos Parâmetros da Ação Socioeducativa, no qual constam diretrizes sobre promover a autoestima dos adolescentes na sua especificidade de gênero e étnico-racial e criar canais de comunicação que estimulem discussões sobre padrões de gênero, raça e etnia e orientação sexual. O Estado do Paraná ainda conta com o caderno “Socioeducação e Diversidade” (Resolução 169/2018), que visa a garantia de direitos, o tratamento igualitário e o fim de práticas discriminatórias, voltado principalmente para a população LGBTIA+. O grupo aconteceu no ano de 2021, durante a pandemia de COVID-19, portanto, foi realizado de forma remota. No total, ocorreram cerca de dez encontros, com temáticas que partiam das demandas e interesses dos próprios adolescentes. Alguns dos assuntos trabalhados foram: masculinidade e feminilidade; relacionamentos; orientação sexual; vivências transexuais; mercado de trabalho para pessoas LGBTIA+; desafios e empoderamento político de pessoas LGBTIA+. Para a implantação do projeto foi necessário a ruptura de resistências dentro da equipe de profissionais, tendo em vista que não se percebia a necessidade de abordar de maneira tão singular estes temas durante o período de cumprimento de medida socioeducativa de internação. Algumas discussões trouxeram a preocupação em como o uso do nome social e corte de cabelo poderiam impactar a relação destes jovens com os demais adolescentes e jovens, com os profissionais e com a dinâmica da instituição. Neste sentido, as reuniões de equipe foram importantes para favorecer um espaço de fala e escuta aos profissionais. Considero que, para os jovens, o grupo era um lugar seguro, onde se permitiam expressar e trazer questões importantes para eles, que os impactavam, estabelecer contato com outras pessoas e jovens que também passaram pelo mesmo processo, tirar dúvidas e manifestar suas curiosidades, compartilhar suas aflições, ter a oportunidade de falar de si sem medo do julgamento, ter um espaço de reconhecimento de si, das potencialidades, responsabilidades e resistências sociais, que foram extremamente significativas para o desenvolvimento pessoal e da própria medida socioeducativa. Além disso, a partir das informações e conhecimento obtidos no grupo, dois jovens buscaram informações junto à secretaria de saúde para o processo de hormonização; um jovem buscou apoio em associação de travestis e transexuais e um jovem retificou seus documentos de forma gratuita.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Socioeducação; Transexualidade.

## REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA SOCIOEDUCAÇÃO PARAENSE

Priscila Silva dos Anjos

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa); priscila.anjos@ig.ufpa

Évela Cristina Pereira Barbosa

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa); evelacris@gmail.com

A percepção do corpo negro dotado de direitos, saberes, cultura e ancestralidade inserido na sociedade capitalista é urgente e árdua. O cenário atual se torna ainda mais desafiador em ambiente socioeducativo, pois impõe debates sob uma (ou diversas) perspectivas antirracistas que desloquem o negro do lugar ora de inferioridade, ora de ameaça. Historicamente, o jovem negro e pobre é quem ocupa em maioria as vagas de sistemas socioeducativos no Pará e no país, não cabendo mais visões fatalísticas sobre o perfil desta juventude. É necessário enfrentar políticas reducionistas de direitos humanos e abordar frontalmente a temática antirracista, pois nem mesmo com o avanço na legislação infanto-juvenil, superamos práticas racistas e a juventude negra e periférica é a que mais sofre com a violação de seus direitos. O presente trabalho versa sobre a importância de ações em unidades socioeducativas que tragam a pauta antirracista e a transversalidade deste assunto para os eixos do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), especialmente para o eixo estratégico Diversidade Ética Racial. Ressalta-se que somaram às observações e vivências profissionais na socioeducação, a evidência de debates e da defesa de construções de políticas antirracistas, tanto a nível nacional quanto regional, que trazem a provocação para o tema que ainda é muito negligenciado pelo mito da democracia racial no país. Com isto, notou-se que a temática é urgente para socioeducandos e atores da socioeducação paraense, para que se vislumbre um alcance eficaz de reflexões e elaboração de estratégias de protagonismo destes jovens custodiados que regressarão para a mesma sociedade que os estigmatiza. Este percurso passa pelo fazer profissional socioeducativo e se apresenta aos jovens custodiados de forma urgente, mas para isto, a comunidade socioeducativa precisa compreender que para além da missão institucional, as ações desenvolvidas nas unidades precisam ter um objetivo e comprometimento efetivo, pois elas impactam nas vidas que estão privadas de liberdade mas que não são privadas de sofrer o racismo aliado ao capitalismo. Ou seja, o profissional também precisa ser alvo de educação e práticas antirracistas. Para isto, sugere-se neste trabalho a execução de um projeto piloto de intervenção que implemente ações sobre as temáticas antirracistas e direitos humanos, na compreensão de que estas não podem ser abordadas individualmente ou descoladas de contextos históricos e que tenham o objetivo de investir no ator socioeducativo e na capacidade do jovem ser protagonista e desenvolver o interesse relacionado às questões raciais, de gênero, diversidades, bem como reconhecer elementos fundamentais para o exercício da cidadania a partir da reconstrução dos espaços de vivências. Para que assim consiga desenvolver críticas e estratégias de seu cotidiano e identificação e acesso de seus direitos para o enfrentamento em uma sociedade racista, classista, machista e capitalista, que constantemente fere os direitos humanos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Antirracismo; Capitalismo.

### RELACIONAMENTO AMOROSO E SOCIOEDUCAÇÃO:

Discussões teórico-práticas embasadas no atendimento feminino

William Gualberto Gonçalves de Souza  
Universidade de Brasília (UnB); william.psi.88@gmail.com

Luana Aline Afonso  
Universidade de Brasília (UnB); luana-afonso@hotmail.com

Fabíola Eleutério Cavalcante  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG); sendofabiolac@gmail.com

O público feminino sofre com um sistema opressivo embasado no patriarcado, cujos desfechos são de vulnerabilidades diversas, sendo a transversalidade dessa temática nas políticas públicas um aspecto fundamental para a equidade, superação dos estereótipos de gênero e garantia de Direitos Humanos para meninas. Propõe-se, portanto, um trabalho de discussão das intervenções psicossociais no âmbito da prevenção de violência no namoro e promoção de relacionamentos saudáveis por meio do diálogo entre produção científica e prática socioeducativa. Nesse sentido, destaca-se que o namoro figura como fator de risco e proteção para o envolvimento feminino com atos infracionais, além disso, é importante destacar o frequente relato da existência de violência por parte do parceiro amoroso quando se aborda adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Os dois fenômenos citados requerem sensibilidade para sua abordagem, pois, de modo geral, naturaliza-se relações de gênero desigual em relacionamentos amorosos. Soma-se a esse contexto a existência de visões culturalmente estereotipadas a respeito dessa dimensão da vida das adolescentes, as quais reforçam estereótipos de gênero, o adultocentrismo e abordagens proibicionistas. Nesse sentido, a socioeducação como política pública pode dar suporte aos processos proximais (desenvolvimentais) das adolescentes com vistas a garantir experiências que favoreçam a compreensão da própria afetividade, sexualidade e de seus direitos, com ênfase à interrupção da ascendência violenta e transição para uma relação saudável. O design dessa abordagem pressupõe uma resposta complexa que orienta a prática dos atendimentos individuais, grupais e a própria cultura institucional. Assim, a inauguração da Unidade de Internação Feminina do Gama, ocorrida em 2020, proporcionou a possibilidade de dar visibilidade à experiência feminina dentro do socioeducativo do Distrito Federal, permitindo a ampliação do debate e a abordagem dessa temática. A prática nos aponta as tensões decorrentes do exercício da afetividade e sexualidade feminina, mas também, a possibilidade de inaugurar espaços em que se supere os estereótipos de gênero que incidem sobre essa dimensão da vida. Assim, foram delineadas atividades em grupo a partir de um calendário anual temático com datas nacionais importantes da pauta de gênero, tais como: mês da Mulher, dia de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, Agosto Lilás, dia de instituição do voto feminino, dia da mulher negra, latina e caribenha, entre outros. Além de outras atividades em grupo conduzidas de forma interdisciplinar que permitiram abordar as desigualdades de gênero de forma transversal. Essa abordagem permitiu criar um espaço reflexivo sobre as violências que podem ocorrer em relacionamentos amorosos, divulgar informações sobre o enfrentamento da violência, o diálogo entre as adolescentes sobre as suas vivências e estímulo para um ambiente de acolhimento mútuo. Nesse sentido, observa-se um profícuo diálogo entre lentes teóricas feministas, estudos científicos e a prática socioeducativa.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero; Relacionamento Amoroso; Adolescência; Socioeducação; Meninas.

## RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA CULTURA E DA ARTE

Projeto U.N.A - Um novo adolescer

Vanessa Pereira Maidana Porto

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase-RS); vanessa-porto@fase.rs.gov.br

Carmem Simone Villanova dos Santos Sigounas

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase-RS); sy.villanova@gmail.com

O presente trabalho apresentará as atividades realizadas pelo Projeto U.N.A, no Centro de Atendimento em semiliberdade de Uruguaiana-RS. O projeto tem como objetivo atender os adolescentes que cumprem medida socioeducativa (MSE) de semiliberdade, aproximando-os da arte e garantindo o direito à cultura, ao lazer e à espiritualidade. O projeto visa também, despertar o sentimento de solidariedade, empatia, acolhimento e doação, por meio de ações voluntárias que envolvam os adolescentes e que contemplem o respeito à cultura e a crença de cada um. Logo após o ingresso na unidade, durante a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), os adolescentes são questionados a fim de que possam ser identificadas as suas preferências relacionadas às atividades culturais e de lazer, bem como a quais já tiveram acesso e quais gostariam de conhecer e participar. Além disso, é realizado um cronograma com as atividades disponibilizadas pelo município, para que seja possível organizar os passeios e visitas. Podemos destacar algumas atividades já realizadas, como as visitas aos museus e pontos turísticos do município, apresentação em espetáculo de dança no teatro municipal, sessões de cinema, participação na feira do livro, viagem para a capital do RS, atividades de incentivo à expressão por meio da escrita e desenho, entre várias outras. Da mesma forma, a unidade possui um cronograma com as datas comemorativas como a Páscoa, Dia das Crianças e Natal, pois o projeto é responsável por organizar as ações beneficentes junto aos adolescentes, que após participarem de rodas de conversa e outras atividades com o objetivo de despertar o sentimento de solidariedade, decidem se serão voluntários para execução das ações ou não. Os adolescentes voluntários aprendem a produzir biscoitos decorados, ovos de páscoa, artesanatos variados, entre outros. Após a produção, são organizados os momentos para entrega e realização de atividades que integrem os adolescentes com a comunidade. O projeto possui parceria com a prefeitura e com a rede socioassistencial do município, além do SESC e entidades religiosas que tenham como objetivo, abordar temas como a paz, a solidariedade e o amor. O Projeto U.N.A também é responsável pela organização e produção de um informativo local que é construído junto aos adolescentes e apresenta todas as atividades e ações realizadas no Centro de Atendimento em Semiliberdade de Uruguaiana e após impresso é repassado para as demais unidades do estado. Este projeto pretende oportunizar aos adolescentes e jovens adultos que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, atividades variadas de artesanato, cultura, expressão artística, educação ambiental e formação humana, além de proporcionar uma reflexão sobre suas vidas, seus atos e atitudes, objetivando como resultado final, uma mudança de comportamento, contribuindo assim no seu processo de ressocialização.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Semiliberdade; Arte; Cultura.

**RODA DE CONVERSA:**

um espaço de expressão e visibilidade no processo socioeducativo

Suela Maiara Bernardes

Centro de Internação Feminino de Florianópolis (SIF-SC); suelabernardes@gmail.com

Christina Helena Siczak

Centro de Internação Feminino de Florianópolis (SIF-SC); chsiczak@gmail.com

A adolescência é um período de desenvolvimento humano e social que leva ao encontro de novos desafios, podendo se deparar com sentimentos incompreendidos por si mesmo e pela invisibilidade infligida pelos outros. Tal situação é agravada quando nos referimos aos adolescentes em conflito com a lei. A negação do sujeito que ali está torna-se ainda maior, em especial quando tratamos de meninas privadas de liberdade. Diante deste cenário, compreendemos a necessidade em propiciar um espaço de fala para as adolescentes, onde possam ser escutadas e acolhidas tanto por seus pares, quanto pela Equipe Psicossocial. Com início em 2019, a Roda de Conversa realizada no Centro de Internação Feminino de Florianópolis/SC acontece semanalmente e permanece em desenvolvimento, objetivando a construção de um espaço de fala e reflexão sobre as mais variadas temáticas de vivências das adolescentes e jovens. Neste espaço é possível acolher e ser acolhido, em alguns momentos identificando-se com outras adolescentes/jovens ou mesmo se diferenciando das demais, valorizando assim o protagonismo, a diversidade, o sentimento de pertencimento e as potencialidades de cada uma. Comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, a Equipe Psicossocial tem suas intervenções pautadas em determinados objetivos que permeiam esses encontros.

**Palavras-chave:** Roda de Conversa; Socioeducação; Protagonismo; Visibilidade.

## SÉRIE MINHA SOCIOEDUCAÇÃO

Um novo instrumental de intervenção socioeducativa

Gabrielle Alves de Oliveira

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);

gabrielle.oliveira@sejus.df.gov.br

As quatro atividades propostas a seguir formam uma série chamada *Minha Socioeducação*, que surgiu da necessidade cotidiana de se ter materiais didáticos que servissem de apoio para trabalhar temáticas recorrentes nos atendimentos socioeducativos, a saber: 1) *Papel social* – Quem sou eu no mundo?; 2) *Liberdade* – De quê(m)? Para quê? 3) *Escolha* – *Minha escolha: meu poder!* 4) *Autonomia* – Sou o *autor da (minha) história*. O objetivo foi criar um instrumental interventivo, aplicável pelo assistente social nos atendimentos individuais ou em grupos com os socioeducandos, utilizando metodologia eficaz, coesa e sucinta, a partir de uma comunicação acessível ao adolescente. A aplicação ocorreu na Unidade de Internação com Benefício de Saída Sistemática (UNISS), tendo quatro encontros, quatro participantes em cada, e duração de uma hora. O material foi impresso e entregue individualmente. Cada capítulo foi construído, seguindo obrigatoriamente o mesmo modelo, a saber: a) **INSPIRAÇÃO**: abro o encontro com a fala de alguém que marcou o mundo com sua vida, experiência ou discurso; b) **CONCEITO**: utilizo base textual para conceituar o tema do encontro; c) **CONTEXTO**: conheço suas realidades através de perguntas, conectando-as ao conceito e deixando-os serem os atores da fala; d) **TECNOLOGIA**: utilizo vídeos e músicas como recursos para o ensino e contato com o externo, favorecendo a busca pela reflexão; e) **INDICAÇÕES**: relaciono o conjunto de fontes utilizadas na elaboração da atividade, para que o jovem possa pesquisar posteriormente, se for de seu interesse. A meta é fazer do atendimento um momento reflexivo, motivador e agradável para o adolescente, possibilitando reflexões sobre seu retorno à vida comunitária e familiar. Ressalvo que este material é relevante porque carecemos de materiais didáticos simples e eficazes para concretização das ações. Além disso, promove tempo de qualidade com os jovens em um ambiente de troca, onde todos falam e contam suas experiências de forma interativa e espontânea, mas também desenvolvem o saber ouvir. O material pode ser útil para outras especialidades e vivências, pois se fundamenta em conceitos abordados pelas Ciências Humanas. Ademais, aponta para a centralidade da socioeducação que é trabalhar o retorno do jovem à sua comunidade e família e gerar convicções que reforcem a escolha por um projeto de vida desvinculado da seara infracional. Ao final de cada capítulo, os jovens respondem uma avaliação sobre: o conteúdo abordado, a relevância da atividade e da abordagem profissional. Eles têm a oportunidade de sugerir mudanças para melhores resultados, bem como apontar pontos positivos ou falhos nas minhas ações. A série promoveu um retorno qualitativo em meus atendimentos, devido à forma de abordagem e conexão com eles por meio da fala e da escuta. Recebi depoimentos de satisfação, como: “queria ficar mais tempo aqui”, “obrigada por dividir com a gente sua história também”, “eu nunca tive uma conversa assim”, “eu nunca tinha parado para pensar na minha vida dessa forma”, “eu precisava passar pela UNISS para ver que ainda existem pessoas justas e que acreditam em mim”, “eu preciso cuidar mais da minha saúde mental” e “sinto falta de ouvir mais sobre saúde”. Também pude fazer a autoavaliação do meu trabalho, que me fez analisar o valor da atuação profissional, identificar outras demandas do público-alvo, conhecer mais a história dos socioeducandos e obter ideias novas para futuras abordagens.

**Palavras-chave:** Metodologia socioeducativa; Atendimento socioeducativo; Socioeducação.



**SOCIOEDUCAÇÃO DECOLONIAL FREIREANA:**

Um relato de experiência acerca de ações pedagógicas realizadas em Rio Branco/AC

Lucas Wendell de Oliveira Barreto

Universidade Federal do Acre (UFAC); lucaswendelloliver@gmail.com

Maria Salete Peixoto Gonçalves

Universidade Federal do Acre (UFAC); mariasaletepeixotogoncalves@gmail.com

Este texto se tece no campo da Socioeducação, relatando os efeitos iniciais de uma metodologia decolonial freireana posta em prática no mais antigo centro socioeducativo de Rio Branco, Acre, e criada no “Programa de atendimento a meninas adolescentes de 12 a 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães (CSMM)”, da UFAC. A princípio, percebemos a Socioeducação como um dispositivo de poder disciplinar que é fabricado mediante leis, direitos da criança e do adolescente, regulamentos, instituições e discursos científicos e filosóficos cuja permanência se dá através da reedição de seus discursos e práticas, priorizando o sancionatório em detrimento do pedagógico. Diante do cenário de descrédito à justiça social e restaurativa que mina possibilidades de insurgências juvenis e contraria a real função da medida socioeducativa conforme preconiza as normas legais, é objetivo deste resumo apresentar os efeitos iniciais de ações pedagógicas decoloniais e freireanas, alicerçadas nos direitos humanos e empreendidas por professores e alunos vinculados à UFAC. Metodologicamente, este trabalho de pesquisa-ação partiu de atividades de projetos vinculados ao Programa e liderados por professores nas áreas da Psicologia, Música, Arteterapia, Educação Física, Filosofia, Linguagens e Cinema. Sob a nossa orientação, coordenadores do Programa, foram registrados dados escritos e gravados de experiências vividas pelos protagonistas discentes e docentes. Tratando-se de um programa que começou em julho de 2023 (porém que nasceu de um projeto de extensão realizado em 2022), os relatos colhidos nos fazem lançar olhar para uma realidade de desesperança por parte das meninas internas e dos socioeducadores, mas que de forma sensível, apontam novas possibilidades que reconfiguram os sentidos de socioeducação e transgridem os efeitos do poder disciplinar; isso porque percebemos a experiência através de uma relação de diálogo e alteridade humanizada. A partir de informações emitidas por relatórios do Instituto Socioeducativo do Acre (ISE), infere-se que o maior desafio é conscientizar os adolescentes em privação de liberdade acerca do desligamento com o tráfico (principal motivo da internação de adolescentes em Rio Branco). Mas, como conscientizar se as práticas são essencialmente punitivas? Como vencer este desafio se a humanidade é constantemente negada ao ponto de as meninas internas não enxergarem possibilidades outras de futuro? Foi neste sentido que delineamos, em cada área citada, ações freireanas/decoloniais como rotas de fuga, de criação, sendo uma forma de construir uma práxis de insurgência propositiva. Ou seja, a partir das atividades desenvolvidas com os alunos e professores, a pretensão foi e é a de possibilitar a criação de novas formas de pensamento que levem as meninas a experienciar outras condições e práticas sociais e experimentarem sentimentos para além do medo, da repressão ou desesperança. Diante do exposto, podemos elencar nas falas das meninas internas sentimento de gratidão e anseio em mudar de vida, o que chamamos de rupturas cognitivas com a criminalidade. A exemplo disso, uma das egressas do CSMM, atualmente cursa Biologia na UFAC e é uma das nossas alunas bolsistas. Portanto, pretendemos nesta comunicação criar redes de apoio para além do Acre e compartilhar nossas experiências.

**Palavras-chave:** Socioeducação Freireana; Pedagogia Decolonial; Relato de Experiência

### SOCIOEDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E POBREZA:

leituras críticas dos dados do sistema nacional de atendimento socioeducativo

Douglas Gomes

Universidade de Brasília (UnB); dgomesbsb@gmail.com

Natalia Duarte

Universidade de Brasília (UnB); nataliasduarte@gmail.com

A realidade tem por uma de suas apreensões a publicação de pesquisas e censos quantitativos realizados a partir de diferentes bases de dados oficiais. Quais os números, dados e informações acerca da política pública socioeducativa? A partir dessa pesquisa e de forma dialógica, crítica e provocativa apresenta-se quatro estudos a partir de dados disponíveis para refletir acerca dos dados não presentes em políticas exercidas através do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Para isso, apresentaremos a pesquisa da Associação Brasileira de Combate à Desigualdade (ABCD), duas análises da PNAD contínua de 2021 e a pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa VIOLES intitulada Violências Vivenciadas por Adolescentes em Espaços Educativos e na Socioeducação do Distrito Federal

(2019 – 2022) a partir das informações da socioeducação referentes à pobreza, dialogando com os marcadores sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual do público atendido. O marco de análise é a epistemologia crítica fundamentada em Gomes (2020 e 2024), Leal (2012), Pontes (2016) e Duarte (2020 e 2023). A partir das contradições elencadas, algumas interpretações sobre a política de socioeducação, seguido com apresentação dos dados socioeconômicos nacionais, apresentação dos dados da Socioeducação – com destaque aos Levantamentos Nacionais do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – e, posteriormente, indicação dos principais sites onde encontram-se disponíveis os dados foco deste processo político e pedagógico. Conclui-se que os dados expressam as interseccionalidades da sociabilidade brasileira e propõe reflexões e propostas de superação da retórica comum onde, por vezes, nota-se o cenário socioeducativo como resumo dos atos infracionais e/ou comportamentos infracionais praticados.

**Palavras-chave:** Socioeducação. Contradições; Decolonialidade.

## SOCIOINTEGRATIVA

### Práticas Integrativas e Complementares na Socioeducação

Bruno Garbelini

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU-PR); bruno.garbelini@seju.pr.gov.br

Karyne Cury

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU-PR); karynecury@seju.pr.gov.br

Simone Ciunek Corrêa

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU-PR); simone.ciunek@escola.pr.gov.br

Alessandra de Souza Martins

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU-PR);  
alessandramartins@seju.pr.gov.br

O Sociointegrativa é um projeto desenvolvido no âmbito do Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, no Paraná, que vislumbra a implementação de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no contexto da socioeducação. Estimuladas pelo Ministério da Saúde por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), as PIC, como são reconhecidas no cenário nacional, são caracterizadas por tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais e tecnologias leves, que buscam desencadear mecanismos naturais de prevenção de agravos e de recuperação da saúde, possibilitando uma visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção do autocuidado. O Projeto Sociointegrativa teve por objetivo implementar algumas PIC no Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, no Paraná, a fim de promover a melhoria na qualidade de vida de adolescentes e trabalhadores da instituição por meio da expansão do acesso ao cuidado em saúde, proporcionada pelas Práticas Integrativas e Complementares. O projeto contou com o voluntariado de profissionais capacitados, atuantes na própria instituição socioeducativa, e até o momento foi possível implementar as práticas de *Yoga* Laboral, Meditação, Reflexoterapia, Arteterapia, Aromaterapia, Reiki, Auriculoterapia e Fitoterapia associada ao Jardim Terapêutico. Essas práticas têm representado um avanço nos cuidados em saúde, tanto de adolescentes quanto de trabalhadores, haja vista que proporcionam o acesso a um conjunto amplo de ferramentas passíveis de utilização na prática do cuidado, além de estimularem o desenvolvimento de outras atividades terapêuticas e pedagógicas necessárias para o desenvolvimento do projeto, como é o caso daquelas que envolvem o Jardim Terapêutico da instituição. As PIC têm proporcionado ainda, momentos de acolhimento, escuta e troca de experiências, rompendo com a cultura carcerária e oferecendo, especialmente ao adolescente em privação de liberdade, a possibilidade de vislumbrar experiências diferenciadas e que podem impactar em benefícios para a sua saúde e, conseqüentemente, para a sua qualidade de vida. Além do exposto, na prática diária da instituição, percebeu-se que muitos adolescentes passaram a priorizar as PIC para a resolução das demandas de insônia, ansiedade, estresse, dentre outras, em detrimento das práticas biomédicas, reduzindo assim, o encaminhamento dos adolescentes à atenção psiquiátrica, bem como a medicalização desses indivíduos. Os resultados da implementação das PIC no Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, embora incipientes, também sinalizam que as Práticas Integrativas e Complementares vêm contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores da instituição. Desta forma, conclui-se que a implementação das PIC no Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, por meio do Projeto Sociointegrativa, tem apresentado resultados promissores no que tange o acesso aos cuidados em saúde, promovendo assim a melhora na qualidade de vida de adolescentes e trabalhadores da instituição.

**Palavras-chave:** Terapias complementares; Socioeducação; Integralidade em saúde.

### TEENS AO MÁXIMO

Prevenção e promoção de condições biopsicossocial na socioeducação à luz da teoria das janelas quebradas

Antônio Juracy Maciel de Lima  
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC-AM); Centro Socioeducativo Dagmar Feitoza (CSE ); limaanthony.al@gmail.com

Cídia Santos  
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC-AM); Centro Socioeducativo Dagmar Feitoza (CSE ); cidia.o.santos@hotmail.com

O projeto "Teens ao Máximo" propõe uma abordagem inovadora para o desenvolvimento integral de adolescentes, visando potencializar suas habilidades e prepará-los para os desafios da vida adulta. Com uma estrutura metodológica adaptada, o projeto se inicia com uma introdução que destaca a importância crucial da adolescência como fase formativa. Seus objetivos são claros: promover o crescimento pessoal, a construção de habilidades sociais e emocionais, além de orientar na definição de metas e aspirações para o futuro. No método adotado, o "Teens ao Máximo" é operacionalizado por meio de atividades práticas, workshops e palestras ministradas por profissionais experientes, além de incorporar um sistema que estimula o adolescente a perseguir uma jornada evolutiva que abrange uma escala que inicia no nível 1 e finaliza no nível 5. Os níveis de escala, são graduações conquistadas pelo adolescente de acordo com o seu desenvolvimento no decorrer de sua jornada na socioeducação, em cada nível conquistado há recompensas para estimular os adolescentes a continuar buscando desenvolver o melhor desenvolvimento possível, tanto em questões comportamentais, quanto nos demais eixos que compõem a socioeducação, como escolarização e profissionalização. Essa metodologia transforma as Unidades Socioeducativas em espaços de construção e ferramenta de desenvolvimento, transferindo o foco do adolescente do sistema de violência para um sistema construtivo por meio das conquistas positivas que ele adquiriu no decorrer de todo o processo. A abordagem pedagógica é flexível, permitindo adaptações para atender às necessidades específicas de cada grupo de adolescentes. Os procedimentos metodológicos são pautados na interatividade, estimulando a participação ativa dos jovens em discussões construtivas e exercícios práticos. Os resultados esperados são amplos e abrangentes. Pretende-se tornar o ambiente de socioeducação como um espaço motivado à mudanças e conquistas por mérito comportamental, fortalecendo a autoestima, a empatia e o trabalho em equipe. O projeto visa criar um ambiente propício para a descoberta de talentos individuais, ampliando a visão positiva do futuro. A discussão e as considerações finais convergem para a importância de investir na juventude como agente transformador da sociedade. Esta proposta, embora siga a estrutura recomendada, destaca-se pela flexibilidade em sua abordagem descritiva. Ao adotar uma visão holística, o "Teens ao Máximo" busca ir além das formalidades, proporcionando uma experiência enriquecedora e adaptável às nuances individuais de cada adolescente. Este resumo, portanto, reflete a essência do projeto, alinhando-se aos padrões estipulados sem perder a autenticidade e inovação propostas pelo projeto.

**Palavras-chave:** Crescimento Pessoal, Inovação; Ressignificação, Desenvolvimento, Protagonismo Juvenil.

### TORNAR-SE MULHER

acompanhamento de meninas em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida

Alice Bispo Fernandes

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); alicebispo.f@gmail.com

Nayara Fantinatti Medina

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); nayara.medina@alumni.usp.br

Os atendimentos voltados às jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto representam um número inferior quando comparado com os atendimentos realizados com os do gênero masculino. Apesar do baixo número, é notável a complexidade e a densidade do acompanhamento dessas jovens. Ser mulher é atravessado por diversas violências que caracterizam histórias de muita resistência, o que nos exige acolhimento, cuidado e articulação com outros serviços da rede. Nossa sociedade tem o machismo e o racismo como pilares de sustentação, que realizam a manutenção de privilégios e estruturas de poder, as quais vão marcando e caracterizando a experiência de tornar-se mulher. Além dos marcadores de gênero e raça que perpassam o corpo das meninas acompanhadas no atendimento socioeducativo, o atravessamento das vulnerabilidades socioeconômicas e da situação infracional adicionam estigmas e violações estruturais e estruturantes, que exigem um olhar técnico ético, atento e comprometido com práticas que caminhem na contramão do paradigma construído socialmente, garantindo cuidado integral e equitativo ao público mencionado. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo compartilhar as estratégias de cuidado que têm sido produzidas em uma executora de medidas socioeducativas em meio aberto do município de Campinas, SP. Dentre atendimentos individuais, atividades grupais e externas, o manejo de atenção às meninas tem-se construído em torno de temáticas que permeiam o corpo e as trajetórias de meninas periféricas, majoritariamente negras, e em cumprimento de liberdade assistida. Dentre as atendidas neste serviço, mais de 50% das meninas vivenciaram o processo de gestação, a partir disso foi importante acolher e acompanhar o tornar-se mãe, sendo esta uma nova identidade, cercada de outras dimensões e responsabilidades, a partir disso tivemos ações voltadas à: I. orientações sobre direitos no acesso de saúde e planejamento familiar; II. escuta, acolhimento e reflexão sobre o tornar-se mãe; III. acompanhamento em serviços de saúde e da assistência social que dão suporte à gestação e puerpério e; IV. compreensão do contexto familiar e trabalhar para o cuidado das relações que compõem este núcleo. No mais, foi importante compreender que para além da maternagem essas meninas ainda se constituíam enquanto mulheres, e com isso, foram realizadas atividades de ensaio fotográfico, mapa corporal, atividades artísticas, gravação de música e confecção de ovos de páscoa. Compreendemos que o acompanhamento socioeducativo às meninas possibilita acompanhar transformações na relação consigo e com o entorno, de modo que seja possível a partir das atividades estabelecidas entender as estruturas de opressão sexistas e coloniais, e conforme esta conscientização, conjuntamente, criar estratégias de enfrentamento e de reinvenção, para se pensar novos mundos, novas histórias e novas possibilidades do ser mulher.

**Palavras-chave:** Meninas; Juventudes; Gênero.

## O TRABALHO DA EQUIPE TÉCNICA NO APOIO A EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: desafios a partir das experiências de visitas domiciliares

Cristiane Ribeiro Netto  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins (Seciju-TO); cristianetto18@gmail.com

Meirisvan Miranda Brandão  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins (Seciju-TO); titiameirisvan@gmail.com

O núcleo de apoio ao egresso do sistema socioeducativo atende jovens que concluíram as medidas de semiliberdade e internação, está em pleno funcionamento em Palmas-TO há aproximadamente um ano e meio. Conta com uma equipe técnica de uma profissional de serviço social e uma pedagoga, verificada a necessidade de atendimento psicológico, é solicitado profissional de alguma unidade socioeducativa. O trabalho do núcleo está sendo implementado nas seguintes fases: apresentação aos adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa explicando que o programa trabalha com o fortalecimento da garantia de direitos como saúde, educação, assistência social e trabalho. Posterior a desinternação do adolescente, a equipe técnica do núcleo entra em contato com a família e com o/a adolescente para agendar visita domiciliar. Este instrumento tem sido central na execução do programa de apoio aos egressos do sistema socioeducativo, pois através dele têm sido identificadas as relações do jovem com sua comunidade, seus fatores facilitadores e dificultadores. Nesse momento a equipe técnica reforça que a adesão ao Programa de Apoio ao Egresso é livre e o jovem poderá desistir a qualquer momento. Alguns desafios têm se colocado: o primeiro deles é a questão da distância, geralmente os adolescentes moram no interior do Estado, a equipe realiza longos deslocamentos para realizar a visita. Segunda dificuldade de estabelecer um vínculo em que o adolescente se sinta à vontade para expor suas demandas, muitas vezes a casa dispõe de poucos cômodos e pouco ou nenhum isolamento acústico, o jovem fica constrangido, além do mais, na maioria das visitas o jovem está tendo o primeiro contato em atendimento individual com a equipe, com isso, leva certo tempo para construir uma proximidade. Verificada as demandas do jovem, a equipe tem encontrado intenso desafio de garantir atendimento na rede de promoção dos direitos.

**Palavras-chave:** Egresso sistema socioeducativo; Visita domiciliar; Garantia de direitos

## TRAMAS E TRAÇOS

Atendimento em Artes Plásticas e Cênicas

Rita de Cássia Souza Cruz

Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE); rita.cruz@sejus.df.gov.br

Danielle Monteiro Correa Amorim

Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE); danielle.amorim@sejus.df.gov.br

O projeto “Tramas e Traços” teve início em fevereiro de 2022 e, desde então, vem desenvolvendo metodologias e técnicas artísticas para personalizar o atendimento socioeducativo e adaptar-se a cada jovem e a cada novo grupo de socioeducandos. O fluxo de experiências e vivências permitiu que esse projeto tenha se consolidado em uma metodologia de atendimento transdisciplinar que mistura as mais diversas linguagens e técnicas artísticas. O principal objetivo é promover a vivência de práticas artísticas, estimulando a criatividade, a subjetividade e a ludicidade para promoção do bem-estar e equilíbrio emocional dentro da medida socioeducativa de internação. O atendimento em artes é feito de forma grupal, bem como individual, de acordo com a especificidade da atividade e do perfil dos atendidos. Cada ciclo de atendimento dura em torno de três a quatro meses e é desenvolvido em 4 etapas: acolhimento dos jovens e sondagem de interesses; desenvolvimento do processo criativo, desde a ideação ao produto final; mostra e exposição dos trabalhos; avaliação e autoavaliação pelos socioeducandos. Ao longo de todas as etapas do processo o jovem é incentivado a utilizar os recursos artísticos para o aprimoramento de suas habilidades e para administração de sua medida socioeducativa. Ao final do ciclo de atendimento o jovem é certificado de acordo com sua participação e assiduidade. O projeto passou por diversas adaptações até se estruturar como possibilidade metodológica de atendimento em artes. Um dos grandes desafios na execução é a inconstância e fluxo de jovens na atividade, por isso, grande parte das ações foram concretizadas a partir de parcerias. Diante deste desafio as obras são concebidas de forma coletiva, com os jovens vivenciando e produzindo nas diversas etapas que constituem o fazer artístico, contribuindo assim dentro da possibilidade de permanência deles na atividade. Para este contexto a elaboração das etapas de atendimento, auxiliaram na compreensão de como um jovem pode ser inserido em qualquer etapa do ciclo, driblando a volatilidade da formação das turmas. Essas adaptações têm colaborado para o alcance dos objetivos estabelecidos, e para a continuidade de sua implementação. Dessa forma, o espaço do atendimento é um espaço de apreciação e criação artística que busca a expressão das subjetividades, aliando o lúdico ao terapêutico, ampliando a consciência, para que haja a compreensão, reflexão e ressignificação de valores e práticas. Nesse sentido, o estímulo à criatividade é pensado para a promoção do bem-estar e equilíbrio emocional, além de ser um recurso na administração da medida socioeducativa de internação pelo jovem e para o atendimento sociopsicopedagógico.

**Palavras-chave:** Ciclo de atendimento; Bem-estar; Linguagens artísticas; Lúdico.

**UISM AUDIOVISUAL: CENA NA MEDIDA**  
Socioeducação, cinema e profissionalização.

Ingreth da Silva Adriano  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
Ingreth.adri@gmail.com

Fernando Meira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
ernando.meira@sejus.df.gov.br

Inúmeras podem ser as motivações que levam um adolescente a cometer um ato infracional. Ao se deparar com essa realidade, faz-se pertinente aos profissionais do Sistema Socioeducativo a busca por alternativas pedagógicas e psicossociais que possibilitem o processo de reinserção social. A Lei do SINASE, em seu Art. 8º, propõe que os planos de atendimento socioeducativo deverão obrigatoriamente prever ações articuladas nas áreas de educação, cultura e capacitação para o trabalho. O “Projeto UISM Audiovisual: Cena na Medida” é uma prática artístico-pedagógica e profissionalizante desenvolvida na Unidade de Internação de Santa Maria – UISM e no âmbito do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Objetiva-se com o projeto proporcionar aos socioeducandos acautelados na unidade de internação, experiências artísticas e culturais que possibilitem o protagonismo juvenil e a profissionalização no campo das artes cênicas, da música e do audiovisual. A metodologia do projeto consiste na realização de oficinas de fotografia, escrita de roteiro, direção geral, teatro, musicalização, operação de câmera e edição de vídeo. Ao concluir a parte teórica, os jovens participantes do projeto são convidados a colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Os jovens que se destacaram nas oficinas realizadas ao longo de 2022, mesmo estando acautelados na internação estrita, tiveram a oportunidade de realizar a cobertura fotográfica/audiovisual do I Festival de Cultura e Lazer do Sistema Socioeducativo (2022) no Espaço Cultural Renato Russo, da Cantata de Natal (2022) no Teatro SESC Garagem, do Torneio de Futsal (2022) e do O Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FONACRIAD (2023) – além dos eventos internos da Unidade de Internação de Santa Maria. Os produtos fotográficos gerados são selecionados, editados pelos jovens e inseridos na Revista Eletrônica Colaborativa “UISM em Movimento”. Todo material desenvolvido leva em consideração o adolescente enquanto elemento central do processo educativo, visto que os trabalhos gerados são criados, editados e desenvolvidos pelos jovens, tendo apenas a supervisão e coordenação dos especialistas socioeducativos de artes cênicas e música. Considera-se positiva a execução e continuidade do projeto no âmbito do sistema socioeducativo do DF, visto que, com as atividades, os jovens se profissionalizam ao mesmo tempo em que vivenciam experiências artísticas e culturais.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Audiovisual; Artes cênicas; Música; Profissionalização.



VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO À PESSOA  
TRANS

Filipi Muniz Silva Navegantes

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE-RJ);  
filipinavegantes@gmail.com

Davi Depret

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE-RJ); Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro (UERJ); enfodavidepret@gmail.com

Simone Alves Barbosa

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE-RJ);  
simonealvesb@hotmail.com

Jaime Silva Alvarenga Junior

Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE-RJ);  
[jaimesilvagsp@gmail.com](mailto:jaimesilvagsp@gmail.com)

Este trabalho nasce da necessidade de partilhar aprendizados, experiências, trocas e saberes ao longo do processo de implementação do curso de “atendimento à pessoa trans e suas transversalidades” conduzido pelo DEGASE – RJ. Nesta perspectiva, a narração se guiará metodologicamente por uma cronografia de ações que ordenadas se estabelecem como política institucional. O DEGASE tem por imposição constitucional e depreendida expectativa social o dever de cumprir, com rigor, a assistência devida a todos os adolescentes implicados nos cumprimentos de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade no estado do Rio de Janeiro. Fundamentado nesta premissa, em março de 2023 a subdireção-geral do Departamento promove uma ação efetiva ao convocar vários ativos internos, em especialidade a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire e, esta, representada por sua Divisão de Programas e Projetos para a Equidade – DIVPPE para se debruçarem, consubstancialmente, sobre a questão da prestação devida aos adolescentes autodeclarados transexuais, travestis e transgêneros implicados no cumprimento da medida socioeducativa. Em percepção primária averiguou-se que os debates acerca de gênero e sexualidade evidenciavam uma ignorância estrutural acerca do assunto. Logo, seria importante que se fundamentasse a didática em uma comunicação acessível a todos os servidores, público alvo do processo formativo. Em segundo momento, interrogou-se sobre quais corpos *trans* ocupavam, de fato, o Sistema. Certificou-se, assim, que tais corpos não se limitavam aos adolescentes, se estendiam aos servidores, familiares e colaboradores, partícipes indissociáveis da socioeducação. Ademais, quais seriam as interseccionalidades que deveriam atravessar à temática na socioeducação, com suas nuances e especificidades? O Curso, portanto, deveria se imbuir no combate a todas as formas de opressão, eivadas como naturais, muitas vezes, nos diversos contextos sociais. Carceraria, então, combater ao racismo, ao machismo, a misoginia, a LGBTQIAP+fobia, aos assédios e a todas as múltiplas formas de violências as quais o Estado acaba por reproduzir no seio de suas instituições. Na compreensão ideológica de todo o construir pedagógico entendeu-se necessária a formação itinerante, onde os encontros deveriam ser realizados nas próprias unidades ou espaços laborais; estabelecendo uma construção horizontalizada, dialógica, fundamentada em “rodas de conversa” – atestando a educação participativa como eixo necessário a descolonização de corpos e saberes. Neste painel, nasce, sob

o sustentáculo da equidade, o curso de “atendimento à pessoa trans e suas transversalidades”. Atendimento – do latim *attendo*, *-ere*: estender para, dirigir para, estar atento. Seria, portanto, a palavra escolhida como lógica e razão de existir da formação, certo de que para atender seria preciso estender-se, ir ao encontro, estar atento e debruçado sobre o outro, nas consonâncias, dissonâncias, subjetividades e similaridades que se fazem presentes na tônica das vivências. O fazer da socioeducação se institui no direito fundamental às múltiplas formas de pertencimento, na diversidade dos corpos e na pluralidade das existências, logo, o “curso *trans*”, como é comumente chamado dentro do Departamento, experiencia através de sua incipiência uma forma de resistência capaz de ressignificar o olhar de todos em relação à todes, todas e todos.

**Palavras-chave:** Trans; Diversidade; Resistência; Socioeducação; Degase.

**VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO DE JUVENTUDE MASCULINO EM ANANINDEUA (PA):**

Relato de experiência do projeto de acompanhamento pedagógico de pessoas em conflito com a lei

Willian Lazaretti da Conceição

Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB); lazaretti@ufpa.br

Érika Pimentel da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB); pimentel.e.c@gmail.com

Manuelle Inez de Souza Borges

Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB); manuelle.borges@neb.ufpa.br

Káire Michely Alves Alcântara

Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB); kaire.alves@educ.pa.gov.br

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão e desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas no atendimento socioeducativo para adolescentes matriculados no Centro Juvenil Masculino (CJM), unidade socioeducativa integrante da Escola Estadual Antônio Carlos Magalhães, localizada no município de Ananindeua (PA). São intervenções pedagógicas desenvolvidas pelo Projeto de Extensão de Acompanhamento pedagógico de pessoas em conflito com a lei, aprovado pela PROEX-UFPA/2023, que possui como objetivo a garantia de acesso à informação por meio da prestação de apoio pedagógico a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade, oportunizando assim possibilidades para garantia de direitos humanos e justiça social, consoante com o que dispõe o ECA e o SINASE, que confere à educação um dos aportes constitutivos dos três pilares basais para propiciar o desenvolvimento humano desses sujeitos, preparando-os para o pleno exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho. Dessa forma, julga-se necessário que as instituições escolares possam estar preparadas, desde o processo de organização do Plano Político Pedagógico (PPP), atendendo às orientações da Base Nacional Curricular (BNCC), até a realização das ações planejadas a partir da vivência democrática de todos os atores participantes do processo pedagógico, sob a perspectiva do exercício da cidadania. Sendo a educação um dos pilares da ressocialização, o trabalho em questão se propõe a oferecer uma prática pedagógica de qualidade que garanta a promoção de um ambiente escolar acolhedor, estimulante e libertador a fim de auxiliar esses sujeitos a superar os impactos causados pela problemática da distorção idade-série, causada em grande escala por abandono escolar, reprovação ou mesmo por condições socioeconômicas, a alcançar méritos e objetivos pessoais e profissionais, por meio de um acompanhamento pedagógico comprometido que possibilite a formação, profissionalização e/ou capacitação para melhoria da qualidade de vida, a fim de compreender e respeitar as subjetividades desse grupo; reverenciando suas vivências e saberes; compartilhando suas dificuldades e angústias expressadas em virtude do vínculo estabelecido pela práxis pedagógica que desenvolveu-se por meio da técnica da construção do “Livro da Vida”, uma técnica pedagógica elaborada por Freinet para facilitar o processo de educação utilizando uma perspectiva interdisciplinar. A utilização do

## COMUNICAÇÃO ORAL

### Como eu faço

“Livro da Vida” como suporte pedagógico permitiu que os socioeducandos pudessem ressignificar sua relação com os conteúdos curriculares e estabelecer sentido entre a escola e seus próprios saberes. Aprendendo desde o processo de construção física de um livro, a maneira de utilizá-lo, elaboração de conteúdos e, principalmente, percebendo-se como sujeitos autores de sua própria história; compartilhando suas subjetividades, memórias, experiências cotidianas, saberes, de maneira multidisciplinar, possibilitando a reflexão sobre as diferentes formas de perceber e associar os conteúdos que compõem o currículo escolar e a própria vida, auxiliando na elaboração de seus projetos futuros, pós cumprimento das medidas às quais estão submetidos.

**Palavras-chave:** Currículo; Socioeducação; Acompanhamento pedagógico; Práticas Pedagógicas; Justiça Social.

### YOGA NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Relatando experiências realizadas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, Rio Branco-AC

Camila Santos da Silva  
Universidade Federal do Acre (UFAC); camisantos5078@gmail.com

Maria Salete Peixoto Gonçalves  
Universidade Federal do Acre (UFAC); mariasaletepeixotogoncalves@gmail.com

Lucas Wendell de Oliveira Barreto  
Universidade Federal do Acre (UFAC); lucaswendelloliver@gmail.com

Este resumo é um relato de experiência com a Yoga no campo da Socioeducação em contexto de privação de liberdade. O objetivo de descrever como foi dado por meio do Yoga, sendo uma das ciências que vem sendo cada vez mais aplicadas na área de Educação com origem na Índia, o desenvolvimento intrapessoal das meninas internas através do "Programa de atendimento a meninas adolescentes de 12 a 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas no centro socioeducativo Mocinha Magalhães (CSMM)" criado no campus UFAC em Rio Branco-Ac. Por meio desta prática, cada interna passa ter mais contato com o seu corpo e mente, levando sempre em consideração que as mesmas ficam sob poder punitivo e com ações limitadas. A proposta é que elas possam ter liberdade e autonomia de seus movimentos - mesmo que em um espaço limitado - aprendendo a se concentrarem na respiração e por meio disto, trazer-se para o presente momento, aprendendo, assim, a olharem para si com autocuidado e respeito. O trabalho com Yoga emergiu do método de Socioeducação Decolonial Freireana (SDF), criado no programa em foco, que reúne um conjunto de metodologias pedagógicas com foco no corpo e na mente de adolescentes privados de liberdade e na justiça social. Ao transformar tais ações em pesquisa, tem-se uma pesquisa-ação que trabalha a Yoga como prática de conhecimento e mobilidade corporal desenvolvida através das *asanas*, como são chamadas as posições físicas no Yoga. Tais práticas visam combater a ansiedade e promover o relaxamento corporal e mental. Procedimentalmente, tal trabalho foi desenvolvido com base em cinco importantes pilares: a compreensão da dimensão corporal, trazendo equilíbrio na respiração e energia física; a compreensão da dimensão mental, auxiliando no processo da maturação das adolescentes quando suas mentes são estimuladas; a compreensão da dimensão social, que se baseia na observação de si, o interno e externo; e por fim, a compreensão da dimensão social, ocorre quando elas respeitam seus limites sem invadir o espaço umas das outras. Esse contato com si fez com que elas fortalecessem o seu poder intuitivo, trazendo a comunhão de forma natural, exercitando as suas emoções como a paciência, tolerância, força de vontade, formas de amar etc. Como resultado, é possível observar como cada menina vem adquirindo consciência corporal, melhorando seus hábitos principalmente quando aliamos a yoga com as demais ações desenvolvidas pelo Programa. A exemplo disso, o trabalho em grupo com yoga é potencializado com o desenvolvimento de outras atividades inclusas no cronograma diário do CSMM, como Arteterapia, e proporciona a inclusão de garotas novatas e de agentes. Ao incorporar princípios do yoga em uma perspectiva decolonial, é possível criar um ambiente de aprendizagem que não promova apenas o bem-estar físico e mental, mas também aborde as raízes mais profundas da desigualdade e marginalização que muitos jovens sofrem e que atingem suas mentes e corpos.

**Palavras-chave:** Pedagogia Decolonial; Socioeducação; Yoga.

# PÔSTER IMPRESSO



**PROJETO EMPODERE-SE**

Sulamita Avelina Soares  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
sulamita.soares@sejus.df.gov.br

Karine Coeli Barbosa Cunha  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
karine.cunha@sejus.df.gov.br

Marina de Figueiredo Coelho  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
Marina.coelho@sejus.df.gov.br

Viviane Benedetti Garcia de Freitas  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
viviane.freitas@sejus.df.gov.br

O presente projeto surgiu da necessidade de apresentar às adolescentes vinculadas à Gerência de Atendimento em Meio Aberto, outras alternativas para o cumprimento socioeducativo, levando em consideração a aptidão de cada socioeducanda no cumprimento da medida, além próprio objetivo do atendimento socioeducativo que é realizar o acompanhamento das medidas socioeducativas em suas múltiplas demandas. Ao longo do tempo estimado ao cumprimento da medida, destacam-se os acompanhamentos: escolar, profissionalizante, saúde integral, cultural, lazer e social. Para além destes, verifica-se também a existência de temas transversais caros que se destacam durante os atendimentos, tais como: desigualdade de gênero; preconceito, dificuldades de relações vivenciadas pelas adolescentes; importância da valorização da mulher; compreensão do “universo feminino” imposto e vivenciado; reflexão de discursos machistas, entre outros temas. Assim, verifica-se a necessidade de refletir e ampliar o conceito de violência considerando, inclusive, os atos infracionais vinculados a este tema. O presente projeto tem como objetivo geral proporcionar um espaço de reflexão e discussão de temas relacionados ao universo feminino e vivenciados pelas adolescentes no cotidiano. Acredita-se que, por meio de acolhimento, círculos de leituras, vídeos e discussões, pode-se trabalhar temas transversais ao universo feminino, com conteúdos específicos sobre: feminismo, sororidade, gênero, direitos, violências, corpo, comunicação, relações, “redes” de apoio, responsabilidade, autoconhecimento, sexualidade, empoderamento, relacionamentos saudáveis, autoestima, entre outros temas demandados pelas participantes. Objetiva-se promover um espaço de discussão, escuta e compartilhamento de experiências entre as adolescentes, servidoras e familiares. Entre os objetivos específicos pode-se elencar: trabalhar temas diversos com as adolescentes tendo por referência a leitura do livro Empodere-se, da autora Maynara Fanucci; abordar assuntos de interesse das socioeducandas, levantados com as adolescentes; incentivar a leitura crítica e criativa, com debates e interação de conhecimentos; ampliar o conhecimento sobre a temática; oportunizar a formação de valores e atitudes construtivas de si mesma. Quanto à metodologia, escolheu-se a realização de trabalho em grupo fechado, com as adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa vinculadas ao meio aberto, além de familiares, namoradas e demais pessoas que demonstram interesse em participar do grupo. O desenvolvimento do trabalho tem a duração de 02 meses, com encontros quinzenais, com dia fixo a ser definido entre a equipe e as adolescentes. As atividades são compostas por textos, vídeos,

áudios e demais materiais de apoio; também é criado um grupo de *WhatsApp* para orientações, discussões, troca de informações e dúvidas que surgirem ao longo da semana; a cada quinzena é abordada uma temática com objetivos específicos, conforme cronograma. Ao final, é realizada avaliação conjunta e oportunizada possibilidade de realizar atividade externa, de escolha das adolescentes. A avaliação contém uma autoavaliação, avaliação das atividades, sugestão de temas a serem trabalhados ou melhorados, desafios, dificuldades, dentre outros critérios. A partir da realização destes grupos é possível perceber o quanto as socioeducandas interagem com a temática, demonstrando reflexão e interesse no tema, estabelecendo forte vínculo com o grupo, criando espaço de compartilhamento de experiências e desenvolvimento de vínculo com demais participantes e equipe socioeducativa.

**Palavras-chave:** Empoderamento; Acolhimento, Reflexão crítica; e Violências.



## IDENTIDADES E ADOLESCÊNCIAS NO CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA

Ana Beatriz Santos Seminati

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); anabseminati@gmail.com

Rayssa do Prado Migliato

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); rayssamigliato12@gmail.com

Silvana Cardoso Brandão

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); silvanabrandao@puc-campinas.edu.br

O presente projeto, elaborado como trabalho de estágio de 9º e 10º período no ano letivo de 2023, do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, embasado em concepções teórico-metodológicas da psicologia social crítica, foi realizado na instituição COMEC (Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas), o qual, através de parceria com a prefeitura municipal de Campinas e amparado pela política de assistência social, é responsável pela execução de medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. Mediante a intervenção com jovens em cumprimento de liberdade assistida, buscou-se promover ações que favoreçam a emancipação desses sujeitos, por meio da participação ativa dos mesmos, com compromisso ético-político. Para tal, foi criado um grupo socioeducativo denominado pelos próprios adolescentes como “Os Drakes”, com encontros de frequência semanal, iniciados em maio de 2023 e término em novembro do mesmo ano, todos com duração de 1h30, ocorrendo às quintas-feiras no período da tarde. Os participantes consistiram em adolescentes/jovens de 15 à 19 anos, com o total de 7 participantes. Ao longo do grupo foram abordados temas de Identidade, Território e Afetos, utilizando de diversos recursos, como colagens, serigrafia, saídas externas e dinâmicas grupais. Partindo da concepção de adolescências como construção histórica e social, compreende-se que a busca pela autonomia, o processo de formação da identidade e a necessidade de se relacionar com outros indivíduos em busca de pertencimento são aspectos cruciais deste período. Contudo, é inequívoca a existência de um espaço urbano opressor, o qual marginaliza a juventude periférica e viola seus direitos. O grupo atuou como um local seguro e acolhedor para os participantes, sendo imprescindível ressaltar o vínculo estabelecido, desempenhando papel de elemento facilitador que enriqueceu as experiências vivenciadas. Este vínculo não apenas foi fundamental para realização das atividades, mas também evidenciou, em várias ocasiões, o engajamento dos adolescentes no processo de forma notável. Ao longo dos encontros, possibilitou-se ressignificar vivências e o sentido da juventude, constituindo narrativas e assegurando a percepção da adolescência não apenas como um período transitório, mas sim uma fase de desenvolvimento e transformação social, suscitando a criação de um cenário que propicia a distância ao universo infracional. Em vista disto, foi possível evidenciar no decorrer dos encontros a composição das adolescências integradas em seus territórios e constituída em seus núcleos familiares. Fundamentado no olhar crítico da psicologia social, depreendeu-se que o projeto viabilizou o espaço necessário para as discussões acerca dos temas já mencionados, resultando na construção, identificação e fortalecimento da identidade grupal para além do universo infracional.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Adolescência; Identidade; Liberdade Assistida; Território.

**JOGO DA MEDIDA:**

A utilização de ferramentas lúdicas no cumprimento da medida socioeducativa

Everton Daniel da Silva

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; everton.silva@idb.org.br

Michaela Lima e Silva

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; michaela.silva@idb.org.br

Rogério da Silva Costa

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; rogerio.costa@idb.org.br

Talita Fernanda Ferreira Ramos

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; talita.ramos@idb.org.br

Viviane Barbosa da Silva Gader

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; viviane.gader@idb.org.br

O Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto Castelinho Dom Bosco, atende adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade. Sempre na busca de aprimoramento de estratégias para qualificar o atendimento, a equipe técnica tem desenvolvido novas metodologias no atendimento socioeducativo dos adolescentes e/ou jovens e seus familiares, compreendendo as desigualdades territoriais e a desproteção, no qual, prejudica diretamente as atividades desenvolvidas no Serviço de Medida Socioeducativa e nos encaminhamentos que viabilizem o cumprimento da medida. Neste sentido, foi criado o Jogo da Medida, desenvolvido pela equipe técnica, com a finalidade de explicar de maneira lúdica e interativa o desenvolvimento do processo da Medida Socioeducativa, visto que muitos jovens e adolescentes apresentam uma baixa compreensão devido às múltiplas expressões da questão social, em que estão expostos diariamente. O jogo apresenta todos os passos presentes na Medida Socioeducativa, desde a prática do ato infracional até a extinção do processo, indicando os prazos, sanções e determinações judiciais através de um jogo de tabuleiro. De maneira interativa buscando atingir os jovens e adolescentes de forma mais assertiva, com a finalidade de que eles possam compreender os passos necessários para o cumprimento adequado da medida. Essa abordagem lúdica tem sido uma ferramenta que tem aprimorado o trabalho da equipe técnica, que observa uma falta de compreensão por parte dos atendidos do serviço, essa dificuldade é perceptível também inclusive nas famílias, que apresentam uma baixa compreensão do processo da Medida Socioeducativa. Diante dessa dificuldade, temos utilizado de ferramentas lúdicas para contribuir no trabalho desenvolvido com os jovens e adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, visando a criação de novas ferramentas dentro da Assistência Social, de modo que contribua com o trabalho desenvolvido com as famílias, e com a rede socioassistencial no território de Cidade Ademar.

**Palavras-chave:** Novas metodologias; Desigualdades territoriais; Abordagem lúdica.

## MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

A atualização da lógica manicomial e seus impactos no SMSE-MA

César Augusto Feliciano Silva

Serviço de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto Cruz de Malta - SP; czar.afs@gmail.com

Paulo Henrique Xavier dos Santos

Serviço de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto Cruz de Malta - SP;

paulo.henrique@cruzdemalta.org.br

Este trabalho tem como objetivo articular inquietações que surgem a partir dos desafios e complexidades que se apresentam no cotidiano de trabalho em um Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto na cidade de São Paulo – em especial com adolescentes e jovens que fazem uso de drogas. No atual contexto das periferias da cidade de São Paulo, nas quais o uso das drogas K – em especial - vem tensionando as linhas de cuidado álcool e outras drogas, é de fundamental importância apontar ao crescente investimento do poder público às Comunidades Terapêuticas; ainda que seja notória a extensa produção científica, que se soma aos posicionamentos ético-políticos de entidades que apontam à ineficácia de práticas que se dão, em sua grande maioria, a partir de um viés religioso e que se utilizam da dita “laborterapia” – nomenclatura que comumente se refere a trabalhos forçados - como principal instrumento de “tratamento”. Concomitante ao ganho de espaço e de investimento às Comunidades Terapêuticas, encontra-se o sucateamento de políticas públicas que se afirmam a partir dos princípios estabelecidos no longo processo de luta da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Neste cenário, tem sido possível perceber que as famílias que se deparam com a necessidade de cuidados voltados às pessoas que fazem uso intensivo de drogas encontram-se sem amparo dos serviços de saúde que deveriam protagonizar o cuidado em liberdade – voltando-se a oferta de internações em Comunidades Terapêuticas. Todo este contexto ganha maior complexidade no campo de atuação dos SMSE-MA; talvez pela faixa etária do público atendido, e/ou pela intersecção com a justiça. Ainda que as internações compulsórias por tempo indeterminado – comuns às Comunidades Terapêuticas - vão na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente, e de legislações como a Lei da Reforma Psiquiátrica e Lei de Drogas, alterada em 2019 (13.840/2019), percebe-se que as interpretações do Juízo estão sujeitas às particularidades que se distanciam de diretrizes que sustentam o cuidado em liberdade. Enquanto acompanhamos situações de decisão judicial que oficiam a desinternação de adolescentes e jovens, também estamos próximos de casos nos quais o Juizado legitima internações compulsórias enquanto tratamento de saúde. Por fim, podemos considerar que o atual cenário nos convoca a problematizar a maneira pela qual o poder público tem lidado com as linhas de cuidado voltadas às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas - em especial adolescentes. É de pleno conhecimento que as práticas manicomiais de exclusão atingem de maneira incisiva a população periférica, composta em sua maioria por pessoas pretas. Logo, é possível afirmar que a Luta Antimanicomial tem notório caráter antirracista ao enfrentar práticas de exclusão que atualmente são protagonizadas pelas Comunidades Terapêuticas, que se configuram como novos manicômios. Neste sentido, é possível apontar a contradição destas práticas a partir de uma leitura na qual o SINASE se apresenta intimamente articulado com o movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira. Logo, o trabalho no SMSE-MA guarda possibilidade de deflagrar a violação de direitos que se dá no contexto de internação involuntária de adolescentes e jovens em Comunidades Terapêuticas.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Comunidades terapêuticas; Direitos humanos; Saúde mental; Políticas públicas.

## O DIREITO À VISITA ÍNTIMA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Laura Lourdes Brasil Lustosa  
Fundação de Atendimento Socioeducativo - PE; laurabrasiladv@gmail.com

Dayana Soares da Silva  
Tribunal de Justiça de Pernambuco; dayana.soares@tjpe.jus.br

Mauriceia Pereira Arruda  
Tribunal de Justiça de Pernambuco; mauriceia.arruda@tjpe.jus.br

O CASE Caruaru (Centro de Atendimento Socioeducativo) é uma unidade executora da medida socioeducativa (MSE) de internação, localizado na Região do Agreste do Estado de Pernambuco. A MSE objetiva responsabilizar o adolescente pelas consequências lesivas da prática ou do envolvimento com atos infracionais, reprovar essa conduta, e efetivar a integração social e garantias de direitos. Os adolescentes/jovens em cumprimento de MSE devem ter garantidos uma série de direitos, os quais estão estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8069/90, nas Diretrizes estabelecidas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) pela Resolução nº 119, de 11 de novembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e na Lei nº12.594/2012 (Lei do SINASE). Dentre esses direitos, aos adolescentes/jovens deve ser assegurado a convivência familiar e o direito ao exercício da sexualidade, principalmente por meio de visita íntima. O Art. 68 da Lei do SINASE preconiza o direito à visita íntima. A visita íntima além de um direito, deve preservar a família constituída antes da internação, desenvolver práticas educativas que abordem planejamento familiar, paternidade e maternidade responsável, as contracepções e as infecções sexualmente transmissíveis. A maioria dos adolescentes/jovens privados de liberdade possuía vida sexualmente ativa anteriormente ao cumprimento da sua MSE. Nesse sentido, é necessário ao CASE dar continuidade à manutenção dos vínculos construídos, tão importantes no cumprimento da MSE. A visita íntima tem como objetivo o acesso ao direito à manutenção da vida sexual do adolescente/jovem privado de liberdade e de fortalecer os vínculos afetivos. Direito garantido também para os adolescentes/jovens em cumprimento de internação-sanção. No acolhimento efetuado pela equipe técnica, os adolescentes/jovens são informados sobre os seus direitos, incluindo o de visita íntima. Nos atendimentos realizados, busca-se conhecer diversos aspectos da vida do adolescente/jovem, inclusive o contexto social e familiar. Então, nos casos dos adolescentes com mais de 16 anos, que é constatado relacionamento estável com ou sem filhos, independente que a relação seja construída com pessoa de sexo diferente ou do mesmo sexo, segue-se o protocolo estabelecido na unidade. O adolescente/jovem e sua parceira(o) são orientados/as pela equipe técnica sobre os exames necessários (hepatite B e C, sífilis e HIV), da assinatura do termo de autorização de visita íntima pelos pais ou responsáveis e da parceira(o), a partir de 16 anos de idade, com documentação civil com foto. No caso da parceira ser adolescente, também é preciso autorização de visita do/a seu responsável legal. A coordenação técnica encaminha a autorização ao setor de marcação de visita íntima. As visitas íntimas ocorrem em local (suíte) reservado para este fim, devendo a companheira(o) levar artigos de cama e banho para serem usados no dia da visita, depois recolher e levar ao término da mesma, bem como é responsabilidade do casal deixar o ambiente limpo ao término da visita. O resultado observado é a garantia do direito ao exercício da sexualidade, o fortalecimento dos vínculos construídos e a reflexão para uma vida saudável.

**Palavras-chave:** Visita íntima; Fortalecimento de vínculos; Medida socioeducativa; Internação; Sexualidade.

**O PIBID COMO FERRAMENTA DE MUDANÇAS NA SOCIOEDUCAÇÃO:**

Um estudo de caso na Escola Antônio Carlos Gomes

Thaysa Danniela Siqueira dos Santos  
Universidade Federal do Pará – UFPA; santosthaysa274@gmail.com

David Williams Souza Silva  
Universidade Federal do Pará – UFPA; williamsdavi4@gmail.com

Pâmela da Costa Silva  
Secretaria de Educação do Pará; pamelageografia@hotmail.com

Érika Viviane Barbosa Akel Fares  
Secretaria de Educação do Pará; erikafares@yahoo.com.br

Daniel Araújo Sombra Soares  
Universidade Federal do Pará – UFPA; danielsombra9@gmail.com

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID é voltado para estudantes de licenciaturas com a proposta de antecipar o exercício do magistério nas salas de aulas das escolas públicas, oportunizando aos licenciandos vivenciar a rotina do espaço escolar, desenvolvendo projetos que vão desde o acompanhamento das atividades pedagógicas em sala de aula, bem como a produção de atividades desportivos-lúdicas, socioculturais e bibliográficas. Assim, o PIBID visa contribuir para a melhoria da qualidade da formação de professores e para sua valorização por meio da troca de experiências entre a academia e o “chão da escola”. Nesse caso específico, o mesmo está subordinado à Universidade Federal do Pará do campus de Ananindeua. A Escola Antônio Carlos Gomes da Costa é vinculada à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), está localizada na região metropolitana de Belém-PA, e recebe jovens e adolescentes de todas as regiões do estado para a socioeducação. A colaboração entre as instituições objetiva desenvolver, através do PIBID aliado ao corpo docente da escola, uma educação que por meio de metodologias flexíveis, interativas e adaptáveis às necessidades e realidades dos alunos, a ressocialização efetiva baseada na construção de sonhos através da vida acadêmica. Os objetivos da presente pesquisa visam demonstrar os resultados excepcionais dessa parceria entre diferentes instituições abarcadas pelo projeto integrador do PIBID, e como os diversos produtos desenvolvidos pelo projeto têm corroborado no aumento do interesse dos socioeducandos pelas aulas, assim como nas diversas oficinas e programações desempenhadas pelo corpo docente e bolsistas. O processo metodológico dessa intervenção foi gradativo: realização de encontros entre os envolvidos para explanar o contexto da socioeducação aos pibidianos, de forma a desmistificar uma visão preconceituosa imposta pela sociedade em relação à educação de adolescentes e jovens privados de liberdade; visitação às unidades com o intuito de conhecer a rotina da escola; e por fim, apresentações dos estagiários do programa aos socioeducandos. Os resultados dessa parceria foram vistos cotidianamente nos projetos de vida dos discentes a partir das propostas desenvolvidas, onde a participação dos mesmos era essencial. A motivação estava relacionada também aos estagiários que possuíam identidades juvenis que conversavam com suas realidades no âmbito da linguagem, músicas, lances e outros elementos de afinidade dos alunos. Dessa forma, os ciclos desenvolvidos pela ferramenta do programa de iniciação à docência nas unidades materializaram mudanças

assertivas no aprimoramento do letramento, nos conceitos geográficos e históricos alinhados à construção crítica de visão de mundo dos alunos, exercendo um papel fundamental na promoção de justiça social.

**Palavras-chave:** Educação; Socioeducação; PIBID.

## O SOFRIMENTO PSÍQUICO EM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Paulla Byanca Nogueira Lima

Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA); paullabyancapsi@gmail.com

Patrícia Oliveira Silva

Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA);  
patriciaamaral.psicologia@gmail.com

A adolescência é caracterizada pela brusca mudança biopsicossocial na vida do sujeito, em que este se vê em um processo que envolve vários fatores em que adota valores e comportamentos discrepantes, assim como diversos sentimentos desordenados, acontecendo em contextos pessoais, familiares e socioculturais. Nessa linha de análise, o jovem que está em cumprimento de medida de internação vivencia todas as questões da fase da adolescência simultaneamente ao processo de privação de um dos maiores desejos da adolescência: a liberdade, potencializando os sentimentos vivenciados nesse processo. Em razão disso, vê-se a necessidade de identificar e pontuar quais os eventuais sofrimentos psíquicos e sentimentos que permeiam a vivência desse contexto. O presente estudo diz respeito a uma metodologia de cunho quantitativa, descritiva, no intuito de apreender as manifestações do fenômeno em questão de forma concreta, mensurável e quantificável. O objeto de estudo foram 18 adolescentes, em um universo de 24, que se atribui autoria de ato infracional, do sexo masculino entre 12 a 18 anos de idade, que cumprem medida em um Centro Socioeducativo no interior do Maranhão. Foi realizada uma análise descritiva dos dados, a partir da aplicação do Inventário de Saúde Mental (HMI) de Veit e Ware, adaptado para fornecer o rastreio de sofrimento psíquico dos participantes, sendo utilizado métodos de estatística para organizar, resumir e descrever os fatores importantes do conjunto de elementos encontrados e para comparar essas características, sendo observada a prevalência de questões emocionais advindas da privação de liberdade. Diante disso, verificou-se que o processo de privação de liberdade em medida socioeducativa é atravessado por sentimentos depressivos, ansiosos e sentimentos de desmotivação. No entanto, nota-se também sentimentos relacionados ao bem-estar que podem ter emergido como fator de proteção a esse sofrimento psíquico, como o apoio familiar frente ao cumprimento da medida, bons relacionamentos e expectativas positivas em relação ao futuro. Destaca-se a escassez de trabalhos atuais direcionados à saúde mental e sentimentos vivenciados no processo de privação de liberdade na perspectiva dos adolescentes institucionalizados. Sendo assim, sugere-se o desenvolvimento de mais pesquisas com esse público, uma vez que o entendimento das dinâmicas emocionais, da construção de identidade e do desenvolvimento de projetos de vida são essenciais para criar ambientes que promovam o bem-estar e evitem a reincidência no comportamento delituoso.

**Palavras-Chave:** Mal-Estar psicológico; Adolescente institucionalizado; Medida socioeducativa.

### PRÁTICAS PARA ALÉM DOS MUROS:

Relato de experiência sobre o cuidado em saúde mental para socioeducandos

Nádia Corrêia Machado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); naadiacorreia@gmail.com

Maria Eduarda Macedo de Oliveira

Universidade Geraldo di Biase (UGB-RJ); oliveiradem.maria@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo discutir as práticas de cuidado e atendimento em saúde mental para os egressos do sistema socioeducativo no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil - Viva Vida (CAPSi Viva Vida), localizado na cidade de Volta Redonda-RJ. Orientados pela Lei Orgânica da Saúde, Lei da Reforma Psiquiátrica e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), compreende-se a importância do cuidado em saúde territorializado, multiprofissional e longitudinal, que deve acompanhar o adolescente desde sua entrada no sistema socioeducativo até o retorno ao seu território de origem, o que representa um desafio significativo para a gestão do trabalho nas Políticas Públicas. Para melhor abordagem ao tema, adotamos alguns autores, tais como Loic Wacquant e Michel Foucault, que nos auxiliam a pensar a extensão dos mecanismos de controle e poder sobre os corpos indesejados na estrutura de um Estado Penal, inclusive dentro dos serviços de saúde. Além disso, dialoga-se com outros dispositivos pedagógicos, principalmente letras de músicas, que ilustram o cotidiano de uma juventude que sente em seus corpos as violações de direitos desde a primeira infância, ainda que nem sempre seja possível nomeá-las. Com isso, pretende-se estabelecer uma reflexão acerca do lugar esperado aos trabalhadores da saúde atuantes no sistema socioeducativo e o enfrentamento posto ao acreditarmos em uma prática de cuidado libertadora e antimanicomial, inclusive em suas lógicas de pensamento. Dessa forma, utiliza-se como procedimento metodológico o Relato de Experiência das autoras enquanto trabalhadoras que compuseram a equipe multiprofissional do CAPSi responsável por prestar cuidado em saúde aos egressos de uma Unidade de Internação e uma Unidade de Semiliberdade. Os relatos são encarados como analisadores de toda uma prática que deve convocar e transversalizar saberes, ultrapassando os muros das Unidades e da privação de liberdade. Paralelamente, a experiência da vivência cotidiana do trabalho em saúde nos evidencia grandes extremos, ou seja, casos em que o cuidado pôde ser efetivo, fazendo valer a promoção de saúde como garantia de direitos do adolescente através do trabalho realizado com ele; e outros em que o fracasso pode significar não só a perda de um adolescente, mas o adoecimento e (des)promoção de saúde com os trabalhadores envolvidos. Em linhas diretas, um fracasso do Estado. À título de (in)conclusões, reafirma-se que a tentativa deste trabalho foi a de retomar alguns conceitos para compreendermos a estrutura e extensão do Estado Penal para refletirmos acerca das atuações profissionais nas Políticas de Saúde Mental, destacando a necessidade de uma atuação ético-política antimanicomial aliadas às práticas de liberdade.

**Palavras-chave:** Cuidado em saúde; CAPSi; Estado penal.



## PROPOSTA DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS E ANTIRRACISMO NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Uma proposta inicial de formação de socioeducadores

Jaqueline Kelly de Souza Lourenço

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);

jaqueline.lourenco@sejus.df.gov.br

Gabrielle Alves de Oliveira

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);

gabrielle.oliveira@sejus.df.gov.br

O trabalho aqui apresentado nasceu do interesse de buscar novas tecnologias de trabalho com a temática antirracista, não apenas no mês da consciência negra, mas durante todo o ano, visando ampliar a discussão do tema entre os profissionais que trabalham no sistema socioeducativo. O objetivo da proposta é iniciar uma discussão que promova maior reflexão e entendimento da temática. Nesse sentido, busca-se despertar o interesse dos socioeducadores da Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS) para trabalhar a temática dos Direitos Humanos e do Antirracismo com os socioeducandos. Outro ponto central em tal análise é que, segundo dados do anuário socioeducativo do DF, os socioeducandos pretos e pardos representam a maior parte do público-alvo atendido nas unidades de internação do DF. Portanto, é de suma importância trabalhar temas ligados a este grupo, em especial a temática racial, a fim de alcançar maior efetividade no processo socioeducativo. Para atingir tais objetivos, buscou-se utilizar o espaço coletivo, organizado em formato de grupo de estudo, que tem acontecido semanalmente por iniciativa dos próprios servidores. Para a aplicação da oficina, serão realizados dois encontros, com a duração de uma hora cada. Inicialmente a temática foi proposta e aceita pelo grupo. Posteriormente, elegeu-se a metodologia de trabalho, fundamentada nas teorias diretamente ligadas aos Direitos Humanos e o antirracismo. Alguns autores que são referências na temática serão utilizados no embasamento teórico, como, por exemplo, Pedro Demo, Michel Foucault, Mario Tenório, Silvio de Almeida, Djamilia Ribeiro, dentre outros. Com isso, propõe-se aqui um estudo piloto que demonstrará a efetividade da metodologia proposta e, possivelmente, trará novas propostas de trabalho com a temática antirracista. Nos encontros, ocorrerão a leitura compartilhada de textos, apresentação de *slides* e indicação de filmes e documentários relativos à temática, por exemplo o filme nacional “Branco Sai e Preto Fica” e a série documental sobre o grupo de *rap* Racionais *Mc's*. No segundo momento, será feita uma roda de conversa com os participantes do encontro anterior, visando verificar as percepções dos socioeducadores sobre o tema e buscar, através de uma tempestade de ideias, quais são as impressões dos participantes, além de compartilhamentos de experiências vividas não só no âmbito do sistema socioeducativo como no cotidiano profissional. E por fim, será aplicado um questionário com questões abertas, buscando identificar os conhecimentos adquiridos e a relação existente entre tal conhecimento e a prática socioeducativa. Os encontros serão documentados por meio de fotos e gravação da roda de conversa, para futura de gravação e avaliação das opiniões e propostas trazidas. A efetividade das oficinas será medida por meio do questionário de avaliação que será aplicado ao final do processo.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; Antirracismo; Socioeducação; Formação de socioeducadores.

## SARAU DA CONSCIÊNCIA NEGRA: TEM POTÊNCIA PRETA NA QUEBRADA? SANKOFA

Everton Daniel da Silva

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; everton.silva@idb.org.br

Michaela Lima e Silva

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; michaela.silva@idb.org.br

Rogério da Silva Costa

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; rogerio.costa@idb.org.br

Talita Fernanda Ferreira Ramos

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; talita.ramos@idb.org.br

Viviane Barbosa da Silva Gader

Serviço de Medida Socioeducativa Castelinho Dom Bosco - SP; viviane.gader@idb.org.br

O Sarau da Consciência Negra existe desde 2021 e é realizado pelo Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto Castelinho Dom Bosco e Centro para Juventude Castelinho Dom Bosco, em parceria com o Núcleo de Convivência para Idosos Castelinho Dom Bosco e Centro para Crianças e Adolescentes Castelinho Dom Bosco. Iniciou com a necessidade de dialogar com os atendidos dos espaços sobre a história de vida, violações de direitos e potencialidades, tendo como recorte a temática raça/cor. Em 2023, com o tema Sankofa, resgatamos as histórias de 7 pessoas pretas do território indicadas pelos serviços, sendo atendidos, familiares ou membros da comunidade. Este trabalho tem como objetivo demonstrar as potencialidades do povo preto residente no território de Cidade Ademar e adjacências, reconhecer as estruturas do racismo que os envolve e apresentar por meio de histórias de vida e protagonismos as conquistas e avanços de cada indivíduo e/ou família, cada qual com sua estrutura social. Por meio de recurso de áudio visual captamos voz e imagem, a qual teve a explanação para todos das dificuldades, desafios e estratégias para resistência e estabelecimento num território com diversas fragilidades, violações de direitos e expressão das questões sociais. Como recurso impresso realizamos uma exposição da biografia dos homenageados e a atividade coletiva realizada no mês da consciência negra com a concretização do Sarau, ao qual cada serviço apresentou uma produção cultural voltada para a temática Sankofa: símbolo de lembrança da história afro-americana e afro-brasileira, que recorda os erros do passado para que eles não sejam cometidos novamente no futuro. Uma forma de refletir sobre o olhar para a população preta do território como potência e construção de conteúdo cultural, além de participação coletiva entendendo a pluralidade do público atendido, que vai desde crianças até idosos. Para os atendidos do SMSE-MA é a possibilidade de dialogar sobre ser adolescente e jovem preto e refletir sobre a transversalidade da criminalização, violação dos corpos pretos e encarceramento, diálogo que reverbera nos atendimentos individuais e coletivos no decorrer do ano. Diante da dificuldade que os atendidos apresentam no entendimento e reconhecimento de raça/cor, que dialoga diretamente com o encarceramento da população preta, extermínio da juventude preta, e entendendo que a população que descende de africanos é o maior número de pessoas que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, sendo inclusive a maior parte de nossos atendidos, desenvolvemos assim atividade lúdicas, culturais e coletivas, com a finalidade de dialogarmos sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Raça/cor; Protagonismo; Potência preta; Território.

### TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO:

o papel de uma câmara técnica profissional na visibilidade e resistência

Larissa Mazzotti Santamaria

Câmara Técnica Terapia Ocupacional em Contextos Sociais, Crefito 3; larissa.mazzotti@gmail.com

Carla Regina Silva Soares

Câmara Técnica Terapia Ocupacional em Contextos Sociais, Crefito 3; csoares@crefito3.org.br

Roberta Justel do Pinho

Câmara Técnica Terapia Ocupacional em Contextos Sociais, Crefito 3; roberta.jus@gmail.com

A presença de terapeutas ocupacionais no acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas destaca-se como elemento relevante na atuação das equipes multiprofissionais, contribuindo com saberes e práticas voltados à ressignificação dos vínculos, do cotidiano e do engajamento infracional. A Câmara Técnica de Terapia Ocupacional em Contextos Sociais do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª região (Crefito-3), criada em 2022, tem desempenhado importante papel ao promover ações de formação, capacitação e assessoria técnica aos profissionais atuantes do campo social, incluindo a socioeducação, na qual ainda é evidente a sub-representação de terapeutas ocupacionais. Este estudo tem como propósito discutir a função de uma câmara técnica de terapia ocupacional em contextos sociais na construção de visibilidade, levantamento de práticas e fomento da inserção de terapeutas ocupacionais no atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O estudo tem como metodologia o levantamento de informações compiladas nas reuniões mensais da câmara técnica de terapia ocupacional em contextos sociais da região 3, ao longo do seu primeiro ano de existência, sobre a atuação de terapeutas ocupacionais em serviços socioeducativos. As ações desenvolvidas por terapeutas ocupacionais inseridos em equipes multiprofissionais de serviços socioeducativos visam promover a criação ou fortalecimento de redes de suporte, estimular as trocas afetivas, culturais e econômicas, e valorizar os diversos saberes e estilos de vida dos adolescentes e jovens em conflito com a lei. Os processos terapêuticos-ocupacionais objetivam à emancipação e participação social, por meio do diálogo intercultural, convívio social e apropriação coletiva de espaços. Para tanto, é imprescindível a promoção de oportunidades de qualificação profissional e de suporte para discussões e aprimoramento das práticas desenvolvidas nos contextos sociais. Assim, as atividades propostas por terapeutas ocupacionais em parceria com as equipes multiprofissionais são ferramentas potentes para a leitura crítica do cotidiano dos adolescentes e jovens acompanhados, bem como para o estímulo à circulação na cidade e à participação nas redes de serviços, a fim de promover a apropriação dos recursos e dispositivos comunitários e o pertencimento social e cultural. Para tanto, é fundamental o compromisso das equipes multiprofissionais dos serviços socioeducativos com uma prática profissional pautada pela garantia dos direitos sociais e com a efetivação de políticas públicas preocupadas com as mudanças de uma realidade social que ainda reproduz questões sociais estruturais como o racismo, o patriarcado, as diferenças socioeconômicas, a comunicação violenta, entre outras. Desta maneira a prática profissional, comprometida e qualificada, torna-se um contexto de resistência, um ato político, a reprodução destas realidades vivenciadas no Brasil.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Terapia ocupacional; Interprofissionalidade.

# PÔSTER DIGITAL



TV  
VOZES AMPLIFICADAS,  
ALMAS REVOLUCIONÁRIAS



## A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Rita Rafaely Soares

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR); ritarafaelys@gmail.com

Silmara Carneiro e Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR); scsilva@uepg.br

Tendo em vista que a adolescência é uma fase importante na construção da identidade do sujeito, e levando em consideração os distintos percalços que a referida fase pode acarretar na sua vida, considera-se indispensável refletir a respeito da saúde mental voltada para este público. É reconhecido que os adolescentes em conflito com a lei apresentam um conjunto significativo de problemas de saúde mental. Estes podem ser afetados devido ao uso de substâncias psicoativas, entre outras questões. Considerando que o atendimento em saúde aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é crucial para a qualidade de vida desses, o presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas do município de Ponta Grossa, a partir das diretrizes da política de saúde mental e do direito à saúde dos adolescentes em conflito com a lei conforme propõe o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental com caráter exploratório. A fase bibliográfica se constitui de uma revisão de literatura a partir de autores de referência sobre as temáticas que se relacionam à pesquisa, e a fase documental se constitui pela análise de documentos oficiais sobre a Política Nacional de Saúde Mental e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), como também de informações constantes em dois relatórios de pesquisa, resultantes de uma pesquisa diagnóstica realizada pela Comissão Municipal de Ponta Grossa acerca do perfil dos adolescentes e do atendimento socioeducativo no município. A partir dos dados presentes nos respectivos relatórios é possível perceber que a maioria dos adolescentes faz uso de substâncias psicoativas, correspondendo a 55 dos 59 adolescentes entrevistados. O uso é iniciado em tenra idade, de forma diversificada e intensificada, o que demonstra o risco à saúde física e mental dos adolescentes. Quanto ao acesso ao atendimento em saúde, percebe-se que a maior parte dos adolescentes usuários dessas substâncias são encaminhados para serviços de atendimento à saúde mental, porém muitos não aderem ou não conseguem concluir o tratamento, corroborando com o fato de que o acesso à saúde mental na realidade municipal se contradiz com o que pressupõe a política nacional de saúde mental, a PNAISARI e o que preconiza o SINASE acerca da garantia do respectivo direito para o público de adolescente em conflito com a lei. Verifica-se, nesse processo, que há elementos da realidade que confrontam a substancialidade de acesso à saúde enquanto um dos direitos fundamentais dos adolescentes durante o cumprimento das medidas socioeducativas no município de Ponta Grossa. Portanto, considera-se que a pesquisa tem a intenção de contribuir para o aprimoramento do atendimento socioeducativo no município de Ponta Grossa, bem como problematizar a questão da saúde mental dos adolescentes, em face da efetividade do SINASE.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; Substâncias psicoativas; Acesso à saúde; Socioeducação.

## A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM AMBIENTES SOCIOEDUCATIVOS BRASILEIROS:

O que nos diz a literatura nacional?

Davi Depret

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); enfodavidepret@gmail.com

Juliana Pereira Passos

Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE-RJ); julianapassos@gmail.com

Filipi Muniz Silva Navegantes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ); filipinavegantes@gmail.com

Jaime Silva Alvarenga Junior

Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE-RJ); jaimesilvagsp@gmail.com

Ricardo de Mattos Russo Rafael

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); prof.ricardomattos@gmail.com

A despeito dos avanços conquistados nos últimos anos, a população LGBT ainda enfrenta diversas violações do seu direito de ser, estar e existir na atual sociedade, a qual sustenta e perpetua valores machistas, cisheteronormativos e patriarcais. O sistema socioeducativo, enquanto fragmento da dinâmica social, também é um espaço ainda permeado por essa cultura, principalmente pelos homens, sejam os agentes ou os jovens em cumprimento de medida. Entretanto, é necessário que a temática da diversidade sexual e de gênero transversalize o cotidiano desses profissionais e adolescentes a fim de proporcionarmos possibilidades de aproximação com essa reflexão de maneira institucional. O estudo objetiva realizar uma revisão integrativa da literatura acerca da diversidade sexual e de gênero no sistema socioeducativo brasileiro, realizada entre outubro e novembro de 2023 nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde através do cruzamento das palavras-chave “Gênero”, “Sexualidade”, “Socioeducação” e “Adolescente Institucionalizado”. Como critérios de inclusão foram aceitas pesquisas que estivessem disponíveis na íntegra e que estivessem nos idiomas português, inglês e espanhol e foram excluídos trabalhos duplicados e que não atendessem à temática proposta, tendo em vista as peculiaridades do sistema socioeducativo no Brasil. Como resultados, após os cruzamentos dos descritores foram encontrados ao todo 23 trabalhos, e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas oito pesquisas para a revisão, que geraram duas ilhas temáticas de discussão: (1) a importância do debate da diversidade sexual enquanto estratégia de enfrentamento e combate à LGBTfobia institucional e (2) o papel do Estado enquanto garantidor do direito à expressão sexual nos espaços socioeducativos. De acordo com a discussão realizada no estudo, falar sobre sexualidade com adolescentes nem sempre é uma tarefa simples, pois pode exigir algumas habilidades e estratégias, sobretudo quando se trata de identidades e práticas dissidentes que, muitas vezes, representam para aquele grupo algo moralmente errado, o que leva à repressão e discriminação. Desta forma, abordar essa temática nas unidades, sobretudo masculinas, pode oferecer outros pontos de vista e contribuir para a construção da subjetividade desses jovens a fim de reconhecer e respeitar as diferenças como algo que está posto na multiplicidade social, alinhado a uma analógica de pensamento que provoque nesse jovem a corroboração de que ele também faz parte de um grupo que está, de alguma forma, à margem das expectativas, mas que da mesma maneira merece respeito e ter seus direitos resguardados conforme versam os Direitos Humanos e as legislações pertinentes e que

devem estar alinhados às demandas de políticas públicas intersetoriais. Assim, trabalhar a questão da diversidade sexual em todos os âmbitos do serviço socioeducativo significa ampliar um horizonte de possibilidades tanto para os adolescentes quanto para os profissionais, para que seja possível construir uma socioeducação que não perca de vista sua natureza pedagógica e transformadora e que tenha capacidade de tornar esses espaços equânimes e dignos para todos à luz da garantia de direitos do Estado.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Socioeducação; Adolescente institucionalizado.

## A INTEGRAÇÃO DA ARTE TERAPIA COMO MÉTODO DE ABORDAGEM PSICOTERÁPICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Angélica Chaves

Centro Universitário CESMAC (AL); angelicachavess@outlook.com

Letícia Beatriz

Faculdade Estácio de Alagoas; leticiatrabalhoal@gmail.com

A arteterapia está ganhando cada vez mais espaço no campo da saúde mental por ser um dispositivo terapêutico que trabalha a linguagem artística com base na comunicação cliente-profissional. Esse instrumento possibilita acessar recursos internos por meio da pintura, colagem, desenho, recorte, buscando representar de forma simbólica os sentimentos e emoções, possibilitando a mudança de pensamento em imagem para expressar o seu “eu” interior. Diante disso, como temos conhecimento que a fase do desenvolvimento da adolescência é caracterizada pela ansiedade, idealização, questionamentos, contradição, o processo arteterapêutico pode auxiliar no autoconhecimento. Ao integrar a expressão artística como uma ferramenta terapêutica, esse método busca proporcionar um ambiente de transformação e desenvolvimento para os indivíduos inseridos nesse sistema complexo, onde eles encontram na ArteTerapia o único meio de explorar suas emoções, autoconhecimento e resiliência. O tema tem como proposta investigar se a participação em atividades artísticas pode influenciar positivamente a redução de comportamentos infracionais e contribuir para uma reintegração mais bem-sucedida na sociedade. Além de propor diretrizes e recomendações para a integração bem-sucedida da ArteTerapia como método terapêutico nas práticas socioeducativas, visando melhorar o tratamento e a reintegração dos jovens. A presente pesquisa bibliográfica segue o modelo qualitativo e busca através de revistas, sites e artigos científicos da base de dados Scielo, no idioma português, referente aos anos 2004, 2009, 2014, a partir dos autores como Philippini A.A, Associação Brasileira de Arteterapia e Lucinara Betti. Assim, tendo como base tais transformações e seus impactos, é importante discutir sobre o assunto para que as pessoas entendam os aspectos da arteterapia como forma psicoterápica e os benefícios para a saúde mental desse adolescente privado de liberdade. Desse modo, é crucial garantir uma implementação cuidadosa e ética da Arte Terapia, considerando as particularidades e necessidades específicas dos participantes. A formação adequada dos profissionais envolvidos, a adaptação das práticas artísticas às características do grupo e a integração com outras abordagens terapêuticas são elementos essenciais para o sucesso dessa integração. Com isso, a arteterapia pode canalizar de maneira positiva variáveis do adoecimento mental, incluindo conflitos familiares e individuais. Em última análise, ao incorporar a Arte Terapia no Sistema Socioeducativo, não apenas abrimos portas para a expressão e cura individual, mas também contribuimos para a construção de um ambiente mais humanizado e inclusivo, onde o potencial criativo de cada pessoa é reconhecido e valorizado.

**Palavras-chave:** Arteterapia; Abordagem terapêutica; Socioeducativo.



**A NECROPOLÍTICA E O BIOPODER PRESENTES NA VIDA DE JOVENS E ADOLESCENTES  
PERIFÉRICOS:**

Percepções comparativas a partir dos dados estatísticos relativos à socioeducação do Distrito Federal

Jaqueline Kelly de Souza Lourenço  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); jaquelinek@gmail.com

Danielle Vitória da C. R. Aquin  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
danielle.aquino@sejus.df.gov.br

Sulamita Avelina Soares  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
sulamita.soares@sejus.df.gov.br

O encontro casual de três servidoras do sistema socioeducativo do Distrito Federal na disciplina Seminário de Leitura em Direitos Humanos, levou-as à reflexão sobre a vivência cotidiana de adolescentes e jovens periféricos, realidade a qual estão inseridas, com destaque para o racismo estrutural vislumbrado em suas rotinas de trabalho. Motivadas pelas inquietações surgidas nas leituras realizadas no decorrer da referida disciplina, as discentes elegeram como tema de pesquisa a releitura dos dados estatísticos da Secretaria de Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), bem como dos relatórios atualizados sobre segurança pública e raça contextualizando-os à visão da Necropolítica e do Biopoder presentes na vida de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Os objetivos primordiais do trabalho ora apresentado são os de trazer à luz uma análise embasada nos dados estatísticos referentes às medidas socioeducativas do Distrito Federal, bem como outras pesquisas relativas ao tratamento que pessoas negras recebem quando necessitam utilizar o aparato estatal. Também objetiva-se traçar paralelos entre estes dados, e a relação entre necropolítica, biopoder e medida socioeducativa. Do ponto de vista da revisão bibliográfica, trabalhar-se-á com autores e legislações relativas à socioeducação, como o Estatuto da Crianças e do Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), além de trazer autores como Lamamato. Para falar de Biopoder e Necropolítica utilizar-se-á pensadores como Michel Foucault e Achille Mbembe. E, para verificação dos resultados, será traçado paralelo entre os autores já citados e pesquisas como o relatório Pele Alvo: A cor da violência policial (OSP), o PNAD (IBGE) e o próprio Anuário Estatístico produzido pela SEJUS-DF. A pesquisa ocorreu, do ponto de vista metodológico, por meio da revisão bibliográfica e da análise estatística dos documentos anteriormente mencionados. Os resultados apresentados dizem respeito às conclusões das análises do confronto entre os dados disponíveis nas pesquisas aqui apresentadas e a relação que eles têm com a socioeducação e o biopoder e a necropolítica que ainda se fazem presentes também na socioeducação. O não alcance de determinadas políticas públicas é capaz de influenciar de forma positiva ou negativa na vida desses adolescentes e jovens residentes nas regiões periféricas. Neste sentido, nota-se que ainda há forte influência do biopoder e da necropolítica do Estado no fazer socioeducativo e nas formas de atuação dos atores estatais. Essa afirmação é corroborada pelos dados que mostram que, de fato, existe uma prevalência numérica de pessoas negras e pardas como usuárias do sistema socioeducativo.

**Palavras-chave:** Racismo; Necropolítica; Biopoder; Socioeducação

## A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO RECENTE EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE O CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DE UM RECORTE DE GÊNERO VOLTADO AO PÚBLICO FEMININO ADOLESCENTE

Bianca Lourenço Caputo  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR); woclau2017@gmail.com

Silmara Carneiro e Silva  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR); scsilva@uepg.br

O Serviço Social, como profissão que atua no âmbito das políticas públicas, está inserido no contexto do atendimento dos/das adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, bem como com o planejamento e execução de ferramentas de garantia de direitos e proteção do referido público. O objetivo desta pesquisa foi analisar a produção de conhecimento recente em Serviço Social, em periódicos científicos da área, sobre o contexto das medidas socioeducativas a partir de um recorte de gênero, com enfoque relativo às expressões da questão social que perpassam os fatores de vulnerabilidade social do público feminino adolescente no contexto das medidas socioeducativas. A pesquisa teve caráter descritivo-exploratório, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica sistemática. Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema, pautada em autores de referência na discussão do Serviço Social e da Socioeducação, e posteriormente desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica sistemática em produções recentes da área do Serviço Social em periódicos de referência para a área, no período de 2019 a 2022. Os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico adotado, através da utilização da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin. Foram identificadas 14 revistas da área do Serviço Social, destas, 7 possuíam artigos correlatos ao tema. Dentre as 7 revistas, identificou-se 16 publicações que abordam a temática proposta. Das 16, apenas 12 foram escritas por pelo menos um/uma autor/a da área do Serviço Social. Destes, nenhum abordava aspectos correlatos ao público feminino adolescente, tendo abordado o público de maneira genérica, a partir dos seguintes temas: educação (4), sistema penal (3), ciclo da punição (3), famílias e socioeducação (2), políticas públicas e a (des)proteção (2), violência institucionalizada (1), socioeducação e contradições (1), jovens em conflito com a lei e sociabilidade (1), maioridade penal e estratégias profissionais do assistente social na socioeducação (1). Apenas 3 artigos mencionam residualmente o referido público, citando o tema da gestação na adolescência, da violência exercida pelo Estado, e da questão da escolarização. Concluiu-se que não existem aspectos ou elementos específicos que se referem ao público feminino adolescente nas produções pesquisadas. Apenas 3 artigos mencionam residualmente o referido público. Para além disso, foram localizados apenas elementos genéricos, voltados ao público masculino num contexto geral da socioeducação. O cenário que se pôde identificar, com grande expressividade, foi o de vulnerabilidade e invisibilidade do público feminino adolescente dentro do contexto da socioeducação, o que se reproduz nas produções. A desconsideração das especificidades do respectivo público no contexto socioeducativo tem seus reflexos na produção em Serviço Social sobre o tema da socioeducação, que também o invisibiliza nas suas abordagens. Considera-se que essa invisibilidade gera repercussões negativas para outras esferas da vida social do público feminino adolescente.

**Palavras-chave:** Produção do conhecimento; Serviço Social; Medidas socioeducativas; Público feminino adolescente; Vulnerabilidade social.

### A REVISTA PATHOS E A SOCIOEDUCAÇÃO:

A publicação de práticas e pesquisas como fortalecimento da Política Socioeducativa

Andréia Alves Teixeira

Secretaria de Educação do Município de Taboão da Serra (SP); andreiapsi07@gmail.com

Cristiano Rodineli de Almeida

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); cristiano.rodineli@unifesp.br

Ricardo Rentes

Universidade UFP do Porto/Portugal; rickrentes@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar o número temático da Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia, publicado em junho de 2023, no qual divulgou-se 15 textos, entre artigos, relatos de práticas, resenhas e reflexões sobre a área da socioeducação. A Revista tem como escopo a produção de saberes sobre a práxis, implicando no tensionamento em seu dinamismo ético, clínico e político. A metodologia utilizada para a seleção dos trabalhos envolveu os critérios de publicação da respectiva revista, tanto nas questões textuais, quanto normas da American Psychological Association (APA), e como também escores de qualificação técnico-científico, empirismo socioeducativo e relevância enquanto prática. Os resultados alcançados apontaram para os seguintes textos: 1) Panorama socioeducativo brasileiro das Medidas de privação e restrição de liberdade; 2) o ato infracional a partir do olhar da fenomenologia; 3) as experiências da psicoterapia breve na Socioeducação, utilizando como cenário investigativo a realidade institucional do Sistema Socioeducativo paulista; 4) a violência enquanto produto e sintoma social, tendo como base de análise as realidades de profissionais da socioeducação e suas vivências em contextos institucionais; 5) A experiência de trabalhos em grupo com adolescentes em privação de liberdade; 6) O estudo comparativo envolvendo os estudantes internos da Fundação Casa/SP e os estudantes da escola pública regular; 7) a análise do discurso acerca da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 32/2019, que intenta sobre a redução da maioria penal; 8) a prática de um coletivo que luta por garantia de direitos na área da Socioeducação em âmbito nacional; 9) a vivência de uma nutricionista da Fundação Casa/SP que apresentou técnicas inclusivas e de lugar de fala na garantia dos direitos humanos; 10) projeto de troca de cartas entre estudantes de psicologia e adolescentes privados de liberdade em unidades do interior do Rio Grande do Sul durante a pandemia do COVID-19; 11) o estudo de caso de um adolescente em conflito com a lei em meio aberto; 12) projeto piloto de estruturação e funcionamento de um Centro de Internação com base no pensamento da psicanálise de Winnicott; 13) resenha do E-book “Sistema Socioeducativo: o olhar para a educação”; e 14) resenha do livro “Os Meninos de Heliópolis - O Ser e Fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal”; 15) o encarte proveniente da juntada dos trabalhos de finalização da disciplina sobre adolescentes em conflito com a lei, do curso de pós-graduação em Psicologia Jurídica da Universidade São Camilo. Concluímos a partir dos resultados alcançados que a publicação de trabalhos e pesquisas na área se mostra de extrema relevância para o fortalecimento dessa política pública, para a valorização dos trabalhadores e o aperfeiçoamento do cuidado e respeito aos adolescentes inseridos nela. Com esse material foi possível fazer circular importantes discussões sobre o universo do adolescente em conflito com a lei, ato infracional e das Medidas Socioeducativas, tendo como principal desdobramento a visibilidade de tais adolescentes, bem como das possíveis e diversas práticas socioeducativas desenvolvidas.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Socioeducação; Publicação científica; Direitos Humanos.

## A SOCIEDADE DE CONSUMO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO “JOVEM INFRATOR”:

Um estudo acerca da construção da identidade

José Diogo de Oliveira Gomes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; jd.gomes@unesp.br

Mariana Cunico da Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; marianacunicosilva@gmail.com

Débora Cristina Fonseca

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; debora.fonseca@unesp.br

Construído dentro do arcabouço da pesquisa “Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: projeto de vida, direitos humanos e perspectivas de futuro”, conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH); o presente trabalho fora produzido junto a um grupo de jovens que cumpriam medida de liberdade assistida, em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). A pesquisa aqui desenlaçada busca discutir a imbricada e pernicioso relação estabelecida entre a sociedade de consumo capitalista e o envolvimento dos jovens em atos infracionais, através de uma discussão transversal acerca da construção de identidade, exclusão social, direito à cidade e consumo. Enquanto estudo qualitativo, de caráter empírico, este trabalho fez uso da pesquisa-ação como principal instrumento metodológico, articulado com a análise dos dados presentes no Diário de Campo, construído a partir das oficinas conduzidas com quatro grupos, em encontros quinzenais, ao longo de dois anos, abarcando cerca de setenta e cinco jovens e adolescentes. Entendendo a identidade enquanto uma permanente construção, os dados analisados evidenciam como a construção da identidade dos jovens é inundada pelos perversos ideais do Capital, quando perguntados acerca dos sonhos e objetivos suas respostas em grande medida orbitam em torno da busca por ser rico ou da simples resposta do “não sei” evidenciado o escuro calabouço da ausência de oportunidades e perspectivas, no qual as periferias e suas populações são transformadas pela ação e propaganda ideológica do Capital e pela inação do Estado, por ele dominado. Trajetórias como do Kaue que em conversa relata que se envolveu com o tráfico de drogas ainda aos 13 anos de idade, para conseguir se sustentar e conseguir comprar o que queria, e em suas palavras poder “ostentar”, e da Marcela que diz que nos dias de calor vai a caixa d’água do bairro para poder se refrescar, uma vez que no bairro dela nunca tem nada, ou o do Marcos que disse que começou a fazer um curso de cabeleireiro mas teve que parar porque não tinha como ir, uma vez que até mesmo para chegar ao local de cumprimento de medida precisava pegar dois ônibus, são constantes presenças no Diário de Campo, e nos convidam a refletir acerca do processo de exclusão social e de inculcamento ideológico, que nos faz crer que somente existimos enquanto sujeitos à medida que consumimos, levando dia a dia, a culminar na produção de novos “infratores”. Esses jovens encontram nas atividades ilegais a possibilidade de comprar aquilo que são levados a desejar na esperança de através da mercadoria se afirmarem enquanto sujeitos em um processo que é alimentado pela ausência de oferta de espaços de subjetivação e criação de identidade, fora do universo da dita criminalidade. É justamente sobre essa dinâmica perversa de afirmação identitária a partir do consumo, que o processo socioeducativo deve se desdobrar, ofertando a esses jovens outras possibilidades de significação e construção identitária mesmo que dentro das limitações impostas pela sociedade capitalista e sua lógica de consumo.

**Palavras-chave:** Identidade; Consumo; Jovens em conflito com a Lei.

**A SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL:**

Pressupostos históricos e os subsídios de uma política de escolarização para o adolescente em conflito com a lei

Kênia Souza dos Santos  
Universidade de Brasília (UnB); keniaeduf@gmail.com

Jonatas Maia da Costa  
Universidade de Brasília (UnB); jonatacosta01@gmail.com

Este artigo tem como propósito defender a tese de que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é paradigmático no avanço dos direitos da criança e do adolescente em conflito com a lei. Após uma síntese do percurso histórico da constituição das bases da socioeducação brasileira, o texto esclarece os aspectos basilares do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a fim de identificar no SINASE a legislação garantidora de sua efetivação no país. O ECA e o SINASE surgem como os subsídios necessários diante da necessidade de estabelecer uma política educacional integrada e intersectorial que possa amparar e desenvolver formação educativa ampliada ao menor infrator no Brasil.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Menor infrator; Política educacional.

## A TRANSVERSALIDADE E A INTERSETORIALIDADE COMO INSTRUMENTOS DEMOCRATIZANTES DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Danielle Vitória da C.R. Aquino;  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF);  
danielle.aquino@sejus.df.gov.br

Ao romper com a cultura da institucionalização de adolescentes e jovens no contexto infracional, fortalecer a proteção integral e ao preservar os vínculos familiares e comunitários postos pela Constituição Federal de 1988, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma conquista significativa para as políticas públicas infantojuvenis de todo país. Mas decorridos 33 anos de sua criação, de tempos em tempos temas como a redução da maioridade penal, legalização do porte de armas e estabelecimento de mecanismos mais severos de punibilidade para adolescentes e jovens infratores, são suscitados de maneira contumaz por parte da sociedade e por alguns governantes que tentam valer-se do discurso do ódio como forma de estratégia política para arregimentar cada vez mais correligionários. Somado a isso, ainda temos a atuação da mídia sensacionalista que, na maioria das vezes, descontextualiza fatos e propõe às questões infracionais maior conotação de violência e de crueldade, evidenciando a “ineficiência” do trabalho socioeducativo. Como consequência surgem, de forma recorrente, questionamentos a respeito da efetividade das medidas socioeducativas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda em desfavor da exequibilidade das medidas, agregam-se às argumentações anteriores questões relativas às vulnerabilidades econômicas do país e os indicadores do crescimento da pobreza e da fome no Brasil, resultantes dos impactos das políticas de quarentena, causados por uma das maiores crises sanitárias vivenciadas pela sociedade atual: a pandemia de Covid-19. Embora não se possa afirmar que o crescimento da pobreza será capaz de aumentar o número de adolescentes e jovens em conflito com a lei nos próximos anos, na prática, o que se nota é que os quadros de acentuada desigualdade provocam disparidades sociais e debilidades familiares, são ainda capazes de causar evasões escolares, tensões coletivas, insuficiências de oportunidades e de transformarem as relações econômicas e sociais do país. Independentemente do que se espera em relação às projeções futuras, é urgente a necessidade de que o trabalho realizado com adolescentes e jovens autores de atos infracionais seja capaz de romper com a trajetória de violência e de negação de direitos vivenciadas cotidianamente por esses indivíduos e por suas famílias. Mas diante da complexidade do trabalho com adolescentes e jovens transgressores, faz-se necessária a articulação de políticas públicas transversais e intersetoriais entre agentes governamentais na implementação da garantia desses direitos. Para atingir os objetivos da pesquisa ora posta, faz-se necessário realizar uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema.

**Palavras-chave:** Transversalidade; Intersetorialidade; Socioeducação.

CONTRIBUIÇÕES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE NO CUIDADO AOS ADOLESCENTES  
EM CONFLITO COM A LEI:

Revisão integrativa

Davi Depret

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); enfodavidepret@gmail.com

Juliana Pereira Passos

Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE-RJ); julianapassos@gmail.com

Filipi Muniz Silva Navegantes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); filipinavegantes@gmail.com

A prática cotidiana das equipes multiprofissionais das unidades socioeducativas brasileiras encontram circunstâncias peculiares no escopo de suas atuações, sendo essencial a execução de um trabalho pautado na lógica multidisciplinar. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho das equipes multidisciplinares de saúde que, intrinsecamente, já compõem uma vasta gama de profissionais com seus devidos saberes, visando abarcar toda complexidade inerente à condição de socioeducando, visando promover um cuidado integral e adequado tanto da saúde física quanto mental desses jovens durante seu itinerário institucional. O estudo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura acerca do trabalho da equipe multiprofissional de saúde nas unidades socioeducativas brasileiras. A metodologia, portanto, trata-se de revisão integrativa da literatura, realizada entre junho e julho de 2023 nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde através do cruzamento dos descritores “Adolescente Institucionalizado”, “Saúde do Adolescente Institucionalizado”, “Serviços de Saúde do Adolescente” e “Equipe de Assistência ao Paciente”. Como critérios de inclusão foram aceitas pesquisas na íntegra e disponíveis, nos idiomas português, inglês e espanhol e foram excluídos trabalhos duplicados e que não atendessem à temática proposta. Como resultados, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas seis pesquisas para a revisão que geraram duas ilhas temáticas de discussão: (1) a equipe multiprofissional enquanto ferramenta do cuidado no sistema socioeducativo e (2) a saúde mental enquanto cenário de atuação da equipe multiprofissional. A partir da discussão do estudo, observa-se que a equipe multiprofissional agrega com seus conhecimentos e contribui para uma trajetória promotora de saúde, tornando-se um elo fundamental para uma passagem satisfatória pelo sistema socioeducativo, promovendo saúde e prevenindo agravos a partir de práticas educativas que somarão elementos para a formação desse jovem enquanto indivíduo, e que poderão ser aplicadas em sua vida fora das unidades. No que tange às questões de saúde mental que permeiam as experiências socioeducativas, as equipes desempenham um papel de extrema importância tendo em vista os processos impactantes dessa experiência na vida desses jovens, sendo imprescindíveis na condução e manejo dos casos de sofrimento psíquico. Assim, o trabalho da equipe multiprofissional de saúde é fundamental para a garantia dos direitos humanos fundamentais e para o cotidiano de cuidado destes adolescentes nas unidades socioeducativas, onde as trocas relacionais acontecem diariamente. Entretanto, uma limitação deste trabalho foi a baixa produção de pesquisas oriundas de atores socioeducadores, o que nos leva a considerar a necessidade de se estimular e facilitar publicações que reflitam sobre o trabalho realizado nas unidades socioeducativas, sobretudo com ênfase na práxis destas equipes.

**Palavras-chave:** Adolescente institucionalizado; Equipe de assistência ao paciente; Saúde do adolescente institucionalizado; Serviços de saúde do adolescente.

**(DES) PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES QUE TRABALHAM NO TRÁFICO DE DROGAS:**

Limites e desafios ao SUAS e ao SINASE

Vinicius Saldanha de Jesus

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); [vinicius.saldanhadejesus@gmail.com](mailto:vinicius.saldanhadejesus@gmail.com)

O presente resumo se baseia em dissertação defendida em 2022 no programa de mestrado em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP, de mesma autoria, que identificou características da proteção social ofertada a adolescentes que trabalham no tráfico de drogas. O trabalho exercido por adolescentes no mercado de drogas ilícitas é considerado como um trabalho infantil em uma de suas piores formas de exploração, conforme convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas e regulamentadas pelo Estado brasileiro. Trata-se de um problema cujas causas e efeitos se mostram intimamente ligados a fatores econômicos e sociais e que, assim, demanda enfrentamentos pela perspectiva da proteção social e do desenvolvimento econômico, como contraponto à lógica meramente punitivista. A análise percorrida na pesquisa se concentrou justamente nas tensões entre as perspectivas punitivistas e as protetivas, visando apreender as características, resultantes dessas tensões, da proteção efetivamente ofertada a esses adolescentes. O percurso se inicia com a identificação dos aspectos estruturantes da questão social no Brasil, do perfil de suas políticas sociais e de seus limites em face dos imperativos do capitalismo contemporâneo e periférico. Adiante, foram analisadas as normativas de trabalho infantil e as características do trabalho de adolescentes no varejo de drogas, contextualizando como o SUAS e o SINASE estão posicionados diante dessa demanda. Por fim, a dissertação se baseou na análise de dados e microdados da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de 2017, do Levantamento Anual do SINASE de 2017 e do Censo SUAS CREAS de 2017. Observou-se que o proibicionismo e os impactos de um modelo de desenvolvimento capitalista concentrador e excludente são decisivos na ocorrência dessa forma de exploração laboral. Por outro lado, mesmo em face desses entraves estruturais, seria possível aprimorar a proteção social ofertada a esse público. Identificou-se que o principal lócus de atendimento a esses adolescentes são serviços vinculados ao SUAS e ao SINASE especialmente voltados ao cumprimento de medidas socioeducativas. O fato desses adolescentes serem atendidos quase que exclusivamente nesses serviços acaba por criar obstáculos adicionais para o desenvolvimento de ações que efetivamente atendam às diversas demandas desse público, destacando trabalho, renda e segurança, dado o predomínio do rótulo de “infrator” passível de repressão e tutela, e não o reconhecimento do adolescente enquanto trabalhador com direitos violados. Trata-se de uma lógica contraproducente do ponto de vista da garantia de direitos e da criação de estratégias capazes de romper com esse ciclo de exploração e repressão e que sustenta práticas muito mais voltadas para a responsabilização do indivíduo do que para o enfrentamento dos problemas que efetivamente levam a esse tipo de inserção laboral. Além disso, foi identificada insuficiência de articulações intersetoriais no âmbito do sistema socioeducativo, comprometendo o diagnóstico, o planejamento e o monitoramento das ações, configurando-se como entraves significativos para a qualidade da proteção social que deveria ser ofertada.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil; Proteção social; Tráfico de drogas; Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.



**ESTADO PENAL E A GESTÃO DA CRIMINALIDADE:**  
Impactos na política de socioeducação no Estado de Mato Grosso

Silbene Santana de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Programa de Pós-Graduação em Política Social;  
silbeneso@gmail.com

A emergência do chamado Estado penal, em detrimento do Estado social, situa-se no contexto da crise do capital em 1990 nos Estados Unidos, cuja análise é desenvolvida pelo sociólogo francês Loïc Wacquant. Segundo ele, nesse período, as classes dominantes se convertem à ideologia neoliberal, pressionando por transformações no âmbito do Estado às quais expressam a remoção do Estado econômico, o desmantelamento do Estado social e o fortalecimento do Estado penal. Desse modo, apontaremos os possíveis efeitos da concepção de Estado Penal na gestão da política estadual de segurança pública e os impactos na política de socioeducação em Mato Grosso, materializado nas legislações, no reordenamento das Secretarias que acolheram a política de socioeducação, bem como a condução dos atendimentos prestados ao público beneficiário desde a promulgação da Lei nº 12.594/2012 (SINASE) até o ano de 2022. O objetivo geral é analisar os possíveis efeitos da concepção de Estado Penal na gestão da política estadual de segurança pública e os impactos na política de socioeducação em Mato Grosso. Tem por objetivos específicos analisar a estrutura e historicidade das políticas sociais brasileiras voltadas à criança e ao adolescente, e um recorte para Mato Grosso; apontar a emergência do Estado penal, a gestão da criminalidade e as implicações na garantia de direitos no Brasil; e identificar o processo de estruturação administrativa do Poder Executivo Estadual voltada para a política de socioeducação. A utilização do método dialético na análise de novas ou já tratadas problemáticas, deve partir da posição do investigador diante do objeto assumindo uma postura de comprometimento, pois o fundamento básico do conhecimento é a cisão do todo, há uma oscilação entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação. Daí decorre que a abordagem da totalidade constitui a base de qualquer tipo de investigação, é a partir dela que se processa a "cisão do todo" e são esses passos os determinantes da pesquisa, permitindo inclusive, a identificação da metodologia utilizada para a obtenção dos resultados. O método promove o conhecimento sobre a essência do objeto e não apenas sua aparência. A pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, compreende a fase exploratória e o trabalho empírico, com levantamento bibliográfico e documental de coleta de dados. Destaca-se a relevância do processo de pesquisa documental, que diferente da pesquisa bibliográfica se compõe de materiais diversificados e não somente impressos. O estudo não foi concluído, mas já é possível ter a compreensão de que o Sistema de Justiça Criminal, Sistema de Segurança Pública e o Sistema Socioeducativo são regidos por uma mesma lógica, que acabam incorporando traços de uma necropolítica, utilizando-se, primeiramente, da construção de estereótipos em um franco processo de criminalização de adolescentes e jovens pretos (em sua maioria) e pobres que cometem ato infracional, a lógica criminalizante ainda permeia os espaços sócio-ocupacionais da socioeducação, em contraposição ao Sistema de Garantia de Direitos e ao compromisso ético-político com a sociedade em prol da construção de outro mundo possível.

**Palavras-chave:** Estado Penal; Segurança pública; Política socioeducativa.

## FAMÍLIAS, ATENDIMENTO FAMILIAR E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO:

Uma revisão sistemática de literatura

Luciana Maria Damasceno

Universidade de Brasília (UnB); psicologia.lucianamaria@gmail.com

Silvia Renata Lordello

Universidade de Brasília (UnB); srmlordello@gmail.com

A despeito da condição de privação de liberdade imposta ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, os dispositivos jurídicos brasileiros preveem a garantia do direito ao convívio familiar, assim como preveem a participação das famílias no processo socioeducativo. Observa-se, no entanto, um descompasso entre o que os dispositivos jurídicos preconizam sobre a participação das famílias e o que efetivamente ocorre na prática. O objetivo desta pesquisa foi investigar de que maneira a temática das famílias e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação, é abordada na literatura científica brasileira mais recente. Procedeu-se a uma revisão sistemática de literatura, selecionando-se trabalhos publicados entre os anos de 2013 e 2023, nas bases de dados BVS e OASIS. Dos 176 artigos empíricos localizados, 154 foram excluídos por não atenderem aos critérios de seleção. Procedeu-se à análise temática dos 22 artigos restantes. No processo de análise, foram destacados quatro eixos temáticos: caracterização das famílias no contexto da medida de internação e invisibilidade das famílias perante o Estado; a família como lócus do desvio e a culpabilização pela situação do adolescente; a família como eixo estruturante de desejos e projetos futuros dos adolescentes; desafios e potencialidades do atendimento familiar na medida socioeducativa de internação. De maneira geral, os estudos apontaram: invisibilidade das famílias perante o Estado antes, durante e após o cumprimento da medida; ausência de diretrizes sobre o atendimento familiar no contexto socioeducativo; escassez de registros sobre estratégias de atendimento voltadas às famílias dos adolescentes privados de liberdade; presença marcante da figura materna no contexto institucional; as mães como porta-vozes das preocupações, angústias, sofrimentos e esperanças em relação ao futuro; atravessamento das questões sociais, vulnerabilidade das famílias e violações de direitos; culpabilização das famílias e introjeção do discurso da culpa por parte dos familiares; a importância da família no processo de significação do futuro dos adolescentes; desafios à participação familiar no processo socioeducativo; o papel da medida socioeducativa de internação no fortalecimento dos vínculos familiares; a necessidade da articulação em rede para oferta de suporte às famílias e acesso às políticas públicas; a importância da formação profissional para o atendimento qualificado às famílias. Os resultados da pesquisa evidenciam a importância do planejamento de ações que contemplem, de fato, a participação das famílias no processo socioeducativo e que ofereçam a elas o suporte necessário, assim como assegurem aos adolescentes o direito ao convívio familiar. Desse modo, os dados deste estudo podem servir como base e ao mesmo tempo como uma provocação convidativa para que se possam planejar metodologias de atendimento socioeducativo adequadas e voltadas a essas famílias, rompendo com o paradigma meramente sancionatório e promovendo a socioeducação na perspectiva do paradigma da garantia de direitos.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa de internação; Família; Atendimento familiar; Revisão sistemática de literatura.

## HUMANIZAÇÃO NA SEGURANÇA DA FUNDAÇÃO CASA

Diego Banfi Costa

Fundação CASA-DP, Superintendência de Segurança; dbcosta@sp.gov.br

Maurício Vilas Boas Vilela

Fundação CASA-DP, Superintendência de Segurança; mauriciovbv@sp.gov.br

Denis Batista Gomes

Fundação CASA-DP, Superintendência de Segurança; dbgomes@sp.gov.br

A Fundação CASA-SP tem por objetivo promover, no Estado de São Paulo, o atendimento aos adolescentes inseridos nos programas de Atendimento Inicial, Internação Provisória ou em cumprimento das medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade, com eficiência e efetividade, de acordo com as leis, normas e recomendações de âmbito nacional, estadual e internacional. O atendimento deverá garantir a proteção integral dos direitos dos adolescentes, por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, do Estado e dos Municípios. Dentre os princípios e diretrizes do atendimento socioeducativo ao adolescente, se encontra o respeito aos direitos humanos. A Superintendência de Segurança da Fundação CASA tem como premissa a atuação preventiva, por meio da correta execução dos procedimentos estabelecidos de prevenção e combate à tortura, bem como outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes. Para facilitar a compreensão, clareza e aplicabilidade das diretrizes e procedimentos que orientam as ações de segurança, estamos sempre realizando estudos. Isso é importante para garantir que as ações propostas sejam executadas corretamente e que a atuação preventiva e humanizada seja priorizada. Nesse contexto, a revista pessoal é ferramenta fundamental para a garantia de um ambiente seguro no interior dos Centros de Atendimento. A revista pessoal de visitantes de adolescentes busca impedir, ou seja, evitar que qualquer objeto ou substância que possa colocar em risco a integridade física e psíquica dos adolescentes e servidores, seja introduzido na instituição. Por exemplo, a revista pessoal busca impedir a entrada de objetos como armas, drogas, bebidas alcoólicas e objetos cortantes, que podem ser usados para causar danos físicos ou psicológicos. Essa medida é importante para garantir a segurança e o bem-estar dos adolescentes e servidores, e para prevenir situações de violência ou abuso. O Equipamento para Inspeção Corporal baseado em tecnologia Raio-X, é uma ferramenta eficaz nos procedimentos de revistas pessoais para controle de acesso no Centro de Atendimento, o qual dispensa um atendimento mais humanizado e seguro aos familiares e adolescentes. Essa tecnologia permite o atendimento às diretrizes institucionais que estão em consonância à Lei Estadual n.º 15.552/2014 e dentro dos padrões adequados de segurança, procedendo à inspeção corporal de pessoas para a detecção de objetos e substâncias cujo porte seja expressamente proibido nas dependências dos Centros de Atendimento, tais como: armas, narcóticos, aparelhos eletrônicos, metais e produtos químicos. Permite ainda que as revistas nos visitantes de adolescentes sejam feitas a partir das imagens geradas pelo aparelho, sem que seja necessário que o visitante se desvista ou seja tocado por um funcionário. Isso torna o procedimento mais respeitoso e menos invasivo. Além disso, a instituição também adota outras medidas para garantir a segurança e o bem-estar dos adolescentes e dos visitantes. Por exemplo, os visitantes são submetidos a uma entrevista antes de serem autorizados a entrar na instituição, e os adolescentes têm acesso a um espaço de convivência seguro e confortável. Portanto, podemos afirmar que todos os

procedimentos estabelecidos por esta instituição buscam estar alinhados ao princípio da não violência e do respeito aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Proteção integral; Atuação preventiva; Revista pessoal, Equipamento para inspeção corporal; Humanizada.

**IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DO I FÓRUM DE ESTAGIÁRIOS DA SEJUS-DF:**  
um relato de experiência

Helena Barbosa de Carvalho  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), Escola Distrital de Socioeducação; helenacarvalho@sejus.df.gov.br

Thaís Caroline Sena de Oliveira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), Escola Distrital de Socioeducação; thais.oliveira@sejus.df.gov.br

Caroline Souza Neves  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), Escola Distrital de Socioeducação; caroline.neves@sejus.df.gov.br

A Escola Distrital de Socioeducação foi criada em 2022 pelo Decreto Distrital nº 43.483, o qual determina que sua finalidade é o planejamento, a execução e a coordenação das ações relativas à política de treinamento, desenvolvimento e educação de servidores da carreira socioeducativa. Para tal, um dos objetivos da Escola consiste, no âmbito do Sistema Socioeducativo, em coordenar as atividades de estágio, este entendido, conforme preconiza a Lei nº 11.788/08, como etapa da formação educativa, desenvolvida em espaços laborativos de forma supervisionada e que tem por objetivo aproximar estudantes do trabalho produtivo. Para além disso, o estágio possibilita o estabelecimento de parcerias, reflexões e parcerias com a comunidade acadêmica, além de contribuir para a produção científica e aperfeiçoamento profissional dos servidores e atores que compõem a política de Socioeducação no Distrito Federal. Nesse sentido, a partir de reflexões decorrentes da reformulação desse eixo de atuação da Escola Distrital de Socioeducação, foram realizadas articulações com Instituições de Ensino Superior que permitiram a entrada de 13 estudantes em estágio obrigatório não-remunerado no segundo semestre de 2023, inaugurando inclusive este campo para as disciplinas de Artes Visuais e Música. Em 18 de outubro do corrente ano, foi realizado o I Fórum de Estagiário da Sejus-DF com o objetivo de possibilitar espaços de fala aos estagiários ingressantes, o alinhamento e instrução sobre os fluxos e objetivos do estágio na Socioeducação no Distrito Federal, e o compartilhamento de inquietações e saberes entre as especialidades profissionais. Do evento em questão, participaram 07 estagiários. A atividade teve duração de 4 horas e foi organizada em dois momentos: um primeiro instrutivo sobre a política de Socioeducação e como essa se estrutura no Distrito Federal a partir da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Justiça e Cidadania; e um segundo momento em formato de roda de conversa com a temática “Limites e possibilidades do estágio no Sistema Socioeducativo do DF”. Toda a ação educativa contou com registros escritos e fotográficos. As falas dos estagiários compreenderam temáticas como i) especificidades da construção de identidade profissional em equipes multidisciplinares; ii) a relação dos atos infracionais com questões de gênero, em especial masculinidades; iii) inquietações sobre os objetivos e resultados do trabalho socioeducativo; e iv) questionamento acerca do atravessamento pelo Poder Judiciário na execução de medidas socioeducativas no DF. Os relatos sugerem a necessidade da ampliação dos espaços voltados à escuta dos estagiários, e conseqüentemente a necessidade de espaços de suporte e co-construção de práticas de estágios junto a supervisores de campo. Os aspectos trazidos pelos estagiários podem demonstrar a potência do estágio enquanto ferramenta capaz de contribuir também para a execução da política a curto prazo, ao permitir que profissionais revisitem sua práxis a partir de

outras perspectivas, exemplificando assim uma das finalidades de sua definição, ao frisar a capacidade do estágio de interferir, modificar e mobilizar os supervisores de campo e, conseqüentemente, as equipes em sua maneira de condução e concepção dos serviços de execução de medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** Estágio; Práxis; Fórum.

**O PERFIL DO/A USUÁRIO/A SOCIOEDUCANDO/A DE LA E PSC NO SUAS DE MACEIÓ:**

Dados socioeconômicos de 2016 a 2020 que denunciam racismo e criminalização da pobreza

Juan Douglas Silva de Sá  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL); juan.sa@fssso.ufal.br

Telma Cristiane Sasso de Lima  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL); telma.lima@fssso.ufal.br

No início do século XX, o aumento da criminalidade e da realização de infrações por crianças e adolescentes foram elementos que emergiram no contexto da generalização do trabalho livre, da expansão industrial, dos novos moldes urbanos e da intensificação da pauperização da classe trabalhadora no Brasil. O Estado reconheceu tal problemática em expansão, munindo-se de aparatos legais - os Códigos de Menores de 1927 e 1979 - e institucionais - o Serviço de Assistência ao Menor e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - para manutenção da ordem social. Em consequência, concebeu uma dívida histórica pelo exercício da estigmatização, institucionalização em massa e violentação de crianças e adolescentes, sobretudo negras, classificados como “menores” e em “situação irregular”. Essas intervenções foram socialmente problematizadas e respondidas com a incorporação do dever da proteção integral à criança e ao adolescente na Constituição Federal de 1988, regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Proteção essa estendida aos adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional e regulada também pelas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, de 2012, que prevê as medidas socioeducativas. Entre elas, estão as Medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, executadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Isto posto, o presente trabalho objetiva evidenciar o perfil socioeconômico dos/as adolescentes e jovens que cumpriram medida socioeducativa de meio aberto entre os anos 2016 e 2020 nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social de Maceió - Alagoas; e socializar expressões que indicam a existência de processos de criminalização da pobreza. Os dados foram coletados por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa documental em planilhas da Vigilância Socioassistencial da Prefeitura de Maceió. A revisão bibliográfica realizada para fundamentação do trabalho levou os autores a reconhecerem o movimento neoliberal que prejudica a efetivação das políticas sociais pós-1990 e, por isso, o Sistema de Garantia de Direitos, responsável pela materialização da doutrina da proteção social integral. Em contrapartida, também evidenciou a intensificação de um movimento de estigmatização e encarceramento da classe trabalhadora brasileira, com ênfase para as pessoas negras e pobres. Ele contém uma relação direta com as consequências da doutrina menorista estabelecida no país, cujas crenças impedem a identificação de elementos relevantes da referida problemática, como as desigualdades sociais, o tráfico de drogas como economia informal, a redução da maioria penal como expressão de retrocesso no âmbito dos direitos sociais, entre outros. Em Maceió, as medidas socioeducativas de meio aberto são executadas por duas unidades (das cinco existentes) de CREAS, nos bairros Poço e Santa Lúcia, longe de ser o ideal para atender a demanda. O perfil de usuários acompanhados entre os anos 2016 e 2020 é predominantemente de jovens do sexo masculino, entre 15 e 21 anos de idade, autodeclarados negros, com baixa escolaridade e advindos dos bairros mais empobrecidos, sobretudo da parte alta da capital. São características que remetem ao perfil de indivíduos não apenas negligenciados, mas “caçados” pelo Estado penal brasileiro, pelo estigma racista secular de periculosidade que aterroriza as classes dominantes.

**Palavras-chave:** Socioeducação em regime aberto; Criminalização da pobreza; Estado penal.

## O PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E O ATENDIMENTO EM REDE NO TERRITÓRIO

Silmara Carneiro e Silva  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR); scsilva@uepg.br

Liziane Batista Pinto Ochoski  
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa - PR; lizianebatista1984@gmail.com

Safira Pereira  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR); 21006065@uepg.br

A atuação em rede é um pressuposto para a efetivação do atendimento socioeducativo nos diferentes territórios. Conhecer o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos territórios e como se constitui o atendimento socioeducativo nos municípios, torna-se uma prioridade para o aprimoramento do atendimento socioeducativo em seu conjunto. Neste sentido, a presente pesquisa visou apresentar alguns aspectos do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e do atendimento socioeducativo no município de Ponta Grossa. Para tanto, se utilizou de informações constantes em dois relatórios provenientes de uma pesquisa diagnóstica produzida pela Comissão Municipal de Socioeducação de Ponta Grossa em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, dos quais, um deles retrata o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Ponta Grossa e o outro realizou uma análise dos serviços de atendimento socioeducativo no referido município, tanto dos serviços da rede socioassistencial, como dos serviços da rede intersetorial. Para tanto, foi elaborado um questionário pelos membros da citada Comissão com 152 questões, o qual foi aplicado aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativa no município, seja nos serviços estaduais (internação provisória, internação e semiliberdade) como no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, responsável pela execução das medidas socioeducativas de meio aberto no município. Sobre a pesquisa dos serviços da rede socioassistencial e intersetorial vinculados ao atendimento socioeducativo, foi aplicado um questionário a todos os serviços que fazem parte da Comissão Municipal de Socioeducação, que atuam diretamente com os adolescentes e jovens em conflito com a lei. Quanto aos resultados em relação ao perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, verificou-se que dos 59 adolescentes pesquisados, de um total de 130 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no município à época da pesquisa (novembro/2022), que estes são oriundos na sua maioria de diversos territórios vulneráveis do município (78%); na sua maioria autodeclarados entre a faixa etária de 16 a 18 anos (80%); pardos e pretos (76%); homens cis (78%); solteiros (86%); sem filhos (91%); com arranjos familiares diversos, sendo a maior incidência de mães e filhos (16%); desempregados (54%); residindo em casa própria (54%) ou alugada (35%); sem renda (42%); com renda familiar percapita entre zero a 1 salário mínimo (41%); com a mãe como responsável familiar (44%); com ensino fundamental incompleto (68%); com histórico de maiores reprovações entre o 6º ano do ensino fundamental e o 2º ano do ensino médio (68%); sem frequentar a escola (68%) durante o cumprimento da medida socioeducativa; usuários de substâncias psicoativas (93%), cuja iniciação ao uso se dá entre os 12 e os 14 anos (56%), cuja motivação para o uso é o fato de se sentirem melhor (54%). Os resultados demonstraram ainda que os serviços socioeducativos possuem uma articulação entre si, mas ainda apresentam dificuldades em relação à atuação em rede com demais órgãos e serviços da rede socioassistencial e intersetorial. Portanto, há



necessidade do fortalecimento do trabalho em rede no município, a considerar a garantia do princípio da incompletude institucional no território.

**Palavras-chave:** Pesquisa diagnóstica; Perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; Atendimento em rede; Território.

**“O QUE NÓS PODEMOS FAZER ALI?”:**

experiências na prática de estágio supervisionado em Terapia Ocupacional em unidades de cumprimento de medida socioeducativa

Andréa Maria Fedeger  
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Terapia Ocupacional;  
andrea.fedeger@ufpr.br

Flavia Amorim Borges  
Secretaria da Justiça e Cidadania - PR; flaaborges@gmail.com

Kelys Cristine Pizzatto  
Secretaria da Justiça e Cidadania - PR; kelyscpizzatto@gmail.com

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira  
Secretaria da Justiça e Cidadania - PR; renatahdo@gmail.com

A grade curricular dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional(TO) inclui disciplinas de estágio obrigatório que visam o ensino prático da profissão. Portanto, é legítimo que as instituições socioeducativas que tenham em seu quadro terapeutas ocupacionais ofereçam vagas de estágio. Nestas unidades, na prática, estudantes observam e realizam intervenções sempre orientadas técnicas em TO que voluntariamente se dispõe a contribuir na formação profissional no contexto social. O propósito deste relato é apresentar reflexões sobre o processo de intervenção durante o estágio de prática de TO em unidades de execução de medida socioeducativa no estado do Paraná. A metodologia proposta para o ensino e aprendizagem sobre o processo de intervenção de TO neste contexto foi constituída através de acompanhamentos individuais, grupais e territoriais com adolescentes, participação de reuniões de equipe multidisciplinar com registros em diário de bordo, pesquisa bibliográfica e estudos de casos. Durante quatro meses as experiências acadêmicas incluíram o reconhecimento da estrutura organizacional sobre socioeducação, o estudo sobre juventude brasileira na perspectiva social-política e cultural, a compreensão da realidade vivenciada em cada unidade e o desenvolvimento de tecnologias de mediações sócio ocupacionais. As estratégias visaram facilitar o cumprimento da medida imposta, o cotidiano da unidade, assessorar jovens na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) e projeto de vida com escuta sensível e crítica de suas histórias, aspirações, sonhos e expectativas para o futuro. Ocorreram oficinas com roda de conversa e atividades dinâmicas, delineamento de projetos e acompanhamentos singulares e territoriais (re)compondo articulação de redes e serviços. Foi identificado reduzido entendimento por parte dos adolescentes sobre o instrumento do PIA e percebida a necessidade de trabalhar temáticas como gerenciamento de conflitos e projetos de vida. A criação de jogos para adolescentes como: Mapeia que Clareia, Minha pipa voou, Tire o dilema. As atividades externas possibilitaram ativação da rede de serviços de segurança, saúde, educação, cultura, assistência social, emprego e trabalho, transporte e trabalho voluntário. Visitas guiadas foram organizadas na universidade com entrevistas a profissionais de áreas de interesse de jovens. Através dos acompanhamentos ficou evidente que jovens expressam interesse comum em oportunidades de trabalho e cursos livres. Nas narrativas destes jovens estão presentes barreiras na participação social frente às normas institucionais, violação de direitos, vulnerabilidades e riscos do envolvimento em atividades (I)lícitas, preconceitos e discriminações (sexual, racial, etária, dentre outros). As estratégias possibilitaram o diálogo, interação e reflexões sobre elementos para a

construção do PIA e para temáticas específicas relacionadas à vida cotidiana, cidadania e emancipação social. No percurso do estágio foi possível aprimorar o raciocínio profissional terapêutico ocupacional e desenvolver habilidades e competências para a prática no contexto social, evidenciando a importância do estágio e da atuação de terapeutas ocupacionais nessa área.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional; Formação profissional; Juventude; Contexto social; Socioeducação.

**PRÁTICAS DECOLONIAIS DE SOCIOEDUCAÇÃO:**

A experiência do Projeto Socioeducação e Decolonialidade na Internação provisória de Londrina/PR (2021-2023)

Débora Pereira da Costa

Centro de Socioeducação Londrina I; pedagogiaengajada@gmail.com

Ana Maria de Souza Valle Teixeira

Centro de Socioeducação Londrina I, Aped CEEBJA; teixeira.ana4@escola.pr.gov.br

Maria Evilma Alves Moreira

Centro de Socioeducação Londrina I, Aped CEEBJA; mariaevilma@gmail.com

Cesar Augusto Ibanez

Centro de Socioeducação Londrina I, Aped CEEBJA; cesarabnz@gmail.com

Simone Gonçalves da Silva

Centro de Socioeducação Londrina I, Aped CEEBJA; artesimone01@gmail.com

Este trabalho apresenta os resultados da ação interdisciplinar denominada Socioeducação e Decolonialidade, que acontece no contexto da internação provisória em Londrina-PR, desde 2021, envolvendo principalmente os estudantes e profissionais da educação, porém incluindo outros trabalhadores da Socioeducação de diferentes áreas. O projeto Socioeducação e Decolonialidade visa promover o Letramento Racial entre a comunidade socioeducativa, trabalhadores, jovens e adolescentes, considerando a presença predominante de grupos afrodescendentes nas salas de aula da unidade socioeducativa. Busca enfrentar a estrutura racista do Estado brasileiro por meio do uso de referências de autores e produções negras, brasileiras e internacionais, invocando a potência africana e amefricana como referência de saberes e tecnologias para a humanidade. Nos três anos de duração do projeto já desenvolveu diferentes metodologias, sendo uma prática fluída e estratégica, que segue o movimento e o envolvimento de todos. A iniciativa 'Leitura Compartilhada' promove a conscientização de profissionais sobre educação, colonialismo e socioeducação por meio de textos decoloniais. Aberto a voluntários, o projeto ocorreu trimestralmente entre 2021 e 2022, com o objetivo de adotar práticas mais críticas e conscientes na área de socioeducação. Os círculos de construção de paz (CCPs) constituiu a metodologia predominante para se abordar as pautas decoloniais com os educandos em 2021. Ao longo do ano, os educandos assistiram e discutiram os Documentários em CCPs: "Falas da Terra" (Questão Indígena); "Dentro da minha Pele" (Questão Racial e Negritude); "Nunca me Sonharam" (Juventude Periférica e Direito à educação); "Amarelo: é Tudo pra ontem de Emicida" (cultura e identidade negra). O Sarau Quebrada Poética, teve duas edições em 2021, com apresentações de música, teatro e capoeira, compartilhamento de ideias e reflexão sobre o enfrentamento ao racismo e identidade com os adolescentes. Em 2022, foi implantada uma agenda interdisciplinar com os seguintes temas/ações: Educação sobre Gênero na Socioeducação, Educação sobre trabalho e juventude periférica na Socioeducação; Educação sobre Cultura na Socioeducação. Para cada campo, foram planejadas ações específicas porém inter relacionadas, incluindo o Sarau Quebrada Poética (quatro edições), Semana Cultural, Leitura compartilhada, World Café, Oficina de Poesias (para estudantes e professores em conjunto); Oficina Literária (para estudantes e professores em conjunto). Para 2023, o projeto foi redirecionado para estudos mais aprofundados em africanidades e amefricanidades. Desenvolveu-se leituras literárias

em afroperspectivas com livros e textos estrategicamente escolhidos; filmes e documentários afrocentrados e indígenas; foi realizado estudos dos reinos pré-coloniais africanos, contando com salas temáticas e palestras. Também foi introduzida a filosofia africana, por meio dos estudos das virtudes de Maat. Realizou-se uma cartografia das batalhas de rimas do norte do Paraná, com a elaboração de atividades artísticas que tiveram como foco artistas negros brasileiros e internacionais. O projeto de Letramento Racial resulta em ações complexas, mas que promovem transformações para uma horizontalidade de aprendizagens, permitindo que trabalhadores adotem metodologias ancestrais e conscientes, e ao mesmo tempo, os estudantes podem se reconhecer nas referências trabalhadas e trocar as lentes do significado da negritude e da africanidade como um fator de potência, promovendo autoestima e projetos de vida transformadores.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Decolonialidade; Letramento racial; Internação provisória; Interdisciplinaridade.

**PROGRAMA DE PSICOTERAPIA DA FUNDAÇÃO CASA:**

Uma abordagem em saúde mental, no contexto da socioeducação

Natache Khrystie Costa de Oliveira  
Fundação CASA/SP, Gerência Psicossocial; nkcoliveira@sp.gov.br

Cristiano Rodineli de Almeida  
Fundação CASA/SP; cristiano.rodineli@unifesp.br

Daniela Peres Garcia  
Fundação CASA/SP; danpgp76@gmail.com

Karen Billalta Yamasato  
Fundação CASA/SP; karenby@sp.gov.br

Natalia Barbosa Machado  
Fundação CASA/SP; nataliabm@sp.gov.br

Trata-se da proposta de compartilhamento de uma experiência que revela especificidades de uma das formas possíveis para a abordagem das demandas em saúde mental, de adolescentes em contexto de medida socioeducativa, por meio de um Programa de Psicoterapia, instituído no âmbito da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), no estado de São Paulo. O Programa é constituído por profissionais da própria instituição, que formam um grupo com experiência de cerca de 20 anos. Durante esse período, foi possível observar peculiaridades desse contato com o adolescente, revelando-se como uma abordagem com resultados importantes da perspectiva da construção de vínculos e relação dialógica, que se delineiam em possibilidades de amenizar sofrimentos e compreender sentidos e significados dos afetos presentes no cumprimento da medida socioeducativa e/ou antes disso. Assim, compartilhar a experiência do Programa de Psicoterapia, tem a finalidade de, eventualmente, contribuir para construção de novas formas de abordagem das demandas em saúde mental no contexto socioeducativo, assim como poder obter troca de experiências e qualificar as ações do Programa de Psicoterapia. O método de abordagem está amparado na atuação direta de atendimento a partir dos preceitos da Psicoterapia Breve, de forma distanciada das relações com a execução do processo judicial e a partir do estabelecimento do *setting* que se configura no contexto institucional, com o incremento dos estudos dos casos e discussões conjuntas. Como resultado, observa-se a possibilidade de oferecer um ambiente de acolhimento das demandas relativas aos afetos que surgem no contexto de cumprimento da medida socioeducativa, não necessariamente relacionadas a isso, mas sempre atravessadas por ele, e de uma relação dialógica que alcança significativa profundidade e fluidez.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Psicoterapia breve; Saúde mental; Adolescência; Medida socioeducativa.

**PROJETO SOU DA PAZ!**  
Estabelecendo a Cultura de Paz

Edna Dias dos Santos  
Centro Socioeducativo Santa Helena Belo Horizonte/ MG; ednabu@hotmail.com

A partir da escuta nos atendimentos individuais da Psicologia que apontou para um número crescente de adolescentes envolvidos em comissões disciplinares, e diante da constatação de que este número vem crescendo significativamente, revelando que as comissões envolviam conflitos, situações de violência e agressividade, foi identificada a necessidade de desenvolver junto com os adolescentes um espaço propício para reflexão, que apresentasse recursos que possibilitassem a resolução de conflitos de forma pacífica, instalando-se na Unidade Socioeducativa entre os adolescentes a Cultura de paz. O objetivo principal do projeto foi o de melhorar a qualidade das relações interpessoais entre os adolescentes, reduzindo os geradores de conflitos. Os objetivos específicos foram pautados nas necessidades observadas nos conflitos entre as relações entre os adolescentes e abrangeram: promover reflexões que permitissem aos adolescentes identificarem seus modos de lidar com conflitos; prevenir transgressões e situações de violência; desenvolver habilidades sociais tais como: comunicação assertiva, negociação e relacionamento interpessoal pacífico; e desenvolver a empatia. A intervenção aconteceu na forma grupal com a metodologia de Rodas de conversa, utilizando-se de dinâmicas de grupo e criando-se a possibilidade de problematizar e pensar sobre os conflitos com os quais se deparavam e os modos possíveis de resolvê-los pela via da não violência. Nos encontros, os temas foram trabalhados de forma que os adolescentes pudessem perceber as situações de conflitos existentes e as possibilidades de resolvê-los, partindo-se da premissa do respeito pelo outro. A fim de facilitar e estimular as discussões foram utilizados recursos materiais tais como textos, imagens e vídeos. Ao final do Projeto, percebeu-se que os adolescentes estavam mais sensibilizados no sentido de ter uma participação mais efetiva nos relacionamentos interpessoais, fazendo emergir sentimentos e comportamentos alicerçados na Cultura da paz, e através dos recursos utilizados nas rodas de conversa, houve uma maior expansão para a construção de relacionamentos onde pudessem estabelecer o respeito mútuo. Observou-se também que houve maior disposição entre os adolescentes de ampliar sua escuta, dando voz ao outro, de forma que este pudesse se expressar e ser ouvido de forma empática e respeitosa.

**Palavras-chave:** Conflito; Relacionamento; Respeito; Empatia; Paz;

### PROJETO DE VIDA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIOEDUCAÇÃO:

Reflexão com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

Mariana Cunico da Silva  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; marianacunicosilva@gmail.com

Débora Cristina Fonseca  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; debora.fonseca@unesp.br

Sueli de Fatima Caetano Coppi  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; sueli.coppi@unesp.br

José Diogo de Oliveira Gomes  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; jd.gomes@unesp.br

Este trabalho discute os resultados de uma pesquisa que buscou investigar se e como distingue-se a construção do Projeto de Vida de meninas e meninos em cumprimento de medidas socioeducativas no CREAS, em um município do interior paulista. Trata-se de um estudo qualitativo, de pesquisa-ação, cuja coleta de dados ocorreu em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município do interior paulista, com aproximadamente 75 adolescentes e jovens autores de atos infracionais, discentes de escolas públicas e que são atendidos pelo serviço de execução de medidas socioeducativas. Foram realizadas oficinas, pensadas e idealizadas pelo grupo de pesquisadores, utilizando-se dos processos e ideias do Teatro do Oprimido sobre palavra, imagem e som, permeando as metáforas. Ainda, para o desenvolvimento aprofundado da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 9 meninos e 1 menina, sendo importante ressaltar que a entrevista só ocorreu com uma participante devido à circunstância de ser a única existente na medida socioeducativa (LA) naquele momento da pesquisa. Também verificou-se o Plano Individual de Atendimento de todos as/os participantes da pesquisa. Os dados coletados e as atividades desenvolvidas foram registrados em diário de campo pelos integrantes da pesquisa, organizados e analisados conforme Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. A análise e a construção em torno do Projeto de Vida, tem fundamentação nas reflexões sobre a trajetória de vida dos indivíduos e Identidade. Neste sentido, foi observado que as/os adolescentes possuem correspondências em suas trajetórias de vidas e Identidades, mas no que se refere às projeções de futuro, é evidenciado diferenças, visto que as adolescentes meninas apresentam projetos que envolvem seus sucessores e a constituição de uma família, como o matrimônio, além de que algumas pensam na profissionalização e no estudo como um caminho a ser percorrido. No entanto, os meninos exercem projeções de futuro calcadas no modelo capitalista, em que desejam a riqueza e bens-materiais, em que muitas vezes não sabem o que fazer com o patrimônio, mas, paralelamente, em seus projetos de vida foi verificado que estes adolescentes querem proporcionar uma qualidade de vida às mulheres de suas famílias, como mães e avós. Portanto, pode-se compreender que as/os jovens possuem uma identidade estigmatizada, em que juntamente com as suas trajetórias de vida influenciam na construção de suas projeções de vida, em que meninos e meninas apresentam alguns elementos semelhantes e diferentes nos projetos de vida, no que refere-se às meninas, é possível observar que as relações de gênero persuadem quais caminhos as jovens devem seguir.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Gênero; Projeto de vida



## PROJETO ROBÓTICA COM ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI/UNEI PANTANAL

Célia Regina de Souza

Unidade Educacional de Internação Pantanal/MS; crsou4@hotmail.com

Por quê não ofertar aos adolescentes em conflito com a lei o acesso à ciência e à tecnologia na área da robótica? Com esse questionamento oportunizamos, por meio do projeto em robótica para adolescente em conflito com a lei, o acesso a cursos em EaD em tecnologia da ciência da robótica, ainda não disponibilizado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação. Este trabalho foi desenvolvido a partir do interesse do próprio dos adolescentes, tornando-se importante na motivação da aprendizagem em outras disciplinas e passou a conhecer um mundo novo e desconhecido até então. Esse projeto, após estudos iniciais com uso de materiais de descartes de e lixo acessíveis, foi possível aos adolescentes experienciar a construção de mini robôs. É um projeto inovador - ainda não vivenciado em Unidades de Internação do Estado do MS. O resultado da vivência final, a partir da prática da construção dos mini robôs com material de descartes foi além do esperado, além da tecnologia e da informática, tendo um efeito muito positivo na autoestima do adolescente, em suas expectativas sobre o futuro e na pretensão do domínio das tecnologias, e favoreceu a autoria do seu próprio processo de aprendizagem, através da educação tecnológica e científica. A culminância do projeto, o adolescente foi inscrito na Mostra Nacional de Robótica, ganhou destaque nacional ao ser premiado com uma bolsa científica fornecida pelo CNPq, e recebeu bolsa de estudo no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). O projeto propiciou ao adolescente interno ser participante e incluído no sistema das oportunidades das novas gerações de engenheiros e pesquisadores que a indústria tanto precisa. A importância dessa aprendizagem, por meio da tecnologia e ciência, a um adolescente em conflito com a lei possibilita além de habilidades técnicas, propicia as competências socioemocionais para se tornarem profissionais mais preparados para os desafios da construção de qualquer carreira. O objetivo do projeto é ofertar aos adolescentes em cumprimento de medidas de internação a possibilidade, através da ciência e tecnologia, à aprendizagem autônoma e criativa, ou seja, despertar talentos em adolescentes à margem da sociedade. Especificamente, estimular a proatividade para que assumam a responsabilidade por seu processo de aprendizagem. Para tanto é importante ampliar e aprimorar dentro da instituição o aperfeiçoamento do projeto com a extensão de investimentos da Secretaria de Educação do Estado do MS às Unidades de Internação, com construção de Laboratório de Robótica para que o interno interessado tenha acesso ao estudo específico e aprofundado.

**Palavras-chave:** Projeto robótica; Medidas socioeducativa; Adolescentes infratores; Unidade educacional de internação;

## SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Mariana Cunico da Silva  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; marianacunicosilva@gmail.com

Débora Cristina Fonseca  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; debora.fonseca@unesp.br

Sueli de Fatima Caetano Coppi  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; sueli.coppi@unesp.br

José Diogo de Oliveira Gomes  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; jd.gomes@unesp.br

Esta pesquisa aborda os resultados obtidos ao explorar os sentidos e significados que adolescentes e jovens em medidas socioeducativas (Liberdade Assistida) atribuem às suas trajetórias escolares. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, de pesquisa-ação, em que a coleta de dados ocorreu em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em um município do interior paulista, com aproximadamente 75 adolescentes e jovens, autores de atos infracionais, discentes de escolas públicas e que são atendidos pelo serviço de execução de medidas socioeducativas. Foram realizadas oficinas, pensadas e idealizadas pelo grupo de pesquisadores, utilizando-se dos processos e ideias do Teatro do Oprimido sobre palavra, imagem e som, permeando as metáforas. Ainda, para o desenvolvimento aprofundado da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 9 meninos e 1 menina, sendo importante ressaltar que a entrevista só ocorreu com uma participante devido a circunstância de ser a única existente na medida socioeducativa (LA) naquele momento da pesquisa. Também verificou-se o Plano Individual de Atendimento (PIA) de todos/as os/as participantes da pesquisa. Os dados coletados e as atividades desenvolvidas foram registrados em diário de campo pelos integrantes da pesquisa, organizados e analisados conforme Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Ao analisar o PIA, observou-se a falta de informações atualizadas para verificar a escolaridade dos alunos, a única fonte disponível é uma ficha emitida pela Secretaria Regional de Educação que lista as escolas que o/a aluno frequentou, além de documentos solicitando vagas nas escolas municipais, revelando o abandono escolar. Também, ao longo das entrevistas e das oficinas, observou-se que as/os jovens verbalizaram e demonstravam não encontrar sentidos na educação formal, uma vez que a instituição escolar é um espaço em que seus direitos são violados e constantemente são oprimidos, principalmente devido às suas identidades, o que incide na estigmatização de quem são. Nesse sentido, os/as adolescentes não compreendem a educação como um direito, mas como uma sanção, isto é, uma punição que faz parte do cumprimento da sua medida socioeducativa. Assim, é revelado o despreparo de docentes e colaboradores dentro da instituição escolar, mostrando um desconhecimento acerca dos direitos e responsabilidades sobre crianças e adolescentes no Brasil. Também, esses estudantes apresentam as falhas da educação formal em suas manifestações evidenciando que não se sentem pertencentes à escola e à educação. Isto é, a escola é apresentada como um espaço para “passar de ano”, “aprender a ler e escrever” e para adquirir conhecimentos para o mercado de trabalho, perspectiva visionada no Sistema Capitalista Neoliberal. Portanto, pode-se compreender que a escola é orientada como uma porta de entrada ao mercado de trabalho, provocando a exclusão daqueles que a ela não se adapta e, que está contribuindo para a

estigmatização e a violação de direitos, não aspirando o pleno desenvolvimento e preparo para exercício da cidadania, da condição peculiar dos adolescentes em desenvolvimento, como é orientado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Palavras-chave:** Escola; Socioeducação; Adolescentes; Sentidos; Significados.

## TERAPEUTAS OCUPACIONAIS E O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO:

A especificidade profissional na execução das medidas de privação de liberdade

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR; Secretaria da Justiça e Cidadania - PR

renatahdo@gmail.com

Ana Paula Serrata Malfitano

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR; anamalfitano@ufscar.br

Apesar de existirem diferentes categorias de medidas socioeducativas estipuladas no SINASE, historicamente o encarceramento juvenil tem sido utilizado como estratégia de ação por parte do Estado. Para a execução destas medidas, diferentes categorias profissionais compõem as equipes das unidades, incluindo-se terapeutas ocupacionais, mesmo que em proporção numérica menos expressiva frente aos demais técnicos. Visando apreender, debater e analisar a prática profissional do terapeuta ocupacional nas medidas socioeducativas privativas de liberdade (internação provisória, semiliberdade e internação) esta pesquisa de doutorado foi organizada. O percurso para alcançar estes objetivos contou com o contato com gestores (estaduais, institucionais e locais) e unidades de atendimento para mapeamento e identificação dos profissionais terapeutas ocupacionais vinculados às medidas socioeducativas privativas de liberdade (n=56); questionário sobre a prática (participantes = 43); oficinas de discussão (participantes = 09); entrevistas individuais semiestruturadas (n=04); e encontro de apresentação dos resultados (participantes = 04). Em apenas sete estados brasileiros o terapeuta ocupacional foi indicado como profissional atuante no sistema socioeducativo estadual. A reflexão sobre a função social do técnico e bases teóricas da terapia ocupacional social fundamentaram a discussão dos dados desvelados, realizada através de espaços de discussão sobre as práticas profissionais, com reflexões sobre o cotidiano do trabalho por meio da perspectiva das trabalhadoras. Para as terapeutas ocupacionais, a consciência sobre a realidade concreta vivenciada pelos adolescentes é fator crucial para a realização de suas práticas. A identificação do histórico de privações sociais que conduziram os adolescentes até o envolvimento em situações infracionais é essencial para o desenvolvimento de práticas com foco na autonomia, emancipação, inserção e participação social dos e das adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade. Reflexões sobre as tensões que envolvem o exercício profissional foram evidenciadas durante o processo, destacando-se a análise sobre práticas de saúde e ação social dentro dos dispositivos de privação e controle. Apesar destes aspectos, as profissionais identificam e reconhecem suas práticas como “espaço de liberdade” dentro do contexto da privação, reconhecendo-se como articuladoras sociais. A especificidade do trabalho destas profissionais é reconhecida através da realização de acompanhamentos singulares e territoriais através da utilização de atividade, e da articulação de recursos e dinamização de redes, corroborando para o alcance dos objetivos previstos no SINASE. Neste sentido, a concepção teórica da terapia ocupacional social se mostra como um subsídio teórico e metodológico para a fundamentação das ações profissionais.

**Palavras-chave:** Terapia ocupacional social; Prática profissional; Internação socioeducativa; Semiliberdade; Prática socioeducativa.

**TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FÓRUM DAS VARAS ESPECIAIS - TJ/SP:**

Reflexões teórico-práticas

Fernanda Caldas de Azevedo

Tribunal de Justiça de São Paulo; fernandaazevedo@tjsp.jus.br

Carlos Henrique de Francisco

Tribunal de Justiça de São Paulo; carlosfrancisco@tjsp.jus.br

Fabiana Pereira dos Santos

Tribunal de Justiça de São Paulo; fabianasa@tjsp.jus.br

O presente trabalho reflete o mapeamento e o levantamento de referências teóricas que subsidiaram os debates da Equipe de Serviço Social em seu grupo de estudos que aconteceu no decorrer do ano de 2023, com encontros mensais para leitura dialógica de artigos que tratassem de temas transversais à atuação profissional, como raça, gênero, e trabalho infantil. Reflete o cotidiano de trabalho e a possibilidade de ampliação da atuação técnica para além das demandas periciais requisitadas pelo Judiciário. Com isso, pretende apresentar de forma crítica o trabalho realizado por Assistentes Sociais no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo e problematizar desafios e possibilidades nesse espaço de atuação profissional. Parte de dois pontos que traduzem parte das incongruências que permeiam o modo de produção capitalista. A primeira, a reflexão sobre o lugar de defesa de direitos ocupado pelo Judiciário no Sistema de Garantia de Direitos que traz em si a ideia de articulação, movimento e interseção entre instituições e atores sociais. Já a segunda, o espaço do Direito no modo de produção citado, compreendido dentro do jogo de forças sociais se colocando como um dos aparatos de manutenção da contradição típica da sociedade capitalista, servindo à lógica burguesa. Aqui se alcança a importância da mediação profissional que se coloca como uma possibilidade crítica do desvendamento do jogo de forças sociais presentes no cotidiano profissional da Assistente Social e como possibilidade de imprimir um direcionamento à sua prática profissional crítica e consciente. Contextualiza estatisticamente a realidade do Fórum das Varas Especiais, o perfil dos adolescentes e famílias atendidos e as dimensões do trabalho profissional. E enfim alcança as frentes de trabalho realizadas pela Equipe Técnica nesse Fórum, que são divididas em quatro: pós-conclusivo, acompanhamento no decorrer do cumprimento das medidas socioeducativas, depoimento especial, estudos sociais na fase de averiguação processual e justiça restaurativa. Considera-se, por fim, a importância de se munir teórica e estrategicamente de elementos e ações que permitam ultrapassar a demanda institucional que requer uma atuação predominantemente pericial; fazer uso dos laudos técnicos ou audiências como mecanismo estratégico de possíveis denúncias que garantam a função da defesa posta pelo Sistema de Garantia de Direitos ao Judiciário e seus atores; que a equipe técnica se valha dos espaços para além muros a fim de articular redes e atuar em uma direção de defesa, mesmo não fazendo parte do Poder Executivo, colaborando no estabelecimento de relações horizontalizadas e articuladas na direção de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Sistema de garantia de direitos; Adolescentes; Atos infracionais; Serviço Social; Judiciário paulista.

**TRAJETÓRIAS MARCADAS:**

Um estudo crítico acerca do papel da escola no processo socioeducativo

José Diogo de Oliveira Gomes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; jd.gomes@unesp.br

Mariana Cunico da Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; marianacunicosilva@gmail.com

Débora Cristina Fonseca

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; debora.fonseca@unesp.br

Rodrigo Agostinho Silva de Campos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; rodrigo.agostinho@unesp.br

Inserido em um projeto de pesquisa maior intitulado “Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: projeto de vida, direitos humanos e perspectivas de futuro”, conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH); o presente trabalho fora produzido em conjunto com um grupo de adolescentes e jovens em medida socioeducativa que cumpriam sua medida de liberdade assistida em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O trabalho aqui desenvolvido se propõe a discutir a ação da escola no exercício de seu papel na garantia do pleno cumprimento da medida socioeducativa, em sua totalidade de dimensões, previstas no texto de Lei nº 12.594/2012, que estabelece a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), conjunto de normas e princípios que balizam a aplicação das medidas e do processo socioeducativo como um todo, sempre observando o princípios e parâmetros legais instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que ao enfatizar a natureza sociopedagógica da medida, exige que sua execução garanta o acesso à educação ao jovens em seu conceito mais amplo, tendo sempre em vista a formação cidadã. Enquanto estudo qualitativo de caráter empírico, o trabalho aqui desenvolvido fez uso da pesquisa-ação como principal instrumento metodológico, articulado com a análise dos dados presentes nos Planos Individuais de Atendimento (PIA) dos jovens, e do Diário de Campo, construído a partir das oficinas conduzidas com quatro grupos, em encontros quinzenais, ao longo de dois anos, abarcando cerca de setenta e cinco jovens e adolescentes. Os dados analisados, presentes nos PIA e no Diário de Campo, deixam claro, a partir das trajetórias e narrativas, a forma com que a relação dos jovens e adolescentes em medida com a escola e com a educação em geral, é marcada pelo estigma, pela exclusão, pelo não pertencimento e pela violência, denunciados em falas como: “na escola, os caras queriam abrir minha bolsa, porque toda vez que sumia celular, colocavam a culpa em mim”; “professor nem falava comigo na escola”; “o cara olhou pra minha cara e disse que não tinha vaga (referindo-se a uma vaga para EJA), aí a moça do Creas perguntou e ele disse que tinha”; “na escola nós não aprende nada”. São relatos como esses, acompanhados da alta taxa de reprovação e evasão escolar dos jovens constatadas a partir dos PIA, que denunciam um flagrante fracasso no caráter educativo presente nas medidas, e previstas no texto da lei, denunciando a latente necessidade de ampliação do cuidado no tocante à escola e à educação para com esses jovens. A partir dos relatos fica claro como muitas vezes a escola se aparta de sua função enquanto ente do Sinase, e também responsável pela condução das medidas em sua plenitude, ao estabelecer junto aos adolescentes e jovens relações conflituosas fortemente marcadas pelo estigma do “Infrator”, “Marginal” e “Criminoso”, que hora ou outra desemboca no processo evasão escolar, tão presente em suas trajetórias, e na negação de seu direito à educação.

**Palavras-chave:** Escola; Socioeducação; Estigma; Direito.

**“O QUE NÓS PODEMOS FAZER AQUI?”:**

experiências na prática de estágio supervisionado em Terapia Ocupacional em uma casa de semiliberdade

Mariane Burei Mayer Pacholok  
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Terapia Ocupacional;  
bmayermari@gmail.com

Amanda Suelen Fialkowski  
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Terapia Ocupacional;  
fialkowskiamanda80@gmail.com

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira  
Secretaria da Justiça e Cidadania do Paraná ; renatahdo@gmail.com

Andréa Maria Fedeger  
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Terapia Ocupacional;  
andrea.fedeger@ufpr.br

O currículo dos cursos de Terapia Ocupacional inclui matérias de estágio obrigatório que visam o ensino da profissão de forma prática. Sendo assim, é válido que as instituições socioeducativas que tenham em seu quadro terapeutas ocupacionais ofereçam vagas de estágio para estudantes em formação. Nestas instituições, estudantes observam e realizam intervenções orientadas pelo profissional, promovendo atividades e auxiliando na coleta de dados para elaboração da proposta de intervenção, que inclui a busca da emancipação da população acompanhada, utilizando em sua mediação oficinas de atividades, dinâmicas, projetos e acompanhamentos singulares e territoriais, além da articulação de redes e serviços. O objetivo deste trabalho é apresentar relato sobre práticas de estágio do curso de graduação em Terapia Ocupacional realizadas em uma unidade de execução de medida socioeducativa de semiliberdade. Após o reconhecimento da estrutura organizacional do serviço e da realidade vivenciada na unidade de semiliberdade, propostas de ações foram traçadas. Estas envolveram desde recursos de organização do trabalho profissional até estratégias e criação de tecnologias para auxílio dos jovens na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Durante os quatro meses de prática foram efetivadas mediações, desenvolvidos jogos e realizados acompanhamentos individuais, grupais e territoriais com os adolescentes. Os objetivos dos acompanhamentos consistiram na promoção de mediações sócio ocupacionais a partir da compreensão das histórias de vida, aspirações e sonhos dos adolescentes, assim como das expectativas para o futuro. A partir das demandas identificadas através do contato com os adolescentes foram buscadas estratégias que os auxiliassem no cumprimento da medida imposta. Foi identificado reduzido entendimento por parte dos adolescentes sobre o instrumento do PIA e percebida a necessidade de trabalhar temáticas como gerenciamento de conflitos e projetos de vida. Para isso, foram confeccionados dois jogos, que tiveram objetivos de promover discussões, trazer elementos que auxiliassem na construção do PIA e de facilitar a abordagem de temáticas específicas, como as normas institucionais, direitos dos adolescente em privação de liberdade e temáticas relacionadas a preconceitos e discriminações (sexual, racial, etária, dentre outros). Através dos acompanhamentos ficou evidente que os jovens expressam um interesse comum em oportunidades de trabalho e cursos livres, sendo que estas esferas foram abordadas individual e coletivamente. Considerando os acompanhamentos singulares e territoriais, os desejos dos

adolescentes e a ativação da rede de serviços, foram organizadas atividades de visita ao museu de segurança no transporte e ao quartel dos bombeiros, voluntariado, qualificação profissional e articulação com CRAS, CREAS, CAPSi e Justiça Eleitoral. Levando em conta as ações realizadas pelas acadêmicas, acredita-se que os aprendizados constituíram-se por duas perspectivas: atuação coletiva e busca pela emancipação do adolescente. A primeira suscita características fundamentais a profissionais e envolve estratégias de fortalecimento da rede de atendimento. A segunda dispõe sobre abordagens, intervenções e recursos pertinentes às realidades individuais vivenciadas pelos jovens. Ambas promovem questionamentos sociais entre a equipe. No percurso do estágio foi possível aprimorar o raciocínio profissional terapêutico ocupacional e habilidades profissionais para o desenvolvimento da prática em uma atuação social, evidenciando a importância do estágio e da atuação de terapeutas ocupacionais nessa área.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional Social; Formação profissional; Ensino; Juventude; Atuação social.



**TRANSIÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL NO COTIDIANO DE JOVENS EM MEDIDAS  
SOCIOEDUCATIVAS:**

reflexões sobre desafios e oportunidades

Amanda Aparecida Jussiani Alves Santos  
Universidade de São Paulo (USP); jussianiamanda@usp.br

Carla Regina Silva Soares  
Universidade de São Paulo (USP); carla-soares@usp.br

Marta Carvalho de Almeida  
Universidade de São Paulo (USP); mcarme@usp.br

O direito à escolarização e à profissionalização, estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são essenciais para o desenvolvimento e a integração dos jovens. Contudo, em meio a um cenário adverso de violação de direitos, levantam-se questões sobre a efetivação desses direitos no contexto das medidas socioeducativas. Este estudo tem como objetivo geral conhecer e analisar as atividades escolares e profissionais de jovens que vivenciaram um processo socioeducativo em meio aberto. O método adotado parte de uma pesquisa em curso, de natureza qualitativa e exploratória, envolve dez jovens que cumpriram integralmente medidas socioeducativas em meio aberto entre 2016 e 2020, em São Paulo. A pesquisa busca compreender a vida cotidiana, as relações sociais e os cenários vividos pelos jovens. Os dados foram extraídos de registros institucionais e de entrevistas realizadas entre 2022 e 2023. A análise de conteúdo acerca da participação dos jovens em atividades escolares e profissionais compreendeu dois períodos: durante o cumprimento da medida e após seu encerramento. De acordo com os resultados do estudo, os participantes tinham entre 15 e 19 anos durante o cumprimento da medida socioeducativa e entre 21 e 26 anos na ocasião da entrevista, sendo nove homens e uma mulher. Durante o cumprimento da medida, constatou-se que 2 jovens concluíram o Ensino Fundamental, 1 interrompeu os estudos na 8ª série e 1 concluiu o Ensino Médio, enquanto 4 não o completaram. Não foram encontradas informações escolares e profissionais durante o cumprimento da medida de 2 participantes. As entrevistas, por sua vez, coletaram informações sobre todos os jovens, revelando que, após o término da medida, 3 cursaram até o Ensino Fundamental, 1 concluiu o Ensino Médio, e 1 ingressou no Ensino Superior. Quanto à profissionalização, 6 estavam envolvidos em trabalhos informais durante o cumprimento da medida socioeducativa, 1 trabalhou formalmente por três meses e 1 não teve atividade remunerada. Após o encerramento das medidas, 3 continuaram em atividades informais e 5 estavam desempregados. Ademais, 5 participaram de atividades de educação profissional durante as medidas, porém, descontinuadas no período posterior. A discussão mostrou que, no contexto educacional, a discrepância entre o esperado e o observado é notável. Espera-se que aos 15 anos os adolescentes estejam matriculados na 1ª série do Ensino Médio. No entanto, o estudo demonstra que durante o cumprimento da medida, cerca de 30% dos jovens não haviam ingressado no Ensino Médio, evidenciando uma lacuna significativa. Após o término da medida, apenas 1% desses jovens continuou os estudos, levantando questionamentos sobre a descontinuidade educacional neste contexto. No âmbito profissional, observou-se a predominância do envolvimento em atividades informais, durante e após o cumprimento da medida socioeducativa. Poucos jovens ingressaram em atividades formais ou se mantiveram em educação profissional após o término da medida, levantando questões sobre as oportunidades profissionais oferecidas a esse grupo. Esses resultados podem indicar desafios

significativos na transição para a vida escolar e profissional após o processo socioeducativo. Assim, o estudo sugere considerar estratégias de intervenção baseadas nessas lacunas identificadas, visando não apenas reduzir a evasão escolar, mas também garantir acesso a oportunidades de formação profissional para esses jovens.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Educação profissionalizante; Escolaridade; Direitos da criança e do adolescente; Proteção social.

# OBRIGADO

## EQUIPE 2024

